



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCIANE THOMÉ SCHRÖDER

**ENTRE AS LINHAS DO DISCURSO DO CONFORTO
ESPIRITUAL:
UMA ANÁLISE DA LITERATURA NAR-ANON**

LONDRINA
2012

LUCIANE THOMÉ SCHRÖDER

**ENTRE AS LINHAS DO DISCURSO DO CONFORTO
ESPIRITUAL:
UMA ANÁLISE DA LITERATURA NAR-ANON**

Tese a ser apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para aprovação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mariângela Peccioli
Galli Joanilho

Londrina
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S377e	Schröder, Luciane Thomé Entre as linhas do discurso do conforto espiritual: uma análise da literatura Nar-Anon / Luciane Thomé Schröder. - Londrina, 2012. 212 p Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Mariângela Peccioli Galli Joanilho Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, 2012. 1. Grupo Familiar Nar-Anon - Prática discursiva. 2. Dependentes químicos - Grupo de apoio a familiares - Materialidades discursivas. 3. Análise de discurso. I. Universidade Estadual de Londrina. II. Título.
	CDD 22.ed. 410 CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

LUCIANE THOMÉ SCHRÖDER

**ENTRE AS LINHAS DO DISCURSO DO CONFORTO ESPIRITUAL:
UMA ANÁLISE DA LITERATURA NAR-ANON**

Tese a ser apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para aprovação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mariângela Peccioli Galli Joasilho

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Mariângela Peccioli Galli Joasilho
Orientadora

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^ª. Dr^ª. Roselene de Fátima Coito
Universidade Estadual de Maringá

Prof^ª. Dr^ª. Alba Maria Perfeito
Universidade Estadual de Londrina

Prof^ª. Dr^ª. Edina Regina Pugas Panichi Universidade
Estadual de Londrina

Londrina, 23 de Março de 2012.

À minha mãe, *Marilene*.
Pela sua fé no discurso em análise;
pela sua dedicação ao grupo Familiar Nar-Anon,
-o meu respeito.

Ao meu irmão *Fabricio*.
O primeiro a nos dizer:
'*não funciona*'.

Ao meu pai, *Oraci* e, ao meu irmão, *Daniel*.
-à minha compreensão às suas incompreensões.

Ao meu esposo, *João*.
Com quem só aprendi,
-*obrigada*.

À nossa filha, *Gabriela Maria*.

*Prestamos antes
uma homenagem a um autor
cuja capacidade crítica
produziu a tematização do histórico,
do social, do ideológico,
em um domínio de conhecimento
em que esses assuntos são,
desde algum tempo, colocados
meticulosamente de lado.*

*... Aprendi com ele um modo de pensar
a linguagem que me permitiu compreender
que a reflexão nunca é fria:
lugar de emoção, de debate, de opressão,
mas também de resistência. ...*

*Deixo, pois, a palavra a M. Pêcheux
“que tinha a arte de levar aos
extremos as questões
imperdoáveis”
. (Orlandi)*

*Não se deixa jamais
um erro dormir impunemente em paz,
pois será um meio seguro
para que ele perdure;
é preciso discernir o que falha
não por pretender com isso
se amparar definitivamente no verdadeiro (!),
mas para tentar avançar
tanto quanto se possa
em direção da justiça.*

Michel Pêcheux

Meus AGRADECIMENTOS

À *Vida*, que deve ser celebrada, sempre.

Ao professor João Carlos Cattelan, pela generosidade com que sempre compartilhou seus conhecimentos; por conduzir de forma tão séria e comprometida o grupo de estudo em Análise de Discurso *clandestino* (numa salinha qualquer da universidade), cujas leituras foram *fundamentais* para a realização dessa tese; pelas trocas; pela disposição em ajudar sempre.

Ao professor Luiz Carlos Fernandes, pela confiança depositada na época da seleção, pela aceitação da troca de projeto, pela leitura cuidadosa dos textos, pelo respeito que fica.

À professora Mariângela Peccioli Galli Joanelho, que assumiu, nesse momento final (tão difícil quanto o processo), minha orientação: sou grata.

À Rosely Fernandes Lopes, secretária do programa, pelo sempre *pronto-atendimento* amigo com que nos recebia (a mim e aos colegas), tirando dúvidas e auxiliando nos trâmites burocráticos.

À amiga Luciana Fracasse, companheira de doutorado, pela amizade que se estabeleceu: saudades da convivência.

Aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação, Alexandre Ferrari Soares, Roselene de Fátima Coito e Alba Maria Perfeito, cujas avaliações me permitiram seguir com tranquilidade.

À Fundação Araucária, pelo *conforto* da bolsa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEL e seu Corpo Docente.

Em especial,

À Avó e ao Avô da Gabriela Maria, por cuidarem da nossa filhinha para que eu pudesse trabalhar e me dedicar à tese, sobretudo nesse tempo final, fazendo-se presentes no decorrer da escrita deste trabalho, página a página; não há palavras para agradecer.

Por fim,

Aos ‘obstáculos’ todos (não aos *naturais*, pois estes tinham que ser enfrentados mesmo); mas *àqueles outros*: enfim, a tese foi concluída.

SCHRÖDER, Luciane Thomé. **Entre as linhas do discurso do conforto espiritual: uma análise da literatura NAR-ANON.** 2012. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

Este trabalho investiga algumas materialidades discursivas mobilizadas pelo grupo de apoio a familiares de dependentes químicos, um grupo que, constituído, passa a se chamar Grupo Familiar Nar-Anon. Trata-se de um grupo de ajuda mútua, que tem por base a troca de experiências e se orienta pelos princípios dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições*, oriundos do grupo dos Alcoólicos Anônimos. Para a pesquisa, selecionaram-se alguns textos cujo discurso permite compreender o funcionamento da entidade (como ela pensa, por exemplo, o problema da adicção) e os efeitos de sentido que os temas provocam sobre os familiares de drogados. Os textos selecionados para análise tratam, assim, de assuntos diversos, relacionados aos problemas vivenciados pelo familiar de um adicto, além dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições* e outros, como uma carta de drogado dirigida aos pais. Esses discursos são levados às reuniões de grupo na forma de pautas para reflexão, mas com um objetivo: tornar-se uma base de apoio para o sujeito co-dependente (como são definidos os pais de drogados membros do grupo). Entendeu-se, assim, no decorrer do estudo, que esses discursos superam a mera reflexão e se tornam, efetivamente, um guia sobre o modo de ser e de agir do pai e da mãe do drogado, conduzindo-os a uma compreensão sobre o problema da co-dependência e passam a se impor por meio de uma prática de adesão que não permite escolhas e determina que o membro deve seguir um conjunto de regras prontas e acabadas. Os resultados a que se chegou mostram que discursos de apoio sustentados pelos *Doze Passos* e pelas *Doze Tradições* se valem da emoção já fragilizada das pessoas, que, mais do que discursos, necessitam de um espaço onde possam assumir seus problemas sem o julgamento da sociedade que, a partir de valores socioideológicos, não deixa de emitir julgamentos sobre o que *já* definiu, de antemão, como errado. Para a condução das discussões, recorreu-se aos estudos da Análise de Discurso de orientação francesa, tendo por mote as leituras de fundação da teoria a partir dos estudos de Michel Pêcheux e de outros pesquisadores da área do discurso. A escolha pela teoria permite entender o movimento dos sentidos que emergem da discussão como práticas ideológicas afetadas por suas condições de produção. Suas materialidades passam a ser reveladoras de como os sujeitos, imersos num determinado problema, ainda que inconscientemente, deixam entrever, nas práticas discursivas que organizam, interdiscursos que, à luz da teoria, revelam as formações discursivas que se colocam em cena, sem que se deseje, mas que, nas entrelinhas do dizer, manifestam outra ordem discursiva, que, no caso deste estudo, mostra que o discurso de apoio ao outro pode ser individualista, egoísta e preocupado (ainda que não o deseje assim) com a sua própria manutenção. Comprova-se este fato, já que o discurso em estudo supera barreiras de tempo e espaço, colocando-se, ainda que remonte ao século passado, como atual, e se impõe a cada nova sala aberta em que familiares de drogados, por exemplo, reúnem-se para refletir sobre a sua situação.

Palavras-chave: Nar-Anon. Prática discursiva. Imagens de si. Efeitos de sentido. Sociedade.

SCHRÖDER, Luciane Thomé. **Between the lines of the discourse of spiritual comfort: an analysis of the NAR-ANON literature.** 2012. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

This study examines some discursive materialities mobilized by the group of support to family members of drug addicts, a group that, after established, is named Nar-Anon Family Group. It is a self-help group based on the exchange of experiences and guided by the principles of the *Twelve Steps* and the *Twelve Traditions*, from the group of Alcoholics Anonymous. The texts selected for the study present a discourse that allow us to understand the functioning of the entity (how it conceives, for example, the problem of addiction) and the effects of meaning that the issues cause on the family members of drug addicts. The texts under analysis, therefore, deal with various issues concerning the problems experienced by the family member of an addict, in addition to the *Twelve Steps* and the *Twelve Traditions* and others, such as a letter of a drug addict addressed to his/her parents. These discourses are brought to the group meetings in the form of guidelines for reflection, but with a goal: become a support base for the co-dependent (as the parents of drug addicts who are members of the group are defined). During the study, it was found that these discourses outweigh the mere reflection and become, effectively, a guide on how to act and be for the father and the mother of the drug addict, leading them to an understanding of the problem of co-dependency. The discourses are imposed through a practice of membership that does not allow for choices and determines that the member must follow a set of already-established rules. The results shows that discourses of support maintained by the *Twelve Steps* and the *Twelve Traditions* use the emotion already weakened of people, who, more than discourse, need a space where they could take on their problems without the judgment of society, which, based on socio-ideological values, never stops making judgments about what it has *already* defined as wrong. In order to guide the discussions, we used the studies of French Discourse Analysis, mainly the readings concerning the theory foundation based on the studies of Michel Pêcheux and other researchers of the field of the discourse. The choice of the theory allows us to understand the movement of meanings that emerge from the discussion as ideological practices affected by their conditions of production. Their materialities become revealing of how the subjects, immersed in a given problem, albeit unconsciously, enables, in their discursive practices, a glimpse of interdiscourses that, in the light of the theory, unveil the discursive formations that are brought into play. This is done without any intention, but, between the lines of the saying, manifest another discursive order, which, particularly in this study, shows that the discourse in support of the other may be individualistic, selfish and concerned (although this is not desired) with its own maintenance. This fact is testified because the discourse under study overcomes barriers of time and space, being stated as a current one, although going back to the last century, and it is imposed to each new open room in which family members of drug addicts, for example, gather to reflect on their situation.

Key words: Nar-Anon. Discursive practice. Images of the self. Effects of meaning. Society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NAR-ANON	Grupo de Apoio a Familiares de Dependentes Químicos
NARATEEN	Grupo de Apoio aos Jovens Familiares de Dependentes Químicos
A.A.	Grupo de Alcoólicos Anônimos
N.A.	Grupo de Narcóticos Anônimos
AL-ANON	Grupo de Apoio a Familiares de Alcoólatras
ALATEEN	Grupo de Apoio aos Jovens Familiares de Alcoólatras

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 DE A.A. A NAR-ANON: o percurso de constituição de um espaço de memória.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Análise de Discurso: um recorte sobre a base de sua fundação, princípios e procedimentos	36
3 AS ANÁLISES: retomando os objetivos específicos da tese	62
3.1 A ORAÇÃO DA SERENIDADE	64
3.2 NAR-ANON, OS QUATRO ABSOLUTOS E O DISCURSO RELIGIOSO	76
3.3 SÓ POR HOJE	93
3.4 A AUTO-IMAGEM POSITIVA DE PAI	101
3.5 O DISCURSO DA ADICÇÃO	118
3.6 GRUPO DE APOIO A QUEM?.....	132
3.7 ARMADILHA DISCURSIVA.....	144
4 RUMO ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS: justificativas sobre os próximos passos	151
4.1 OS DOZE PASSOS DO GRUPO FAMILIAR NAR-ANON: apontamentos para reflexões de fechamento	153
4.2 NOSSAS TRADIÇÕES: regras ou sugestões?	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200
ANEXOS	203

APRESENTAÇÃO

[o *Outro*] É mesmo talvez uma das razões que fazem que exista algo como sociedades e história, e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanas em interação... (PÊCHEUX, 1997c, p. 57).

Este trabalho tem como objetivo geral efetuar uma análise do discurso de apoio a familiares de dependentes químicos. Para a sua realização, ele trata do estudo de alguns textos utilizados em reuniões pelo Grupo Familiar Nar-Anon. Esses textos se acham publicados em livros, pôsters e livretos. Os conteúdos variam de temática, abordando assuntos relativos a dar ciência ao membro sobre o que seja o Nar-Anon e sobre como se dá o seu funcionamento, além de oferecer informações voltadas à compreensão do problema que levou a pessoa a frequentar uma sala de reuniões: fazê-la, por fim, entender sua condição de co-dependente das drogas em razão da convivência com uma pessoa viciada. Em linhas gerais, o Nar-Anon, assim como outras entidades desse perfil, deseja propiciar que as pessoas que estão sofrendo com o vício de um parente próximo ou amigo retomem a própria vida, ainda que sob os percalços de tê-la afetada pelo vício do outro, o que a torna mais difícil.

Pode-se afirmar que, a exemplo de outras entidades de ajuda mútua, o Nar-Anon está amparado no princípio da autoajuda. Tem, portanto, por propósito levar a pessoa à autossuperação dos seus problemas por meio da troca de experiências (conceito basilar dessas entidades), mediadas por uma literatura voltada à explicação de questões relativas ao problema vivenciado por aqueles que se tornam membros efetivos de grupos como o Nar-Anon, no caso deste estudo.

Nesse trabalho, selecionou-se, dentre o material disponível, os textos cujas análises propiciariam a organização de uma reflexão sobre as práticas de autoajuda sustentadas por grupos de apoio, em especial, daquele que se acha em investigação¹. Ressalta-se que a

¹ A literatura do Grupo Familiar Nar-Anon, que constitui o objeto de pesquisa dessa tese, está representada em dez livros (dentre eles alguns livretos) e treze folhetos. Os folhetos trabalham temas diversos (relacionados ao problema do uso de drogas por um familiar) e são pontos temáticos para as reuniões, ou seja, a cada reunião, o coordenador seleciona um folheto que é lido e refletido naquele encontro. Ele também pode fazer uso de algum trecho dos livros à disposição. Para esse estudo, fez-se uso de ambos os materiais, procedendo-se a recortes nos mais exaustivos. A escolha dos textos que compõem os capítulos de análise não significa que os selecionados sejam os mais importantes. De fato, não há os menos utilizados, ou os menos importantes. Pode-se afirmar isso, porque há um reiterado viés discursivo que perpassa toda a literatura do Nar-Anon: ela é incondicionalmente marcada pelos Doze Passos e pelas Doze Tradições. Esses dois discursos são o fundamento que busca fechar o discurso da irmandade *num* discurso, a fim de dar (entende-se) uma identidade ao grupo, desejando-se, com isso, também, seja pela prática da repetição e da paráfrase, dar continuidade ao discurso consolidado. É a partir do trabalho de natureza linguístico-enunciativo que o analista começa a “vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão. O que ele faz é tornar visível o fato de que, ao

similitude dos conceitos sobre os quais os grupos pautados na ajuda mútua mantêm entre si permite a problematização, não apenas do discurso posto em cena nesse trabalho, mas de outros que se configuram a partir dos princípios dos Doze Passos e das Doze Tradições.

É *exatamente* sobre esses princípios que se engendram os discursos dessas entidades: eles as conduzem, mas, mais do que isso, eles *oferecem* (o que se entende não gratuitamente, não sem esforço, não sem a ordem inexorável da escolha que impõe, sobremaneira, “ou isso, ou aquilo”) um modo de viver baseado numa condição que se entende desejosa de conforto. E isso é construído passo a passo, por um discurso que se apresenta, como se procura demonstrar, facilitador (em demasia) e regrado por uma simplicidade (inverossímil) e por uma aparência *democraticamente* correta (quando se trata de pensar a própria existência do grupo): esse tríplice efeito é a tese que se procura defender neste trabalho.

Isso não quer dizer que as entidades de ajuda mútua não funcionem ou que funcionem para as pessoas que fazem ou fizeram parte de alguma delas: não é disso que se trata aqui; esse trabalho não pretende construir qualquer julgamento dessa natureza. O que as análises buscam mostrar é que, nas entrelinhas do discurso do conforto espiritual, há silêncios, não ditos que significam e práticas discursivas afetadas por condições de produção que reorganizam o discurso de apoio ao outro.

Afinal, os discursos não *surgem* ditando valores, cuja moralidade é sempre contestável, dependendo da ótica cultural e política do seu porta-voz, assim como de seus interlocutores. Os discursos têm voz e são constituídos de muitas vozes, diga-se: mas nem todas são ouvidas. Ou porque já se tornaram tão “evidentes” que pouco provocam atenção, ou porque, desatentos, os sujeitos já não as ouvem mais. Deseja-se, assim, neste trabalho, ouvi-las e explicitá-las para pô-las à disposição e sob a avaliação do leitor.

Esta problemática, dentre outras questões, foi se construindo como problema para essa pesquisa: afinal, o que é o discurso de apoio espiritual ou o discurso da autoajuda que constitui a prática discursiva de grupos como o Nar-Anon? E, mais importante: a que efeitos de sentido os seus membros estão expostos?

Por meio da escolha teórica da Análise de Discurso de linha francesa, que não propicia que se parta de um ponto a ser investigado, mas, pelo contrário, vai pondo sob suspeita e desconstruindo as verdades estabelecidas e “evidentes”, é que se organiza a orientação teórica desse estudo, exposta no segundo capítulo da tese.

longo do dizer, formam-se famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito etc. Estes outros dizeres observados dão as delimitações das formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou z”. (ORLANDI, 2001a, p. 78).

O primeiro capítulo apresenta alguns recortes de três obras pesquisadas sobre o grupo de Alcoólicos Anônimos, de forma a construir um pano de fundo para as análises. Fez-se isso por meio de uma breve apresentação sobre as condições de produção do discurso do A.A., já que o discurso em estudo nesta tese é oriundo daquele.

Apresentam-se, no terceiro e quarto capítulos, as análises, a começar pelo estudo da *Oração da Serenidade*, que abre a discussão sobre a presença de uma formação discursiva religiosa no discurso do Nar-Anon. Esse fato é polêmico, já que o Nar-Anon nega essa presença no desejo de assim se apresentar aberto a qualquer público. A questão problema é: nega-se a presença de uma instância religiosa e, por outro lado, faz-se uso dela como portadora de uma voz de autoridade, o que asseguraria ao grupo a condição de oferecer amparo espiritual sem as polêmicas que um posicionamento de pertencimento a uma prática religiosa acarretaria. Nesse sentido, o uso da oração pelo grupo funciona com um objetivo (pelo menos): resguardar a imagem do seu membro de si mesmo, já que ele é incapaz de resolver o problema de uso de drogas pelo filho. A discussão propõe, ainda, a reflexão de como um discurso, ao ser anunciado, organiza em torno de si uma cenografia que assegura determinados efeitos de sentido para um público específico.

Na sequência, a análise de *Nar-Anon, os quatro absolutos e o discurso religioso*, dando continuidade à discussão anterior, objetiva mostrar como o discurso é afetado pelas suas condições e produção e, como ele, a partir de uma memória discursiva, reinaugura-se, dando mostras do funcionamento do que se denomina heterogeneidade constitutiva. A análise desse texto provoca, também, a problematização em torno das fórmulas evasivas de que as práticas de autoajuda se valem, a fim de atender às necessidades de seus interlocutores. Essa tese é reforçada na análise de *Só por hoje*, que, além do uso de receituários pautados num discurso simplista, entreabre a questão sobre o discurso da autoajuda se configurar numa prática individualista, por exemplo, o que fere, sobremaneira, o apregoado por grupos como o Nar-Anon: propiciar a prática da ajuda ao outro, questão que não parece resolvida.

Em *Auto-imagem: a preservação da face positiva de pai*, a análise parte do depoimento de um pai e o apresenta num embate frente à situação problema que o atinge. O pai, debilmente, trava uma luta contra as instituições socioideológicas que determinam aos sujeitos nesse papel um comportamento a ser assumido, ao qual, ele, vitimado pela situação problema do uso de drogas pelo filho, busca se enquadrar. O conceito de *ethos*² na perspectiva discursiva torna-se, então, fundamental. Em *Sobre a Adicção*, tem-se a reiteração do princípio

² Ver nota na página 21.

que rege o discurso em estudo: ele se organiza, sobretudo, para dar amparo ao membro, ainda que esse amparo seja compreendido como ato de *des*-culpar o outro e, com isso, fazer ouvir o discurso requerido e necessário; daí, a própria existência do grupo mostrando-se altruísta e colocando em xeque princípios mais nobres como, por exemplo, assegurar àqueles que fazem uso dos seus textos a conquista efetiva de autonomia.

O capítulo três é encerrado por *Grupo de apoio a quem?* e *Armadilha discursiva*. Nesta última análise, o estudo se dá sobre uma carta de drogado direcionado a seus pais, análise que comprova, mais uma vez, como o pai do drogado está envolto em uma situação sem saída, cabendo a ele, a partir do interdiscurso que o afeta, traçar para si um modo de ser e agir pautado em regras pré-estabelecidas: o sujeito mostra-se assujeitado às práticas socioideológicas da sociedade a que pertence. Para finalizar essa parte, o penúltimo texto, novamente, explora o problema silenciado no discurso do Nar-Anon: antes de efetivamente pensar nos membros, o discurso constitui para si fundamentos para a sua autoexistência, demonstrando-se, por meio da análise, que os discursos de apoio, para existirem, necessitam de pessoas em situação de aflição e, com isso, colocam-se em dúvida suas *boas intenções*, questionando-se se efetivamente eles trabalham para a recuperação dos seus membros.

Para finalizar, o capítulo quatro efetua análises sobre os *Doze Passos* e as *Doze Tradições* e, por fim, seguem as considerações finais.

**DE A.A. A NAR-ANON:
o percurso de constituição de um espaço de memória³**

E, assim, se reuniram e começaram a conversar
sobre ajudar um ao outro e aos homens com dificuldades semelhantes.
Foram aos subúrbios mais baixos da cidade,
reuniram um grupo de bêbados e começaram a falar bebendo café.
A esposa de Bob me disse que nunca preparou tanto café como naquelas duas semanas.
E lá ficavam eles, bebendo café e começando esse grupo de ajudar um ao outro.
Foi assim que o A.A. se desenvolveu.
(*Dr. Bob e os Bons Veteranos*, 10 de junho de 1935)

A organização desse capítulo tem dois objetivos, sendo um deles apresentar um breve histórico do desenvolvimento daquele que pode ser considerado um dos discursos de autoajuda mais utilizado, não apenas entre grupos de pessoas com problemas físico-emocionais provocados pelo uso de substâncias como o álcool e a droga, mas também por pessoas com problemas relacionados à afetividade, sexualidade e gula, dentre outros. Como se percebe, trata-se de um discurso que vem servindo a diferentes propósitos, o que justifica sua apropriação pelas mais diversas entidades de ajuda mútua existentes hoje⁴, as quais incorporam o discurso oriundo dos Alcoólicos Anônimos

³ As bibliografias utilizadas nesse capítulo vêm referenciadas após as citações como: a) **Livro I:** LEVAR ADIANTE: A História de Bill Wilson e como a mensagem de A.A. chegou ao mundo inteiro. 2 ed. Traduzido do Inglês com permissão de Alcoholics Anonymous World Service, Inc. (A.A.W.S.). São Paulo: JUNAAB (Junta de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos do Brasil), 1984; b) **Livro II:** DR. BOB E OS BONS VETERANOS: Uma biografia, com lembranças dos primórdios de A.A. no Meio-Oeste. 2 ed. Traduzido do Inglês com permissão de Alcoholics Anonymous World Service, Inc. (A.A.W.S.). São Paulo: JUNAAB (Junta de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos do Brasil), 1988; c) **Livro III:** A LINGUAGEM DO CORAÇÃO: Artigos escritos por Bill W. à Grapevine. Traduzido do Inglês com permissão de A.A. Grapevine Inc. Impresso no Brasil, 2005.

⁴ Os dados informados foram retirados dos sites das entidades citadas: Alcoólicos Anônimos (A.A.): surgiu nos Estados Unidos (E.U.A) em 1935; conta hoje com 1.189.000 membros; no Brasil, surgiu em 1947, sendo freqüentado hoje por 120.000 alcoólatras em recuperação; totaliza 95.142 grupos espalhados por diversos países (www.alcoolicosanonimos.org.br). Grupo Familiar Nar-Anon/Narateen: oriundo do A.A. (como as entidades citadas na seqüência), surgiu nos E.U.A. em 1971; sua primeira reunião no Brasil data de 1984 e conta hoje com 280 grupos espalhados por diversas regiões do país (www.naranon.org.br). Grupos Familiares Al-Anon/Alateen, iniciou em 1951 nos E.U.A. e no Brasil em 1966; no Brasil, são aproximadamente 900 grupos; o Alateen, voltado para os membros jovens que convivem com alcoólatras tem, aproximadamente, 34 grupos no Brasil (www.alanon.org.br). Mulheres que Amam Demais (MADA). Surgiu no Brasil em 1994 e hoje tem salas espalhadas por 15 estados brasileiros, além de grupos atuando em Portugal e na Venezuela (www.grupomada.com.br). Narcóticos Anônimos (N.A.). Presente em 120 países; iniciou nos E.U.A. em 1953. Realiza mais de 133.000 reuniões semanais. Existe no Brasil desde 1976, sendo oficialmente reconhecido como N.A. em 1985. Em 1989, contava com 5.000 membros (www.na.org.br). Neuróticos Anônimos (N/A), existe desde 1964 nos E.U.A. e no Brasil desde 1969; existem cerca de 400 grupos no Brasil (www.neuroticosanonimos.org.br). Comedores Compulsivos Anônimos (CCA). Presente em 17 estados brasileiros desde 2003; surgiu nos E.U.A. em 1962 (www.comedorescompulsivos.com.br). Verifica-se por esse breve levantamento que as entidades citadas têm origem comum, são grupos de ajuda mútua surgidos nos Estados Unidos a partir do Grupo de Alcoólicos Anônimos. Esses grupos, que seguem os preceitos dos 12 Passos e das 12 Tradições de A.A., não se restringem às entidades citadas; os grupos selecionados servem apenas ao propósito de ilustrar o universo de pessoas que tomam um mesmo discurso (ainda que sob a ressalva da “apropriação”) na busca da cura e libertação de algum tipo de vício (Consulta realizada em 25/01/2010).

(A.A.) como fundamento para as suas práticas.

A divulgação dos preceitos que regem o grupo do A.A., mundialmente conhecidos pelo discurso dos *12 Passos de Alcoólicos Anônimos* e suas *12 Tradições*, move um número expressivo de pessoas, conforme exposto na nota 2. Há, nos textos dessa entidade, passagens autodescritivas que falam da atuação do A.A. em diferentes esferas sociais e que o identificam como um novo modo de vida. De acordo com as obras pesquisadas, pode-se dizer que o A.A. construiu, no decorrer da sua trajetória, uma autoimagem de grupo sábio e inovador. A retrospectiva de alguns dos momentos da sua história, neste capítulo, será feita a partir da biografia dos sujeitos tidos como os cofundadores dos Alcoólicos Anônimos. Ressalta-se que o objetivo, então, é apresentar trechos que contem um pouco da história do A.A., sem preocupação com a análise dos mesmos, já que eles não se constituem no objeto de pesquisa da tese, ainda que a história do A.A. seja importante para o trabalho de análise do corpus.

Segundo o que consta nos livros pesquisados, instâncias como a igreja e a área médica posicionavam-se de forma positiva frente à entidade, reafirmando a boa imagem que o A.A. procura projetar de si. É o que se pode observar em passagens como:

Os médicos consideram a possibilidade de aplicar nosso método a outros neuróticos; os clérigos, se nosso humilde exemplo não daria nova vitalidade aos seus fiéis; para os empresários, lhes parece que somos bons gerentes de pessoal – vislumbram uma nova democracia industrial; os educadores apreciam a força de nossa maneira não polêmica de apresentar a verdade; e nossos inimigos dizem ansiosamente: “Gostaríamos de ser alcoólicos – também necessitamos de A.A.”. (Livro III, p. 117).

É possível que algum dia, os historiadores reconheçam Alcoólicos Anônimos como uma sociedade que fez muito mais que conseguir um êxito considerável a respeito do alcoolismo e seu estigma; pode ser que algum dia reconheçam que Alcoólicos Anônimos tenha sido uma aventura pioneira em seu campo, que forjou um novo instrumento para o progresso social, uma nova terapia baseada na afinidade entre os que têm um sofrimento comum, e que dispõe de uma potencialidade enorme para a solução das inumeráveis aflições da humanidade. (Livro III, p. 159).

O segundo objetivo, ao se retomar alguns dos fatos da história do A.A., como meta o estudo das condições de produção do discurso do Nar-Anon (o que será melhor explicitado no decorrer das análises), assim como a investigação sobre a constituição de sua formação discursiva⁵. Neste capítulo, deseja-se que os recortes apresentados sejam

⁵ No decorrer da leitura desse capítulo, o leitor irá se deparar com alguns termos teóricos próprios da teoria que orienta essa tese, como *formação discursiva*, *memória*, *interdiscurso*, *condições de produção*,

tidos como meio de verificação de que não há registro sem memória. Ao analisar, no caso, textos do Grupo Familiar Nar-Anon, seus *12 Passos*, suas *12 Tradições* e algumas das partilhas socializadas pelos seus membros, a tarefa direciona o olhar para um terreno de já-ditos que foi estabelecido como verdade de um tempo e de uma memória sócio-histórica e ideológica do A.A. que tem (sobre)vivido às mudanças que ocorrem nas sociedades e, em razão disso, merece atenção pelo efeito de atemporalidade que projeta e pela forma com que se mantém atual.

Como já dito, trata-se do estudo do *percurso de memória de uma formação discursiva que se movimenta em situações de complexidade diferentes*. Refletir sobre a formação discursiva do A.A. significa buscar compreender as contraditórias relações que se estabelecem numa formação discursiva dominada por uma formação ideológica que determina o discurso enunciado (PÊCHEUX, 1997a). O corpus tomado para análise se refere a um discurso constituído a partir de formações discursivas que, interdiscursivamente, afetam o modo de ser de sujeitos ligados a vários tipos de obsessão e que veem, nos *12 Passos* e nas *12 Tradições*, fonte de inspiração para a superação dos problemas que os atingem.

Na perspectiva teórica da Análise de Discurso, entende-se que toda prática discursiva está vinculada a um universo de sentido a que os sujeitos não têm acesso e controle (são os sentidos que lhes chegam), de modo que incorporam discursos sem que isso signifique uma prática consciente, embora, também, não signifique total alheamento ao vivido. No caso em estudo, há décadas de apropriação do discurso posto em cena por sujeitos de diferentes esferas sociais, explicado em razão de que

Alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentido constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades. (ORLANDI, 2001, p. 32).

Dada a apresentação de um princípio que explica como os discursos se constituem, estabelecem-se, tornam-se prática e produzem sentido para os sujeitos, faz-

efeito de sentido e campo discursivo. Por opção metodológica de organização do trabalho, a discussão desses elementos é efetuada no capítulo destinado à fundamentação teórica (já que esse momento se constitui num pano de fundo que remete a um momento histórico sem preocupação com análise dos trechos apresentados). Apresentar alguns dos termos da Análise de Discurso aqui, contudo, entende-se como necessário, pois, desse modo, está-se inserindo o leitor na prática teórica adotada, inclusive, propiciando (aos iniciantes) familiaridade com os termos próprios dos dispositivos analíticos.

se necessária uma análise que não se limite aos estudos de marcas linguísticas. Neste trabalho, tomar-se-ão as condições sócio-históricas de produção do discurso para a sua compreensão, conforme determina a teoria que fundamenta a tese. Estudar as condições de produção dos discursos permite a problematização das crenças ali contidas, que não são questionadas e, que muitas vezes, são tidas como naturais ou verdades absolutas. Desse modo, ao estudar o discurso que rege o grupo Familiar Nar-Anon, é necessário o trânsito pelo discurso com que ele mantém uma relação interdiscursiva, no caso, o discurso dos Alcoólicos Anônimos.

O discurso do A.A. tem suas raízes nos Estados Unidos (E.U.A.) dos anos de 1920 e é marcado por, pelo menos, dois episódios que interessam no momento: a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1927) e o período denominado de Grande Depressão, que perdurou até os anos de 1941. Esses dois momentos marcam negativamente a vida dos cidadãos do período, sobretudo, a dos cofundadores do A.A., que sucumbiram ao vício da bebida, que, latente, já vinha lhes causando constrangimentos sociais. Não se pode afirmar que os episódios citados sejam a (des)culpa para que os sujeitos buscassem na bebida uma fuga para o seu problema. A questão posta é como tais fatos puderam desencadear abruptamente o problema do alcoolismo na vida dos cofundadores⁶.

Naquele momento da história, uma pessoa alcoólatra era tida como portadora de uma doença moral, sendo vista, portanto, como um ser doentio e maléfico para a sociedade. Sequer os hospitais os viam diferentemente, recusando-se, muitas vezes, a ofertar tratamento para os viciados (ainda que, conforme dito no início, o A.A. tenha tido cúmplices como alguns médicos e clérigos).

A condição dramática do alcoólatra naquele momento histórico é ainda acentuada pela Lei Seca que vigorou nos E.U.A. entre os anos de 1920-1933. A existência de uma lei que proibia o uso de bebidas alcoólicas impôs mais uma característica sobre o alcoólatra, ele também passou a ser visto como um “fora da lei”, conforme as citações abaixo:

A teoria tradicional de que o alcoolismo era apenas uma debilidade moral impedia-nos de pensar claramente sobre o assunto. (Livro I, p. 88).

⁶ O termo *co-fundadores* está sendo empregado conforme o uso que os livros pesquisados fazem dele, ou seja, para identificar aqueles que aparecem à frente do A.A. como os primeiros alcoólatras que deixaram de beber em razão da troca de experiências. Para os propósitos desse estudo, não há qualquer relação do termo com a idéia de criação, ato inaugural ou originalidade.

A calamidade do alcoolismo era geralmente encarada como um mistério e uma terrível vergonha. (...); enquanto alguns chamavam o alcoolismo de pecado, outros o consideravam um desvio de comportamento voluntário e davam seu consentimento a leis que mandassem os alcoólicos para a cadeia, a fim de cumprir pena por “bebedeira contumaz”. (Livro I, p. 107).

Mesmo os estabelecimentos que vendiam bebidas situavam-se nos lugares menos privilegiados das cidades. Todos os bares ficavam no sopé da colina, na área dos cortiços. (Livro I, p. 157).

O consumo de álcool era considerado uma questão de moralidade. (Livro II, p. 15).

[Na época, o hospital] atendia pacientes com doenças socialmente *inaceitáveis*, tais como o alcoolismo, o vício em drogas e as doenças mentais. (Livro II, p. 31 – sem grifos).

Em meio à condição vivida pelos alcoólatras, que os colocava como sujeitos pertencentes a um espaço social desprivilegiado e estigmatizado, alguns especialistas da área médica destacaram-se no decorrer do histórico de formação do A.A. pela postura com que encaravam a causa do alcoolismo naquele período. Esses médicos viam o problema do alcoólatra relacionado a uma obsessão do corpo e da mente, descrita, em princípio, como uma forma de “alergia”. Desse momento em diante, tendo como apoio o discurso médico científico, a percepção do alcoolismo mudou e um novo sentido se estabeleceu (sentido que se mantém atualmente): o alcoólatra deixava de ser um mal social para se tornar, efetivamente, um doente⁷.

Esse acontecimento discursivo é fundamental para os grupos de Alcoólicos Anônimos. A partir desse modo de olhar para a condição do alcoólatra, consolidou-se a conceituação do alcoolismo como doença, que foi se fixando na memória do grupo e transformaria, por exemplo, as relações fragilizadas entre os alcoólatras e as suas famílias. O pai bêbado deixava de ser um mal social para se transformar numa vítima portadora de uma doença. A crença, assim, inaugura uma nova prática discursiva, isto é: o alcoolismo (e a drogadicção, no caso) passaria a ser enunciado como doença. Esse discurso passa a mediar a relação entre o *doente* e seus familiares, colocando em presença outros sentimentos, contrários aos de desprezo e abandono, o que não significa que formações discursivas contrárias à postura de que alcoólatras e drogados sejam doentes estejam menos presente nas sociedades. Frente ao conflito que se instaura, pode-se afirmar que o modo de discursivização reservada para esses sujeitos se constitui sobre formações discursivas em conflito.

Sobre a importância do papel do discurso médico-científico no A.A., sendo este

⁷ Ver capítulo de análise “Sobre Adicção”.

entendido como o discurso autorizado a se pronunciar sobre o problema, apresentam-se alguns recortes para ilustrar como se deu sua incorporação à formação discursiva da instituição. A apropriação do discurso médico pelos cofundadores, que encontraram nele explicações para o vício, torna-se opção necessária e – por que não dizer – conveniente para os idealizadores do programa, conforme as passagens que seguem.

Pela primeira vez na vida, Bill ouviu falar do alcoolismo não como falta de força de vontade, não como defeito moral, mas como doença legítima. [...]; que o alcoolismo não poderia ser “derrotado” pela força de vontade, assim como a tuberculose. (Livro I, p. 111).

Quando da chegada de Bill, o Dr. Silkworth já havia formulado sua teoria da “alergia”. Mais tarde, em um artigo publicado em 1937 na revista *Medical Record*, “Alcoolismo Como Manifestação de Alergia” [tinha-se a afirmação de que o] alcoolismo consistia na combinação de uma misteriosa “alergia” física com a compulsão para beber. (Livro I, p. 110-111).

Dele [Dr. Silkworth] aprendemos qual era a natureza da nossa enfermidade [diz Bill, e ele] nos forneceu os instrumentos para desinflar o ego alcoólico mais resistente, aquelas demolidoras frases com que descrevia nossa doença: a *obsessão mental* que nos obrigava a beber e a *alergia corporal* que nos condenava a loucura ou a morte. (Livro III, p. 206 – grifos no original).

Dada à importância desses posicionamentos, o Livro III traz um capítulo que ressalta o papel dos discursos de psiquiatras, médicos e clérigos na formação do discurso do AA.. O título do capítulo “Sejamos Amigos de Nossos Amigos” sugere a relação de intimidade que se estabeleceu entre os cofundadores do A.A. e alguns representantes dessas entidades, fato importante para a compreensão da complexidade das formações discursivas presentes no discurso em análise, que enveredam, como se verá nas análises, por diferentes campos de saberes.

Conforme exposto na citação anterior, enquanto o Dr. Silkworth apresentava aos doentes uma explicação física de consequências emocionais para a compreensão do vício, Carl Jung e outros psiquiatras, ainda pouco conhecidos na época, deram o prognóstico necessário para o estabelecimento do discurso da espiritualidade no A.A., que já encontrava respaldo no discurso disseminado pelo Dr. Silkworth. Ambos apontavam para um mesmo ponto de vista, isto é, eram relativos à crença no poder da espiritualidade para o tratamento do alcoolismo.

Vale ressaltar a afirmação de Jung de que a doença do alcoolismo não encontraria sua cura por meio dos métodos tradicionais da medicina psiquiátrica, uma vez que não haveria medicamento para curar a “alma”. Para ele, era necessário que o alcoólatra tivesse uma experiência espiritual, o que, efetivamente, deu-se com um dos

cofundadores do A.A., segundo os relatos presentes nas obras pesquisadas para a elaboração desse capítulo.

Em 23 de janeiro de 1961, Bill escreve uma carta a Jung a fim de, segundo ele,

formalizar a gratidão de A.A. [às] pessoas que ele sentia serem responsáveis pela criação da Irmandade. O primeiro lugar da lista era ocupado por Carl Jung, o psicanalista que havia orientado Rowland H. [alcoólatra e paciente de Jung] e subseqüentemente o próprio Bill – na direção espiritual. (...).

[Na carta, Bill se pronuncia da seguinte forma:]... Antes de mais nada, o senhor contou francamente a ele [Rowland] sobre a sua falta de esperança em relação a qualquer tratamento médico ou psiquiátrico que pudesse estar envolvido. Essa sua afirmação cândida e humilde foi sem dúvida a primeira pedra do alicerce sobre os quais nossa Irmandade foi desde então construída. (...), o senhor disse a ele que poderia haver, desde que conseguisse se tornar objeto de um experiência espiritual ou religiosa – em poucas palavras, uma conversão autêntica. O senhor salientou como essa experiência, caso ocorresse, poderia remotivá-lo quando mais nada podia. (...) O senhor recomendou a ele que se rodeasse de uma atmosfera religiosa e esperasse pelo melhor. (...) Essa foi, acredito eu, a essência dos seus conselhos. (Livro I, p. 417-418).

Desses fragmentos, dentre outros pontos, é preciso destacar o efeito de sentido do uso do termo *Irmandade* para a descrição do grupo, que poderia ser definido como “grupo” ou “comunidade”, como às vezes, de fato, pode ser considerado. Compreende-se que, ao tomá-lo para descrever o grupo, revela-se a pretensão de elevá-lo, de modo a fixar uma identidade positiva para a autodescrição que o A.A. tem e faz de si.

Haveria, no uso do termo ‘irmandade’, um *ethos*⁸ favorável a todos os grupos de autoajuda baseados nos princípios do A.A.. Entende-se, dessa forma, que não se trataria meramente de um grupo de indivíduos que se reúne para tentar resolver um mesmo problema, mas de pessoas que teriam em comum, além disso, uma relação de

⁸ O conceito de *ethos* é oriundo da retórica clássica e tem sido revisitado por especialistas das mais diversas perspectivas. Este re-olhar para o conceito traz na obra de Amossy (2005) um conjunto de textos que o abordam a partir da perspectiva interacionista, da pragmática, da semântica, da análise do discurso e da retórica, por exemplo, oferecendo aos leitores uma visão importante a ser retomada na análise de discursos. No caso desse trabalho, adotou-se o desenvolvimento do conceito a partir da sua releitura por Dominique Maingueneau. Para o autor, a compreensão do *ethos* discursivo implica em se saber que o sujeito ao enunciar o faz de um lugar social que lhe dita uma postura a ser assumida, isto é, “A imagem discursiva de si é, assim, ancorada em estereótipos, um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 221). Deve-se deixar claro que a forma com que o conceito é utilizado, sobretudo no decorrer das análises, é uma opção teórica adotada com precaução no sentido de que a aproximação do conceito às bases da análise de discurso francesa se constitua numa forma de aprofundar os momentos de reflexão, quando eles apontam para questões em torno dos jogos de imagem que se travam entre os interlocutores do discurso. Isso poderá ser observado, como se disse, no decorrer das análises e, em parte, na fundamentação teórica apresentada na sequência desse capítulo.

proximidade marcada pelo sentimento fraternal que une irmãos, de pessoas que comungam os mesmos valores, como nas confrarias religiosas, e cuja relação de respeito está posta de antemão, idealmente falando. O que se evidencia, também, por meio do uso do termo ‘irmandade’, é uma perspectiva de religiosidade intrínseca à constituição do A.A. (e do Nar-Anon), questão retomada no decorrer das análises⁹.

Na sequência, apresenta-se a resposta de Jung a Bill, que, como se pode verificar, é fortemente marcada pela via da religiosidade que explicita, no caso, a existência de duas entidades: a do bem e a do mal. Essa relação paradoxal irá penetrar intimamente o discurso da espiritualidade manifesto pelo A.A. e, conseqüentemente, pelo Nar-Anon. Ver-se-á, também, que, recorrentemente, apresenta-se, em seus textos, a afirmação de que o grupo está aberto a pessoas de quaisquer credos ou religiões. Explicita-se, assim, o discurso religioso nos textos, com o cuidado de não identificá-lo a uma religião, em certos momentos, inclusive, negando-se a presença da religiosidade, como se verifica no relato que segue:

Estou plenamente convencido de que o princípio do mal, prevalecendo neste mundo, leva a necessidade espiritual despercebida à perdição, se não for contrabalançado pela verdadeira percepção religiosa ou pelo muro protetor da comunidade humana. O homem comum, não protegido por algo vindo de cima e isolado na sociedade, não consegue resistir ao poder do mal, chamado muito adequadamente de Demônio. (...) Em latim, álcool é *spiritus*, e o senhor [Jung, dirigindo-se a Bill] usa essa mesma palavra em relação tanto à experiência religiosa mais elevada quanto ao veneno mais depravador. Conseqüentemente, a fórmula útil seria ‘*spiritus contra spiritum*’. (Livro I, p. 420).

A resposta de Jung à necessidade de os homens experienciarem uma “verdadeira percepção religiosa” e terem, para se fortalecerem, o “muro protetor da comunidade humana” encontra eco em várias passagens da literatura do Nar-Anon. Para exemplificar, citam-se o seu 11º Passo e a sua 1ª Tradição (que remonta ao 11º Passo do A.A. assim como a sua 1ª Tradição), cujas análises serão apresentadas em capítulo posterior. Nesse momento, deseja-se apenas apresentá-los para um prévio conhecimento de seu efeito de sentido por parte do leitor.

11º Passo: Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade.

⁹ Ver página 33.

1ª Tradição: Nosso bem estar comum deveria vir em primeiro lugar; o progresso pessoal do maior número de membros depende da unidade.

Numa segunda carta de Bill enviada ao psiquiatra, a autoridade do discurso médico, no caso, de viés espiritualista, é explicitada, conforme já dito, o que, ressalta-se, vai ao encontro das necessidades do grupo de firmar seus propósitos perante a sociedade que, na época, tinha-os (aos alcoólatras) como indivíduos loucos ou vagabundos, conforme se verifica na passagem:

Suas palavras tinham realmente autoridade, porque o senhor parecia não ser nem totalmente um teólogo, nem um cientista puro. Conseqüentemente, o senhor parecia estar do nosso lado nessa terra de ninguém que fica entre as duas perspectivas – exatamente o lugar onde muitos de nós havíamos nos descoberto. A sua identificação conosco foi portanto profunda e convincente. O senhor falava uma linguagem do coração que conseguíamos entender. (Livro I, p. 422).

A crença na experiência espiritual vivenciada por Bill, que, posteriormente, o fez deixar de beber, levou-o a um percurso de estudos diversificados, em busca de conhecimento sobre as diferentes crenças existentes, o que afetou o discurso do A.A, que, conforme já dito, é atravessado por uma formação discursiva religiosa (ainda que essa seja negada, já que o grupo se diz não-religioso). Semelhante despertar espiritual se deu com Dr. Bob. Os cofundadores do A.A. liam e seguiam os ensinamentos Bíblicos (havia certa predileção pelo *Sermão da Montanha* de Emmet Fox, o capítulo 13 da Primeira Carta aos Coríntios e a Epístola de Tiago), praticavam o espiritismo e ritos pagãos, recorriam aos estudos da psicanálise e da psicologia (a exemplo, cita-se o uso da obra *O homem moderno em busca de uma alma* de Carl Jung), ao mesmo tempo em que praticavam o discurso da entrega a Deus ou a um Ser Superior. Como se vê, o campo discursivo de constituição do discurso em estudo envolve uma série de áreas que se aproximam e divergem. Os trechos abaixo exemplificam isso:

“Ele [Dr. Bob] lia sobre todas as religiões”, disse Smitty [seu filho], “não apenas sobre a religião Cristã. Discorria sobre o Alcorão, Confúcio, até mesmo sobre práticas de vodu e muitas outras coisas. Leu a Bíblia de capa a capa três vezes e citava ao pé da letra suas passagens favoritas”. (Livro II, p. 318-319).

Inclusive, estava interessado em pessoas que alegavam ter percepção extra-sensorial e outras formas de discernimentos espirituais. (...).

Esse era um interesse que Doc compartilhava com Bill Wilson e com outros dos primeiros membros de A.A.. Juntos ou separadamente, buscavam experiências míticas. (Livro II, p. 320).

As práticas espirituais desenvolvidas pelos cofundadores do A.A. carregam uma memória que afeta a constituição dos *12 Passos* e das *12 Tradições* dos Alcoólicos Anônimos, como se verá. As biografias de Bob e Bill, narradas nos livros citados neste capítulo, permite a afirmação da importância dessas práticas em suas vidas. E é essa apropriação feita por Bob e Bill, cada um a seu modo, que funda o discurso de autoajuda dos Alcoólicos Anônimos.

Tomando as passagens biográficas citadas, entende-se que a presença do discurso da religiosidade/espiritualidade se torna um elemento motivador para o A.A.. Pode-se afirmar que ele figura como uma grande meta a ser atingida pelos membros do grupo: alcançar a “verdadeira” espiritualidade tornar-se-ia o meio e o fim do problema da dependência do álcool. Do comportamento “religioso” e das experiências “místicas” vivenciados pelos cofundadores, constitui-se, portanto, o discurso espiritual presente em praticamente toda a literatura de A.A., por consequência, do Nar-Anon e de outros grupos de autoajuda que seguem os mesmos princípios. Constata-se que a opção de organização da prática de autoajuda difundida pelo A.A., resumida no princípio de entrega a um Ser Superior, é persuasiva, no sentido de que envolve questões cuja definição não se fecha num único discurso, mas em vários e tão diferentes quanto seria a resposta a ser dada a uma pergunta sobre o significado da fé.

Ainda sobre o envolvimento relacionado às práticas espirituais dos cofundadores, observa-se o tratamento dado a esse aspecto na passagem abaixo:

A oração, evidentemente, era uma parte importante na vida de Dr. Bob. Segundo Paul S., “a devoção matinal de Dr. Bob consistia em uma breve oração, 20 minutos de estudo sobre um versículo familiar da Bíblia e um período de silêncio na espera de indicações de como, nesse dia, encontraria uso para seus talentos.” (Livro II, p. 323).

Pode-se dizer, em antecipação às análises que seguirão, que, em consequência do experienciado por Bill e Bob, o discurso em estudo associa-se a uma prática discursiva de autoajuda de princípios espiritualistas. As formações discursivas em jogo simulam uma coerência interna – a de crer num Ser Superior que lhes devolveria a sobriedade –, mas 1) ora permitem a compreensão de que os sujeitos devem crer num Deus amoroso¹⁰, que poderá mudar suas vidas e, então, não é o sujeito que age, mas alguém que age por ele, 2) ora afirmam que a força para mudar está dentro do próprio

¹⁰ Ver 2ª Tradição.

indivíduo¹¹ (do que se pode inferir a crença na existência de um princípio de autodeterminação).

A partir de um tecido discursivo como esse, percebe-se que ambas as formações discursivas colocam-se a serviço de um discurso fundamental para o A.A., constituindo uma formação discursiva que lhe dá identidade e que democratiza discursivamente a convivência entre os membros do grupo, ainda que entre eles se encontrassem o mais fervoroso católico ou o sujeito cético. Isto é, qualquer um, de qualquer crença (ou sem nenhuma crença), pode fazer parte dos grupos que se orientam pelos princípios do A.A.. É o que pode ser verificado em enunciados como os abaixo, assim como em vários momentos das análises apresentadas no capítulo IV, que reiteram a não filiação da entidade a grupos de uma religião específica:

A frase “Deus como nós O concebemos” é talvez a expressão mais importante que se encontra no vocabulário de A.A. Estas cinco significativas palavras têm um tal alcance que nelas se pode incluir todo tipo e grau de fé, junto com a segurança absoluta de que cada um de nós pode escolher a sua própria. De menor valor para nós são apenas as expressões complementares – “um Poder Superior”, “um Poder Superior a nós mesmos”. Para todos os que rechaçam a ideia de um Deus ou que colocam seriamente em dúvida a existência de uma divindade, essas palavras emolduram uma porta aberta por cujo umbral o incrédulo pode facilmente dar seu primeiro passo para uma realidade até agora desconhecida para ele – o reino da fé. (Livro III, p. 296).

“O único requisito para filiação é o desejo sincero de parar de beber. Não estamos vinculados a nenhuma crença, seita ou denominação particular e não nos opomos a nenhuma. Queremos simplesmente ser úteis para aqueles que sofrem”. (Livro III, p. 44).

O Grupo de A.A. deve continuar sendo uma Irmandade espiritual. (Livro III, p. 87).

Que bom, vamos lembrar sempre que o A.A. nunca deve se considerar uma religião! Poderemos afirmar com mais certeza que um membro de A.A. não pode depender de nenhuma crença em particular; que nos Doze Passos não se inclui nenhum artigo de fé religiosa, exceto a fé em Deus – como cada uma de nós O conceba. (Livro III, p 142).

Não há, portanto, como negar a crença dos cofundadores no poder espiritual que configura a prática de autoajuda idealizada por eles.

Como mencionado, historicamente, no momento de fundação de A.A., os E.U.A. viviam um momento de grandes dificuldades econômicas, porém, antecedendo ao *crash* de 1929, “todo mundo parecia estar se encaminhando para a riqueza, na doce euforia dos lucros no papel”. (Livro I, p. 83).

¹¹ Ver a análise do capítulo “Só por hoje”.

A situação socioeconômica dos cofundadores do A.A. não era diferente. As obras consultadas para a constituição desse capítulo reforçam, em vários momentos, a condição socioeconômica favorável dos cofundadores do A.A. antes do período de crise. Eles são apresentados como sujeitos de sucesso, promissores e admiráveis profissionais: Bill Wilson trabalhava como corretor da Bolsa de Valores de Nova Iorque e Robert Holbrook Smith, conhecido como Dr. Bob, era considerado um médico bem-sucedido e respeitado.

No decorrer das leituras, chama a atenção o modo de vida dos cofundadores antes da crise moral e financeira e, também, a forma com que cada um é caracterizado nas obras pesquisadas, o que provoca reflexões. Tidos como homens inteligentes, de negócio e empreendedores, o *acontecimento* da *Fundação de Alcoólicos Anônimos* teria sido, além do programa de recuperação que salvou suas vidas, também a representação do que se poderia chamar fator de conveniência. Num tempo em que não havia emprego e o clima de miséria ameaçava os cidadãos, a *criação* do A.A. pode ter sido o grande negócio da vida de ambos, pois o programa do A.A. lhes deu reconhecimento e os elevou à condição de senhores memoráveis com uma história de sucesso, conforme mostra a passagem abaixo:

[Bill] tinha a capacidade de observar e ouvir, de reunir as ideias, as possibilidades, as teorias e os fatos, a partir de todas as fontes disponíveis. Conseguia digerir e sintetizar as informações e depois apresentá-las em uma forma lógica simplificada que quase todo mundo podia entender. (Livro I, p. 77).

[Dr. Bob era descrito como] um reformador de si mesmo e dos outros (Livro II, p. 26); a “essência da dignidade profissional”. (Livro II, p. 200); [pessoa de quem era difícil falar] sem usar superlativos elogiosos. (Livro II, p. 228).

Apesar da vida promissora anterior ao vício, ambos tiveram as vidas emocionais e profissionais prejudicadas pelo uso do álcool. O vício foi, portanto, a condição que os levou ao fracasso profissional e que os assolou, agravado pelas perdas financeiras.

Sobre ter sido o A.A. um grande negócio na vida de ambos, a reflexão indica que ambos obtiveram ganhos pessoais por meio do programa de recuperação dos Alcoólicos Anônimos, pois o discurso do A.A. teria surgido a partir de dois homens inteligentes que, estando “no fundo do poço”, encontraram uma forma (*fórmula?*) de reconduzir a vida a partir de uma tragédia em comum, criando um discurso de recuperação emocional para si e para outros sujeitos que, como eles, haviam perdido mais do que dinheiro. O que se deseja mostrar com isso é que o discurso do A.A.,

baseado nos *12 Passos* e nas *12 Tradições*, ainda que satisfaça e ajude a milhares de pessoas, é falível e limitado, porque as necessidades subjetivas daqueles que o pensaram o fragilizam: afinal, ele foi pensado por sujeitos e isso deixa entreabertos pontos para acertos e erros, como não poderia deixar de ser. Veja-se o trecho a seguir:

Ele faliu. “No instante em que meu dinheiro desapareceu, minha autoconfiança caiu subitamente a zero”, recorda Bill. (Livro I, p. 91). Ficava bêbado até mesmo pela manhã, naquela época, enquanto tentava fechar algum negócio. Quando isso acontecia, abusava até mesmo das pessoas que estava tentando impressionar e ocasionalmente tinha que ser expulso dos escritórios. Refugiava-me no botequim mais próximo, engolia alguns goles, comprava uma garrafa e lá ia eu. (...) Minha moral estava totalmente estilhaçada. Lembro-me de ter jogado uma pequena máquina de costura em Lois [sua esposa]. Em outro dia, saí pela casa chutando as portas. (Livro I, p. 98-99).

Sobre as bases discursivas de um programa de recuperação pessoal em desenvolvimento que proclamava a doação, a partilha e a solidariedade, os cofundadores resgataram a própria vida, quando muito pouco parecia ser possível frente aos percalços impostos pelo contexto em que viviam.

O A.A., em muitos momentos das obras citadas, é descrito por aqueles que acompanharam sua história inicial como um programa simples, contudo *maravilhoso*. Simplicidade se tornou a palavra-chave, sendo o princípio de organização dos *12 Passos* do A.A.. Essa característica tornou-se, inclusive, alvo de autorreferência para as ações de Bill e do Dr. Bob, que também perseguiam a característica, no caso, qualitativa, da simplicidade. A partir do discurso da prática da simplicidade, tem-se implicado o princípio da acessibilidade como característica do discurso de autoajuda em análise, que virá a garantir sua adoção por distintos grupos de viciados. Considerando esse ponto de vista, afirma-se que ser *simples* o torna (ao discurso) acessível a qualquer indivíduo.

Seguem alguns enunciados e recortes sobre a idealização do A.A., por meio dos quais se configura, ao lado daquele já citado, um *ethos* de grupo que também se deseja despreendido de valores socialmente estabelecidos, qualidade esta que rege, portanto, as coisas tidas como simples:

Primeiro sacrificamos o álcool. Tivemos que fazê-lo; se não, nos teria matado. Porém, não podíamos desfazer-nos do álcool enquanto não fizéssemos outros sacrifícios. Tínhamos que renunciar à petulância e à nossa argumentação farsante. Tínhamos que jogar pela janela a autojustificação, a auto-comiseração e a ira. Tínhamos que abandonar a louca competição para ganhar prestígio pessoal e grandes quantidades

de dinheiro. Tínhamos que assumir pessoalmente a responsabilidade de nossa lamentável situação e deixar de culpar os outros por isso. (Livro III, p. 248).

Com nossas Doze Tradições nos opusemos a quase toda tendência do mundo exterior. Renunciamos a um governo pessoal, ao profissionalismo e ao direito de dizer quem pode ser nossos membros. Renunciamos ao benfeitorismo, à reforma e ao paternalismo. Negamos a aceitar contribuições de caridade, preferindo nós mesmos pagar tudo. Estamos dispostos a cooperar com quase todo o mundo, não casamos nossa Irmandade com ninguém. Nos mantemos longe das polêmicas públicas e rejeitamos lutar entre nós por aquelas coisas que desagregam a sociedade: a religião, a política e a reforma. Temos um só objetivo: o de levar a mensagem de A.A. a todo alcoólico doente que o deseje. (...) A.A. é um Poder Superior a todos nós; tem que sobreviver, se não milhares de companheiros nossos fatigados, indubitavelmente, morrerão. Isto o sabemos. (Livro III, p. 249).

Conforme se verifica, o A.A. demonstra ter outros objetivos que são apenas ajudar alcoólatras a deixarem de ser. Ele estaria buscando, também, tornar o indivíduo alcoólatra uma pessoa cujas renúncias o tornariam um ser humano melhor, praticando virtudes como a *honestidade*, a *responsabilidade* e a *humildade*, dentre outras. Haveria, pois, por parte dos cofundadores, o desejo de buscar um modo de vida conduzido pela dignidade. Sobre os trechos, ainda, chama a atenção a parte final dos recortes retirados do Livro III, página 249, em que o discurso é atravessado por uma formação discursiva que remete ao discurso político, o que aparentemente escapa à consciência dos cofundadores, já que eles negam a presença de qualquer prática interesseira (politiqueira) no A.A. Não percebem que ao negar a presença de práticas política, já significa assumir um posicionamento, o que já é fazer política.

Para eles, afinal, não existiria, no A.A., um poder centralizador. Esse seria atribuído a uma entidade superior, o que cria o efeito de sentido de que seriam todos iguais, pois haveria apenas um Ser Superior acima deles, que não é remetido a uma pessoa em especial, mas a uma entidade abstrata.

Destaca-se, ao final do enunciado, o tom enfático-apelativo com que os membros do grupo são convocados à manutenção do A.A. no intuito de garantir sua existência, gerando a dúvida sobre se o A.A. seria, efetivamente, uma entidade tão estabelecida quanto desejavam seus cofundadores, pois, na sequência, após “tem que sobreviver”, que permite inferir que ele poderia deixar de existir, tem-se o chamamento dos milhares de alcoólatras ao compromisso que, se negligenciado, levaria todos a um trágico desfecho: “A.A. é um Poder Superior a todos nós; tem que sobreviver, *se não milhares de companheiros nossos fatigados, indubitavelmente, morrerão*”. (sem grifos).

Novamente, é preciso destacar a condição socioeconômica em que estava boa parte da população dos E.U.A. naquele momento, fator responsável por marcar definitivamente o padrão de vida dos membros e dos cofundadores. Tratavam-se de homens de negócios que, levados à falência econômica, faliram também moralmente. Bill, que se dizia um astro entre os associados da Wall Street, em 1928, declara sua condição de alcoólatra e, assim, estabelece seu vínculo e posicionamento no A.A: “Naqueles dias, é claro, eu bebia por razões paranóicas. Bebia para sonhar sonhos de poder maiores ainda, sonhos de dominação. O dinheiro nunca foi um símbolo de segurança para mim. Dinheiro era o símbolo do prestígio e do poder”. (Livro I, p. 86).

Revela-se, pela autodefinição que Bill faz de si, que ele se caracteriza por uma personalidade ambiciosa (como ele assume em vários momentos de seu livro) porém “fraca”: “No instante em que meu dinheiro desapareceu, minha autoconfiança caiu subitamente a zero” (Livro I, p. 91). Vários sujeitos alcoólatras que estiveram junto aos cofundadores carregavam um traço comum: tinham sido homens afortunados, como Ebby, colega de escola de Bill: “Ebby era filho de pais abastados, mas a empresa da família faliu em 1922 (...) a bebida de Ebby estava transformando-o aos poucos num problema local naquela cidade [Manchester].” (Livro I, p. 89).

É comum encontrar nos textos do A.A. (e do Nar-Anon) passagens que enfatizam que se trata de um programa baseado na simplicidade (como já dito), na modéstia e no reconhecimento das próprias fraquezas. Porém, há uma memória que nunca se apaga e que afirma o contrário: o gosto dos sujeitos por um modo de vida contrário àquele declarado no discurso e que revela a importância que valores econômicos exerciam e forçosamente deixaram de exercer na vida dos cofundadores, mais por força da situação do que por opção.

Considerando essa via, o A.A. se configuraria no melhor dos empreendimentos da vida de Bob e Bill. E isso, acredita-se, traz consequências para a forma como o discurso se apresenta. Em certos momentos, ele poderia, inclusive, estar buscando apagar o desejo de *ser um sujeito importante e ter uma vida material confortável* por parte de Bill, de Bob e de outros alcoólatras, impossibilitados pelas circunstâncias econômicas da época.

O discurso a ser analisado, tomado como prática discursiva a serviço de tantos propósitos distintos (ajudar alcoólatras, drogados, familiares etc.), teria nascido da necessidade de fortalecimento do ego de sujeitos que, sem armadura financeira e tendo que enfrentar situações de miséria e humilhação, vislumbraram um novo modo de vida,

ao se dedicarem ao programa do A.A., o que significaria a saída de uma situação negativa de modo inteligente e bem sucedido.

Essa afirmação está pautada na forma como o discurso do A.A. serviu à vida dos dois sujeitos – Bill e Dr. Bob –, de forma a se tornar um instrumento de favorecimento a todos aqueles que souberam fazer uso dele, colocando-se a seu serviço. O A.A. teria se tornado, no caso, fonte de rendimentos para os pioneiros (que dedicaram ao A.A. tempo integral de suas vidas), ainda que tal fonte lhes proporcionasse um rendimento modesto. Deve-se ressaltar que não há registros de qualquer intencionalidade por parte dos sujeitos envolvidos de lucrar com o programa (tem-se, justamente, a afirmação que atesta o contrário). Porém, trata-se de um fato de considerável relevância: tem-se sob mira um discurso organizado para ajudar pessoas alcoólatras, pertencente a uma época em que os envolvidos, também alcoólatras, passavam por uma crise econômica e que, ao se dedicarem ao serviço da fundação de Alcoólicos Anônimos, tiveram retorno financeiro, ainda que fosse o retorno necessário à sobrevivência.

Na sequência, apresentam-se alguns registros que tratam da questão relacionada ao dinheiro, a qual teria causado controvérsias entre os membros a cada discussão sobre o tema. Cabe dizer que a 7ª *Tradição*¹² dos Alcoólicos Anônimos foi pensada como um meio de resolvê-la. O fator financeiro teria se constituído como ponto delicado na história de A.A., ainda que a irmandade não tenha propiciado grandes lucros ou riquezas ao Dr. Bob e Bill ou a qualquer membro do A.A.. Porém, como dito anteriormente, não é possível ignorar que, para o A.A. existir, tenha sido necessário que ambos os cofundadores dedicassem totalmente seu tempo para a fundação de Alcoólicos Anônimos, o que implicou na necessidade de haver alguma forma de resposta financeira à dedicação dos pioneiros. Como se lerá nas passagens transcritas a seguir, a questão é complexa e a hipótese de que o A.A. poderia ter sido um negócio conveniente para os pioneiros encontra respaldo:

Nosso crescimento contínuo combinado à receita dos membros de Alcoólicos Anônimos, rapidamente atingirá a assombrosa soma de um quarto de bilhão de dólares ao ano. Essa é uma consequência direta de sermos membros de A.A.. Sóbrios, agora o temos; bêbados não o teríamos. (Livro III, p. 100).

“Você não pode fazer isso conosco, Bill”, acrescentou o homem. “Não percebe que para você, nosso líder, receber dinheiro para levar adiante nossa magnífica mensagem, enquanto o restante de nós tenta

¹² “Todos os grupos de A.A. deverão ser absolutamente autossuficientes, rejeitando quaisquer doações de fora”.

fazer a mesma coisa sem receber nada, logo nos desencorajaria a todos?... Por que nós deveríamos fazer de graça aquilo pelo qual você seria pago?”. (Livro I, p. 192).

Esse era um assunto irritante. Parecia haver dois princípios que se opunham diretamente um ao outro. Havia por um lado a necessidade de manter o A.A. não profissional, sem salários, sendo o trabalho feito pelo amor da coisa em si – o princípio fundamental pétreo da Irmandade e a razão suprema para que ela funcionasse. Por outro lado, existia a necessidade de alguma remuneração aos cofundadores, enquanto trabalhavam para a Irmandade, que necessitava desesperadamente da dedicação plena de Bill e do Dr. Bob. (Livro I, p. 244).

... foi concedido a Bill um percentual sobre o preço de capa, a título de direitos autorais, a mesma coisa que já havia sido votada em prol do Dr. Bob. No início, os direitos autorais foram muito modestos, mas com o tempo tornaram-se volumosos e proporcionaram a Bill e Lois uma renda para toda a vida¹³. (Livro I, p. 259).

Mais do que ninguém, Bill merecia ser remunerado pelo serviço único que prestou à Irmandade. Os direitos autorais que ele recebeu não foram uma remuneração pelo trabalho do Décimo Segundo Passo; foram sim a remuneração pelos seus serviços especiais; todavia, esse dinheiro o liberou para realizar o trabalho do Décimo Segundo Passo que ele praticou incessantemente. A Oitava Tradição também tornou aceitável, nos anos que ainda viriam, a remuneração de outros trabalhadores especiais. (Livro I, p. 353).

Contudo, o discurso que aparece para caracterizar a irmandade e que é reiterado em muitos momentos nas três obras consultadas é o que segue. Ver-se-á que ele busca negar que o A.A. venha a se constituir num negócio, ao mesmo tempo em que retira de cena a presença humana de Bill e Dr. Bob apelando para a presença divina, o que justifica mais uma vez a sua associação a uma formação discursiva religiosa, conforme a passagem que segue demonstra:

A.A. nunca poderia chegar a ser exibicionista nem se converter em um grande negócio; que a humildade e a simplicidade de seus primeiros dias continuariam estando conosco; que ainda somos conscientes que o êxito de nossa querida Irmandade deve-se a Deus, não a nós [segundo Bill]. (Livro III, p. 143).

Esse é o discurso mostrado, mas, entende-se, também é aquele que busca silenciar e apagar o outro: o que não pode e não deve ser dito: aquele que talvez insinue que o A.A. tenha sido um grande negócio, enfim.

Se Bill e Bob abriram seus lares para o alcoólatra que necessitava de ajuda, eles também encontraram muitas portas abertas em razão de ser quem eram: as duas pessoas

¹³ Até março de 1991, haviam sido impressos e distribuídos 10 milhões de exemplares do Livro Azul (Livro I, p. 225 (nota 1)).

que levavam a mensagem do A.A. e que, por consequência, eram tratados de modo especial, mesmo que renegassem tal tratamento. Pode-se afirmar que aceitar ou não um tratamento diferenciado não se deveu a um objetivo que eles desejassem. Simplesmente, eles foram os primeiros a perceberem o sentido da condição de um alcoólatra falando a outro alcoólatra a respeito de um problema em comum e vivenciado por ambos. O encontro estaria baseado numa perfeita interação por meio da troca de palavras e de sentimentos que os envolviam, sobretudo, os relacionadas às perdas (familiares, profissionais, financeiras). O discurso de autoajuda dos Alcoólicos Anônimos está representado no princípio de que só quem vivencia o problema é capaz de compreendê-lo. Ser compreendido e, portanto, aceito é a necessidade satisfeita pelo A.A..

O discurso a ser estudado – o do Grupo Familiar Nar-Anon – mantém-se sob o controle das suas bases de origem, do discurso inaugural dos Alcoólicos Anônimos, que se constitui como força discursiva que tem ultrapassado barreiras íngremes no seu processo de apropriação, como os observados entre diferentes culturas, raças, religiões, classes sociais, idades e níveis de escolaridade, e une, por fim, pessoas crentes num mesmo ritual tido como poderoso e proposto há mais de meio século.

Essa pluralidade de sujeitos enlaçados por um mesmo propósito é um fator importante, porque, como pode ser verificado no trecho transcrito a seguir, implica na adesão das pessoas permitida pela manipulação do conceito de ‘liberdade’. Esse é convertido em propósito particular, como se lê:

O único requisito para filiação é o desejo sincero de parar de beber. Não estamos vinculados a nenhuma crença, seita ou denominação em particular e não nos opomos a nenhuma. Queremos simplesmente ser úteis para aqueles que sofrem. (Livro III, p. 44).

É por isso que julgamos cada vez menos o recém-chegado. Se o álcool for *para ele* um problema incontrolável e *ele quiser* fazer algo a respeito, isso é o bastante para nós. Não queremos saber se o caso dele é grave ou não, se o padrão moral dele é bom ou ruim, se ele tem ou não outras complicações. Nossa porta está totalmente aberta se ele a atravessar e começar a fazer o que quer que seja em relação ao seu problema, será considerado membro de Alcoólicos Anônimos. Ele não assina nada. Ele se une a nós do jeito que quiser. (Livro III, p. 47)

Devem fazer parte de nosso quadro de membros todos os que sofrem de alcoolismo. Não podemos, portanto, recusar pessoa que deseje recuperar-se. Tampouco o ingresso em A.A. deve depender de dinheiro ou formalidade. (Livro III, p. 82).

Nas páginas 217 e 218 do Livro III, encontra-se uma passagem que apresenta a categorização dos sujeitos alcoólatras em três níveis: a) o bebedor bandido, b) o bebedor vagabundo e c) o bebedor cidadão. Embora se façam distinções, o que prevalece é o

discurso que assume a identidade alcoólatra; todos passam a ser, para o A.A., um alcoólatra em geral.

Na página 263 do mesmo livro, ao tratar da questão das drogas e da participação de adictos em grupos do A.A., enuncia-se a enfática negativa de Bill quanto à existência de um mesmo problema para os dois tipos de viciados e, com isso, fecham-se as portas para os adictos, o que, talvez, tenha sido o primeiro passo para o surgimento de outros grupos, a exemplo do A.A.:

Também aprendemos com a experiência que não é possível converter não alcoólicos em membros de A.A.

A experiência nos demonstra claramente que não podemos fazer nenhuma exceção, apesar de que os que usam drogas sejam, por assim dizer, parentes muito próximos de nós os alcoólicos.

Feitas essas considerações com o objetivo de apresentar brevemente um pouco da história do A.A., para finalizar, tem-se que destacar a ausência dessa história nos textos do Nar-Anon. Os Grupos Familiares Nar-Anon, ao iniciarem suas atividades, apropriaram-se *ipsis literis* da literatura do A.A., trocando, muitas vezes, mecanicamente, por exemplo, o termo “bêbado” por “drogado”, ignorando, que essa forma de representação verbal possa gerar consequências, pois a situação que diferencia um grupo de A.A. de um grupo Nar-Anon, apenas para citar um exemplo da atualidade, é que, enquanto um vício é facilmente encontrado pelo consumo permitido em estabelecimentos comerciais, o outro está intimamente relacionado à criminalidade. Este fato, acredita-se, muda o cenário discursivo que envolve o depoimento de um alcoólatra daquele de um pai do drogado. Na passagem citada, verifica-se que, desde o princípio, o A.A. teve a preocupação de separar as causas: uma coisa era o grupo para dependentes do álcool; outra era o grupo para drogados (o de seus familiares). Mas, em princípio, há total ignorância quanto a esse aspecto pelos grupos pós A.A., o que vem mudando.

Hoje, os grupos Nar-Anon já produziram o próprio livro de partilhas, por exemplo. Porém, durante muito tempo, os textos eram os mesmos do A.A., o que poderia conduzir, ao questionamento sobre as partilhas: seriam elas discurso pronto que se encaixa em qualquer situação de vício? Se é assim, não haveria mais uma desidentificação e despersonalização do discurso de autoajuda difundido pelo A.A. e, portanto, a exposição de uma fragilidade do discurso que buscar servir a qualquer situação, sendo, por fim, superficial, já que não cuidaria de cada caso em especial? Ou os seus fundamentos seriam genéricos o bastante para dar conta de cada uma das

diferentes peculiaridades?

Sobre os direitos autorais que caberiam ao A.A., o que a literatura do grupo Familiar Nar-Anon faz é mencionar que o seu discurso tem origem nos Alcoólicos Anônimos. Mas referências a essa origem são feitas de forma breve, sem de preocupação com o impacto que isso poderia causar na constituição da identidade do Nar-Anon. O grupo é o que é em razão de uma voz que o antecede, mas essa voz não é retomada com a devida referência, no sentido de apresentar sua identificação com ela e os efeitos que produz.

No decorrer deste capítulo, procurou-se apontar fatos que justificariam o *quase* apagamento da memória do A.A., o qual, interdiscursivamente, atravessa o discurso do Nar-Anon. Afinal, a compreensão das condições de aparição do discurso dos Alcoólicos Anônimos é que tornará possível compreender a prática de reprodução discursiva que afeta as partilhas, por exemplo, atrelando os seus membros a uma única forma de pensar o problema da adicção do familiar e ignorando o espaço/tempo e a causa a que o discurso praticado faz referência.

Sobre os silenciamentos a respeito da presença do A.A. no Nar-Anon, pode-se listar um conjunto de justificativas: a) ao fazer mera menção, o grupo Familiar Nar-Anon demonstraria ter a preocupação de se resguardar de uma acusação de roubo de direitos autorais; b) haveria a compreensão, por parte do grupo que sucedeu ao A.A., de não haver necessidade de oferecer aos membros um saber mais aprofundado sobre o seu histórico, por acreditar ser ele de pouca relevância para a recuperação do familiar do usuário de droga; c) o *quase* apagamento do histórico seria bem-vindo e bem-visto, no sentido em que ele fortaleceria os novos grupos que se apropriam do discurso, preservando uma identidade que se deseja própria; d), por fim, a pouca referência à origem do discurso seria necessária à manutenção, ao não-questionamento e preservação da autoimagem do Nar-Anon como entidade “autônoma, única, exclusiva”. Ver-se-á, no capítulo das análises, que essas características são reforçadas, sobretudo, nos momento de apresentação do Grupo Familiar Nar-Anon a um novo membro.

Ainda que a opção pela não apresentação da história do A.A. se constitua em prática inconsciente (por não ter sido, talvez, planejado que assim fosse), pode-se afirmar que retomar as condições de produção dos discursos é um fator de risco para as crenças que o sustentam. Afinal, não considerar que o meio exterior afeta e dá tom à enunciação (BAKHTIN, 1999) implica numa atitude ingênua. Essa “ingenuidade” leva o sujeito a pensar que é o centro organizador do seu dizer (sem que práticas ideológicas

o estivessem perpassando), dando a entender que o discurso seja perfeito e causando a impressão de completude cuja ilusão pode ser reconfortante. O retorno ao dito, às condições de produção e ao interdiscurso que atravessa o enunciado mobilizam novos saberes e novas compreensões, dando ao discurso uma nova cenografia, o que nem sempre é desejável.

No decorrer das leituras do corpus e das obras de onde foram retirados os trechos para compor este capítulo, existe a afirmação da “simplicidade do programa”, que é repetida e reiterada (frisa-se). Essa afirmação, porém, é posta em análise: seria o programa realmente simples ou sua pretensa simplicidade é uma estratégia de adesão?

Os discursos dos *12 Passos* e das *12 Tradições* são apresentados como sendo uma “proposta de vida” a ser seguida: uma busca pela entidade a ser realizada por quem assim o desejar; segue-a aquele que nela acredita, como já exposto nos recortes.

O que as análises devem mostrar é que, ao fazer uso do “discurso proposto”, as entidades que se apropriaram dos *12 Passos* e das *12 Tradições* do A.A. oferecem como alternativa seguir os passos: tarefa simples, mas injuntiva. Portanto, ela traz como consequência que o seguido e proposto seja aceito; sendo aceito, ele não deve ser questionado, já que o programa de recuperação de autoajuda é uma “escolha” para a submissão; escolhido, ele deve ser aceito: ele reveste-se de um caráter autoritário, portanto (o que valeria para qualquer discurso).

O discurso da autoajuda teria como facilitador e que tem como característica a acessibilidade, mostra-se como uma trama envolvente, mas cuja ruptura, afirma-se, não requer esforços: em um dia, acredita-se nele, em outro, não mais. Transitoriedade, eis outra de suas marcas.

Objetiva-se, com o breve resgate histórico e os princípios teóricos que sustentarão as análises que se seguem, entender como se dá a apropriação do discurso que funciona *só por hoje* para um grande número de adeptos das instituições aqui referidas e, mais especificamente, para os membros do Grupo Familiar Nar-Anon. Trata-se de propiciar uma leitura mais crítica dos discursos de autoajuda que se manifestam nas sociedades sob diferentes perspectivas, sem a passividade típica que move, comumente, os seus adeptos como se fosse um dogma de fé.

A extensão das obras¹⁴ pesquisadas para este capítulo e os detalhes e pormenores com que as histórias são apresentadas aqui deixam lacunas. Muitas omissões foram

¹⁴ Livro I, 447 p.; Livro II, 360 p.; Livro III, 464p..

feitas a fim de que os objetivos desta parte do estudo não se perdessem: apresentar um recorte da história do A.A.. Os fragmentos selecionados objetivam permitir que, no decorrer das análises apresentadas adiante, vínculos sobre o dito neste capítulo e as análises possam, então, ser estabelecidos a fim de responder, de modo satisfatório, aos propósitos do estudo.

A apresentação de dados relacionados à biografia pessoal dos cofundadores do A.A., Dr. Bob e Bill Wilson, tem por objetivo entender como as perspectivas pessoais de cada um deles, ao representar os homens de seu tempo, passam a serem ouvidas no discurso dos *12 Passos*, das *12 Tradições*, em relação com os conceitos que regem o discurso do Grupo Familiar Nar-Anon, como se procurará mostrar mais adiante.

Porque se sabe que todo discurso é interdiscurso e que, neste trabalho, está-se partindo do discurso dos Alcoólicos Anônimos, é importante ressaltar que ele, também, tem memória e isso não é esquecido. Conforme se procurou demonstrar com os recortes e, ainda que não se trate do objetivo da tese analisar a história do A.A., ter-se-á, neste sentido, uma amostra da complexidade do discurso de que se estará tratando.

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Análise de Discurso:
um recorte sobre a *base* de sua fundação, princípios e procedimentos**

Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja:
é preciso suportar o que venha a ser pensado,
é preciso ‘ousar pensar por si próprio’.
(PÊCHEUX, 1997a, p. 304)

O objetivo dessa tese é analisar o discurso de algumas das publicações do Grupo de Apoio a Familiares de viciados em droga, conhecido como Grupo Familiar Nar-Anon. Tem, portanto, por objeto de estudo e reflexão o *discurso*. Nesse sentido, entende-se, que, no lugar de respostas que apontem para certezas, encontrar-se-ão possibilidades de análises por meio de uma prática de leitura, que, a cada encontro com seu objeto, reconstitui-se. Assim, é de acordo com essa perspectiva, que, neste trabalho, comportar-se-á conforme exposto por Orlandi (2001a, p. 67), quando afirma sobre “o procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise”. Não há respostas a serem perseguidas, porque não há, em *definitivo*, perguntas *guias*. Como obreiros em andaimes suspensos, talvez seja essa a definição possível para a prática com que se desenvolveu a tese a partir da teoria da Análise de Discurso.

Pensar um trabalho que deseja analisar discursos é transitar por um objeto sempre em movimento, seja porque ele se encontra em condições de produção não estabilizadas, seja porque o olhar do analista é afetado pelas suas próprias condições de produção, as quais não podem ser negadas ou apagadas em prol dos discursos que estabilizariam saberes tidos como científicos. Assumir isso geraria uma incoerência, sobretudo, de negação da própria presença silenciosa daquilo que move a todos enquanto sujeitos de uma prática discursiva: os indivíduos estão, em última instância, *sempre* sujeitos às ideologias:

Na verdade, todo “ponto de vista” é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real (um “modelo” do real): uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências *não é senão* o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade “cega” da ideologia. (PÊCHEUX, 1997a, p. 179).

Apesar dos percalços comuns vivenciados no decorrer da escrita de um trabalho de tese (entendimentos e desentendimentos que sua exposição geram, aceitação ou negação da sua proposta, relações que se travam com referência às críticas fundadas ou

infundadas *sofridas*), ao assumir uma posição teórica, o sujeito na posição-autor se encontra numa batalha que pode gerar algum resultado. Como disse Pêcheux (1997a, p. 294), “eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico [desejando] que, por essa via, algo novo venha a nascer – *contra* o fogo incinerador que só produz fumaça”. Deixa-se claro, *é claro*, que incomparavelmente aos feitos do autor, imensamente mais singelos são os resultados alcançados aqui. Contudo, a criticidade almejada teve por fonte de ensinamentos o percurso nada fácil da Análise de Discurso: “A teoria é política. E a análise de discurso que se filia à M. Pêcheux ‘sabe’ disso” (ORLANDI, 2001b, p.36). Por isso, a batalha; por isso, os embates.

Iniciar-se-á, então, buscando-se conceituar o termo “discurso”, porque se entende que ele é o conceito cuja concepção é fundamental para a teoria. E é a partir da sua compreensão que se abrem espaços para a constituição dos demais conceitos. Compreendê-lo, portanto, requer a atitude de *des*-fixar o seu sentido de qualquer lugar estabelecido. Logo, entendido pelo viés teórico que sustenta a discussão, o discurso pode ser lido como prática de “Movimentos dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios” (ORLANDI, 2001a, p. 10). Como se percebe, o termo discurso é contraditório por natureza, não pela ausência de uma coerência que confirma seus sentidos numa dada sociedade; afinal, há o discurso religioso, político, jurídico e etc. dotados de *completude* relativa. A contraditoriedade referida significa o seu não aprisionamento às bases estruturais que lhes fixariam um único e *verdadeiro* significado a partir do espaço enunciado, já que todo signo é ideológico e sua completude se encontra na exterioridade (BAKTHIN, 1999), ou seja, no seu *espaço enunciativo*. Entende-se que *uma* definição única para o termo contrariaria as bases teóricas da discussão, porque analisar discursos é recusar um espaço de conforto para se colocar noutro lugar, como o da incômoda inquietação.

Se o mundo e as pessoas do mundo se convertem, por fim, numa perspectiva discursiva, é preciso compreender a “realidade repleta de mudanças e de contradições, de *mudanças*, portanto, de *contradições*”, como afirma Pêcheux (1997a, p. 249 – sem grifos). E, então, talvez, possa-se buscar nos discursos, não mais a resposta reveladora de uma verdade, mas as condições materiais para a reflexão sobre possíveis posicionamentos dos sujeitos frente à sua condição social em dado momento e em relação a um tema. Eis a tarefa que se coloca ao momento: analisar a incômoda e, por que não, contraditória situação em que se encontram os sujeitos familiares de drogados

frente ao discurso do Grupo Familiar Nar-Anon.

Refletir sobre o discurso, portanto, não é uma tarefa tranquila, isso porque, como se sabe, os sentidos que se materializam em palavras, imagens, símbolos e etc. não estão amarrados nem fixados, como já foi dito, a um significado. Ele é, sempre, em lugar da certeza de que algo significa *x*, a resposta de que também pode significar outras coisas, ditas ou não-ditas, silenciadas: o discurso, portanto, materializa, sempre, efeitos de sentido, devendo-se considerar “a cada um, seu ponto de vista, e, acima de todos, a verdade inacessível!”. (PÊCHEUX, 1997a, p. 209).

Compreender o discurso na sua complexidade exige, então, vê-lo como uma instância que (*de*)marca territórios entre os diversos campos discursivos existentes nas sociedades organizadas, que constroem, por meio das suas instituições (escola, igreja, aparelho jurídico, família e etc.), horizontes de saberes a serem seguidos pelos sujeitos, entendendo-se, com isso, o proposto por Bakhtin (1999, p. 121): “O *centro* organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo”. Entende-se, só há discurso, porque existe uma sociedade que sobredetermina os sujeitos, mapeando, para eles, uma trajetória discursiva centrada em valores ideológicos que se tornam seus alicerces e organizam o mundo habitado por uma comunidade de falantes. É devido a essa perspectiva que o conceito de ‘ideologia’ instaura-se na Análise de Discurso como ponto nodal das discussões. E, como o termo ‘discurso’, sua conceituação também é complexa, devido à própria banalização que o termo sofreu (vem sofrendo) no decorrer dos tempos.

Uma maneira de compreender o conceito de ideologia pode ser a de tomá-la como uma prática de “evidências”, evidências, que, ideologicamente, atuam sobre os indivíduos, interpelando-os em sujeitos (PÊCHEUX, 1997a), sem que se tenha consciência ou controle dessa intervenção, seja nas relações cotidianas ou de maior formalidade. Por isso, afirma-se que as ideologias se imiscuem nos discursos que criam a vida social, já que se constituem *como forças materiais* (PÊCHEUX, 1997a) necessárias à própria criação da sociedade.

Neste sentido, pode-se afirmar que o Nar-Anon é uma instância ideológica e as formações discursivas que constituem o “seu discurso”, em estado de evidências dispersas, implicam distintos campos de saber, os quais visam explicitar o seu caráter de discurso de amparo espiritual. Essas “evidências”, que se engendram na formação discursiva do grupo, atuam de dois modos, seja pela “Penetração que se opera ‘por si só’, [mas] e, ao mesmo tempo, [pela] inculcação que trabalha conscienciosamente sobre

o resultado dessa penetração para ‘se acrescentar a ela’, de modo que, no total, cada ‘sujeito’ saiba e veja que as coisas são realmente assim [!]’ (PÊCHEUX, 1997a, p. 224 – sem grifos no original). O que se deseja mostrar, a par da reflexão de Pêcheux, no decorrer das análises, é a forma como o discurso do Nar-Anon é assumido pelos e leva os sujeitos imersos no problema que os afeta emocionalmente à aceitação de um ponto de vista particularmente ensurdecido por uma leitura estabelecida de como seus membros devem pensar e agir.

Para a Análise de Discurso, “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às *formações ideológicas*” (PÊCHEUX, 1997a, p. 160 – grifos do autor), de forma que os sujeitos falam sempre a partir de um determinado lugar social e compreender isso é fundamental, pois, por meio dessa compreensão, é que se podem problematizar os sentidos estabelecidos. Entende-se por formação ideológica, em outros termos, “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente à posição de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, In: GADET e HAK, 1993, p.166).

Ao encontro do conceito de Formação Ideológica cunhado por Pêcheux, recorre-se à discussão de Foucault que, em “A Arqueologia do Saber” (1995), constitui o conceito de Formação Discursiva. Segundo o autor, se “se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*” (FOUCAULT, 1995, p. 43), de modo que, “analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas” (encerra o autor à página 56).

Pode-se afirmar, então, que as palavras estão imersas em um discurso afetado pelo lugar social de onde é enunciado (afinal, não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa, em qualquer lugar). É a partir desse “lugar” de onde o sujeito enuncia que se inscrevem as posições discursivas assumidas, que, para o autor, constitui-se no conceito de Formação Discursiva, explicado como “aquilo que numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1997a, p. 160 – sem grifos no original). E esse processo se dá por meio do assujeitamento ideológico a que os indivíduos estão submetidos.

Nesse sentido, reitera-se a compreensão de ideologia como prática histórica – porque ela escapa a qualquer política de fechamento, ou que se deseje de cerramento dos sentidos. Conforme explica Althusser (1985, p. 97), “A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos em sujeitos são uma única e mesma coisa”, isto é, não há sujeito sem ideologia e só há ideologia porque há sujeitos em sociedade.

Analisar a categoria de ‘sujeitos’ como se apresenta sob o prisma althusseriano (reiterado na tese pecheuxtiana do *assujeitamento*) é aceitar “a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de evidências) as evidências como evidências.” (ALTHUSSER, 1985, p. 94). Buscando aproximar o objeto de estudo da tese da perspectiva anunciada por Althusser, levanta-se como questão, dentre outras “evidências” a serem discutidas nas análises, o fato de existir na sociedade um grupo de apoio a familiares que convivem com um viciado em droga, que, para certa formação discursiva, trata-se de *um grupo para apoiar familiares que convivem com um mal social representado na pessoa do filho, do irmão, do esposo*. Essa formação discursiva ignora que esse filho, irmão, esposo podem ser pessoas “amadas”, ainda que exista um discurso contrário a esse afeto e que grita nas mídias que eles devem, *é óbvio e evidente*, ser “odiados”. O que torna necessária a presença do discurso sustentado por esse grupo de apoio espiritual parece ser a necessidade de os sujeitos buscarem uma identificação com outros sujeitos que passam pelo mesmo problema, justamente quando eles (os pais, por exemplo) sofrem um processo de des-identificação em relação ao padrão social estabelecido em relação à (auto)imagem de pai.

As problemáticas que se colocam à questão da(s) evidência(s) são parte significativa da discussão em torno do fato de que os saberes de que dispõem os sujeitos não passam de formas discursivas “*políticas*” assumidas sem que eles saibam disso, de modo que o discurso

deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se pode tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 1995, p. 139 – sem grifos).

Analisando os sujeitos do discurso em análise – novamente, no caso, os familiares de viciados em droga – postos numa determinada cena enunciativa e observando que eles representam papéis sociais de acordo com a cenografia estabelecida, vislumbra-se um possível quadro para análise: vendo-se os pais, em relação ao vício do filho, legitimarem o discurso da adicção (e negando, por meio dele, outros discursos, a exemplo daquele que entende o vício como “*coisa de vagabundo ou ladrão*”), pode-se afirmar que eles buscam fortalecimento para si e sustentam o discurso de autoajuda do grupo Nar-Anon sobre o discurso da adicção, no caso.

Essa cenografia que envolve os sujeitos da enunciação, conceito cunhado por Maingueneau (2008, p. 70), deve ser entendida

Como construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, amigável etc. A cenografia é a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que, por sua vez, deve validar através da sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. A cenografia não é pois um quadro, um ambiente, como se o discurso ocorresse em um espaço já construído e independente do discurso, mas aquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala. (sem grifos no original).

Ao agirem discursivamente conduzidos pelo discurso que lhes devolve alguma dignidade, os familiares são levados a abandonar a prática discursiva ideologicamente marcada pela sociedade, que defende a falência do sujeito drogado como cidadão e, por conseguinte, dos seus pais. Com isso, os membros são assujeitados a outro sistema de crenças e valores, o que, neste trabalho, procura-se comprovar por meio das análises. Este é um discurso que subjuga aquele que faz uso dele e se impõe como uma muleta: objetiva tornar os pais sujeitos livres (apesar de o filho ser um usuário de droga), mas os leva a outra forma de aprisionamento, a partir da necessidade de enredar-se no fio discursivo do Nar-Anon. O assujeitamento se configura, assim, naquele espaço enunciativo, por meio de formações discursiva que não demarcam um lugar discursivo, mas transitam por discursos como o da religião, da ciência, do direito e etc. Dessa forma é que se pode afirmar que, “ao dizer que os sujeitos ‘funcionam sozinhos’ porque são sujeitos, isto é, indivíduos interpelados em sujeito pela ideologia, [Pêcheux] fez com que algo novo fosse *ouvido*” (PÊCHEUX, 1997a, p. 296), o que, sob certa perspectiva, era (é!) algo *insuportável*. Não existe sentido fora da ideologia; não existem sujeitos

fora da ideologia.

O que se tem, de certo modo, é que do sujeito é cobrado um “posicionamento”, no caso desse estudo: se ele é pai de um drogado, deve viver com os hinos que entoam seu fracasso como pai e com o discurso oriundo de uma formação discursiva que anda na contramão do discurso do Nar-Anon; ou se vive melhor (*quem saberá?*) seguindo os ensinamentos do grupo. Por fim, entende-se que pouca escolha cabe aos sujeitos que necessitam de um discurso para poderem pensar a si mesmos na sociedade, ou seja, para ter condições de assumir o papel que lhes cabe. Em verdade, “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1997a, p. 163). Esse ponto cego – o esquecimento – lhe é fugidio, escapa-lhe, sempre; afinal, *onde, como e quando* se instituíram as perspectivas daquilo que é bom ou mau, certo ou errado, por exemplo, se, na verdade (*o que é a verdade?*), caberia aos sujeitos se compreenderem, não como “eu”, mas como “nós”?

Segundo o autor, considerando a obra guia tomada em consideração, isso ocorre, dentre outras razões, porque o

sujeito se utiliza constantemente (...) do retorno sobre o fio de seu discurso, da antecipação do seu efeito e da consideração da discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso de um outro (como próprio outro) para explicitar e se explicitar a si mesmo o que ele diz e “aprofundar o que ele pensa”. (1997a, p. 174).

Para a reflexão sobre o modo de funcionamento no discurso do conceito de ‘esquecimento’, retoma-se Pêcheux, que, de modo particular, dividiu-o em dois, definindo-os como esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2. O primeiro é da ordem do ideológico e o segundo dá ao sujeito a impressão de que o que foi dito só poderia ser dito do modo que foi. Nas palavras do autor,

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse

exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 1997a, 173).

Partindo desse ponto, quando o sujeito “assume” para si um discurso, ele passa a ser determinado (na perspectiva do assujeitamento), fortalece-se e parece se tornar senhor de um dizer que se deseja uma verdade. Estabelece-se, então, uma primeira relação contraditória nessa união pouco estável: entre aqueles que (re)produzem um discurso *estabelecido* e o discurso em si, não há mais que práticas ideológicas sendo enunciadas. Para exemplificar a possibilidade de refletir sobre Esquecimento nº 2, pode-se pensar no caso de quando os membros assumem o enunciado “meu filho é um adicto” ou “sou pai de um adicto”. Tem-se uma relação de paráfrase e sinonímia com “meu filho é um doente/sou pai de um doente”, em face da formação discursiva do Nar-Anon e essa é uma das primeiras lições a serem apreendidas: o viciado é um doente. Naquele espaço, uma prática de censura às manifestações de preconceito em relação ao uso de drogas é rechaçada e outra é posta em cena a partir das consequências da enunciação do discurso da adicção: ali, o filho rouba, mas não é ladrão; o filho agride os pais, mas não é um agressor; o filho abandona os estudos ou o emprego, mas não é vagabundo; o filho anda pela rua, maltrapilho, mas não é mendigo: talvez o filho dos outros sejam, mas não os dos pais que frequentam o Nar-Anon, porque, naquele espaço discursivo, passa-se a ter uma outra (e mais “digna”) definição para a situação do usuário de drogas: ele é um adicto.

Desse modo, instaura-se uma memória de grupo que faz o sujeito incorporar, não apenas um discurso, mas valores agregados a um “novo” modo de dizer que conduz a uma “nova” forma de compreender a condição do filho e, por consequência, a sua também. E isso acontece sem que os sujeitos tomem, efetivamente, consciência das condições exteriores que os determinam, de modo que “o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está ‘sempre já’ desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante” (PÊCHEUX, 1997a, p. 176 – grifos do autor), mas que constitui a “impressão” necessária para o sujeito de escolha sobre uma ou outra forma de enunciar. No fim do processo, há, sob a “escolha” de um termo e não de outro, o Esquecimento nº 1, que não deixa rastros ou pistas, mas que *simplesmente* torna possível, inclusive, a tentativa falha de demonstrar o seu funcionamento. “Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior dessa materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o

próprio princípio do real sócio-histórico” (PÊCHEUX, 1997c, p. 55).

Neste estudo, problematiza-se, como já foi apontado, o laço entre os familiares de dependentes químicos e o discurso de autoajuda que lhes dá suporte. Aceita-se, desse modo, a complexidade que envolve os atos de enunciação, os quais nunca são neutros, afinal “estamos inscrevendo nessa forma-sujeito, a necessária referência do que *eu* digo àquilo que *um outro* pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer*” (PÊCHEUX, 1997a, p. 173). Uma prática enunciativa pertencente a uma formação discursiva, ainda que ilusória e não crítica, constrói uma identidade para o sujeito e o faz uma voz na sociedade, propiciando o exercício de práticas de autoridade e de autonomia forjadas pela pretensa ilusão inscrita de subjetividade.

Para a demonstração, retoma-se o quadro abaixo, que ilustra, em partes, como se estabelecem as relações entre os sujeitos e as práticas enunciativas, lembrando, neste caso, o conflito que sempre se instaura nas negociações discursivas entre os sujeitos, que são objetos desse estudo. Como se verá na análise do capítulo “Armadilha Discursiva”, faz-se o exercício dos desdobramentos de um dizer a outro na situação de pai vs. filho. Nele, procura-se apresentar como um dizer é interrogado pela imagem que os sujeitos têm de si e daquele que lhes fala numa dada condição. Deve-se considerar, em relação às formações imaginárias, como as condições de produção dos discursos afetam sobremaneira os modos de dizer que instauram efeitos de sentido não previstos, fazendo com que, no caso em análise, ocorra o desrespeito à norma estabelecida (o pai deveria ser o portador da voz de autoridade), quando o filho drogado “joga”, burlando as regras e “enredando” os pais num armadilha inexorável: aprisionamento.

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Como pode ser observado, nesse “jogo”, inscrevem-se um conjunto de formações imaginárias que leva o sujeito a fazer “escolhas” a partir dos *jogos de imagem* que se travam entre os interlocutores, como já dito. Os sujeitos estão submetidos a determinadas condições de produção, conforme Pêcheux (1969, In: GADET E HAK, 1993) expõe no quadro acima, na apresentação da AAD-69, que não foi reformulada nas fases posteriores da teoria, mas que, para este estudo, torna parte pertinente para a construção do dispositivo analítico.

Frente ao exposto até o momento, o conceito de ‘discurso’, pode-se afirmar, é sempre tomado de forma polêmica, pois uma definição que lhe assegure o fechamento de um sentido é enganosa, considerando as diferentes abordagens teóricas que fazem uso desse objeto, como a pragmática, a teoria dos atos de fala, a análise da conversação, a linguística de texto e etc.

É por isso que, para refletir sobre ele, tomar-se-á por definição a concepção que o apresenta como um *processo discursivo* (forma já assumida para descrevê-lo), ou seja, o discurso tido “como um sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas e etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1997a, p. 161), isto é, num “espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro.” (PÊCHEUX, 1997a, p. 172).

Conforme apontado, é nesse sentido que o discurso em estudo é analisado e interpretado, como um objeto não-novo e que sustenta posicionamentos de um grupo. Esses posicionamentos são recriados a partir das condições de produção dos sujeitos, sem que eles, ao se apoiarem no discurso em estudo para discursivizar suas ações e emoções em relação ao filho, tenham clareza do processo de que fazem parte. A falta dessa clareza os leva à sustentação de uma representação de verdade sobre o problema em que estão envolvidos, no caso, dos conflitos existentes nas relações entre familiares em recuperação e o adicto. O que ocorre é os sujeitos assumem uma forma-sujeito, “de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar*” (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, In GATED E HAK, 1993, p. 166) numa dada situação: eis a questão de assujeitamento ideológico, um dos problemas levados ao extremo por Pêcheux, Althusser e Lacan.

Em relação à incorporação dos estudos de Lacan à Análise de Discurso, deve-se lembrar que ele parte de uma releitura de Freud, revendo, sobretudo, a relação do sujeito

com o inconsciente. Para ele, segundo Pêcheux e Fuchs (1975, p. 178), "todo discurso é ocultação do inconsciente" ou "o inconsciente é o discurso do Outro", reitera o autor (1997a, p. 133). A forma como isso afeta as relações do sujeito com o discurso diz respeito ao fato de que, em todo discurso, seja ele de que esfera for, há, de modo mais ou menos explícito, a presença do Outro (com "o" maiúsculo), de modo que haveria sempre a voz do Outro presente, cuja origem é exterior ao sujeito: ele encontraria raízes no discurso do país, da igreja, da escola, da sociedade em geral, afetando o sujeito, que, na perspectiva de Freud, é dividido entre consciente e inconsciente ("sujeito clivado"). Pêcheux (1997c, p. 45), em referência a Althusser, cita:

Foi a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer: que este "quer dizer" do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o "quer dizer" do discurso do inconsciente.

De acordo com Mussalim (2001, p. 107), na retomada de Freud por Lacan, aponta que:

Lacan assume que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latentes que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente."

Nesse sentido, complementando as remissões teóricas feitas até aqui, pode-se confirmar a tese da "a ascendência dos processos ideológico-discursivos sobre o sistema da língua e o limite de autonomia, historicamente variável, desse sistema" (PÊCHEUX, 1997a, p. 177). Na perspectiva teórica adotada, entende-se que analisar a língua propicia entendimentos voltados para o sistema linguístico em si, cuja compreensão é necessária, porém o que se deseja é observar, além disso, o funcionamento desses elementos linguísticos sob a luz da ideologia, com a finalidade de buscar o desvelamento da opacidade linguística frente à incompletude da linguagem: "A ordem simbólica, configurada pelo real da língua e pelo real da história, faz com que tudo não possa ser dito e, por outro lado, haja em todo dizer uma parte inacessível ao próprio sujeito". (ORLANDI, 1996, p. 63). Esta é uma posição reiterada por Pêcheux (1997b, p. 62), em "Ler o arquivo hoje":

A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo – e nesta medida os objetos linguísticos e discursivos se

submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis – mas simultaneamente ela escapa daí, na medida em que, o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe.

Posto em cena o sentido, parece haver a necessidade de crer em identidade, subjetividade e autonomia intelectual. Entende-se que se tratam de ilusões necessárias para os indivíduos se *sentirem* e serem interpelados em sujeitos. Essa ilusão sobre a autonomia discursiva, tão necessária, não apenas os faz incorporar discursos, mas reproduzi-los sem reflexão sobre por que se diz o que se diz da forma como se diz; ou, ainda, por que se é levado a crer em determinados discursos e não em outros, tomando-os como fontes de verdades ou mentiras.

Orlandi (1996, p. 96) reflete sobre esse processo silencioso e o modo como os sentidos vão sendo estabelecidos. Para a autora,

Os aparelhos de poder de nossa sociedade geram a memória coletiva. Dividem os que estão autorizados a ler, a falar e a escrever (os que são intérpretes e autores com obra própria) dos outros, os que fazem os gestos repetidos que impõem aos sujeitos seu apagamento através da instituição. Seja essa instituição a igreja, o Estado, a empresa, o partido, a escola, etc. Em todo discurso podemos encontrar a divisão do trabalho de interpretação, distribuídos pelas diferentes posições dos sujeitos: o padre, o professor, o gerente, o líder sindical, o líder partidário, etc. E há uma enorme produção de textos (falados ou escritos) que trabalham essa divisão: regimentos, constituições, panfletos, livros didáticos, programas partidários, estatutos, etc. Os sentidos não estão soltos, eles são administrados. (sem grifos no original).

É nesse sentido que tomam forma os conceitos de interdiscurso, memória, pré-construído e discurso transverso a que Pêcheux (1997a, p. 162), de modo geral, denomina “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, no sentido de que “‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar, e independentemente’”. Para o autor, em relação aos sujeitos, ter-se-ia, correspondentemente, “uma memória discursiva que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados-relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52 – sem grifos no original).

Entre as páginas 162 e 180 da obra *Semântica e Discurso*, Pêcheux, de modo mais enfático, discute estes conceitos, buscando colocá-los à luz de uma compreensão que ratifica a tese de que o sujeito não fala, mas é falado, de que os saberes que por ora

se configuram em certezas e pontos de vistas particulares tão próprios do discurso do sujeito-capitalista – que não se cansa de afirmar “Eu falo” –, venham a ruir frente a tais pressupostos: “o que chamamos ‘domínio de pensamento’ (1997a, pp. 190 e 124) se constitui sócio-históricamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado a ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.” (PÊCHEUX, 1997a, p. 161), conclui o autor. Ele continua:

Observaremos que o *interdiscurso enquanto discurso transverso* atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita (1997a, p. 167 – grifos do autor).

Eis o que torna possível afirmar que “o não-dito precede e domina a asserção” (PÊCHEUX, 1997a, p. 261), sendo esse não-dito o que efetivamente significa em razão dos apagamentos e silenciamentos que sofre, de modo que, “refletindo o que todo mundo sabe, permite calar o que cada um entende sem confessar” (ORLANDI, 2002, p. 40); daí a constituição dos silêncios que significam. Valendo-se da citação de Milan Kundera por Pêcheux (1997b, p. 60), pode-se afirmar que, “quando se quer liquidar os povos, se começa a lhes roubar a memória” e, na ausência dela, impera o silêncio.

Faz-se um parêntese para explicar como, para a Análise de Discurso, os conceitos de “silêncio” e de “memória” significam, pois se entende que há uma inter-relação entre eles no sentido de que o segundo atua no desvelamento do primeiro e por ambos se constituírem em ferramentas relevantes para a análise do corpus.

Sobre a constituição do conceito de *silêncio*, Orlandi, em *As formas do silêncio* (2002), demonstra como o sentido se instaura a partir das práticas de silenciamento ou de como o silêncio é constitutivo dos sentidos, não devendo ser interpretado ou confundido com o estudo dos implícitos (como o entende a pragmática), por exemplo, pois ele tem (o silêncio) *status* próprio. Para a autora, “Quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o ‘pensamento’, a introspecção, a contemplação” (p. 37), e isso é significativo. Desse modo, as práticas de análise sobre os não-ditos ganham em significação, em razão do apagamento revelador daquilo que fica ausente no discurso. A autora afirma que o princípio da historicidade é fundamental para tornar o silêncio “visível e interpretável. É a historicidade inscrita no tecido textual que pode ‘devolvê-lo’, torná-lo apreensível, compreensível” (2002, p. 60), já que ele é

caracteristicamente o contrário. Nesse momento, interessa ressaltar

o caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem da produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 2002, p. 76).

Pêcheux, em o *Papel da Memória* (1999), tece uma explicação para os implícitos que evoca a questão da memória, a partir da questão de que “onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’?”. Para ele, se existe uma prática de silenciamento que impõe sentidos (quer se deseje isso ou não), para a sua *captura*, não basta observar o fio do discurso, mas se deve verificar que, por meio da materialidade discursiva, colocam-se em cena o objeto de leitura e o sujeito leitor, sendo que ele, na condição de sujeito sócio-histórico ideológico portador de uma memória discursiva, promove leituras sobre os sentidos não estabelecidos. Então, para o autor,

uma memória não poderia ser concebida como um esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos ou de retomadas, de conflitos e regularização... Um espaço de desdobramento, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Essa seria, pois, uma via para a instauração dos sentidos. Ainda sobre a problemática posta sobre o sentido e o processo de enunciação que ilusoriamente faz o sujeito se ver como dono de seu dizer, Pêcheux apresenta uma reflexão sobre o mesmo como processo metafórico de significação:

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; (...) o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de subordinação, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. (...) Na verdade, a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, por uma *região* do interdiscurso. (...) O interdiscurso é fundamentalmente marcado pelo que chamamos a lei

de não-conexidade. Nessa medida, pode-se dizer que o que torna possível a metáfora é o caráter local e determinado do que cai no domínio do inconsciente, enquanto lugar do Outro (...) o sentido não se engendra a si próprio, mas “se produz no *non-sens*”. (PÊCHEUX, 1997a, p. 263).

A fim de propiciar uma visão geral do quadro em que se constituiu a teoria, ainda que se peque pelas omissões e superficialidade com que alguns dos temas possam ser tratados, retoma-se a discussão proposta por Pêcheux, considerando as problemáticas levantadas sobre as orações restritivas e explicativas. Por meio da análise de enunciados desse tipo, Pêcheux encontrou as bases linguísticas (e epistemológicas) para defender a tese de que as *escolhas* que o sujeito faz na organização do seu discurso estão determinadas, na língua, pelo aparato ideológico que a sobredetermina, o que levaria os sujeitos a revelarem, na materialidade linguística, uma prática discursiva afetada pelo sistema ideológico de que fazem parte.

Por meio do estudo dos sentidos que se configuram nas orações adjetivas explicativas ou restritivas, ele problematiza os aportes teóricos que as sustentam, sobretudo a perspectiva idealista platônica, isto é, as perspectivas do realismo metafísico e do empirismo lógico, explicando que a compreensão para os sentidos que se configuram naquelas orações são um problema de ordem político-filosófica e não apenas linguística. Segundo o autor (1997b, p. 55), “As aporias de uma semântica puramente intralinguística (ou de uma pragmática insensível às particularidades da língua), e as reflexões sobre a especificidade do arquivo textual, levam a pensar que uma pesquisa multidisciplinar é indispensável para um acesso realmente fecundo”.

E, em vias de dar conta dessa *fecundidade*, o autor se infiltra nas brechas abertas pelo estruturalismo linguístico, explicitando suas falhas e rompendo com esquemas estabelecidos, como se pode observar (a exemplo) na citação abaixo:

Saussure deixou aberta uma porta pela qual se infiltraram o formalismo e o subjetivismo; essa porta aberta é a concepção saussuriana de que a ideia só poderia ser, em todo seu alcance, subjetiva, individual. De onde a oposição da subjetividade criadora da fala à objetividade sistemática da língua. (PÊCHEUX, 1997a, p. 60).

Pêcheux tece críticas em relação ao par língua/fala, explicitando que a fala não é o discurso e, citando Paul Henry, afirma que “todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o

objeto da Linguística” (PÊCHEUX, 1997a, p. 91). E continua sua reflexão no sentido de demonstrar que “É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 91).

O autor contesta os posicionamentos de base estruturalista positivista e, entre as páginas 41 e 63 da obra *Semântica e Discurso*, fundamento teórico essencial desse capítulo, o autor, ao apresentar as perspectivas teórico-filosóficas de língua(gem) que se baseiam num olhar contrário aos pontos teóricos por ele defendidos, desconstrói tais estudos, para, enfim, defender seu modo de conceber, não uma nova ciência, mas uma *Teoria do Discurso*, reafirmando, sempre, em primeiro plano, a soberania do sujeito ideológico sobre a língua:

Ora, entre a concepção husserliana da subjetividade como *fonte e princípio da unificação das representações* e a concepção fregeana do *sujeito portador de representações*, é bem claro que, historicamente, a primeira tem dominado constantemente e recoberto a segunda, de Kant até nossos dias, a tal ponto que o mito romântico da criação e do autor (o “eu” único que se exprime, etc.) aparece como duplo literário da subjetividade filosófica: a subjetividade se torna ao mesmo tempo o excedente contingente que transborda o conceito e a condição indispensável da expressão desse conceito”. (PÊCHEUX, 1997a, p. 57 – grifos do autor).

É contra essa forma de pensar que o autor se posiciona. Para ele,

Trata-se (...), de compreender como aquilo que hoje é *tendencialmente* a ‘mesma língua’, no sentido lingüístico desse termo, autoriza funcionamentos de ‘vocabulário – sintaxe’ e de ‘raciocínios’ antagonistas; em suma, trata-se de por em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada. (PÊCHEUX, 1997a, p. 26).

Assim, firma-se o posicionamento analítico de Pêcheux, que não opera apenas sobre as marcas linguísticas, o que não significa que ele as ignore, sobretudo, porque o seu funcionamento se constitui na materialidade necessária ao analista. Mas é a partir dos estudos marcados pelo olhar teórico-filosófico crítico do autor em relação às práticas estruturalistas de compreensão do discurso, que Pêcheux estabelece uma outra ordem de pensamento, onde não há espaço para a presença de um indivíduo falante em si, mas para um indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, “de uma maneira tal que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao*

sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, 1997a, p. 154).

Pêcheux, ao contestar as bases epistemológicas que buscam tornar evidente que a linguagem é uma forma de comunicação livre dotada de autodeterminação por parte dos sujeitos, parte de um olhar filosófico para explicar a causa daquilo que falha – a língua, ao que ele denomina duas formas/pensamentos conceituais que esbarram em problemas que ele busca elucidar, que é são o empirismo logicista (subordinação ao objetivo do subjetivo) e o realismo metafísico (subordinação ao subjetivo do objetivo).

Para o autor, que defende pressupostos de base materialista, “o essencial consiste em colocar a independência do mundo exterior em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior” (PÊCHEUX, 1997a, p. 76 – grifos do autor), o que faz emergir, segundo o autor, a categoria filosófica do *processo sem sujeito*, conforme afirma em sua obra.

Pêcheux contesta toda forma de obviedade que possa sustentar a relação de sentido entre a coisa e o nome: “Em suma, a evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos: mas, sob essa evidência, há o absurdo de um círculo pelo qual a gente parece subir aos ares se puxando pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 32). O que existe, para a Análise de Discurso, são, em verdade, *efeitos de sentido* postos em “evidência”, quando entram em cena as condições de produção do discurso, o efeito de assujeitamento sofrido pelo sujeito e a condição de o sujeito enunciar a partir de uma formação discursiva afetada pelas relações de força que silenciosamente estão presentes nos discursos: “*Ninguém compreende a proposição há pedaços de bolo da mesma maneira que compreende a proposição há corpos regulares. No primeiro caso, o que se visa não é que haja pedaços de bolo em geral e em absoluto, mas que aqui e agora – com café – haja pedaços de bolo*”. A citação que Pêcheux faz de Husserl, a qual ele chama de “essencialmente ocasional”, vem ao encontro do modo de perceber que, em nome de um sentido, o que há, fundamentalmente, são *efeitos de*.

O sujeito não é o portador da palavra, mas é experienciado por ela. Os discursos são uma representação das sociedades: dos seus valores, da sua cultura, da moral adquirida por meio das práticas difundidas pelas religiões, pelo estado, pela escola, pelas relações familiares e etc. Os estudos dos processos discursivos foram, durante muito tempo, negligenciados pelas ciências da Linguagem, já que, como se sabe, aquele que falava não era *ouvido*, porque não interessava a reflexão sobre por que se diz o que se diz da forma como o dito está sendo enunciado, ou de onde vêm os discursos e como

eles significam, ou quem são os sujeitos da interação e de que forma as condições de enunciação os afetam.

Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, também problematiza as circunstâncias tensas em torno do signo linguístico, assumindo posição contra as duas correntes teóricas, que ele denominou como *objetivismo abstrato* e de *subjetivismo idealista*. Aproximam-se nesse momento, esses dois teóricos, Pêcheux e Bakhtin, que incansavelmente, cada um a seu modo, buscaram, explicitar o fato de que nada escapa à ideologia. E, de fato:

Não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. *A consciência individual é um fato sócio-ideológico.* (BAKHTIN, 1999, p. 35 – grifos do autor).

Considerando as discussões realizadas, volta-se ao objeto de análise da tese: trata-se de um discurso em cuja formação discursiva está contido um complexo heterogêneo de outros discursos, que, tomado pela ilusão por que todo processo discursivo se encontra envolto, tornou-se o discurso do grupo familiar Nar-Anon. Dentre as questões tratadas no decorrer das análises, problematiza-se que os sujeitos que “usam” o discurso em estudo, sendo afetados por ele, já não o veem com resquício para qualquer interrogação. O seu processo de incorporação apaga e silencia os sentidos polissêmicos que dele emergiriam, tonando seus porta-vozes presas definitivas, quando ignoram que “o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivo da língua.” (PÊCHEUX, 1997b, p. 62).

E, por mais que ocorram deslizes de sentidos, num primeiro momento, os indivíduos enquanto indivíduos, tomados pela ideologia, são demasiadamente cegos e surdos ao fenômeno polissêmico e polifônico¹⁵ dos discursos, porém não mudos, já que se faz necessária a perpetuação de um *status quo* por meio das repetições incessantes dos saberes legitimados. Deve-se, contudo, criticar a mesmice que não permite outros olhares e se fecha a controvérsias sobre as afirmações que conduzem às práticas

¹⁵ Nesse trabalho, o conceito de polifonia está sendo tomado da perspectiva de Ducrot (1987). Para o autor, significa a presença, na enunciação, de uma “superposição de diversas vozes” (p. 172) e, mais, significa “a existência, para certos enunciados, de uma pluralidade de responsáveis, dados como distintos e irredutíveis” (p. 182).

monofônicas dos sentidos: “o risco é simplesmente o de um *policimento dos enunciados*, de uma *normalização asséptica da leitura e do pensamento*, e de um *apagamento seletivo da memória histórica*.” (PÊCHEUX, 1997b, p. 60).

É considerando tais críticas propiciadas pelos estudos discursivos que se recorre à Análise de Discurso: uma disciplina que interroga os discursos, não permitindo que sua materialidade seja apagada e leve os sujeitos a respostas superficiais, porque, para a teoria, não existe um sentido, mas efeitos de sentido sócio-historicamente construídos. Não existe relação de neutralidade entre os sujeitos e os discursos lidos ou proferidos, porque, entre eles – sujeito e discurso –, silenciosamente, impõem-se relações de poder.

Estudar o discurso do Nar-Anon por meio da Análise de Discurso implica um aprendizado constante, o que se obteve, relativamente, por meio de estudos da disciplina e cuja compreensão dos dispositivos de análise representa a condição de leitura que leva à superação tanto da ingenuidade quanta da arrogância de ser senhor do sentido, porque, como afirma Orlandi (2000, p. 116), “Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro”. E sempre pode ser.

As publicações que compõem o corpus de dados foram selecionadas quase que aleatoriamente, sem a preocupação de esgotá-las quantitativamente, mas se esforçando para que as selecionadas se tornassem representativas e permitissem tecer considerações sobre um objeto cuja opacidade é uma das suas marcas. Entende-se, portanto, que não é por meio de um estudo imanente da língua que se poderia chegar a compreender a ordem silenciosa de organização dos discursos. Buscou-se a realização desse trabalho a partir da teoria que o fundamenta, tida como “uma disciplina de entremeio não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente”. (ORLANDI, 1996, p. 23).

Ratificando essa concepção de avaliação sobre a teoria, afirma-se, ainda, que

A análise de discurso não é um método de interpretação, não atribui nenhum sentido ao texto. O que ela faz é problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando. Compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação. (ORLANDI, 2000, p. 117).

A Análise de Discurso não é tida como uma ciência (como a Lingüística, por exemplo, o é): “E nisso não vai uma avaliação de demérito, antes pelo contrário. Talvez se possa dizer da Análise de Discurso o que Foucault disse do Marxismo e da

Psicanálise: que são muito importantes para serem ciências.” (POSSENTI, 2005, p. 399). Trata-se, portanto, de uma disciplina e de uma prática de orientação teórica para a leitura. Surgida na década de 60, na França, ela foi fundada a partir dos estudos de Pêcheux, que teve, por sua vez, ao seu lado, dois importantes nomes: Jean Dubois e Zellig Harris. Dubois esteve lado a lado de Pêcheux no início da disciplina. Sem ignorar as diferenças que marcavam os interesses de ambos, já que se tratava de um linguista e um filósofo, algo os unia no espaço comum entre o marxismo e a política: “Na contramão das ideias dominantes, eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social.” (MALDIDIER, 1997b, p. 17). Contudo, como mencionado, os olhares divergem, segundo a autora:

Em J. Dubois, [a Análise do Discurso como modo de leitura], deve substituir a subjetividade do leitor unicamente pelo aparelho da “gramática”, rompendo com a prática do comentário literário. Remetendo a literatura ao que ele considera como sua miséria metolológica, (...) Em Pêcheux, a questão da leitura, que se tornará posteriormente um tema decisivo, é colocada desde 1969 nos terrenos de uma teoria não subjetiva, num ruptura tanto das práticas de explicação de texto, quanto com os métodos estatísticos em vigor nas ciências humanas. (MALDIDIER, 1997b, p. 18 – sem grifos).

Por fim, para o linguista, a Análise de Discurso tinha o seu limite pensado na passagem “natural” da palavra ao enunciado; já, para o filósofo, ela “é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas” (especialmente a psicologia). (MALDIDIER, 1997b, p. 19). Encerra-se, aqui, a relação primeira que marcou o encontro entre Pêcheux e Dubois.

Como citado, outro nome que esteve presente nos primórdios da Análise de Discurso é o de Harris e o seu método denominado *harrisiano*. Precursor das análises *transfrásticas*, teve seu estudo apropriado por Pêcheux para a análise das superfícies discursivas. Porém, o método “mostrou-se insuficiente para os propósitos da Análise de Discurso, que buscava reintegrar uma teoria do sujeito e uma teoria da situação.” (MUSSALIM, 2001, p. 116). Ainda que de forma breve, a menção aos dois autores que marcaram as reflexões de Pêcheux quando elaborava o que viria a se constituir na disciplina de *Análise de Discurso de orientação francesa* não poderia ser apagada.

Por meio dos constantes embates e debates que a marcaram, Pêcheux foi aquele para quem o *discurso* significou “um verdadeiro nó. Não [sendo] jamais um objeto primeiro ou empírico. [Mas] o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas

grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 15).

Pensada a partir do entremeio teórico de três grandes áreas do conhecimento, a Análise de Discurso se articula por entre seus conhecimentos, segundo texto de Pêcheux e Fuchs publicado em 1975 (In: GADET e HAK, 1993, p. 163-164). São elas:

1. materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. da linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. da teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três áreas são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Inicialmente, a teoria estava centrada na análise de discursos políticos (como citado). Hoje, contudo, a análise de discurso que se conhece é orientação para a análise dos mais diversos *corpora*. Pode-se afirmar que, na sua origem, compreendendo as condições de produção do seu fundador, os corpora políticos efetivamente dominavam o cenário, tornando-se, portanto, o foco das problematizações de Pêcheux. A partir das crises sócio políticas que afetavam o cenário Francês, eclodem as ideias de Pêcheux, que rompem e desestabilizam com pensamentos dominantes e que afetam, sobretudo, os saberes cristalizados pelas ciências humanas e sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Análise de Discurso

desorganiza a relação da linguística com as ciências humanas e sociais, ao tratar de maneira própria o que é língua, o que é sujeito, o que é sentido. Porque ela mostra que a questão semântica “não é apenas mais um nível de análise mas é o ponto nodal em que a linguística tem a ver com a filosofia e com as ciências sociais”. Porque ela afirma o real da língua mas também o real da história, ao mesmo tempo. Porque ela inscreve o sujeito na análise. Porque ela liga materialmente inconsciente e ideologia e trabalha não só com a interpretação mas também com a descrição. (ORLANDI, 2002, p. 33).

Considera-se, a seguir, um recorte da obra *A Inquietação do Discurso: (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje* (2003), de Denise Maldidier. De modo geral, a obra busca apresentar um relato cronologicamente organizado sobre os caminhos percorridos pelo filósofo para chegar à fundação da Análise de Discurso. Selecionaram-se alguns trechos, como o que segue, a fim de dar visibilidade aos pensamentos e percursos seguidos pelo autor:

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960,

sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele, progressivamente, o amadureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada da conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de um lado. Retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. Deslizamento da política para o espetáculo! Era a grande quebra. Deixávamos o tempo da “luta de classes da teoria” para entrar no “debate”. Neste novo contexto, Michel Pêcheux tentou, até o limite do possível, re-pensar tudo o que o discurso, enquanto conceito ligado a um dispositivo, designava para ele. (p. 16)

Discorrer, portanto, sobre as bases de fundamento da Análise de Discurso significa retomar os percursos teóricos de Pêcheux e, posteriormente, daqueles que, após sua morte, dando continuidade a seus estudos, buscaram aprofundar as pesquisas realizadas nos primórdios da teoria, muitas vezes, provocando novas fissuras, aprofundando conceitos e/ou dando a eles novas roupagens. Desse modo, ainda que o exposto nesse texto refaça caminhos já trilhados, buscou-se refazer o percurso com o objetivo de construir um aporte teórico relevante para as análises realizadas.

De acordo com Malidier (2003), Pêcheux “não produziu nem síntese, nem sistema, mas deslocamentos e questionamentos” (p. 15) e aquilo que hoje se conhece por dispositivos analíticos da Análise de Discurso faz parte de um processo de construção e des-construção por parte de “um filósofo que se tornou linguista, sem deixar de ser filósofo” (p. 97). Nas palavras da autora,

Era sem dúvida preciso que a teoria fosse construída, para que sua desconstrução produzisse iluminações, questionamentos. O percurso de Michel Pêcheux deslocou alguma coisa. De uma ponta a outra, o que ele teorizou sob o nome de “discurso” é o apelo de algumas ideias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre (p. 96).

No intuito de compreender relativamente os percursos de Michel Pêcheux, tomar-se-á o caminho metodológico que apresenta a teoria a partir das suas três fases, de onde os conceitos que por ora foram citados e que, no decorrer das análises, são retomados e as fundamentam. As fases são cronologicamente denominadas como AAD-69 (*Análise Automática do Discurso* - AD-1), AD-75 e AD-83. Entende-se que, além de se constituir na apresentação para embasamento da tese, cada uma das três fases traz contribuições para as análises realizadas no decorrer da tese; por isso, o recorte que

segue. Deve-se ressaltar que, no texto *Análise de Discurso: Três Épocas* (1983), publicado pelo próprio Pêcheux (In: GADET e HAK, 1993, p. 311-318), o autor revisita seus aportes teóricos e apresenta, de forma sucinta, o que se pode considerar pontos que caracterizam cada uma das três fases e aquilo que as marca de forma expressiva.

Recorrendo-se, portanto, ao texto, tem-se, na AD-1 (p. 312-313), o momento conhecido como *maquinaria discursiva*, devido à “autonomia” com que as análises se dariam sobre um *corpus* “fechado” a partir de “condições de produção estáveis e homogêneas” e que suporiam “a neutralidade e a independência discursiva da sintaxe”, com a finalidade de “construir sítios de identidade parafrásticas interseqüenciais”. Nas palavras de Pêcheux (1993),

No horizonte, a ideia (*que permanece em estado de ideia!*) de uma álgebra discursiva, que permita construir formalmente – a partir de um conjunto de argumentos, predicados operadores de construção e de transformação de proposições – a estrutura geradora do processo associado ao corpus. (...) AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. (p. 313 - sem grifos no original).

O que ocorre, então, é a defesa de um movimento analítico que ignora a heterogeneidade, a polifonia e que os discursos são afetados pelo exterior, ainda que sejam oriundos de sítios discursivos circunscritos a uma mesma cadeia de significantes e pertencentes a um mesmo campo discursivo. Essa concepção de organização dos discursos tem em vista um sujeito, que, no caso, é o sujeito assujeitado da Análise de Discurso, aquele levado a “pensar que é livre, quando de fato está inserido numa ideologia, numa instituição da qual somos apenas porta-vozes. Você não fala, é um discurso anterior que fala através de você”, resume Possenti (1990). Esse assujeitamento a uma única forma de pensar do sujeito inserido numa dada cadeia discursiva é levado ao extremo na fase da *maquinaria*. E a perspectiva de assujeitamento é nodal para toda a discussão que é realizada no decorrer da tese.

Contudo, nesse sentido, também, a autocrítica se instaura no âmago das discussões: se se partia da ideia de que haveria um discurso que definia (caracterizaria) os discursos em geral (*o* discurso religioso, *o* discurso médico-científico, *o* discurso jurídico e etc.), cuja explicitação daria conta de apresentar efetivamente como um dado discurso era organizado (por exemplo, como se o modo de pensar dos sujeitos pertencentes a um partido político de esquerda fosse sustentado por um discurso, cujo

espaço de “origem” e “circulação” estivesse restrito aos sujeitos daquela condição discursiva), isso é reconsiderado em razão do conceito de Formação Discursiva apropriado de Foucault e da presença do conceito de Interdiscurso, que passam a marcar a segunda fase da Análise de Discurso.

Nesse momento, a teoria passa a trabalhar com a ideia de “relações entre as ‘máquinas’ discursivas”, em que “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é, constitutivamente, ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outra FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais.” (PÊCHEUX, 1993, p. 314). A ideia de dispersão, apresentada por Foucault, “estoura” definitivamente com a ideia de maquinaria, afetando, sobretudo, a “*construção dos corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada”. (PÊCHEUX, 1993, p. 315). Nesse sentido, em razão da incorporação dessa discussão, é que se pode afirmar, no decorrer da tese, que o discurso do Nar-Anon aponta para formações discursivas distintas e divergentes, oriundas de um interdiscurso que o afeta desde a sua fundação, remontando-se à fundação dos Alcolólicos Anônimos.

Destaca-se que, se o conceito de formação discursiva representou um avanço na teoria, algo se mantinha: se a AD-1 partia do princípio de que uma FD estaria na “origem” do discurso em análise e, por meio da prática analítica, chegar-se-ia à sua qualificação, no segundo momento, a ideia de fechamento se mantém em razão da ideia de confronto. Ter-se-ia formações discursivas em conflito como se se tivesse FD *vs.* FD que gerariam, na análise de um discurso, pelo menos, duas formas de “pensar” uma questão (o confronto entre os partidos de direita *vs.* o de esquerda, por exemplo), mantendo-se a concepção de que o sujeito “continua sendo (...) puro efeito de assujeitamento” (PÊCHEUX, 1993, p. 314) aos Aparelhos Ideológicos do Estado (conforme Althusser).

Como citado, a evidência da noção de Interdiscurso, nessa segunda fase, fez “designar ‘o exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição fechada [conforme o proposto na AD-(1).” (PÊCHEUX, 1993, p. 314). Compreender o assujeitamento, que é o ponto nevrálgico da teoria que supera o sujeito da enunciação e a sua autônoma subjetividade, passa a ser uma prática para a Análise de Discurso que vê o sujeito como atravessado pelo interdiscurso e por ideologias que determinam o dizer.

O conceito de interdiscurso, assim como o de memória, pré-construído e

discurso transversal são fundamentais para as reflexões que sustentam as análises, porque eles são pano de fundo para os momentos de análise, respaldando-as.

É, contudo, na AD-3, que se desmonta definitivamente as maquinarias presentes na AD-2, assim como na AD-1. Pêcheux (1993, p. 315-316) firma o propósito do “primado teórico de *outro* sobre o *mesmo*” e assegura as evidências tanto da “desestabilização das garantias sócio-históricas”, quanto da “desestabilização discursiva do ‘corpo’ das regras sintáticas”. Outro ponto importante dessa “revisão” teórica pela qual passa a Análise de Discurso diz respeito ao “estudo da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio intradiscursivo’.” (PÊCHEUX, 1993, p. 316). Entra em cena, também, o conceito de *heterogeneidade mostrada e constitutiva* de Authier-Revuz (apud MAINGUENEAU, 1997, pp. 75 a 110), isto é, as heterogeneidades enunciativas que marcam, segundo Pêcheux (1993, p. 316), as “formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*”. Por meio também desse conceito, é possível analisar, no discurso do Nar-Anon, por exemplo, como entram em cena outras vozes, manifestadas de forma mais ou menos explícitas e que afetam o dizer do grupo. Nessa ruptura, des-configura-se o sujeito central do ego-eu, tendo-se a incursão pela psicanálise, que propicia a problematização, por parte de Pêcheux, sobretudo da

insistência de um ‘além’ interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do ‘ego-eu’, enunciador estratégico que coloca em cena ‘sua’ seqüência, *estruturar* esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o ‘ego-eu’ se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa (PÊCHEUX, 1993, p. 316-317)).

Ainda que de forma sucinta, incompleta e lacunar (como não poderia deixar de ser), buscou-se construir um percurso da Análise de Discurso com o objetivo de apresentar o lastro sobre o qual a tese está estruturada, de forma que os conceitos analíticos movidos no decorrer das análises encontrassem aqui uma apresentação inicial.

Sobre as reflexões de Pêcheux, talvez o autor não imaginasse a repercussão que os seus estudos tomariam, no Brasil, sobretudo, encabeçados por pesquisadores que despontam no cenário nacional e internacional, cuja menção de um e outro nome seria inapropriado, frente aos importantes trabalhos que têm produzido na área. Estes trabalhos, oscilando entre as vertentes mais ortodoxas da Análise de Discurso e as novas perspectivas abertas, têm revelado o quanto a teoria do discurso fundada por Pêcheux

tem sido fecunda. Neste trabalho, optou-se por manter fidelidade aos textos de Pêcheux.

A escolha desta teoria deveu-se ao fato de que, por meio dela, é possível olhar para os discursos que circulam na sociedade de modo menos ingênuo, mais crítico, mais incomodado, mais provocado: tanto pelo que os discursos dizem, mas, sobretudo, pelo que não dizem e continua significando, de modo que cabe ao leitor buscar, dentre as possibilidades abertas pelo dizer, também aquilo que não é dito, mas que significa, que faz sentido e que constrói novas relações de significantes não pensados e talvez, até mesmo, não desejados.

AS ANÁLISES:

retomando os objetivos específicos da tese

Todo enunciado é intrinsecamente
susceptível de tornar-se outro, diferente de si mesmo,
se deslocar discursivamente de seu sentido
para derivar para um outro.
(PÊCHEUX, 1997c, p. 53).

Como exposto na apresentação, tem-se por objetivo geral analisar o discurso de apoio a familiares de dependentes químicos, tomando por objeto de estudo, textos divulgados pelo grupo familiar Nar-Anon. Com a finalidade de dar clareza à organização metodológica do estudo, as análises que compõem o capítulo três têm como objetivo tratar de algumas questões que se colocam como objetivos específicos a serem respondidos por meio do estudo realizado, de modo que eles “orienta[m] a construção do fato que [o sujeito] vai analisar, determinando as características do material simbólico que ele submeterá à sua observação” (ORLANDI, 2001a, p. 81).

Nesse sentido, as análises que seguem buscam levar o leitor a algumas reflexões sobre como, interdiscursivamente, o discurso em análise é afetado pelas condições socio-históricas de sua produção, que se manifestam por meio de uma prática discursiva oriunda de formações discursivas, ora afetadas pelo discurso da religiosidade, ora voltadas para uma manifestação laica ou, ainda, *tipicamente* marcadas pelo discurso da autoajuda, sendo esse último o ponto nodal das reflexões.

Seguindo esta direção, pretende-se, ainda, problematizar como o discurso da autoajuda do Nar-Anon cria uma trama discursiva que torna o sujeito-membro do grupo “dependente” da entidade, o que se entende como um problema, pois se parte da compreensão de que o grupo deveria, em tese, propiciar ao membro, não apenas uma *liberdade* no modo de conduzir a própria vida frente ao problema do adicto, mas gozar dessa *liberdade* em plenitude (ser pai de adicto e ainda assim ser um pai “normal”), o que parece não ocorrer.

Desse modo, por meio das análises, busca-se, também, compreender como o discurso funciona de uma forma velada, no sentido de que trabalha para “des-culpar” o familiar, relegando a ele um lugar de vítima em relação ao conflito que vive, o que provoca o efeito de que a autoajuda de que ele se vale se respalda num comportamento de *resignação* e de *autopiedade* e sem uma possibilidade de *autodeterminação* desejosa de fazer valer o papel de pai ou mãe, ainda que pai ou mãe de um drogado.

Por fim, objetiva-se problematizar o funcionamento discursivo do apelo emocional que permeia o discurso, principalmente no caso da última análise, quando o que se tem por objeto é a carta de um drogado dirigida aos pais.

Traçado o panorama dos objetivos específicos do trabalho, chama-se a atenção para a forma de organização das análises. Elas abrem com um título-chave que remete diretamente ao corpus. Antes do estudo do corpus, há um *comentário introdutório* que tem dois objetivos: previamente, apresentar o discurso ao leitor, retomando, em alguns momentos, o histórico do Nar-Anon (recorrendo-se ao primeiro capítulo, por exemplo), explicações sobre o seu funcionamento e de que modo o discurso em análise foi utilizado. Depois, no decorrer do comentário introdutório à apresentação do corpus (que antecede a análise em si), entende-se como pertinente (e necessário) apresentar os conceitos (dispositivos analíticos) que sustentam a análise. Deixa-se claro, contudo, que não se trata meramente de retomadas da fundamentação teórica exposta no capítulo dois (ainda que num ou noutro momento se valha de citações presentes naquele capítulo), mas de colocar em primeiro plano conceitos que mais contribuem para o olhar do analista (justificando as retomadas). Se necessário, utilizaram-se leituras compreendidas como contribuições teóricas para o estudo (como, no caso, as contribuições dos estudos de Maingueneau, autor cuja presença é recorrente nas análises).

Enfim, as análises do capítulo três e quatro são o resultado, não da aplicação dos conceitos que fundamentam a teoria da Análise de Discurso, o que contraria os princípios metodológicos da própria teoria. Deseja-se deixar claro que as leituras analíticas que seguem só foram possíveis devido ao conhecimento que se buscou sobre a Análise de Discurso no decorrer dos anos destinados à escrita da tese (e anteriores a ela). Esse conhecimento (ainda que falho) é a fundação em que se amparou, ainda que os conceitos não tenham sido todos explicitados, mas foi o que permitiu as reflexões e as análises efetuadas (sem essa memória do que efetivamente significa fazer análise de discurso, o trabalho não se realizaria).

3.1 A ORAÇÃO DA SERENIDADE

Concedei-me
serenidade para aceitar
as coisas que não posso modificar.
(Fragmento da *Oração da Serenidade*)

Para a elaboração dessa análise, primeiramente, considerar-se-á o fio material do discurso como questão fundamental. O corpus se refere a uma oração que, por isso, conforme o senso comum, teria a finalidade de confortar aqueles que a ela recorrem como meio para uma reflexão espiritual. Desta forma, a materialidade que a sustenta também a sobredetermina, atribuindo-lhe uma cenografia particularizada pela instância da enunciação, no sentido proposto por Maingueneau (apud AMOSSY, 2005). Assume-se, nesse primeiro momento, não se tratar de um discurso de autoajuda (como pode ser entendido por alguns, questão que será retomada adiante), mas de uma *oração*, cuja crença pode elevá-la ao estatuto de um discurso de “poder”¹⁶, pois, por meio dela (da oração), obter-se-ia o amparo espiritual e, para os mais fervorosos, curas físicas.

No caso em estudo, a *Oração da Serenidade* é pronunciada a fim de propiciar aos membros do Nar-Anon amparo em momentos de angústia. Deve-se ressaltar, ainda, que a busca pelo conforto em torno de um propósito particular por parte dos integrantes do grupo, se torna um fato pertinente para análise: quem são aqueles que a ela recorrem, quais as expectativas daqueles que a proferem, que condições exteriores aos sujeitos os levam a tê-la como discurso de conforto, onde ela é enunciada?

Retomando o conceito de cena da enunciação, ele se torna fundamental porque caracteriza de forma especial, como já se disse, o discurso que está sendo enunciado. A oração em estudo não pertence ao Nar-Anon (não foi “invenção” da entidade), mas é apropriada por ele (como por muitas outras entidades, religiosas ou não) e se particulariza devido àqueles que, naquele espaço, utilizam-na, atribuindo a ela um *ethos*, representado pelos efeitos de sentido que dela emanam por meio da sua materialidade¹⁷.

No caso, o *ethos* realiza em função daquilo que ela *prega* (é uma oração; orações

¹⁶ Diversos são os livros publicados sobre o tema “*O Poder da Oração*”, assim como a divulgação desse meio de cura pelas mídias, as quais têm vendido seus espaços no meio televisivo a pregadores. Também é cada vez mais comum a presença de emissoras pertencentes a instituições das mais diversas religiões, cujo intuito, dizem ser, o de “levarem”, por meio das suas orações, por exemplo, a palavra de Deus e, com ela, conforto aos seus telespectadores.

¹⁷ Como já dito, o *ethos* está sendo compreendido como a imagem que emerge do discurso, construída, portanto, pelo que o discurso enuncia. No caso, como se trata de uma oração proferida por pessoas que pertencem a um conjunto, ele está, no caso, sendo construído como uma representação da imagem projetada por uma coletividade.

são boas e fazem bem; sujeitos que desejam o bem a si mesmo e a outrem oram, orações têm sempre boas *intenções*). Por meio da personificação a oração, ter-se-ia um *ethos* positivo, que agrega a ela o poder de oferecer amparo, por exemplo. A oração, enquanto materialidade linguística, está vinculada a um gênero de discurso, que, por a ele pertencer, atribui-lhe uma identidade marcada por determinadas características, que tomam uma forma específica em função da cenografia de que ela faz parte.

A cenografia (...), implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar (MAINGUENEAU apud AMOSSY, 2005, p.77).

A partir da definição acima, pode-se afirmar que o estudo da *Oração da Serenidade*, nas condições de enunciação particularizadas por um grupo de pais de adictos, tem um valor que a singulariza e é isso que importa. Trata-se da *Oração da Serenidade* que, enquanto texto, é retomada nas mais diversas situações enunciativas, mas que deixa de ser a *mesma* (pois as palavras se revestem de novos sentidos a cada nova interlocução), quando é tomada em outra cena de enunciação, no sentido de que

Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo o que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. (FOUCAULT, 1995, p. 28).

Pode-se dizer que se tem, no discurso da oração em análise, um produto final que é prática enunciativa da oração pelos sujeitos no espaço singular em que ela ocorre, o que lhe confere sentidos que passam a se vincular, fortemente, a uma prática discursiva persuasiva, marcada por traços característicos dos grupos a utilizam.

Está-se considerando, portanto, que a *Oração da Serenidade* é um discurso persuasivo que visa a afetar os interlocutores por meio da emotividade (*pathos*), permitindo que leituras diferentes sejam feitas nos espaços discursivos não preenchidos, em função de interpretações possíveis que os termos assumem diante dos problemas daqueles que chegam à irmandade e são convidados a proferirem a oração como um dos

meios para alcançar o equilíbrio emocional; como já foi frisado, em situações descritas, por exemplo, como problemáticas, traumáticas e desestruturantes,

A esse respeito, retoma-se Adam (apud AMOSSY, 2005, p. 94), para quem a possibilidade da *persuasão-manipulação* encontra-se na base do triângulo, ou seja, no eixo *ethos – phatos*, ao invés de no *logos*. O que a oração oferece aos sujeitos não se situa na esfera da objetividade, mas ela atua, efetivamente, pela emoção, meio pelo qual se pretende chegar à adesão do grupo, porque, afinal, é só por meio da adesão que se pode dizer que se logrou êxito no que foi enunciado. De acordo com Viala (2005) (cujo artigo compõe a obra da autora acima citada e que terá o estudo retomado em outros momentos), prega-se apenas aos convertidos. No caso, o sentido de convertidos associado aos familiares e amigos de adictos que frequentam o Grupo os torna, de alguma forma, *convertidos* a um modo de pensar e agir perante uma situação problemática em comum. Há um fator empírico (a convivência com um adicto) que conduz os sujeitos ao grupo e os leva a ter na *Oração da Serenidade* uma “fórmula” que adquire valores comuns em função de um problema em comum.

A adesão à oração e ao que ela significa naquelas condições enunciativas “transforma uma posição em tomada de posição, e tomada de posição em ‘algo óbvio’.” (VIALA, apud AMOSSY, 2005, p. 181). Isso significa que aqueles que se unem para rezá-la apagam (inconscientemente) as possibilidades de múltiplas interpretações do discurso que se configura na oração, pois a cenografia impõe a filiação dos sujeitos ao grupo Familiar Nar-Anon e a realização de uma “certa” leitura. Esse comportamento se explica pelo processo do que ocorre, quando os componentes do grupo passam a aderir a um modo de compreensão do seu problema, o que acarreta “passar de uma diversidade de maneiras de ver e de fazer à certeza de que há somente uma que é válida, [o que] converte a subjetividade consciente de uma opinião relativa em pseudo-objetividade inconsciente de uma certeza absoluta.” (VIALA, apud AMOSSY, 2005, p. 168).

A *Oração da Serenidade* tem auditórios, já que se trata de uma oração que transita por grupos heterogêneos de crentes nela e que são convertidos a ela, no sentido de que a oração procura atender aos propósitos de cada um dos auditórios que a ela recorrem para mediar situações de conflito, como ocorre na apropriação do Nar-Anon.

À oração em estudo, agrega-se, pelo menos de forma evidente, a existência de uma formação discursiva religiosa, mas também, por conta das condições de produção do discurso em análise, outra formação discursiva, que se insinua por meio do discurso da autoajuda: ele faz presente. Sobre essa presença conflitante de dois discursos em um,

em que se afirma que a *Oração da Serenidade* atende a propósitos distintos, ou que, talvez, seja o conflito interno que a constitui na oração que é (ela pode ser apropriada em circunstâncias semelhantes quanto díspares), recorre-se ao conceito de formação discursiva da forma como foi concebido por Foucault (1995); ou seja, o discurso se constitui tanto pelo agrupamento de diferentes discursos, quanto pela sua dispersão.

Negando qualquer automatismo purista para explicar a formação dos discursos, a *Oração da Serenidade* abriga nas suas estruturas a condição da sua existência e, portanto, da sua constitutividade: a de ser um discurso a partir de outros, em que traços de dispersão (ora advindos da religiosidade, ora pertencentes ao mundo laico) se conjugam para existirem: a *Oração da Serenidade* é, pois, a comunhão de correlações e diferentes posições discursivas.

É inegável que, entre enunciar uma *oração* e enunciar um discurso de *autoajuda*, há distanciamentos ideologicamente determinantes sobre como conceber um e outro em condições historicamente específicas, relevando-se, inclusive, nos diferentes efeitos de sentido, o espaço cultural típico dessas duas práticas.

Pode-se afirmar que na sociedade, por exemplo, numa comunidade católica, a *oração* produz uma série de efeitos de sentido que passam a conflitar com os sentidos dos discursos de autoajuda. Ao primeiro, filiam-se valores cristãos que são postos na cena de enunciação; alguém que se coloca em oração e súplica reza, faz preces, louva, agradece a *Deus Pai*. Trata-se de um momento de introspecção, da ação de se colocar e à luz de *Deus* os problemas pessoais, tendo-o como *Aquele* cujo poder dá solução a todos os males está acima de qualquer compreensão mortal; enfim, em relação à oração, existe um ritual de fé e crença de que *Deus* intervirá de algum modo.

Sobre o discurso de autoajuda, este também se sustenta na fé, na crença, na vigília, porém a fé e a crença estão centradas no indivíduo como ser capaz de intervir no próprio destino, mesmo ajudado por outros sujeitos com igual problema. Mas se entende, neste caso, que há, em primeiro plano, o sujeito que diz a si mesmo “eu posso”.

De acordo com o modo de compreensão do discurso da autoajuda, às vezes, esse olhar voltado para si é explicitamente individual (“sou o que penso”); é o sujeito dizendo a si mesmo: “você pode, você consegue, você é forte”. Em outros casos, contudo, esse individualismo é modalizado e, portanto, mediado, por expressões que evocam um “Ser Superior”, que pode ou não ser o Deus cristão; não é o indivíduo solitário que resolve os próprios problemas, mas um Ser Superior.

É justamente neste espaço, entre uma entrega ao Deus cristão (que se faz

presente em orações) e a um Ser Superior, que se situa o discurso Nar-Anon, instaurando-se conflitos em relação à sua formação discursiva. Para exemplificar, citam-se duas passagens pertencentes aos *Doze Passos* do Grupo Familiar Nar-Anon, por meio das quais se podem perceber os efeitos de sentido do termo *Deus*, associado à ressalva presente no discurso do Nar-Anon, *como o concebíamos*, revelando os conflitos entre uma formação discursiva religiosa e a formação discursiva do discurso da autoajuda.

3. Tomamos a decisão de entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS.

11. Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS, rogando apenas o conhecimento de SUA vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade. (grifos no original).¹⁸

Ainda que não se tenha o propósito de se aprofundar nos conceitos com que o Grupo Familiar Nar-Anon é estruturado, eles foram registrados com um fim específico: servir de exemplo para elucidar a análise da Oração da Serenidade. Deve-se lembrar de que tanto os *Doze Passos*, quanto as *Doze Tradições* são conceitos e preceitos oriundos dos Alcoólicos Anônimos (A.A), apropriados pelo Nar-Anon, como já exposto no capítulo de apresentação da tese. Os *Doze Passos* e as *Doze Tradições* fornecem aos sujeitos frequentadores desses grupos uma forma de irem retomando passo a passo, pode-se dizer, as rédeas da própria vida. Aqueles que frequentam as salas de reunião são convidados, a cada encontro, a refletirem sobre os *Doze Passos* e as *Doze Tradições*.

Dessa forma, o 3º e 11º passos citados figuram como ilustrações no intuito de propiciar ao leitor situar-se no discurso que rege os livros do Nar-Anon, as suas reuniões e, portanto, a *Oração da Serenidade* naquela cena enunciativa específica.

Ao sofrer a apropriação por parte do grupo Familiar Nar-Anon, a oração instaura efeitos de sentido previsivelmente diferentes, em consideração, pelo menos, às duas formações discursivas citadas (não se está restringindo o campo discursivo do Nar-Anon a apenas duas formações discursivas em conflito, mas se está optando por colocar em discussão aquelas que se estabelecem de forma mais explícita).

Refletir sobre a *Oração da Serenidade* no espaço específico do grupo requer que

¹⁸ Os trechos foram extraídos de um dos livretos pertencentes ao Grupo Nar-Anon e reproduzidos em suas publicações. Essa literatura é divulgada no site www.naranon.org.br, sendo enviados gratuitamente às novas salas abertas em nome do grupo e também vendidas pelo endereço eletrônico citado. Os livretos não possuem qualquer indexador. Acredita-se que isso se deva ao fato de constituírem traduções oriundas do A.A e re-apropriadas, visando sua adequação às necessidades do Nar-Anon. Deve-se ressaltar que as adequações, basicamente, limitam-se à trocas de termos como, por exemplo, alcoólicos por adictos.

não se veja aí a repetição de um ato mecanizado pela memorização de um conteúdo, em que as palavras assumiriam, para os membros, um único repertório de significações, mas que se veja a possibilidade de leituras múltiplas, abertas à atividade daqueles que se são afetados ao enunciá-la, como ocorre no uso que o grupo faz dela.

Pode-se dizer da oração em estudo que ela é um discurso *já-dito* que manifesta outros efeitos de sentido, calcados num dizer anterior. A fonte, que se pode dizer autorizada, é a de caráter religioso, que ganha, pode-se afirmar, em poder, perante aqueles que a proferem no espaço de circulação e de constituição de sentidos: o do grupo Familiar Nar-Anon.

O que se tem, portanto, como provocação para a análise é a divulgação da *Oração da Serenidade*, veiculada e vinculada (neste estudo) a um dos panfletos de divulgação pertencentes ao Grupo Nar-Anon (anexo 1).

Feita essa breve apresentação, segue a análise da Oração.

*O programa não é religioso,
mas sim uma forma espiritual de viver.*

Oração da Serenidade

Deus, concedei-me
serenidade
para aceitar as coisas que não posso modificar,
coragem
para modificar aquelas que eu posso
e sabedoria
para perceber a diferença.

Iniciar-se-á a análise, primeiramente, colocando a oração em relação à epígrafe escolhida para abrir este capítulo, associação que se procurará explicar na sequência. A epígrafe foi retirada do mesmo panfleto que apresenta a *Oração da Serenidade*, material onde constam informações sobre o grupo, além de outros dados sobre drogas e a exposição de motivos que visam a demonstrar a necessidade dos familiares de adictos de procurarem por ajuda junto a pessoas que sofrem com o mesmo problema, no caso, outros sujeitos que convivem com o viciado em drogas.

Tomando, contudo, o enunciado citado como epígrafe em sua relação com a oração, o que poderia parecer informativo é acrescido de outros efeitos, cujo objetivo não é o de informar, mas o de persuadir os que não conhecem o Grupo a conhecê-lo; e mais: sentirem-se à vontade para fazê-lo. Um *ethos* prévio, então, faz-se ouvir: ao se querer apresentar como um lugar atrativo – mesmo na adversidade –, o Grupo, ao

enunciar “*O programa não é religioso*”, estabelece associações com determinados preceitos religiosos, os quais produzem inferências como: pertencer a uma religião (assumir-se membro de uma religião, seja ela qual for) implica em seguir normas, ser avaliado conforme uma conduta previamente definida pelos outros membros e, por fim, ser punido, se o comportamento não corresponder ao de uma pessoa que pertença a ela.

Ao anunciar, portanto, “*O programa não é religioso*”, o Grupo constrói de si uma imagem positiva que permite – a partir de nova inferência – entender que, no Grupo Nar-Anon, não existem práticas coercitivas como, por vezes, são observáveis noutros espaços sustentados por dogmas religiosos¹⁹.

Detendo-se, ainda, na primeira parte da epígrafe (pano de fundo escolhido para se proceder à análise da oração), observa-se a explicitação de um desejo: a de o Grupo estar aberto a todos, indistintamente da religiosidade de cada um. Por outro lado, ao negar que o grupo seja religioso, a questão que se coloca é de que forma, então, a religião é compreendida pelo Nar-Anon. Caso se dissesse “*o programa é religioso*”, o que isso acarretaria em termos de sentidos, que ecos e comprometimentos adviriam? Significaria pertencer a uma religião como a católica, a protestante, a evangélica? Ou em acreditar em um Deus Cristão? Fazer uso do discurso Bíblico durante as reuniões? Ter presente às reuniões sacerdotes, pastores ou missionários, por exemplo?

O que se pode afirmar é que, se o programa fosse religioso, provavelmente, haveria conflitos ideológicos e os propósitos do Nar-Anon se perderiam em meio a essas tensões. Contudo, deve-se compreender que não ser religioso não implica, necessariamente, em não ter crenças. Ousa-se dizer que os sujeitos, na busca de solução para um problema ou projeto que logre êxito, tornam presente alguma forma de manifestação espiritual, o que justificaria a necessária presença de uma oração como a *Oração da Serenidade* numa sala de grupo de apoio.

Com a segunda parte do enunciado, “*mas sim uma forma espiritual de viver*”, estabelece-se uma divisão entre vida espiritual vs. vida religiosa. A vida espiritual que, segundo o dicionário, é relativa ao espírito, vai ao encontro de uma definição pertinente para este estudo: “1. A parte imaterial do ser humano; alma. 2. Entidade sobrenatural ou imaginária, como os anjos, o diabo, os duendes. 3. *Inteligência* .”²⁰. Desta forma, a

¹⁹ Faz-se a ressalva de que, como entidade, o Nar-Anon também tem suas práticas previamente determinadas para garantir a eficácia do Grupo naquilo a que ele se propõe, sobretudo, objetivando, com suas regras, assegurar certa coerência entre todas as salas Nar-Anon existentes.

²⁰ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini-Aurélio*: século XXI. 4 ed. 2 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

leitura do enunciado pode ser parafraseada por “*mas sim uma forma inteligente de viver*”, o que produziria um efeito de sentido diferente, se se tomar o termo ‘religiosa’ como relativo à religião, a que o dicionário atribui a seguinte definição: “1. Crença na existência de força ou forças sobrenaturais. 2. Manifestação de tal crença pela doutrina e ritual próprios. 3. Devoção”. Ter devoção a algo implica, segundo o mesmo dicionário, em “dedicar-se ou consagrar-se a *alguém* ou *entidade*”. Omitindo-se o termo espiritual do enunciado da epígrafe e usando-se em seu lugar *devota*, a leitura poderia ser: “*mas sim uma forma devota de viver*”.

O resultado dessas sinonímias (obviamente nada perfeitas) seria o seguinte: “*O programa não é religioso, mas sim uma forma inteligente de viver*”. Ou ainda: “*O programa não requer devoção [à entidade, no caso], mas sim [a seus freqüentadores, ele deseja] uma forma inteligente de viver*”, porque o Nar-Anon *não é religioso*. Ser religioso, a partir das definições, permite a inferência de *pouca inteligência*, característica que, em geral, todos rejeitam.

O objetivo da exposição feita é delinear um pano de fundo para a seguinte reflexão: se o programa não é religioso, mas espiritual, como conceber a escolha de uma oração que poderia ter o termo oração apagado, tendo seu conteúdo parafraseado? Pode-se dizer que a *Oração da Serenidade* incorpora valores que atendem a diferentes necessidades: ela circula entre os viciados em álcool, em drogas, em jogo, em sexo, em comida e em cigarro e no grupo das mulheres que amam demais e etc: viciados, enfim. Circula também entre os familiares desses sujeitos (Nar-Anon, Al-Anon, Al-Teen). Há, nas entranhas das estruturas da oração, dizeres não formulados, mas que encontram as necessidades emocionais dos integrantes do Nar-Anon. São essas formulações de sentidos, a partir do contexto do Nar-Anon, que se objetiva analisar.

A primeira consideração a ser feita diz respeito à voz que atravessa o corpus: trata-se de uma oração originária de uma instituição que sustenta uma voz de autoridade, que pode significar não ser questionável, sendo digna, inclusive, de ser “repetida” por qualquer pessoa que tenha crença e fé no que as palavras prometem, carregadas de efeitos de sentido adequados aos dramas vivenciados pelas pessoas que buscam uma sala de apoio e, na oração, justamente, o alcance do estado emocional expresso no enunciado que a nomeia, já que se trata da *Oração da Serenidade*.

Na primeira linha, tem-se o chamamento por aquele a quem se recorre, no caso, Deus, que é apresentado como autoridade suprema e sublime, explicitamente vinculada às práticas cristãs de reflexão e oração. Se a religiosidade foi negada (no fragmento

exposto como epígrafe), objetivando-se, assim, a presença de sujeitos praticantes de qualquer (ou nenhuma) religião para se sentirem à vontade na sala, contudo, não se abre mão da recorrência à autoridade intrínseca, ao se clamar e se dirigir a Deus. Se a Oração é ou não de autoria de Reinhold Niebuhr²¹, o seu autor-idealizador, seja ele quem for (homem, santo ou demônio), não relutou em dar a Ele (Deus) o poder de intervir nos momentos de tensão e, então, tem-se uma relação paradoxal, quando se dirige a Deus, ao mesmo tempo em que, no discurso (ver o 3º e o 11º Passo citados), este ser é negligenciado em prol de um “Poder Superior”. A *qualidade da Oração da Serenidade* é concebida num terreno pantanoso e movediço, que se quer autorizada por um poder superior, mas sem que este tenha necessidade de uma relação explícita com o Deus Cristão, porque clamar ao “Ser Superior” pode ser, inclusive, pensado em relação ao pensamento positivo do sujeito: o “Seu Poder Superior” (onipotente). Eis a razão de enunciados das duas formações discursivas se fazerem presentes: um discurso vinculado a uma formação discursiva religiosa vs. uma formação discursiva individualista.

Na sequência, tem-se o seguinte trecho: “Deus, ‘*concedei-me serenidade para aceitar as coisas que não posso modificar*’”. Retomando as condições de produção do discurso, algumas reflexões e inferências podem ser feitas a partir do seguinte contexto: os sujeitos que têm suas vidas, de alguma forma, afetadas pelo convívio com um adicto têm seu poder de ação sobre ele reduzido, em muitos casos, a poucas possibilidades de um diálogo, cujo teor pode variar conforme a gravidade do envolvimento do adicto com o uso de drogas e o modo como isso está afetando a relação entre o(s) familiar(es) e o viciado. Neste sentido, o trecho *concedei-me serenidade* encontra respaldo na necessidade de o pai manter-se calmo, porque, acredita-se que apenas por meio de ações *serenas* é que o sujeito (familiar ou amigo) poderá perceber que algumas coisas não se pode mudar, no caso, não se trata de satisfação de uma vontade do familiar que prevalece, mas a do adicto; e a vontade de um não significa a do outro: se assim fosse, não haveria filho(a), marido (esposa), amigo(a) com tal problema.

O trecho clama por serenidade *para aceitar* o viciado, para a vontade de recuperação e para a superação do vício desejada pela família, por exemplo. Já que se parte do princípio de que o drogado pode não superar o vício, busca-se aceitar que não se pode mudá-lo, mas ter uma atitude diferente em relação a ele (fator que desencadeia uma série de significados, de que não se tratará aqui). Por isso, no enunciado “Deus,

²¹ A autoria da Oração da Serenidade é atribuída ao Niebuhr, teólogo americano em meados da década de 30; nos anos 40, a Oração teria sido apropriada pelo Grupo dos Alcoólicos Anônimos.

concedei-me serenidade para aceitar “*as coisas que não posso modificar*”, o termo *coisas* remete a toda situação de infortúnio provocada pelo viciado. Aquele que ora se coloca em primeira pessoa, declara que há coisas *que [ele] não po[de] modificar*, revelando desolação, desalento, resignação e *conformismo*. Os discursos se misturam, tanto quanto as emoções daqueles que oram e se confortam, pois se sabe que, sobre determinados problemas, pouco poder de solução, previsão ou encaminhamentos o sujeito tem: ter *serenidade para aceitar* torna-se, então, o canal mais confortável e, porque não dizer, mais fácil a ser seguido.

O segundo trecho diz: “*coragem para modificar aquelas que eu posso*”. O que significaria, nas condições de enunciação descritas, o termo “coragem”? Se é preciso ter coragem, pode-se inferir que, em algumas ocasiões, ou faltou coragem, ou se pode prescindir dela. Em todo caso, para um familiar de adicto, os efeitos de “ter coragem” vão de encontro, justamente, com a prática “confortável” da não ação, quando, serenamente, se é tomado pela certeza de que nada pode ser feito. Mas o enunciado diz *coragem*, que sugere, dentre outras condutas, o comportamento de enfrentar algo não necessariamente ruim, mas, talvez, desafiador ou que representa um problema; daí a referência à necessidade de ter coragem.

Porém, ainda assim, um traço de conformismo atravessa o enunciado, pois o que ele diz é “coragem para *‘modificar aquelas que eu posso’*”, o que aponta para a aceitação do que não pode mudar: caberia aí, pois, um julgamento, devendo este ser feito pelo próprio sujeito. *Aquelas* coisas que ‘eu posso mudar’ permitiriam tanto uma lista repleta de itens, quanto uma lista restrita: nada está definido. Questão de consciência ou não, de ação ou falta dela, coragem é para poucos. Nesse sentido, o familiar não seria, também, uma vítima (basta retomar o discurso da co-dependência), por precisar, de fato, de coragem para enfrentar adversidades tão imprevisíveis?

Por fim, o último trecho: “*e sabedoria para perceber a diferença*”. Ironicamente, ou não, novamente, é o sujeito que decidirá os rumos a serem tomados. Clama-se a Deus para que conceda sabedoria; por outro lado, Deus é ser “*Concebido*” de forma particular por cada um dos membros do grupo: seria Ele o Poder Superior e o Poder Superior uma espécie de superego, fonte da religiosidade ou inspiração para a autoajuda? Pode ser talvez fonte de *Sabedoria* para ir ao encontro do problema, mas também sabedoria para a não atitude, por que o que se pede é a possibilidade de se *perceber a diferença* entre as coisas que se pode mudar e as que não se pode. Perceber algo se filia aos sentidos que podem ser mais ou menos aguçados: eis, aí, uma variável

de caráter subjetivo. Perceber é factível de falhas que já estão previamente desculpadas

Por exemplo: nem todos percebem os males do mundo do mesmo modo; para uns, é uma questão econômica; para outros, é uma questão ideológica: pouco importa a escolha; a cada um compete uma condição, talvez, mais ou menos aguçada pela percepção do que o envolve. Ser sábio (ter sabedoria) e ser sereno (ter serenidade) sugere ponderação. E ponderação pode ser interpretada como uma meia-atitude perante a necessidade de alcançar solução para uma situação problemática.

A *Oração da Serenidade* é porta-voz daqueles que se encontram envolvidos por um conflito causador de constrangimentos sociais, pois o vício das drogas é comumente relacionado à marginalidade (porque conduz, comumente, o usuário a cometer delitos), uma situação em que a ação dos familiares e amigos é cerceada por condições que os fazem se sentir incompetentes e culpados, sentimentos absolutamente humanos, aguçados pela fragilidade a que o ser humano é submetido por uma sociedade *expert* em alardear os fracassos dos seus membros, sejam eles pais de viciados que fracassaram no papel de pais; esposos e esposas que fracassaram em seu papel; irmãos que fracassaram; amigos que fracassaram. Idealmente, as avaliações para as condutas sociais já estão postas. Quando algo foge ao controle, tem-se um problema; e a existência deste pressupõe a de culpados.

Contudo, o discurso que fundamenta a oração tem um tom de *des-culpa*. Ela tira a culpa: ela satisfaz, porque apazigua os sentimentos; afinal, está-se pedindo *serenidade*, *coragem* e *sabedoria* para que as coisas possíveis de serem mudadas o sejam. O *conformismo* atravessa a oração; ele a constitui. Se, em certas condições, modificar algo sugere uma luta desigual frente ao tamanho do problema, quase sempre fadada ao “fracasso”, é *natural* que se recorra a discursos que justifiquem o combate não combatido, ou a luta rendida, ou a vitória não tentada: resignação.

Tomar a *Oração da Serenidade* a partir das condições de produção em que ela ocorre, como no Grupo Familiar Nar-Anon, implica em considerar as circunstâncias em que é enunciada, como foi reiterado no decorrer do texto, porque, ali, efeitos de sentido se materializam com um fim específico: o de proporcionar amparo, sobretudo. Não se quer julgar como os sujeitos se permitem conduzir por ela: o objetivo que desencadeou essa análise foi a busca de verificação e compreensão da cenografia estruturante da oração que acaba por, de alguma forma, afetar as cenas enunciativas resultantes.

Pode-se afirmar que há um *misto* de propósitos no discurso da Oração, indispensável para os objetivos de um grupo que se deseja de apoio. Se as reflexões

efetuadas abrangem outras circunstâncias em que a Oração é realizada, isto, de acordo com o que se acredita, não afeta substancialmente a discussão desenvolvida, cujo objetivo era tomá-la numa situação específica. Se as reflexões não estão de acordo com os sentimentos dos que a proferem numa sala Nar-Anon, eis um ponto para reflexão a ser considerado, até porque esta análise busca pensar os efeitos de sentido como sendo gerados a partir da Oração e não daquilo que as pessoas poderiam dizer sobre ela.

Fecha-se esse primeiro capítulo de análise com algumas considerações: deve-se ter em mente que a *Oração da Serenidade* é um dos muitos textos tomados para reflexão no decorrer das reuniões. Ela, especialmente, ganha um espaço particular, pois abre e fecha os encontros. Seus efeitos de sentido provocam reações sobre os discursos emocionalmente afetados de pais de adictos que são, no caso, os sujeitos que pouco ou nada conseguem fazer para “salvar” o próprio filho. Eles são impotentes, efetivamente. Essa oração não teria sido “escolhida” tão aleatoriamente, por força do acaso, para fazer parte das reuniões: ela está ali porque de fato se aplica às necessidades das pessoas. Tratando-se de um discurso de amparo espiritual, a autoajuda que enreda as práticas discursivas do discurso do grupo Familiar Nar-Anon mostra-se caridosa e compreensiva, cobra pouco e oferece muito: pelo menos o essencial: des-culpa (aos pais) ao indesculpável (aos olhos da sociedade). Não se faz mais pelo filho, afinal, porque é preciso serenidade para “para aceitar as coisas”.

3.2 NAR-ANON, OS QUATRO ABSOLUTOS E O DISCURSO RELIGIOSO

A adicção não diz respeito a qualquer religião,
portanto o propósito do nosso programa
é nos ajudar, sem distinção de qualquer credo.
Não podemos deixar nossos propósitos
serem destruídos com debates
de qualquer crença
em particular.

Neste capítulo, procurar-se-á aprofundar a reflexão sobre a presença do discurso religioso como prática discursiva fundante do discurso do grupo Nar-Anon, além de buscar compreender como ele afeta a produção de sentidos dos textos em estudo.

Para o trabalho, parte-se da epígrafe que abre este texto e explicita a discussão que se pretende efetuar nesta análise. Trata-se de uma passagem pertencente à literatura do Grupo Familiar Nar-Anon que aborda o desejo da entidade de se mostrar como uma irmandade não religiosa, a fim de, por meio desse discurso, atingir seu objetivo específico de ajudar a pessoas de qualquer crença que tenham problemas com familiares adictos. A epígrafe revela que a opção por se colocar aberto às diferentes religiões se deve ao motivo de que o vício das drogas é *democrático*, não escolhendo pessoas vinculadas a uma ou outra opção espiritual. Por conseguinte, o Nar-Anon se propõe a ser um espaço de ajuda democrático, o que sempre causa um bom efeito de sentido.

Considerando, então, a epígrafe como ponto de partida para as reflexões, tem-se por objetivo analisar o discurso sobre os *Três inimigos mortais*, de publicação do grupo Nar-Anon. Cabe ressaltar que esse texto remonta a um momento das condições de produção que deram origem à literatura do grupo de Alcoólicos Anônimos, no caso, o discurso sobre os princípios de *Os quatro absolutos*²². Para os propósitos desta tese, os princípios que regem *Os quatro absolutos* serão pensados como parte da memória constitutiva do discurso a que pertence à epígrafe (o texto sobre *Três inimigos mortais*), que, de acordo com as formações discursivas que o constituem, problematiza a temática da religiosidade e da não religiosidade que se faz presente na literatura do Grupo Familiar Nar-Anon.

Problematizar essa questão é entendido como fundamental, já que a necessidade de levar as pessoas à adesão de um discurso parece estar calcada no fio do discurso

²² Explicações sobre o que sejam *Os quatro absolutos*, sua origem e influências sobre o discurso de A.A. encontram-se no livro *Dr. Bob e os bons veteranos: uma biografia, com lembranças dos primórdios de A.A. no Meio-Oeste*. 2 ed. Trad. pela JUNAAB – Junta de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos do Brasil, 1988.

religioso, seja por ele representar uma voz de autoridade (conforme análise da *Oração da Serenidade* buscou demonstrar), seja por ele se mostrar, sempre, portador de veracidade (em princípio, pelo menos).

O propósito de apresentar um discurso como constitutivo, ou seja, refletir sobre as ideias em que se pautam *Os quatro absolutos* para, posteriormente, analisar o discurso a que pertence a epígrafe pertinente à literatura do Nar-Anon, fundamenta-se no objetivo de compreender como o apagamento de um discurso é interdiscursivamente constituinte do outro, sobretudo, por pertencerem a um mesmo campo: no caso, o de uma literatura de ajuda ao outro e, por conseguinte, de autoajuda. Ambos os discursos circulam em espaços enunciativos distintos: *Os quatro absolutos* são preceitos do Grupo de Oxford²³ que, anteriormente à formação do A.A., era o grupo frequentado pelos seus fundadores; já *Três inimigos mortais* é veiculado pela literatura do grupo Familiar Nar-Anon, que apropriou-se dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições*, conforme consta na literatura do A.A., mas cuja história de formação não é retomada pelo Nar-Anon. Contudo, o que se tem é uma certa contrariedade, por sua vez, no tocante ao tema religiosidade vs. não religiosidade, que se procurará explicitar aqui.

É importante ressaltar que a menção a dados sobre a fundação dos grupo de Alcoólicos Anônimos nesse texto, de onde a literatura Nar-Anon é oriunda, deriva da necessidade de compreender a existência de um conjunto de circunstâncias complexas que permitiram aos fundadores do A.A. elaborar, a partir dos discursos que circulavam naquele momento sócio-histórico, um discurso para o A.A., que foi sistematizado nos *Doze Passos* e nas *Doze Tradições*, utilizados posteriormente pelos Grupos Familiares de Alcoólicos (Al-Anon) e Grupo Familiar Nar-Anon, assim como pelos Narcóticos Anônimos (N.A.), dentre outras.

Retomando os objetivos deste capítulo, buscar-se-á, portanto, compreender as relações que se estabelecem em torno do tema *religião* no interior do discurso em estudo: aquele que compõe o capítulo *Três Inimigos Mortais* (de onde a epígrafe foi recortada), em consideração aos preceitos dos *Quatro Absolutos* (*honestidade absoluta, abnegação absoluta, pureza absoluta e amor absoluto*), que figura nas condições de produção de A.A. e que apresentam formações discursivas que se repetem na literatura do Nar-Anon. Se um “discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum

²³ Segundo a obra *Dr. Bob e os bons veteranos* (1988, p. 56-57), o Grupo de Oxford “era um movimento espiritual que buscava recapturar no mundo moderno, a força do cristianismo do primeiro século (...). Dava-se ênfase na oração e na busca de orientação de Deus em todas as coisas. O movimento também contava com o estudo da Sagrada Escritura”.

retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., *mas de um trabalho sobre outros discursos*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 120 – grifos no original), este texto pretende mostrar como isso ocorre a partir da análise a ser apresentada.

O discurso sobre os *Três inimigos mortais* leva à compreensão de que há um discurso religioso presente (e que impõe regras sociais de conduta cujos sentidos, espera-se demonstrar, remonta aos *Quatro Absolutos*), mas não mencionado, mesmo quando a apropriação do discurso religioso é evidenciada pelo próprio discurso do Nar-Anon. A análise do capítulo sobre os *Três inimigos mortais* permitirá demonstrar como, “mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade” (MAINGUENEAU, 1997, p. 120). É a partir dessa proposta que a análise será efetuada.

Como mencionado anteriormente, a epígrafe que abre o trabalho pertence ao capítulo sobre os *Três inimigos mortais* (anexo 2) retirado de um dos livretos do Grupo Familiar Nar-Anon. Neste livreto de 12 páginas, encontram-se resumidas explicações a respeito do grupo Familiar Nar-Anon e dos procedimentos para que um grupo “funcione”, em que são citados os *Doze Passos* e as *Doze Tradições*, além de uma breve exposição sobre a doença da adicção²⁴.

Para a análise, tomar-se-á por condução a perspectiva discursiva, aquela cujo olhar está direcionado não apenas para formas linguísticas, mas para a união entre o linguístico e o seu exterior, de modo que as condições de produção do discurso sejam avaliadas como determinantes para que ao dito sejam atribuídos certos efeitos de sentido e não outros. Como afirma Pêcheux (1993, p. 79),

Os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo o que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção’ do discurso.

De acordo com o exposto acima, ter-se-á como reflexão para as análises um

²⁴ O uso do termo adicção é comum nas literaturas de Narcóticos Anônimos (N.A.) e do Grupo Familiar Nar-Anon. Seu uso, acredita-se, sinaliza a um modo mais médico científico de se dirigir aos dependentes químicos, diferentemente, por exemplo, do tom pejorativo que acompanha os termos “drogado” ou “viciado”, comumente associado à marginalidade. Sobre esse tema, veja-se o capítulo “Sobre a Adicção”.

fragmento de discurso que remonta à época de fundação do discurso do A.A., *Os quatro absolutos*. A remissão a ele se deve ao seu caráter simbólico e à sua importância, na medida em que se busca compreender como *significa* o discurso em estudo e na medida em que se sabe que não tem uma origem em si, mas por meio de outros discursos que o atravessam, imprimindo efeitos de sentido que remontam a discursos não explicitados, mas constituintes do discurso, sobre, no caso, os *Três Inimigos Mortais*.

Parte-se, assim, de um dos fundamentos da análise de discurso francesa que afirma a primazia do interdiscurso sobre o discurso. Nesse sentido, o discurso é constituído por aquilo que, no interdiscurso, fica armazenado na memória. Desse modo, entende-se o discurso do Nar-Anon na relação com outro discurso no qual ele tem sua base de origem e, que passa a ser constitutivo de sua existência. Nessa perspectiva, retoma-se novamente Pêcheux (1999), ao se discutir o papel da memória como fundamental para o entendimento sobre os deslocamentos porque um discurso fundador passa no decorrer dos processos de apropriação que sofre, pois é isso que ocorre na apropriação que o Nar-Anon faz do discurso do A.A.

Para os propósitos assumidos, tomar-se-á, então, o discurso pertencente à página 8 do livreto, encabeçado pelo título *Três Inimigos Mortais*. Cabe revelar que não se tratam de inimigos contra a vida de um nar-anon ou mesmo de um adicto. O conteúdo se refere a males que venham a atingir a irmandade Nar-Anon como instituição, entendida como, “o conjunto de atos e ideias instituídas que os indivíduos encontram diante deles e que lhes são mais ou menos expostas”. (PÊCHEUX, 1993, p. 76).

Encaminhando a análise, tem-se que o Nar-Anon exige que as suas normas e regras sejam respeitadas (pelo menos naquele momento, destaca três delas, denominadas *Três Inimigo Mortais*). Sobre a organização de regras, entende-se que essa prática seja necessária já que, de acordo com os seus argumentos, qualquer edificação requer alicerces que precisam ser mantidos fortes; do contrário, a estrutura passa a sofrer abalos. Buscando-se prevenir, a literatura se preocupa em manter os membros do grupo atentos à existência e obediência de normas, cujo objetivo é conservar o programa do grupo Familiar Nar-Anon e, sobretudo, mantê-lo fiel à base de seus fundamentos, que são os *12 Passos* e as *12 Tradições* oriundas do A.A..

O discurso sobre os *Três Inimigos Mortais* é parte co-existente de algo já dito, mas não anunciado. Trata-se de outro discurso interno à memória discursiva que materializa um *novo* discurso que significa “a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Ou seja:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram o seu sentido. (ORLANDI, 2001, p. 33).

Buscando evidenciar a reflexão teorizada pela autora, neste estudo, procurar-se-á demonstrar como o discurso sobre os *Três Inimigos Mortais* mantém uma relação constitutiva com um dos discursos que pertencem às condições de produção do A.A., o que se deve à presença soberana de uma relação onipotente da memória sobre os discursos como o do Nar-Anon; um discurso procedente de outro, procedente, por sua vez, de outro(s) e assim por diante. A análise mostrará que há um outro que fala nas vozes que são enunciadas, mas este outro nem sempre é posto à observação do leitor e, talvez, pouco se mostre ao próprio autor. A este fenômeno dá-se o nome de heterogeneidade constitutiva de todo discurso, questão intrínseca aos conceitos de interdiscurso e memória (MAINGUENEAU, 1997). Esse quadro teórico justifica as relações estabelecidas para os encaminhamentos da análise.

Abaixo, apresenta-se na íntegra a transcrição do discurso que será dividido posteriormente com o objetivo de organizar a apresentação das análises.

TRÊS INIMIGOS MORTAIS

Para garantir o sucesso das nossas reuniões, na solução dos nossos problemas comuns, precisamos reconhecer três inimigos mortais, que podem destruir o Grupo.

1. O primeiro é o debate de qualquer denominação religiosa.

A adição não diz respeito a qualquer religião, portanto o propósito do nosso programa é nos ajudar, sem distinção de qualquer credo. Não podemos deixar nossos propósitos serem destruídos com debates de qualquer crença em particular.

2. O segundo inimigo mortal é a maledicência (fofoca).

Estamos aqui para nos ajudar e a outros através de uma troca de experiências. Maledicência (fofoca) sobre os outros, incluindo o adicto, destruirá nosso propósito. Sabemos que ninguém quer deliberadamente destruir o grupo ou os seus princípios. Qualquer um que se permita à maledicência é certamente alguém que está muito doente e precisa desesperadamente de nossa ajuda

3. A terceira força destrutiva é a da ditadura.

Nossos líderes são tão somente servidores de confiança – eles não governam. Não damos conselhos, nós sugerimos, contando como resolvemos problemas semelhantes, através das nossas experiências pessoais. A verdadeira essência de Nar-Anon é que todo o seu programa é meramente sugerido.

Não temos nenhum credo, cobranças, obrigações ou qualquer coisa que possa impedir o nosso crescimento; o seu progresso virá a seu tempo e à sua maneira. Nós simplesmente convidamos a todos que

abracem um causa comum.

Entendendo-se que um “novo” discurso não nasce em si, mas das relações com outros discursos e isso nem sempre é explicitado, que os sentidos não são fixos nem são dados a priori, mas são efeitos de sentido que se materializam a partir das condições de produção, que existe uma memória histórica que sustenta os dizeres, tornando-os possíveis de serem compreendidos numa dada situação sócio-histórica, a análise sobre os *Três Inimigos Mortais* torna-se um objeto pertinente para o estudo, porque revela as proximidades e a tentativa de instaurar um novo discurso em meio às complexidades que envolvem o processo de constituição de todo discurso: quem sou eu autor-instituição? quem é ele interlocutor? de onde falo? de que falo? por que digo o que digo da forma que o faço?, conforme problematiza o quadro formulado por Pêcheux (1969) sobre as formações imaginárias.

No decorrer das leituras sobre as bases do discurso, no caso, do A.A., de onde se originou o discurso do Grupo Nar-Anon, fatos são enunciados e, com eles, alguns conflitos. Contudo, dentre tais momentos, o olhar recai sobre certos acontecimentos, como a relação silenciada entre os dois discursos (postura assumida neste estudo). Percebe-se, pois, em ambos, uma relação no sentido de que em os *Três Inimigos Mortais* ecoa *Os Quatro Absolutos*, pois, afinal, não existe origem sem o reconhecimento da fonte (ainda que esta esteja às escondidas): “o não-afirmado precede e domina o afirmado.” (PÊCHEUX, 1993, p. 178).

Sobre *Os Quatro Absolutos*, sua história remonta ao Grupo de Oxford, surgido nos Estados Unidos em 1921. Seus membros eram luteranos e tinham suas raízes espirituais fortemente arraigadas ao discurso cristão, cuja crença residia num Deus onipotente a quem eram entregues todos os problemas. A história conta (conforme já dito no primeiro capítulo), que, nesse período, o país passava por uma séria crise financeira que afetou a vida de toda população, o que talvez explique o surgimento de comunidades de bases espirituais que buscavam oferecer apoio num tempo de dificuldades. Acredita-se que, unindo-se a alguma dessas comunidades os indivíduos poderiam se ajudar a resgatar um modo de vida digno, apesar das perdas de valores relacionados ao *status* social, principalmente.

Os apontamentos feitos no parágrafo anterior se devem aos dados presentes nas obras sobre a origem do A.A., que apresentam muitos de seus primeiros membros como homens que gozavam de uma situação financeira privilegiada, que teria sido perdida

devido à crise, levando-os ao vício do alcoolismo (ou agravando um vício já existente). O que interessa, contudo, são os efeitos de sentido que acompanham, no caso, o termo *absoluto* encontrado no discurso de *Os Quatro Absolutos* (e a situação de produção dos porta-vozes do discurso) e os sentidos que o discurso passa a veicular em decorrência da associação do adjetivo *absoluto* à *honestidade*, à *abnegação*, à *pureza* e ao *amor*, assim como, posteriormente, e a reflexão sobre como esses sentidos afetam o discurso sobre os *Três Inimigos Mortais*.

Sobre o papel que *absoluto* assume na composição com os outros termos, pode-se afirmar, que o seu uso não deixa margem a dúvidas, questionamentos ou a qualquer outra possibilidade de compreensão sobre algum fato que seja enunciado. Seu emprego explicita uma radicalização de concepção e ideias sobre as coisas: não existe isso ou aquilo, mas apenas uma forma de ser. O discurso veiculado pelo emprego de ‘absoluto’ não apenas se *fecha* com um sentido, mas o *encerra*, ou, pelo menos, objetiva que assim seja: serviria como um ponto final (no seu sentido mais ingênuo de fim).

Pensado a partir do seu espaço de enunciação, isto é, do *Grupo de Oxford*, este se mostra exigente, o que permite algumas inferências: se existe um grupo, é porque as pessoas se propõem a fazer parte dele, assumindo os propósitos de sua existência como modo de vida. *Os princípios do grupo seriam encabeçados por posturas absolutas frente a sentimentos evasivos e subjetivos como honestidade, abnegação, pureza e amor*. Pode-se dizer que seus membros passam a ser vistos como seres especiais, como se estivessem acima de outros mortais, no sentido de que os princípios se apresentam como práticas destinadas a serem sustentadas apenas por seres “perfeitos”; portanto, não mortais. A radicalidade de *Os Quatro Absolutos* elimina qualquer possibilidade real de virem a ser praticados, levando à conclusão de que os mesmos se tornariam (talvez) uma farsa por parte dos que se julgam seus praticantes.

Porém, sem desacreditar na humanidade, algumas questões contestadoras sobre aqueles que são os princípios dos *Os Quatro Absolutos* são facilmente formuladas: qual a possibilidade de um sujeito praticar a *honestidade absoluta* para consigo mesmo ou para com o próximo, seja na década de 20, seja no século XXI? Afinal, o que é ser *honesto*? É não mentir, não roubar, não matar, não enganar seja em que situação for? E o que dizer sobre *abnegação absoluta*? Como pensar no sentido de um sacrifício para com o outro que requeira a renúncia sobre os próprios desejos e vontades? O que significa ter *pureza absoluta*? Ser transparente e manter uma ingenuidade que legitime o ser íntegro moral e espiritualmente como um santo em pedestal? Por fim, o princípio do

amor absoluto? Como compreender a prática de um *amor absoluto*: pais e mães poderiam ser exemplos? Mas como explicar, então, os casos de pais que cometem atrocidades contra os filhos? E vice-versa, afinal não prega o discurso bíblico que dá suporte aos *Os Quatro Absolutos* que se deve honrar pai e mãe e os homens criaram, por exemplo, os asilos porque não suportam os seus velhos pais e mães?

O *Grupo de Oxford* tinha arraigado os princípios que ecoam no discurso bíblico, como mencionado na nota 2. O A.A., nos seus primórdios, antes da elaboração da própria literatura, seguia os princípios de *Os Quatro Absolutos*, valendo, portanto, a afirmação sobre a sua influência na literatura do A.A. e, por conseguinte, da do Nar-Anon, de acordo com o histórico de fundação dos Alcoólicos Anônimos, na criação dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições*, que foram absorvidas pelos grupos que vieram depois. Assim, tem-se que o Nar-Anon constitui seu discurso a partir dos *Doze Passos*, incorporando-o às suas necessidades e causas e dando origem, por exemplo, ao discurso sobre os *Três Inimigos Mortais*.

É esta questão, portanto, que se deseja analisar em os *Três Inimigos Mortais* quanto à presença dos fundamentos de outro discurso – *Os Quatro Absolutos* e a sua influência na constitutividade de os *Três Inimigos Mortais* –, cuja origem não é mencionada pelo Nar-Anon, levou à organização de práticas discursivas que necessitam provar uma *verdade*: a verdade dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições*, portanto, do próprio Nar-Anon e da importância de sua existência. Isto se dá por meio da compreensão de que há, no discurso sobre os *Três Inimigos Mortais*, uma retomada de algo já dito noutra lugar e que é esquecido, segundo os processos de esquecimentos 1 e 2 teorizados por Pêcheux (1975 In: GADEK E HAK, 1993). Mas ele emerge como *novo* discurso, sem que se tenha total controle sobre o processo, por haver uma memória histórica que marca, ainda que outros tempos e lugares, o discurso enunciado, conforme explica Maingueneau (1997, p. 125):

Um discurso supõe mais de uma memória das controvérsias que lhe são exteriores; à medida que aumenta o corpus de suas próprias enunciações, com o passar do tempo e com a sucessão das gerações de enunciadore, vê-se desenvolver uma memória polêmica interna. Dessa forma, o discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo, pouco a pouco, instaura. Ao cabo de um certo tempo, é inevitável que parte da tradição interna atinja o mesmo estatuto da primeira, ganhando a “autoridade” necessária para as produções de seus enunciadore.

Para dar início à primeira parte da análise, parte-se para a breve introdução que

precede o título *Três Inimigos Mortais* que diz: “*Para garantir o sucesso das nossas reuniões, na solução dos nossos problemas comuns, precisamos reconhecer três inimigos mortais, que podem destruir o Grupo*”. Tem-se, de antemão, portanto, mais que uma informação de que assunto se irá tratar, havendo, na realidade, a antecipação de uma anúncio importante sobre a existência de alguns “*inimigos*” que podem *destruir* a “*vida*” do Grupo Nar-Anon. Pode-se afirmar que a introdução desperta temor; afinal que *inimigos mortais* são esses? Quer dizer, além de ser inimigo, o que já é algo ruim e acarreta sempre prejuízos ao alvo, este ainda é anunciado como mortal. Quer dizer, o assunto é sério, pois, caso o Grupo não venha a se precaver, ele sofrerá prejuízos com os inimigos que podem vir a destruí-lo.

Os efeitos de sentido projetados pelo título e introdução são, no mínimo, exagerados, senão, catastróficos. Cabe, contudo, continuar a leitura para chegar à identidade da formação discursiva com que se interage, pois eles, por mais maléficos que sejam, são amenizados por serem restritos a um número: ainda que inimigos, “*felizmente*”, são apenas três.

A pergunta seguinte que se pode fazer é: que destruição podem esses *três inimigos* causar ao Grupo? Por que, de repente, o Grupo é tido como *frágil*, ainda que suas reuniões sejam um *sucesso*? Chama-se a atenção ao uso do termo *sucesso* que, aqui, é retomado no seu sentido mais efêmero, nesse caso, o *sucesso* remete a um escudo frágil e propenso a desaparecer diante de um ataque inimigo, portanto, a algo passageiro. Se as “*reuniões são um sucesso*” o que é um requisito a ser mantido, ao mesmo tempo, fica pressuposta a ocorrência de reuniões que fracassem. Pode-se dizer, então, antecipando a leitura, que o inimigo mortal de um Grupo Nar-Anon é o *fracasso*, sendo que seu sucesso está propenso a se dissolver frente aos *três inimigos mortais*.

Assim, tensão e expectativa dão o tom de abertura ao discurso. Deve-se ressaltar o uso da primeira pessoa que marca a literatura Nar-Anon: *nossas reuniões, nossos problemas, precisamos reconhecer*. Verifica-se que não há um eu-individual falando, mas uma comunidade que se sustenta na voz da instituição Nar-Anon, o que garante ao discurso autoridade e também a compreensão de conjunto, de várias vozes, de vários *eu*.

Ouve-se, ainda, nesse breve momento introdutório, o discurso que fundamenta toda a “*ação*” do A.A. e, no caso, do Nar-Anon: as reuniões, tidas como espaços para a *solução dos nossos problemas comuns*, ou seja, um familiar de adicto falando a outro familiar de adicto sobre problemas e possíveis saídas para ele, que, partilhados, poderiam ajudar a outros que passam pelos mesmos conflitos. Essa era a essência do

programa do A.A. que, segundo seus fundadores, pautava-se na simplicidade. E isso poderia se perder, caso não houvesse alguma ação contra os *três inimigos mortais, que podem destruir o Grupo* e evitar a *solução dos nossos problemas comuns*.

O que a literatura pede é o *reconhecimento* dos três inimigos mortais e, então, os efeitos começam a ser elucidados: o termo *mortais* que, anteriormente, exterminava com o grupo feito entidade sobrenatural, toma outra forma, de sentido bem mais humano e próximo, sendo considerados inimigos os próprios membros do Grupo nas suas falhas enquanto homens mortais. Citando o provérbio chinês, Achard (1999, p. 54) refere-se aos movimentos provisórios sobre os sentidos e a vontade de interpretar: “Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”. Assim, os *Três Inimigos Mortais* assumem outra forma e novos sentidos se estabelecem e o texto mostra o seu caminho: a necessidade de reconhecimento por parte de cada nar-anon de suas falhas como indivíduos mortais que devem evitá-las a fim de resguardar o Grupo. E, assim, sobre as falhas de comportamento, ouve-se a essência de *Os Quatro Absolutos: honestidade, abnegação, pureza e amor* que, se praticados, elevam qualquer sociedade. Mas, em todo caso, a falta desses sentimentos dá vazão ao que o discurso alerta: a instauração de sentimentos *inimigos e mortais*.

Na seqüência, são especificados quais são os três inimigos e como eles passam a reapresentação dos princípios postulados pelos *Os Quatro Absolutos*, que, como já explicitado em outros momentos, é tomado como o discurso constitutivo em que se pautam os *Três Inimigos Mortais*. O inimigo número um é a ausência do *amor absoluto* e da *abnegação absoluta*, que se revela pela formação discursiva não religiosa que o Nar-Anon objetiva sustentar no decorrer de sua literatura em respeito aos passos número 3²⁵ e 11²⁶ retomados do A.A. e pertencentes aos *Doze Passos*.

Ambos os passos esclarecem aos seus membros que Deus é uma entidade necessária e que se faz presente na vida de cada um de uma forma particular, como o sujeito “*O concebida*” ou viesse a “*conceber*”. O que o Nar-Anon deseja é mostrar-se democraticamente aberto a todas as religiões, como já foi dito, porém o que se deseja verificar e, portanto, analisar, é o contra-discurso que se impõe silenciosamente. Ao se dizer aberto a todas as religiões, o Nar-Anon prega, em sua essência, princípios cristãos

²⁵ 3º Passo: “Tomamos a decisão de entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS”.

²⁶ 11º Passo: “Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade”.

advindos do *Grupo de Oxford*, de acordo com as suas condições de produção, e aí a abertura é previamente estabelecida e já não se trata mais de qualquer credo ou religião, mas de credo e religiões que tenham em essência a memória cristã: pois, de alguma forma, é necessário crer em um Deus e entregar-se a ele em prol do próximo, como determina o 1º mandamento pertencente aos 10 Mandamentos da Lei de Deus: “*Amar a Deus sobre todas as coisas*”; ou do 2º Mandamentos da Caridade: “*Amarás o teu próximo como a ti mesmo*”; discurso presente nos passos citados (ver nota 4 e 5). Verifica-se isso na passagem que corresponde ao primeiro inimigo:

1.O primeiro é o debate de qualquer denominação religiosa.
A adicção não diz respeito a qualquer religião, portanto o propósito do nosso programa é nos ajudar, sem distinção de qualquer credo. Não podemos deixar nossos propósitos serem destruídos com debates de qualquer crença em particular.

O que é possível perceber no fragmento é a negação *repetitiva* do fato de o Nar-Anon pretender rejeitar qualquer debate sobre princípios religiosos, como consta na linha introdutória (ressalta-se que esse discurso sobre a negação de uma religião guia é amplamente divulgado pela literatura do grupo). Na sequência, tem-se a afirmação do fato de que a adicção não escolhe indivíduos dessa ou daquela crença, mas qualquer um pode vir a ter em sua família ou em seu grupo de amigos uma pessoa portadora do problema da adicção. E, por isso, debates da ordem religiosa só viriam para destruir um objetivo maior: o da *ajuda incondicional ao outro*. Portanto, o *amor* e a *abnegação absolutos* é que ditariam as regras, já que, na base desses sentimentos, está a doação de si em prol do bem do outro. Religiosidade vs. não religiosidade é o debate não desejado; o assunto é encerrado, porque revelaria um eu-individualista desejando se impor ao grupo. Eis a necessidade de lutas interiores a serem enfrentadas por cada membro em benefício de uma coletividade enquanto grupo, que deve se pautar no amor para com o próximo, renunciando a princípios particulares em favor daqueles que venham a beneficiar o maior número de pessoas possível.

O segundo inimigo mortal beira ao pífio, pois trata de uma das pragas sociais mais comprometedoras do caráter de uma pessoa, se “pega no flagra”: o sujeito *fofoqueiro*. Esse inimigo do grupo resgata da memória histórica constitutiva da organização do discurso do Nar-Anon outros dois princípios pertencentes aos *Quatro Absolutos*, no caso, aqueles que dizem respeito à *pureza absoluta* e à *honestidade absolutas* que se apresentam como o contradiscurso enunciado no fragmento. Nele, o

Nar-Anon critica este comportamento, lembrando os seus propósitos: ajudar uns aos outros. O sujeito maledicente corrompe a postura idealizada para o membro pelo grupo: integridade de caráter, ou seja, que a pessoa seja *pura* em sua essência e *honesto* consigo mesma e com os outros; portanto, que não fale demais sobre o que ouve num grupo. Isso reporta o discurso ao 12º Passo²⁷ pertencente ao discurso de as *12 Tradições* originadas no A.A: o anonimato que objetiva colocar os princípios acima das personalidades, evitando-se, com isso, que a exposição de um membro ou de um adicto venha a se tornar alvo de comentários maliciosos. O inimigo da maledicência também retoma o discurso cristão expresso no 8º Mandamento da Lei de Deus: “*Não levantar falso testemunho*”. Não há, portanto, como negar a presença do discurso cristão oriundo dos primórdios do A.A. no discurso do Nar-Anon.

O que chama a atenção é a modalização da abordagem que é feita sobre o comportamento daquele que, caindo em tentação (que faz comentários ruins sobre outro membro ou adicto), é previamente desculpado e, no lugar de ser taxado como “fofoqueiro”, ou ser expulso do grupo, é tido como um “*doente que precisa de ajuda*”, sujeito que, acredita-se, não deseja “*deliberadamente*” cometer injúrias, isto é, aquele que, por vontade própria, deseja provocar controvérsias ofensivas entre os membros, como pode ser lido no fragmento reproduzido abaixo na íntegra:

2. O segundo inimigo mortal é a maledicência (fofoca).

Estamos aqui para nos ajudar e a outros através de uma troca de experiências. Maledicência (fofoca) sobre os outros, incluindo o adicto, destruirá nosso propósito. Sabemos que ninguém quer deliberadamente destruir o grupo ou os seus princípios. Qualquer um que se permita à maledicência é certamente alguém que está muito doente e precisa desesperadamente de nossa ajuda.

Outro ponto a ser destacado é a pretensa necessidade de manter o controle do sentido do discurso, no sentido de o termo ‘maledicente’ passar a ser explicado, pois, na seqüência de sua aparição, é adicionado entre parênteses o efeito de sentido pretendido especificamente, trata-se do inimigo da “fofoca”. De algum modo, o efeito de sentido de *fofoca* abranda o sentido de *maledicente*, que poderia ser relacionado ao ato de amaldiçoar e, entre amaldiçoar o outro ou fazer fofoca sobre o outro, há uma distância comparável entre a malvadeza consciente vs. o pecado ingênuo. Em todo caso, a ressalva sobre a condição do sujeito que “dá com a língua nos dentes” é perdoada, pois

²⁷ “O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições, lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades”.

ele não passa de alguém que “*desesperadamente*” de ajuda necessita. Esse momento é ratificado pelo advérbio de modo “*certamente*” que imprime um tom de certeza à ação pouco refletida sobre o ato de “fofocar”. Chama-se a atenção ao modo politicamente correto de agir do Nar-Anon: ele se propõe a ajudar esse membro doente, segundo é especificado no próprio fragmento: “*Estamos aqui para nos ajudar e a outros através de uma troca de experiências*”, vê-se que, acima de qualquer coisa, a ação pretendida em qualquer direção é a de ajuda. O inimigo mortal da maledicência estaria fazendo mau uso justamente do princípio central de constituição do grupo: a troca de experiências, que se tornariam o alvo de ataque daqueles que não estariam preparados para que, por meio das partilhas, ajudam-se, ajudando ao outro. Desta forma, é que os princípios da *pureza* e da *honestidade* se materializam nas entrelinhas, pois o seu avesso é justamente os comportamentos que vêm junto com a ação do maledicente: alguém que não é *puro*, é maldoso e malicioso; aquele que não é *honesto* é tido como não confiável ou mentiroso.

Ao abordar o segundo inimigo, o Nar-Anon denuncia sua face de irmandade fundada em preceitos cristãos, considerando que aí não é o “*Deus como Concebido*” que deve governar a ação dos membros do grupo, mas o Deus que elege a *pureza*, a *honestidade*, a *abnegação* e o *amor* absolutos: propõe a compreensão de um Deus que é crucificado e morre por todos e cuja bondade para com a humanidade é incomensurável. Ser, portanto, um membro do Nar-Anon é ter, sim, opção religiosa, ainda que a esta não seja dada o nome.

Por fim, o inimigo mortal número três inclui, novamente, ainda que não explicitamente, o princípio da *abnegação*, relacionado, então, ao sentido de abstenção do ato de governar. Entende-se, pelo contexto da passagem, que o ato de governar é tido como uma atitude negativa e ditatorial, conforme exposto na parte introdutória: “*A terceira força destrutiva é a da ditadura*”. Para os pressupostos do Grupo Nar-Anon, qualquer atitude remissiva a determinações ou imposições é um atributo negativo, do qual o grupo e seus membros devem se afastar, já que, seguindo a orientação do programa, ele existe a fim de resolver por meio do diálogo problemas comuns vivenciados por pessoas que compartilham das mesmas aflições. Novamente, ouve-se uma das *Doze Tradições*, no caso, a 2ª Tradição que reitera a presença de um Deus amoroso a quem todos devem obediência, seguindo-se a ressalva de que os líderes “*são apenas servidores de confiança*”. Nesse núcleo, gira o discurso sobre o terceiro inimigo ou força inimiga, onde se pode ler: 1. “*Nossos líderes são tão somente servidores de*

confiança – eles não governam”. Nota-se a re-composição dos sentidos: ao iniciar recusando atitudes ditatoriais, o sentido de líder é afastado de governante, passando a ser associado a “*servidores*” e servidor é a atitude daquele que recusa a si em prol do outro, o que demonstra a relação com o princípio da *abnegação absoluta*. Na sequência, tem-se: “*Não damos conselhos, nós sugerimos*”. Novamente, repete-se a atitude democraticamente correta do Nar-Anon: ele não manda, não obriga, não diz como deve ser, mas apenas “sugere”.

O efeito de sentido de *sugestão* inspira a liberdade de escolha, enquanto que, ao “*conselho*”, é acrescida a ideia de necessidade de justificativa daquele que o deu, sobretudo se houver um conselho e, por ele não ter sido seguido ou ignorado, a atitude resultar em algo negativo. Negando a necessidade de que o membro se justifique e sob a bandeira da liberdade de escolha, o programa opta pela prática da *sugestão*. Sabedores ou não das conseqüências dessa escolha, com isso, também, há maior isenção por parte do grupo Nar-Anon, porque, ao sugerir por meio das práticas das trocas de experiências alguma ação frente a um problema com o adicto, por exemplo, e se essa ação resultar numa atitude negativa e prejudicial ao membro ou ao próprio adicto, tudo o que o Nar-Anon fez foi sugerir: nenhuma responsabilidade ou culpa recai sobre o grupo ou o seu líder. Ter-se-ia, por fim, a atitude de resguardo, que se pauta na passagem “*A verdadeira essência do Nar-Anon é que todo o seu programa é meramente sugerido*”. O reforço aos propósitos do grupo fica marcado em “*meramente*”.

Por fim, o discurso de *Três Inimigos Mortais* é finalizado e alguns conflitos são evidenciados, de acordo com o exposto nos quatro pontos abaixo:

Não temos nenhum credo, cobranças, obrigações ou qualquer coisa que possa impedir o nosso crescimento; o seu progresso virá a seu tempo e à sua maneira. Nós simplesmente convidamos a todos que abracem uma causa comum.

Primeiro, ao afirmar “*Não temos nenhum credo*”, o Nar-Anon se contradiz em relação ao discurso presente no 3º e 11º dos *Doze Passos*, já citados anteriormente em nota, que reitera a presença de um Deus, mesmo havendo a ressalva “como o Concebíamos”. Afinal, para haver um Deus a quem se entrega a própria vida, é preciso um mínimo de crença. E essa crença pode ser expressa em ações como *honestidade, abnegação, pureza e amor*, que são comportamentos a serem assumidos pelos membros do Nar-Anon a fim de evitar a presença dos inimigos mortais que podem minar as boas intenções do Grupo.

Do mesmo modo, o grupo se diz sem “cobranças” ou “obrigações”, pregando, de certo modo, a gratuidade (é preciso lembrar que o Programa se diz simples e com um único intuito: ajudar aqueles que sofrem com um familiar adicto). Contudo, ao apresentar os *Três Inimigos Mortais* para fins de manutenção do programa, estabelece-se uma cobrança e, ao mesmo tempo, impõe-se aos membros certas obrigações. O grupo dependeria, portanto, de certas ordens internas. Por outro lado, este discurso é propício no sentido de que, ao afirmar “*não cobramos e não obrigamos*”, um outro discurso se anuncia e diz “*não nos cobre, não somos obrigados a nada*”. Seria esta forma de o grupo se proteger dos fracassos de seus membros? Ou ainda: seria esta uma fórmula de proteger o programa, revelando-se, talvez, que não seja tão eficiente?

Ao término do enunciado, tem-se que, por não haver credo, cobranças e obrigações ou “*qualquer coisa que possa impedir o nosso crescimento*”, *nosso*, imprime ao discurso o efeito de unidade, de grupo, de irmandade: todos, sem exclusão de ninguém, frequentam o grupo a fim de buscar seu crescimento, não havendo nada mais dito no tocante a esclarecer o que seria o “crescimento”, afinal, que acontecimentos particulares revelariam que os membros cresceram? Seria a condição de manter silenciosa sua fé numa religião específica? Não “fofocar” a respeito das trocas de experiências feitas em grupo? Não assumir o papel de governante, mantendo-se humildemente na posição de serviçal? Pode-se afirmar que há espaços discursivos “vazios” que ficam por serem preenchidos por cada membro, cada um da sua forma: seria este o sucesso do programa, ou seja, não haver um fim a se chegar, um objetivo a ser atingido por todos, porque ele seria algo interior de cada um e aí “*valeria qualquer experiência confortável*”? E entender-se-ia por ela que a mesma deveu-se ao Nar-Anon?

O enunciado é formalmente encerrado com o que se entende como uma resposta ao questionamento feito ao final do item 3: “*o seu progresso virá ao seu tempo e à sua maneira*”. Que progresso? Em que tempo? De que maneira? Estas são perguntas sem repostas, ou melhor, perguntas para as quais ficam valendo quaisquer respostas. Seria esta a fórmula de sucesso do discurso do Nar-Anon? E, por conseguinte, dos discursos de autoajuda em geral?

Para finalizar, persuasivamente, o discurso deixa o “convite” e com ele as possibilidades anteriormente anunciadas sobre os propósitos do Nar-Anon, que é levar a pessoa que venha a ser membro do Grupo – cujo único propósito é “prestar ajuda a

familiares de adictos”²⁸ – a se ajudar, ajudando ao outro. Eis uma escolha? Ou tem-se aí um discurso manipulador em razão de que o mesmo é dirigido aos familiares de dependentes químicos que vivem seus dramas diários em razão de terem suas vidas pessoais afetadas por um viciado em drogas e que sofrem, assim, as conseqüências que o uso de drogas por um filho, marido/esposa, amigo, familiar, enfim, causa àqueles que estão próximos? Talvez, colocando em cena os agentes do discurso – quem fala? para quem se fala? –, a passagem “*Nós simplesmente convidamos a todos que abracem uma causa comum*” seja menos um convite e mais um chamamento: é pegar ou largar. E assim, diante dos fatos, um familiar que não tenha muitas opções e venha a “*abraçar a causa*”, com um gesto que retoma – como não poderia deixar de ser – um comportamento amoroso e familiar, tornar-se-ia presa fácil.

Chega-se ao final de análises que objetivaram demonstrar como o discurso é constituído a partir de outro(s), sem que isso fique exatamente explicitado ou “deixe rastros”. A marca fundamental e mais importante é a presença de uma história e uma memória que se faz presente e que existe à mercê de uma vontade de criação de qualquer enunciado. As redes de formulações que vão se constituindo são conduzidas pelo discurso, estabelecendo associações e, por conseguinte, compondo uma rede de filiações do discurso a uma formação discursiva, sem que isso seja algo previamente planejado pelo enunciador.

Sabe-se que este estudo teve por corpus um discurso oriundo de outra formação discursiva, o que, de certo modo, facilita a tarefa de análise, já que existe uma história contada sobre a fundação de A.A. que, sem dúvida, torna-se constitutiva do discurso do Nar-Anon. Retomar as condições de produção de A.A. significa compreender um pouco melhor o Nar-Anon e este, mesmo atualizado para propósitos bem específicos (se dirige aos familiares de adictos e não ao alcoólico), tem seus laços ora explicitados ora não. E foi sobre o não-dito que as análises recaíram. O discurso do Nar-anon nega, em sua essência, a compreensão de um Deus cristão e isso é um dado importante; nega a presença de religião e credos especificamente relacionados a uma ou outra manifestação espiritual. Mas o que a história conta permite o questionamento dessa afirmação.

No caso, optou-se por trazer o discurso de *Os Quatro Absolutos*, que exerceu influência sobre os fundadores do A.A. e tinha uma relação com o discurso cristão na

²⁸ Esse discurso pertence às Doze Tradições: “5ª Tradição: Cada Grupo Familiar Nar-Anon tem apenas um propósito: prestar ajuda a familiares de adictos. Fazemos isso, praticando os 12 Passos de NA, nós mesmos, encorajando e compreendendo nossos parentes adictos, bem como acolhendo e proporcionando alívio a familiares de adictos”.

perspectiva luterana, presente na base fundadora do A.A., fato que não pode ser ignorado. Frente às análises, o discurso de *Os Quatro Absolutos*, ainda que silenciados, fazem-se presentes, mesmo sendo apenas usados como exemplo; neste caso, o texto *Três Inimigos Mortais*. Segundo Orlandi, (2001, p. 33), “é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade”.

Outra questão: no decorrer das análises, deparou-se com dados que não condizem, exatamente, com os propósitos iniciais, mas que se tornam importantes. Acredita-se que o último momento, o encerramento do discurso sobre os *Três Inimigos Mortais* revela algumas questões importantes sobre o discurso do Nar-Anon e, por conseguinte, sobre os discursos de ajuda ao outro e relativamente a si próprio: a autoajuda, enfim. Esta se marca por fórmulas evasivas que trabalham sobre a subjetividade do outro, que está fragilizada e por isso é facilmente atingida e manipulada. Fecha-se essa reflexão na certeza de que esses discursos trazem em si uma memória que os leva a ser o que são (porque não poderiam ser diferentes) e, ao mesmo tempo, usam estratégias não muito éticas para se estabelecer já que joga com a emoção do outro (fragilizada por uma situação problema).

3.3 SÓ POR HOJE

Só por hoje não terei medo.
Especialmente não terei medo
de apreciar o belo
e de acreditar que
à medida em que eu der ao mundo,
o mundo me retribuirá.
(Fragmento do panfleto *Só por Hoje*)

Neste capítulo, inicia-se com uma breve retomada e contextualização do espaço enunciativo do corpus que vem sendo analisado: ele pertence ao grupo de apoio a familiares de adictos: familiares de dependentes químicos. Esses familiares são qualquer pessoa que tenha convívio com usuário de droga, sejam eles seus pais, irmãos, esposo(a), namorado(a) ou, ainda, um amigo. A busca por um grupo de apoio se deve ao fato de que tais pessoas, ainda que não sejam usuárias de droga, têm suas vidas afetadas emocionalmente pelo convívio com o adicto.

Pode-se afirmar que a convivência com um viciado em droga leva aqueles que estão ao seu lado a desenvolverem traumas e problemas de convívio sociais, tornando-se co-dependentes da droga, ainda que nunca tenham experimentado qualquer tipo de entorpecente. Essa co-dependência revela-se à medida que o convivente compartilha e sofre das mesmas aflições do drogado, sendo impedido de levar uma vida *normal*.

Aos poucos, para citar alguns exemplos, assim como ocorre com o dependente químico, as pessoas da sua convivência também perdem laços de amizade, a vida profissional tem seu desempenho afetado, sofrem com o surgimento de problemas financeiros decorrentes de gastos provocados pelo viciado (seja com o pagamento de dívidas que o usuário da droga faz ou com internamento do mesmo em clínicas de recuperação), o sono passa a ter seus horários comprometidos pela chegada e saída do drogado na casa (que, literalmente, troca os dias pelas noites) e os vínculos do núcleo familiar *rígido* ficam fragilizados, quando não são rompidos.

Enfim, os interlocutores do discurso em estudo pertencem ao quadro complexo das condições enunciativas de que se parte como contexto *imediato* de produção do discurso. Esse discurso tem, portanto, um locutor específico, ainda que figure em outros espaços, como o dos Alcoólicos Anônimos (A.A.) e dos Narcóticos Anônimos (N.A.). Vale lembrar as apropriações feitas sobre a *Oração da Serenidade* que é utilizada pelos mais distintos grupos.

Sobre o panfleto *Só por hoje* (anexo 3), ele faz parte das leituras sugeridas para

todos os grupos Familiares Nar-Anon, cujas salas se encontram espalhadas pelo país e exterior. Além desse material que funciona como uma espécie de pauta temática para as reuniões semanais de grupo, ainda podem ser encontrados livros e livretos produzidos e publicados pelo próprio Nar-Anon. Seus materiais são distribuídos gratuitamente para as pessoas que desejam abrir uma sala e, posteriormente, havendo o interesse de algum membro de adquirir as leituras, isto é feito pelo coordenador do grupo por meio do escritório central do Nar-Anon ou pelo seu endereço eletrônico. Muitos dos textos do Nar-Anon estão disponíveis no site oficial da entidade.

Nesta análise, em relação ao panfleto, objetiva-se reiterar a tese de como os enunciados de *Só por hoje* se ancoram em discursos oriundos de outras formações – ou seja, o discurso de *Só por hoje* é atravessado polifonicamente –, o que mostra a impossibilidade de se pensar a prática discursiva como origem em si, uníssona e a-histórica, assim como ela pretende se apresentar. Deseja-se problematizar as implicações que uma leitura que ignora os processos de formação dos discursos pode acarretar, sobretudo em relação aos efeitos de sentido que emergem da materialidade discursiva do objeto.

Os discursos devem ser pensados à luz das suas condições de produção e como estando à mercê da memória e da história que, antes mesmo de serem ditos, encontravam-se enunciados em outro lugar. Entende-se, portanto, que não existe o sentido, mas efeitos de sentido e estes nunca são rígidos; eles se deslocam e se movimentam, dependendo dos espaços enunciativos em que são proferidos.

Dessa forma, pode-se dizer que o discurso que se deseja não religioso, às vezes, acaba por ser religioso; o democrático, pode ser antidemocrático; aquele que se diz espiritual se reveste de uma prática individualista. A fim de refletir sobre isso, colocar-se-á o corpus sob o prisma de duas hipóteses, sendo a primeira fruto de uma reflexão anterior, que diz respeito ao fato de o Nar-Anon ser um grupo “espiritual, porém não religioso”. Essa forma de se autorreferenciar como um espaço democrático que, independentemente de credos religiosos particulares, permite ao grupo acolher a qualquer um que procure por uma sala de reunião Nar-Anon, tem implicações, conforme já discutido em análise anterior.

Ligado a esse fato, centrar-se-á a análise na hipótese de que, sob a pretensa bandeira de orientação espiritual da autoajuda, há um discurso marcado pelo individualismo e pelo egocentrismo presente nas entrelinhas (naquilo que não está dito, mas significa) da orientação espiritual que ele objetiva dar ao seu membro. Frente à

base cristã que se deseja apagar, mas que, interdiscursivamente, está presente, um paradoxo se impõe: na retomada parafrástica do já-dito, porém esquecido, irrompe um discurso não mais espiritual, nem de apoio, mas de uma autoajuda negligente quanto ao problema do outro, ainda que quem faça uso da prática discursiva expressa nos textos do Nar-Anon negue isso (fato compreensível, já que foge ao sujeito envolvido no processo a consciência dessas questões).

Segundo os princípios da Análise de Discurso de orientação francesa, a prática de interpretação dos discursos requer do analista o entendimento de que a materialidade lingüística não traz inscrita *o* único ou *o* verdadeiro sentido para os discursos enunciados. O que se tem são efeitos de sentido, frutos de uma pretensa intencionalidade, que é entendida como vigiada e afetada pelas condições exteriores do discurso, que são as condições de produção. Tem-se, portanto, que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., ‘não existe em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1997a, p. 160 – grifos no original).

Seguindo os pressupostos do autor, os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes a partir da formação discursiva que os enreda, o que se aplica aos processos discursivos engendrados pela instituição Nar-Anon sob a bandeira de uma pretensa autonomia discursiva, assumida como prática discursiva *do* Nar-Anon. O enunciado *Só por hoje* traz uma memória social que vem dada pela história particular de aparição do Nar-Anon. Com isso, anula-se a hipótese de que alguma escolha coubesse ao grupo sobre o que dizer ou ao modo como o dito devesse ser dito, por se tratar de uma instituição oriunda de outra e que, por sua vez, também teve sua “criação” atravessada pela ideologia de seu tempo. Causa e efeito de uma ideologia a que está exposto, o discurso é uma representação de um outro discurso (como já se tem repetido) que esconde, sob as suas palavras, palavras já ditas. A servidão sob que se coloca o discurso em questão (“*apoiar a familiares de drogados em aflição*”) é deslocada para um grau menor de preocupação, para centrar-se no “eu”, como demonstrarão as análises.

Trata-se de uma estrutura ausente, uma memória que não se ocupa de dizer “eu me faço presente em você, mas aviso que não sou você, apesar de me confundir com você por meio do discurso que você enuncia, pensando ser seu, mas que não é”. A esse

processo, Pêcheux (1997a, p 160.) chama de “domínio de pensamento”, ou seja, “aquilo que se constitui socio-históricamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado *ver, compreender, fazer, temer, esperar*, etc.”, para retomar citação presente na fundamentação teórica, mas que vem ao encontro, de modo pertinente, da discussão realizada aqui.

No discurso em estudo (de acordo com o exposto na introdução), tem-se uma história anterior que remete aos co-fundadores do A.A., que tinham, como primeira meta, a preocupação de se manterem sóbrios. No momento em que perceberam que a própria sobriedade estava na mão do outro (ao manter o outro sóbrio, mantinha-se a si próprio), uma guinada histórica reverteu vidas fadadas ao fracasso em sucesso. Porém, teve seu custo: a contingência de precisar do outro. Engendra-se, então, o discurso de apoio ao outro, de um alcoólatra que ajuda a outro, o que se reveste do efeito de generosidade e bondade para com o próximo, encobrindo uma prática que, como se procurará demonstrar é individualista e egocêntrica. Nesse sentido, faz-se referência ao estudo de Cortina (2008, p. 108) sobre a prática do individualismo no discurso da autoajuda “como reflexo do narcisismo social reinante”.

Como o discurso do Nar-Anon foi apropriado do A.A., ter-se-ia, também, no grupo do Nar-Anon esse objetivo de questionável valor moral: para que o grupo exista, é preciso familiares em aflição, sendo ele o portador de um mal necessário para que o outro se sinta melhor (no mínimo, confortado diante do fato de não ser a única vítima de uma situação) e frente à boa ação voltada ao outro que se traduz em benefício própria.

Há, portanto, no discurso em análise, interstícios que permitem identificar sua opacidade, sendo a memória o que lhe dá condições de existência, compreendendo como polêmica e como provocadora de polêmicas, sobretudo. Assumindo em *Só por hoje* seu caráter de acontecimento, pode-se afirmar que, do discurso do Nar-Anon, “emerge uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável.” (PÊCHEUX, 1997c, p. 23).

Seguindo esse viés conceitual é que a análise será efetuada: considerar-se-á que não há produção de sentidos sem que, no discurso produzido, uma memória sócio-histórica e ideológica se encontre intrínseca (como não poderia ser diferente) e cujos efeitos de sentido sejam compreendidos por consideração aos espaços de interlocução, no caso, entre os membros do Nar-Anon e a sua literatura.

O enunciado *Só por hoje*, que funciona tanto como tema quanto como termo-chave do discurso em estudo, é representativo para os grupos de apoio como o A.A., o N.A. e o Nar-Anon. Seu uso remonta à origem do A.A., que o utilizava (e ainda o utiliza) como lema para descrever uma situação em que, no caso, o alcoólico em recuperação não podia “prometer” que nunca mais beberia, mas poderia, por outro lado, comprometer-se com “aquele dia”. *Só por hoje* significava uma meta possível de ser alcançada e se tornava uma estratégia que poderia afastar a pessoa permanentemente do vício: “*Um dia de cada vez*”: era por meio desse lema que se estruturava e funcionava do programa de A.A., incorporado por distintos grupos que passaram a seguir os preceitos expostos no programa, a exemplo do Nar-Anon.

Feita essa breve referência, volta-se o olhar para o enunciado em análise, observando-se as condições de uso em que ele foi apropriado, isto é, como parte dos textos para a reflexão de familiares de drogados, quer dizer, de pessoas que convivem com um usuário de drogas e que sofrem com o problema gerado por essa convivência. Deve-se lembrar que essas pessoas reúnem-se semanalmente a fim de trocarem experiências e refletirem sobre certos temas à luz dos textos do Nar-Anon relacionados a problemas em comum que afligem o familiar. Esse espaço enunciativo é o “resultado da associação contingente entre ‘fundo’ e uma ‘forma’; é um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva” (MAINGUENEAU, 2005, p. 75), pois é ela que garantirá a pretensa veracidade sobre o que é dito e permitirá o poder de restauração do ânimo dos membros do grupo por meio do discurso.

Dentre as hipóteses que problematizam o discurso em análise, tem-se que ele levaria a práticas de comportamento que poderiam “não ser coerentes” com o que se espera de uma ação espiritual, que se pressupõe baseada na generosidade, considerando-se que um dos pilares do programa é a “troca de experiências”, o que permite inferir, no mínimo, atos de doação, seja por meio das “partilhas”, seja por ações práticas. Isso se torna um mecanismo persuasivo que trabalha a favor do discurso do Nar-Anon, por ele se voltar sobre a emotividade do outro (seu *pathos*).

Ao provocar a “troca” de experiências entre os membros, estes compartilham, de forma intimista, um assunto que, socialmente, até pouco tempo, era marginalizado (e ainda talvez o seja, mesmo diante da disseminação da disposição da Organização Mundial da Saúde de tratar qualquer tipo de dependência como uma doença).

Contudo, *Só por hoje* é revelador de ações individualistas e egocêntricas, sendo

os dois termos entendidos como reveladores da conduta “bondosa” a que o discurso visa levar seus interlocutores, conforme a análise procurará demonstrar. Deseja-se, porém, que, ao afirmar a existência de práticas individualistas e egocêntricas no discurso em estudo, não se está associando o mesmo a ações tidas como *egoístas*, o que, entende-se, poderia contribuir para a construção de uma imagem negativa do Nar-Anon, coisa que não se deseja. Individualismo e egocentrismo estão sendo concebidos como modalizadores de uma atitude que, margeando a consciência, ainda que o leve o sujeito a pensar que está a serviço do bem do outro, “usa” o outro para encobrir um bem a si próprio (e isso não é dito, ainda que constitua a essência daquilo que se diz).

Não cabe julgar se há uma forma mais ou menos correta de agir, se o discurso é bom ou ruim, cabendo àqueles que fazem uso do mesmo essa decisão: deseja-se apenas demonstrar, por meio do recorte que seguirá e sua análise, como esse discurso significa e quais os efeitos de sentido em relação às suas condições de produção.

Retomando-se o ponto de vista sobre as práticas de individualismo e egocentrismo que se dizem presentes no discurso, ele é afirmado, em primeiro lugar, em razão da existência de um “eu” que se sobrepõe a um nós. Como, neste caso, refletir sobre um discurso que se diz de apoio ao outro (o Nar-Anon intitula-se um grupo de apoio), mas cujas ações se voltam para o próprio sujeito? Que sentidos atribuir a essa concepção sobre a “autoajuda”? Que homem e sociedade se representam nesse discurso? Haveria “um lobo em pele de cordeiro”? Quer dizer, os princípios da autoajuda gerariam outros efeitos de sentidos não desejados (sequer pensados por ela)? Seria o programa do grupo Familiar Nar-Anon (em consequência o do A.A. e do N.A.) instauradores de práticas individualistas e egocêntricas? Encontra-se nesse discurso, citando Pêcheux (1997a, p. 155), aquela forma de verdade que não se deseja “ver”, mas que revela uma “‘evidência’ da identidade oculta que (...) resulta de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, ‘estranhamente familiar’”?

O discurso do *Só por hoje* é composto de nove estrofes que dizem como o sujeito deve se conduzir pela vida, mesmo diante da adversidade de conviver com um viciado em droga. A fim de buscar refletir sobre o objetivo exposto no início do texto, analisar-se-á uma das estrofes a fim de demonstrar como, interdiscursivamente, o discurso em questão é constituído e que efeitos de sentido ele gera a partir das suas condições de produção. Segue abaixo o recorte da estrofe selecionada.

Só por hoje exercitarei minha alma de três maneiras: farei bem a alguém, sem me identificar, se alguém souber, não terá valor. Farei ao

menos duas coisas que não tenho vontade – apenas como exercício. Não demonstrarei a ninguém que estou magoado, posso até estar, mas só por hoje não o demonstrarei.

A primeira questão a se pensar diz respeito ao termo ‘alma’, que permite leituras diferenciadas, dependendo do espaço enunciativo em que é empregado. Segundo Chevalier e Gheerbrant (2006), é necessário perguntar-se “*de que alma se trata?*” ao se querer falar dela, devido às diversas concepções que sustentam as explicações para o termo. Contudo, para os propósitos desse estudo, far-se-á uso da explicação dada por Jung, citada pelos referidos autores.

A escolha pela definição psicanalítica junguiana se deve à aproximação do psicanalista e a história do A.A.. Sabe-se que um dos cofundadores de A.A., Bill Wilson, foi paciente de Carl Jung. A ele, Bill expressou sua gratidão pela orientação que marcou definitivamente a história do A.A (e subseqüentemente do N.A., Al-Anon e Nar-Anon entre outras) sobre a necessidade de um “despertar espiritual”, definido por Jung como “um ato de graça ou através do contato pessoal e honesto com amigos, ou ainda através de uma educação superior da mente, ultrapassando os limites do mero racionalismo”²⁹. Como se pode constatar, inclusive quanto à definição para o “despertar espiritual”, não existe um consenso.

Para o psicanalista, então, e retomando a pesquisa a partir de Chevalier e Gheerbrant (2006, p. 35), “alma” é entendida como um “conceito de múltiplas interpretações” que, segundo os autores, “Jung dirá que *corresponde a um estado psicológico que deve gozar de uma certa independência nos limites da consciência [...] (Designa) uma relação com o inconsciente e também ... uma personificação dos conteúdos inconsciente*” (sem grifos no original); daí, poder dizer, retomando o fragmento em análise, “Só por hoje exercitarei minha alma” com relativa autonomia, em que uma “vontade” interior resulta(ria) numa ação real.

Nesse sentido, pode-se falar que existe(iria) uma consciência, um espírito interior cuja existência metafísica deve ser considerada pelos homens, por ser um aspecto do interior que fala à consciência do indivíduo. Concordando-se com isso e, portanto, com a afirmação de haver a existência de relação do inconsciente que se

²⁹ As referências históricas sobre A.A. e ao papel de Carl Jung para a formação de Alcoólicos Anônimos fazem parte da obra **Levar Adiante: a história de Bill Wilson e como a mensagem de A.A. chegou ao mundo inteiro**. A MESMA FOI Traduzida do inglês com permissão de Alcoholics Anonymous World Service, Inc. 2 ed. São Paulo: JUNAAB (Junta de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos do Brasil), 1984. A citação feita no corpo do texto encontra-se na página 419.

personifica nas ações que o sujeito pratica em vida, recorre-se a enunciados do senso comum que reiteram a existência desse ser que coexiste em cada sujeito; talvez, não seja estranho enunciar: “*minha alma está inquieta*”, “*entregue sua alma a Deus*”, “*descansa sua alma no senhor*” ou “*preciso ouvir minha voz interior para saber o que fazer*”. A “alma” seria uma entidade, sendo que, para certos segmentos de orientação espiritual, ela tem uma existência presentificada no mundo dos mortais em que o corpo padece e morre, mas a alma é eterna e, às vezes, “retorna” ao mundo dos vivos (segundo o proposto pelo Dicionário de Símbolos, às páginas 32 a 36).

Ao contar a história de recuperação de Bill Wilson, o clímax se dá, então, com seu “despertar espiritual”, que acontece num momento de introspecção interrompido pela aparição de uma “luz” muito clara e que, naquele momento, o leva à “consciência” da existência de um *poder superior* (que, no caso, seria uma entidade a quem se poderia ou não chamar de “Deus”, segundo o que consta nas literaturas do grupo). A existência dessa “entidade” significa uma forma de rendição e salvação à crença de que o *poder superior* o devolveria à sobriedade. Esse acontecimento traz conseqüências para a organização do “discurso da recuperação”.

Retomando o enunciado, “Só por hoje exercitarei minha alma”, este pode significar, então, a possibilidade de um desdobramento que levaria à existência de dois sujeitos em um: o sujeito do corpo físico e o sujeito que transcende à corporalidade, ou, ainda, um *eu* exterior que age e um interior que domina a ação, porque é a alma que conduz à mudança de atitude (o sujeito a exercita), mas é ela, exercitada, que transforma o sujeito em alguém “melhor” (mais humano, bondoso, generoso). Nesse sentido, ela passa a ser mais poderosa que o sujeito mortal (o “eu” é falível, enquanto a “alma” é onipotente); daí poder-se dizer “olhei para dentro de mim e senti-me feliz”, o que conduz a uma situação de autoavaliação, de autocontrole e de autoajuste: enfim, ter-se-ia dentro de si o poder para a mudança de atitude. A questão que se coloca é que, na ausência dessa crença, o discurso seria inviabilizado. A “alma” é, e deve ser, pois, a consciência da pessoa animada por um poder superior.

Contudo, ele afirma *Só por hoje* a exercitarei, revelando que não se trata de uma tarefa fácil, mas que está no limite aceitável (“só por hoje”), já que mudanças de atitude são sempre um desafio (seja para o alcoólatra, drogado ou familiar). Porém, como foi dito, é “Só por hoje”. Chama a atenção, seguindo a passagem, que o exercício da alma se dará de três maneiras, permitindo a referência à tríade cristã *pai, filho e espírito*, que revela, inconscientemente, por parte de quem enuncia as vozes cristãs presentes no

discurso, que, na história do A.A., entende-se, foram incorporadas (ajustadas, quem sabe) ao programa de recuperação.

A primeira das maneiras de exercitar a “alma” implica no enunciado “farei bem a alguém, sem me identificar, se alguém souber, não terá valor”: tem-se nas entrelinhas desse discurso o bem que se faz ao outro, mas que retorna ao seu benfeitor. Esse enunciado está atravessado pela voz cristã que profere “Amar ao próximo” e, pelos seus desdobramentos, “fazer o bem, sem olhar a quem”, vindas do senso-comum, em que se ressalta o anonimato; assim como ocorre com o dízimo e a esmola, que devem ser oferecidos, um para a igreja de Deus, o outro ao próprio Deus na pessoa do próximo, “sem alarde”; do contrário, torna-se mais um ato de arrogância do que de benevolência. Humildade, presteza e generosidade fazem parte do conjunto de ações voltadas ao outro, para o bem do outro, para a felicidade do outro, mas que, entende-se, propiciará maior bem e valor para aquele que as exercita (ainda que isso venha a ferir a crença de quem pratique a ação), porque quem faz o bem “recebe em dobro” (pelo menos assim se deseja). A preocupação com o próprio bem é mascarada pela gratuidade da ação voltada ao outro. Então, essa ação está comprometida com o “eu” e não com o “outro”. Não se pode esquecer que o discurso é enunciado por pais de drogados, já fatigados pelo vício do filho, muitas vezes, desesperançados, mas que podem encontrar na generosidade para com o outro valor para a própria vida, assim como ocorre em outras situações, em que o alívio para os próprios males é amenizado pela prática de uma boa-ação. O “outro”, neste caso, torna-se o objeto necessário para que a “alma” ganhe dimensão pragmática e, assim, possa ser melhorada.

No discurso da autoajuda, mesclado por diferentes princípios mais ou menos religiosos, a generosidade tenta se mostrar altruísta. E é isso que se deseja demonstrar na aparência ingênua de um dizer que enuncia “farei bem a alguém sem que ninguém saiba”. A voz interior do sujeito exaltará seu espírito como que o parabenizando pela atitude. O foco de interesse não é o outro, mas o eu que se orgulha das próprias ações, ainda que fique no anonimato (o que o dignificaria ainda mais, segundo as lei divinas).

A segunda das maneiras citadas é “Farei duas coisas que não tenho vontade, apenas como exercício”. O sujeito egocêntrico (entendido como um ser “falível” e portador de certo egocentrismo necessário à própria existência, talvez) toma caminhos que lhe sejam bons: abandoná-los em favor do interesse alheio é um desafio que “só por hoje”, segundo o programa do Nar-Anon, pode ser superado. Porém, a cobrança sobre se fazer o que não se deseja é branda: são apenas duas coisas como quaisquer outras. O

exercício da bondade é restringido a um par de ações que, pode-se afirmar, são pouco exigentes. Afinal, fazer coisas que não se tem “vontade” implica em diferentes possibilidades: desde não querer levantar cedo da cama, como ter que manter relações com pessoas que não agradam.

O discurso simula a impressão de levar o sujeito a ser melhor em virtude das “duas coisas” que realizaria “sem vontade”, o que parece desapego a si, mas que não é. Novamente, trata-se de voltar-se ao outro, não pelo bem dele, mas para o próprio bem. O discurso sustentado pelo Nar-Anon não diz, por exemplo, ao familiar do drogado que foi agredido, por exemplo, que ele busque uma forma de aproximação com o viciado, tomando atitudes que não tem vontade (como ir ao seu encontro quando o desejo é justamente se afastar) e, assim, faça o bem a ele. Talvez isso seja uma exigência muito grande e seja mais fácil, portanto, que as “duas não vontades” sejam “qualquer coisa”, o que implica numa garantia de bom resultado e isso é conveniente para o programa. Interdiscursivamente, o discurso é afetado pela condição do “amor a si” vs. “amor ao próximo”. Contudo, parece-se revelar que o amor a si sobressai.

Por fim, na terceira maneira de exercitar a alma, “Não demonstrarei a ninguém que estou magoado, posso até estar, mas só por hoje não o demonstrarei”, novamente, o outro é apresentado como necessário para que o discurso da autoajuda funcione; pautado numa prática cristã de “amor ao próximo”, ele dissimula o bem ao outro, mas mascara a individualidade, mostrando ser egocêntrico, sobretudo, porque o pai ou a mãe do viciado, como co-dependentes, assim como o adicto, representam-se como “a” vítima da situação; um porque usa a droga, os outros por serem obrigados a viver com aquele que a usa. Essa representação *verdadeira* que cada um dos sujeitos faz de si próprios faz parte do processo de subjetivação do EGO-EU que joga com as práticas discursivas. O efeito de sentido de “não demonstrar” é, desse modo, nobre, pois nega a própria mágoa àquele que a provocou: boa ação, gentileza e generosidade que disfarçam um sentimento de auto piedade pela própria condição.

A análise do discurso *Só por Hoje*, que se diz de apoio, é uma prática de reflexão que tem direcionado esta pesquisa em seu objetivo de problematizar a formação discursiva da autoajuda, procurando compreender seu funcionamento sobre posições e valores de sujeitos que a tomam como prática de vida. Ao se afirmar, por meio da análise, que o discurso de apoio adotado pelos familiares de drogados promove ações individualistas, deseja-se deixar claro que isso se restringe ao material tomado para estudo e não às pessoas que dele fazem uso. Contudo, também, tem-se claro que, do

discurso do Nar-Anon, outros efeitos de sentidos, não desejáveis, talvez, emergem, constituindo outro(s) discurso(s). Entende-se ainda que, no decorrer do estudo, incursões aos primórdios da fundação de A.A. sejam imprescindíveis, pois se constituem nas condições de produção do discurso “atualizado” pelo Nar-Anon, procedimento que se tem realizado.

Entretanto, para finalizar, não se pode negar que o discurso aponta para uma orientação de vida voltada para o próprio bem dos sujeitos que dele fazem uso, patrocinado pelo outro, colocando em xeque as relações de generosidade e bondade que ele objetiva propagar. Eis, portanto, um dos problemas dessa investigação.

3.4 AUTO-IMAGEM: a preservação da face positiva de pai

Segure a mão de um filho para que ele possa andar,
solte-a para que ele possa correr
e o aplauda para que ele possa voar.³⁰

Neste momento, tomar-se-ão para análise recortes pertencentes ao livreto intitulado *Histórias de Recuperação (praticando o programa)*, publicado em 2006 pela própria entidade. O livreto é organizado, seguindo uma ordem temática que trata de conteúdos relativos a problemas com os quais os pais e familiares de adictos costumam conviver. Cada página inicia com um cabeçalho, em caixa-alta e em negrito, que antecipa o tema tratado, encontrando-se, por exemplo, títulos como “Confiança”, “Agressões”, “Adicção como doença”, “Limites”, entre outros. Após esse cabeçalho temático, segue-se o relato de experiência por parte de pais; na seqüência, segue o subtítulo “Reflexão de hoje”, que retoma de modo resumido o tema a partir de algum ensinamento aprendido pelo familiar em razão de sua participação no grupo Nar-Anon. Ser membro do Nar-Anon propiciaria a ele entender o problema vivenciado. Para finalizar, próximo ao pé da página, entre aspas e itálico, apresenta-se mais um breve enunciado, ao estilo de epígrafe. Estes são, na sua maioria, assinados como “anônimo”; em alguns casos, assinado por alguma personagem famosa da história (como Gandhi) ou outras pouco conhecidas, que dão o *grand finale* à reflexão.

Neste capítulo, a análise considerará um dos relatos de experiência do livreto, mais especificamente aquele que versa sobre o tema “Comportamento Inaceitável”, que se encontra na página 12 (anexo 4). Deve-se destacar que tais relatos são contribuições espontâneas de familiares de adictos que levaram a público a sua história pessoal, a fim de propiciar que o *Comitê de Literatura dos Grupos Familiares Nar-Anon do Brasil* pudesse organizar um material especificamente direcionado aos que convivem com dependentes químicos, considerando-se que a história de formação do Nar-Anon traz, em sua base de origem, a literatura dos Alcoólicos Anônimos.

A partir da definição do recorte e do tema que ele aborda, três objetivos se colocam como norte para análise: o primeiro, e mais importante, diz respeito ao estudo sobre a representação do papel de pai que emerge do relato, ou seja, analisar-se-á como o pai, por meio do discurso que enuncia, constrói uma imagem de si que, no caso, não é do indivíduo pai, mas da imagem do sujeito como *pai de adicto* que se deseja

³⁰ Essa epígrafe é a reflexão final que acompanha o relato “Comportamento Inaceitável”.

semelhante à imagem dos “*pais normais*”. O segundo objetivo consiste em analisar como, na apropriação que o pai faz do discurso do Nar-Anon, este justifica as suas ações em relação ao filho viciado em droga. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que o Nar-Anon serve ao propósito de *des*-culpar o pai de qualquer atitude que possa ferir sua imagem de *pai*, segundo um imaginário social que diz o que é ser pai. O terceiro objetivo vem ratificar a tese que perpassa o objeto de estudo dessa análise nas mais distintas práticas discursivas com que ele se apresenta e se tem analisado até o momento: o Nar-Anon, antes de se constituir em grupo de apoio ao outro, é, em essência, um grupo de apoio a sua própria existência, na medida em que o outro existe para justificar sua existência.

Conforme já dito, a Análise de Discurso de linha francesa propõe, por meio dos seus mecanismos teórico-analíticos, o estudo dos discursos, considerando sua existência a partir da dependência obrigatória de uma história, sendo as práticas discursivas *todas* sustentadas por uma memória sócio-histórica e ideológica (o interdiscurso), que é a condição obrigatória para a sua realização.

É nesse sentido que a teoria é fundamental para a demonstração do funcionamento discursivo dos textos do Nar-Anon enquanto acontecimentos específicos e oriundos de dadas condições ideológicas de produção,

que fornecem as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, [um pai] etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1997a, p. 160 – grifos no original).

Se se tem no relato em estudo uma representação de *pai* construída pelo sujeito-autor pai, deve-se ter em mente que essa construção de imagem não se dá aleatoriamente, mas está interligada a condições sócio-históricas diversas que advêm de uma prática cultural que determina, sobretudo, por meio das instituições autorizadas, o que é ser pai, filho, família, por exemplo. As sociedades atuam sobre os indivíduos, impondo-lhes os discursos já prontos e “acabados”, assujeitando-os aos processos ideológicos dados como “naturais”, sem criar crises de pensamento para aquele que se submete à ordem dos discursos, e ditando as possibilidades de escolhas, no sentido de que seu pertencimento a uma sociedade, de forma impositiva, prescreve-lhe como agir. Isso reitera, evidentemente, o que Pêcheux já dizia sobre, “a ascendência dos processos

ideológico-discursivos sobre o sistema da língua” (PÊCHEUX, 1997a, p. 177); e, por conseguinte, do sujeito que dela se “apropria”, ou, ao menos, deve crer que se apropria.

Como se procurará demonstrar na análise, a representação imaginária idealista de pai é violada, pois o pai do adicto é aquele que, em tese, falhou; afinal, o filho é um viciado em droga: o filho violou o “bom” modelo. Mas, apesar da constatação de fracasso segundo os valores da sociedade, no discurso do pai, persiste a definição *aprendida* acerca do que seja o bom pai, como se verá, por exemplo, no momento do relato em que a explicitação de uma ação tomada pelo pai, e avaliada como negativa por ele própria, é, na sequência, justificada. Ainda que o pai do adicto esteja envolto por uma situação ímpar (porque não é comum), o que se deseja e espera dele é a tomada de posição como o pai bondoso, amoroso e condescendente, como o “bom pai” deve ser.

Não se trata de apenas detectar um sentido para o discurso, mas entender que nele, efeitos de sentido se materializam, revelando efeitos não ditos, mas fundamentais. Estes poderiam ser negados, porém se fazem presentes de modo que tais sentidos são reproduzidos sem o controle consciente: “não se engendra[m] a si próprio[s], mas ‘se reproduz[em] no *non-sens*” (PÊCHEUX, 1997a, p. 263). O sem sentido se realiza nos conceitos cotidianos que se formalizam nos diferentes grupos sociais por meio das regras e princípios morais que instituem para os seus membros. Fazer parte do grupo Nar-Anon é tomar como verdadeiras certas atitudes. Contudo, o admitido como certo ou errado tem sua origem, não no grupo Nar-Anon, mas no grupo social em que ele existe. Na obra *A representação do Eu na Vida Cotidiana* (2007), Goffman (da perspectiva da psicologia social) permite ao leitor adentrar no âmago do mundo das representações e dos múltiplos papéis que sustentam as relações sociais. Na página 15, a afirmação explicitada pelo autor vem ao encontro da tese sustentada nesse texto, de que

o indivíduo estará agindo calculadamente [para se mostrar um bom pai, um bom grupo de apoio], mas terá, em termos relativos, *pouca consciência de estar procedendo assim*. Ocasionalmente, expressar-se-á intencional e conscientemente, de determinada forma, *mas, principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão, e não por causa de qualquer resposta particular*. (sem grifos no original).

Como já dito, um dos objetivos da presente análise é refletir sobre a representação de pai construída no decorrer do relato. Para isso, recorrer-se-á (novamente, mas agora de modo mais centrado), também, ao conceito de *ethos* na perspectiva discursiva assumida pelos analistas do discurso, conforme os estudos de

Maingueneau (1997; 2005; 2008a; 2008b). Para o autor, a definição de *ethos* vem acompanhada de outras entidades encarnadas, tais como “uma ‘voz’, associada a um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado.” (MAINGUENEAU, p. 64-65, 2008a).

O autor explica que

qualquer texto escrito, mesmo se ele o nega, tem uma ‘vocalidade’ específica [...], e um ‘fiador’ que, por meio do seu “*tom*”, atesta o que é dito. [...] Nessa perspectiva, recobre[-se] não somente a dimensão verbal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas associadas ao ‘fiador’ pelas representações coletivas. Assim, acaba-se por atribuir ao fiador um ‘caráter’ e uma ‘corporalidade’, cujo grau de precisão varia segundo os textos. (p. 65).

Entende-se que, considerada a natureza de funcionamento do *ethos* discursivo, existe uma área de sutileza que envolve a prática da autorreferenciação não consciente, que é diferente daquela assumida no discurso da autopromoção explícita. No primeiro caso, o sujeito fala de si por meio do discurso anunciado, sem controle das representações que se engendram sobre a sua imagem como “sujeito no mundo” que é, “a pessoa do orador com sua função (lugar) e o(s) papel(éis) que assume, com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e representações da situação de enunciação, do objeto do discurso, de seu auditório (B) e as representações psicossociais de si mesmo.” (ADAM, In: AMOSSY, 2005, p. 107).

Entende-se que tais manifestações são saberes que vêm da memória e da história e que se manifestam no fio do discurso ou no discurso transversal sem o “controle” do sujeito. É por meio do discurso enunciado que o sujeito revela uma autoimagem que pode ou não corresponder ao desejado por ele.

Para a análise, relevar-se-á, também, que a figura de pai representada no discurso é atravessada pelas condições adversas da condição imposta pela formação discursiva, como já foi dito; ele não é o pai que deu certo, segundo o imaginário social; ele é o pai aflito, envergonhado, humilhado e negado. Entende-se que existe um grau de consciência que o faz perceber que algo falhou em consequência de seu posicionamento enquanto pai, já que o filho do vizinho, do irmão, do amigo não é um viciado. Nessa condição, existe um esforço no sentido de preservar a imagem que, no caso, conta com, pelo menos, um aliado: o Grupo Familiar Nar-Anon. O grupo é a instância social autorizada a se pronunciar e, mais do que isso, a defender, apoiar e esclarecer a condição dos familiares que vivem o problema. Portanto, a representação de pai – seu *ethos* manifesto no discurso – assim como a necessidade de salvaguardar a sua face

positiva são sustentadas pelo discurso do grupo.

Sobre o discurso do Nar-Anon, ele deve ser entendido como um discurso constituído de outros, os denominados *discursos constituintes* (como o da ciência, da religião, da filosofia), que estão ligados a fontes legitimadoras. Afinal, o papel de um discurso constituinte é “delimitar, com efeito, o lugar-comum da coletividade, o espaço que engloba a infinidade de “lugares-comuns” que aí circulam” (MAINGUENEAU, 2008, p. 39). Por exemplo, o discurso religioso pode determinar, segundo a autoridade a ele conferida, o modo como um cristão deve ser e agir. O Nar-Anon, ao se apoiar no discurso ora religioso, ora da autoajuda leiga, ora da cientificidade (para exemplificar), legitima-se em razão das instituições que sustentam as formações discursivas desses distintos campos. Deve-se reiterar, ainda, que “Os lugares institucionais de onde emergem os textos não se ocultam por trás de sua produção, *eles a moldam através de uma maneira de viver.*” (MAINGUENEAU, 2008 p. 44 – sem grifos no original).

Antes de iniciar, fazem-se alguns apontamentos a serem considerados no decorrer da análise: primeiramente, o de que o discurso em estudo tem um locutor bem específico: são os pais ou familiares de um sujeito viciado em droga; em seguida, que esses pais ou familiares têm suas vidas afetadas emocionalmente e de modo negativo pelo convívio com o sujeito viciado; depois, que esse sujeito apresenta alguns comportamentos entendidos como comuns àqueles que sofrem com o problema da adicção; além do que, isso propicia a organização de um discurso de apoio como o do grupo Nar-Anon, que, ao tomar um problema específico, estaria, na verdade, tratando de um problema de caráter “coletivo”, seriam problemas que atingiriam, de forma comum, a um grande número de familiares. Esse fator impinge aos relatos uma importância ímpar dentro do grupo.

Essas considerações permitem antecipar uma conseqüência: ao tomar como comuns alguns problemas de relação e convivência entre o adicto e os seus familiares, o discurso do grupo leva seus membros a incorporarem uma identidade também comum. E isso é fundamental para se manter a coesão do discurso do Nar-Anon, o que só é possível em razão de existir uma comunidade coesa (seja na alegria, seja na tristeza) em torno do discurso empregado. Pode-se afirmar que o discurso de apoio (da autoajuda, enfim) tem seu funcionamento sustentado por uma prática de adesão irrestrita.

Feitas as considerações, inicia-se a análise pelo tema-título, “*Comportamento Inaceitável*”, que provoca uma ambiguidade quanto à definição de a quem, exatamente, o discurso sobre um comportamento inaceitável se dirige. A dúvida se instaura porque,

pela ótica culturalmente instituída, os pais são sujeitos cujo comportamento é tido, de antemão, como correto. Decorre daí uma indagação: seria o pai (membro do Nar-Anon) que estaria tendo um comportamento inaceitável por ser condescendente com os abusos cometidos pelo filho? Ele é, portanto, quem deve carregar o ônus da “culpa” pela situação instaurada? Ou o comportamento inaceitável é o do filho por fazer uso de droga e provocar os conflitos, sendo ele, então, o “culpado” pelo problema que aflige a família? Num primeiro momento, o título toma dois efeitos de sentido possíveis de serem considerados: o filho teria um comportamento inaceitável por estar envolvido com um vício e isso o levaria a atitudes que violam as regras do bom comportamento; e o pai teria um comportamento inaceitável ao ceder às ameaças e chantagens do filho.

Porém, como, no caso, o interlocutor privilegiado é o pai, é possível entender-se que o seu comportamento é o foco da atenção e que é tido, em consequência, como inaceitável. Caberia, então, ao grupo de apoio Nar-Anon *elucidar* o conflito, mostrando, por meio do programa de recuperação, como o pai deve agir. O grupo viria para *desculpar* aquele que se dá sob sua “proteção e cuidados”: o familiar pai.

Considerando os sujeitos da interlocução, o discurso remete à relação pai e filho, em que, supostamente, caberia ao primeiro a autoridade de definir o que seja um bom comportamento (o aceitável) e um mau comportamento (o inaceitável). Vê-se que existe, na escolha do termo e naquele que é o seu reverso, um tom de ponderação.

Entende-se que, no decorrer da vida, um filho cometa transgressões e tenha atitudes boas e más, sendo elas avaliadas a partir da perspectiva moral e ética da sociedade a que o sujeito pertence (que pode ser mais ou menos flexível a novas formas de conceber essa relação). Dessa forma, a transgressão pode ser entendida como um problema para as transições relativas à fase infantil, adolescência e vida adulta que implicaria num comportamento aceitável (ainda que não desejado). Por outro lado, dentre as transgressões, haveria aquelas cuja dimensão as tornaria um comportamento inaceitável, como o desrespeito à autoridade do pai e à família. Ou ainda, inaceitável, porque ameaçaria um dos pilares de sustentação das sociedades, o da representação da família *ideal*, que insiste numa organização satisfatória para certo ideário.

Uma representação dessa perspectiva familiar idealizada é a verificação do discurso de satisfação dos pais que se encontram ocupando os bancos de uma igreja e antes do almoço, momento em que, provavelmente, ele, esposa e filhos se juntam a outros familiares (avós, tios, primos). Não se está negando o quanto esse quadro seja bom, saudável e pertinente, mas se deve considerar o fato de que, mesmo sob o discurso

religioso e da própria mídia, há outras realidades que podem ser tão satisfatórios para a vida do indivíduo quanto à apresentada.

Esse parêntese vem para frisar que o sujeito pai que busca assegurar o seu discurso como o de bom pai e o Nar-Anon, que vem ratificar a posição do bom pai estão polemizam com outros discursos (como o exemplificado acima), o que, contrariamente ao que deseja o Nar-Anon, atesta o fracasso do pai do adicto, vítima da culpabilidade pelas escolhas “erradas” realizadas pelo filho.

A seguir, dá-se início à análise do corpus, seguindo a ordem de sua exposição.

Parágrafo 1:

Não entendia o que se passava com meu filho. Chegava tarde da noite, dormia por longos períodos e trocava o dia pela noite. Não estudava mais, nem permanecia no emprego. Culpava os outros por tudo.

O discurso é um relato e, como tal, traz em sua estrutura a perspectiva de elementos comuns ao gênero. O leitor é convidado a ouvir a história que busca retratar brevemente: a) o drama vivenciado pelo pai enquanto problema comum aos familiares de viciados em algum tipo de droga; b) a descrição da ação e reação do pai frente ao problema antes de ingressar no Nar-Anon; c) a culpa; d) o ingresso no Nar-Anon; e) a descrição da mudança de perspectiva do problema pós-ingresso no Nar-Anon; f) a solução parcial do conflito pela intervenção do programa de recuperação do Nar-Anon.

Seguindo esse percurso, o relato atesta a falta de conhecimento do pai frente ao que se passava com o seu filho: ele diz “[Eu] *Não entendia*”. Esse desconhecimento revelado pelo pai, que poderia soar absurdo hoje em dia frente à ampla divulgação dos problemas associados ao uso de drogas pela mídia, deve ser relevado, pois, há pouco tempo, a questão era tratada como assunto unicamente restrito às delegacias de polícia ou, quando vinha a público, era tratado de forma sensacionalista, especialmente quando envolvia alguma pessoa famosa. Em todo caso, pensar o envolvimento do filho(a) com a droga, há algumas décadas atrás, era, e ainda o é, algo que requer um certo conhecimento sintomático sobre as mudanças de atitudes que afetam o sujeito, quando ele passa a fazer uso de algum tipo de substância química, como as descritas no depoimento. Em todo caso, apesar desses sintomas revelarem um grave problema, frente ao enunciado do pai e seu desconhecimento, pode-se afirmar que as atitudes do filho estariam sendo avaliadas pelo pai, num primeiro momento, à luz de uma cultura que diz, por um lado, ser comum ao jovem a falta de compromisso e um comportamento fora

dos padrões, como chegar tarde da noite, dormir por longos períodos e trocar o dia pela noite, por exemplo, ainda que o pai revele certa clareza e desconfiança de que algo incomum esteja se passando com o filho.

Mesmo que se concorde com o fato de que um jovem “normal” não agiria assim, pode-se dizer que o imaginário em torno do que seja ser jovem colabora para uma atitude tardia dos pais em relação às atitudes do filho. O fato de o pai dizer que ele “*não estudava mais, nem permanecia no emprego*” pode, como nos outros casos, ser desculpável, até certo ponto, dependendo da situação, pois nem todos os jovens necessitam trabalhar para sobreviver: trocas e novas escolhas podem ser indícios de um período de transição e de um comportamento “*aceitável*”. Mais comum, contudo, é o fato de o filho “*Culpar os outros por tudo*”, postura típica do adolescente/jovem, que esconde seus temores atrás da figura do outro, quando seus objetivos não são atingidos.

O que o discurso desse primeiro parágrafo revela, em síntese, é uma imagem de pai *ingênuo*, estando a ingenuidade apartada de qualquer culpa, pois o erro cometido por inocência traz, como que embutido, um apelo à desculpa. Um *ethos* assim construído “mobiliza a efetividade do intérprete, que tira suas informações do material lingüístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 59); persuade-se o interlocutor, em função de o relato já ter um público que compartilha de uma ambientação conhecida por pais de adictos, como aquela descrita acima (*chegar tarde da noite, dormir por longos períodos, trocar o dia pela noite*).

Parágrafo 2:

Aquele comportamento não combinava com o menino que criamos com tanta dedicação.

O segundo parágrafo se desprende do relato e se configura na voz do pai, que, em tom de desabafo, revela, neste momento, a imagem idealizada do pai cuidador. O tom é apelativo, a figura do filho é infantilizada, porque ele é tomado em referência ao menino ingênuo, criado com dedicação: com carinho, amor, afeto: afeto em abundância, afinal, foi com *tanta dedicação*. O sujeito pai, inconscientemente, assume o discurso romântico sobre o papel de pai, no sentido de que se espera dele nada menos que os sentimentos sublimes de amor incondicional para com o filho. O pai do relato está desejoso de mostrar que ele cumpriu a missão, porque o comportamento citado no primeiro parágrafo “*não combinava*” com a imagem de filho criado com dedicação. E a dedicação impõe exigências, como se sabe: quem se dedica a algo não apenas deixa de

fazer outras coisas, mas “abre mão” dos próprios desejos, sonhos, vontades. Incorporada à imagem de pai cuidador, outra se faz presente: a imagem de alguém que foi forçado a renunciar a si. Mas isso não é dito, porque, afinal, é qualidade pressuposta da figura de pai: nada menos, nada mais (estaria se fazendo presente nesse momento uma memória de os **Quatro absolutos** (amor absoluto)?).

No parágrafo seguinte, o relato é retomado:

Parágrafo 3:

Uma noite esperei para conversar com ele. Ficou surpreso, tentou escapar dando desculpas. Fiquei muito alterado, nervoso, falei muitos palavrões e o tratei com desprezo e ironia. No início ele me enfrentou, mas depois se sentiu acuado e com medo.

O primeiro enunciado é representativo das boas intenções do pai, quando ele conta que esperou para conversar com o filho, agindo de acordo com as normas convencionadas pela psicologia moderna que prescreve o diálogo como a melhor solução para os problemas de relacionamento de modo geral. Se o pai deu o passo positivo, demonstrando sua maturidade para a resolução do conflito, o filho, um adicto, representa o seu contrário, sua imaturidade para a conversa: o filho “fica surpreso”, tenta “escapar”, dá “desculpas”. Chama-se a atenção para o que poderia ser um engano (ou não) do pai que denuncia, talvez, pelo enunciado, sua verdadeira postura: se o filho “ficou surpreso” quando o pai buscou o diálogo é porque, talvez, esse pai não costumasse conversar com o filho. Ou esperou tempo demais para fazê-lo. Acuado, talvez, o filho respondesse com “desculpas”, porque estaria sendo chamado a assumir que vinha usando algum tipo de droga. O comportamento do filho, contudo, acentua a autoridade do pai; afinal, naquela situação, ele era o delituoso e sua postura denunciava o problema; só lhe restava tentar “escapar”.

No momento seguinte, o sujeito do relato distancia-se da imagem de pai e, como sujeito do mundo, esquecendo-se que estava diante do filho, “do menino criado com tanta dedicação”, age na perspectiva do pai autoritário. A fúria contida é explicitada: o pai fica “muito alterado”, pois o comportamento do filho não condizia com a educação recebida: afinal, o filho estaria denunciando que o pai errou? O pai fica “nervoso” e perde a ilusão do controle sobre si, mas, sobretudo, em relação ao filho, que passa a ser um sujeito “estranho”. O pai “fala muitos palavrões” e, assim, revela o que não poderia ser dito. O pai trata o filho com “desprezo e ironia”; o pai está contra o filho: tragédia estabelecida. A autoridade do pai em “fúria” leva ao “medo”. Nesse momento, a

imagem do pai está comprometida: ele quebra as regras e usa a força, por meio das palavras, para despertar, não respeito, mas “medo”. O que reforça a ideia de que o pai perde, por momentos, a máscara social concedida a ele enquanto pai. Alteram-se os papéis de pai e de filho nessa interação: o ambiente familiar é transferido para a cenografia da rua, do cotidiano ordinário da convivência entre iguais, sem hierarquia.

Mas, percebendo isso, o pai se recolhe no sentimento da “culpa” e passa a ser a vítima do filho, o que, em parte, permite que recupere uma autoimagem positiva.

Parágrafo 4:

No dia seguinte, a minha culpa era grande. Passei a aceitar tudo o que ele me falava, pois achava que satisfazendo os seus pedidos ele deixaria as drogas. Cobria os seus cheques e pagava os traficantes. Recebia telefonemas de madrugada que me deixavam sobressaltado. Não entendia a situação, ficava com raiva do dependente químico mas ao mesmo tempo isso me trazia mais culpa.

Ao declarar “*No dia seguinte, a minha culpa era grande*”, há um apelo confessional à compreensão do interlocutor, chamado, em tese, para compreender a situação descrita anteriormente, já que ele próprio a teria experienciado de forma semelhante: deve-se lembrar de que se trata de um pai de adicto falando a outro pai de adicto, vítima de um mesmo conflito. Revela-se um discurso de autopiedade.

O tom apelativo do fragmento fica por conta dos fatos narrados, ainda que eles representem uma realidade para os pais de adictos que vivenciam uma situação atípica, ou típica, quando se tem um filho(a) envolvido(a) com o uso de droga. O pai seria conduzido *ingenuamente* e manipulado pelo filho, recuperando e restaurando, pelas trocas de papel – de “opressor” a “oprimido” –, o seu status de pai-padrão. Cai na armadilha do discurso da condescendência exagerada: “*passsei a aceitar tudo o que ele me falava, pois achava que satisfazendo os seus pedidos ele deixaria as drogas*”.

E os procedimentos descritos na seqüência denunciam o “*comportamento inaceitável*” do pai, que só será reavaliado, quando passar a frequentar o Grupo Nar-Anon, como se verá no último parágrafo. Na ansiedade de recuperar o filho, ele “cobria cheques” e “pagava traficantes”, conforme o trecho expõe. Veja-se que é um discurso de difícil aceitação para as pessoas que, de fora, avaliariam esse quadro como muito problemático pelas complexas questões que ele envolve. Contudo, relatos como esses são trocas de experiências comuns entre os membros do grupo, que têm, como já se afirmou noutro momento de estudo, suas vidas emocional e fisicamente afetadas pelo convívio com o adicto, como revela a passagem “*Recebia telefonemas de madrugada*

que me deixavam sobressaltado". O enunciado final, ainda que não explicita, retoma o discurso inicial, "*O pai não entendia a situação*": ou seja, prevalece a imagem do pai ingênuo. A sequência "*ficava com raiva do dependente químico*", que revelaria um sentimento que fere a face positiva do pai, desconstrói-se, novamente, pelo discurso da culpa: "*mas ao mesmo tempo isso me trazia mais culpa*".

Percebe-se que o pai de adicto se encontra numa cadeia circular que o leva a oscilar entre os sentimentos comuns ao homem, sujeito do mundo, versus a condição social de pai, contrária à ideal. Mas, mesmo assim, a cobrança que vem pelas condições sócio-históricas se faz presente, ainda que inconscientemente. O pai é, na verdade, uma vítima, não dos filhos nem da droga, mas do papel social instituído e construído para ele a partir de uma perspectiva sócio-histórica e ideológica imposta pela formação discursiva da responsabilidade familiar. Um pai não pode, ou não poderia, por exemplo, sentir raiva do próprio filho.

Para finalizar, segue o último parágrafo. Verifica-se que o relato não traz um desfecho *happy end*, no sentido de que o problema é resolvido com o filho deixando a droga e a família passando a viver harmoniosamente, novamente. O desfecho da história traz um outro final, que não é o que viria a satisfazer o leitor comum, mas, sem dúvida, é o final feliz possível para aquele grupo de pessoas. É nesse momento que o grupo Nar-Anon intervém, inclusive, com uma marcação própria da mudança de situação, conforme se observa abaixo:

Parágrafo 5:

Uma amiga que tinha um filho dependente químico levou a mim e minha esposa a uma reunião de Nar-Anon. Tudo começou a mudar. Entendi que a dependência química é uma doença que pode ser detida, porém é incurável. Fui assimilando a programação, fazendo os Passos, ouvindo e fazendo depoimentos. Após a reunião conversava por telefone com meus padrinhos. Mudei totalmente o meu comportamento em relação ao dependente químico. Aprendi que o Poder Superior está sempre presente e que eu não posso modificar ninguém.

Antes de prosseguir, e para contextualizar, é preciso acrescentar que a participação num grupo de apoio, como o Nar-Anon e outros do mesmo perfil (A.A. e N.A.), segue um ritual simples: isto é, ele se dá por meio de um convite informal que parte de uma familiar de adicto membro do Nar-Anon a outro familiar que ainda não é membro. A divulgação dos valores do grupo consiste basicamente em apregoar a observação do bem-estar daquele que faz parte do grupo que segue o programa de

recuperação de os *Doze Passos* e as *Doze Tradições*. O objetivo do programa é transmitir a um familiar que esteja necessitando de ajuda emocional ensinamentos para lidar com os conflitos que esteja vivenciando. A base de sustentação das reuniões de grupo deve ser a oportunidade para compartilhamentos entre pessoas que trocam suas experiências em relação à convivência com o drogado.

Como se o lê no último parágrafo, o pai em questão é conduzido ao grupo por uma amiga. E a partir desse momento, o relato sofre uma mudança de expectativa: “*Tudo começou a mudar*”, como expõe o pai em forma de revelação. É nesse momento que o discurso do Nar-Anon passa a intervir de modo preponderante e alguns fenômenos novos passam a serem anunciados. Primeiro, aquele que possibilita ao pai acesso a uma forma de discurso necessário para que ele se sinta “des-culpado”: “*Entendi que a dependência química é uma doença que pode ser detida, porém é incurável*”. O discurso sobre a adicção vem ao encontro do anseio do pai, que é eximido de qualquer culpa sobre o fracasso em relação à(s) tentativa(s) de reverter a situação problema que aflige o filho e, por consequência, toda a família.

Chama a atenção à contradição entre dizer que a doença da adicção pode ser “detida”, embora não seja curável. Quer dizer, se ela pode ser detida, isso exige atitude; não é possível simplesmente ficar sem fazer nada. Por outro lado, o fato de ser incurável predispõe, de forma mais confortável, o não fazer. Em todo caso, o Nar-Anon aparece fazendo parte do processo de “recuperação” do bem-estar do pai que “*foi assimilando o programa, fazendo os Passos, ouvindo e fazendo depoimentos*”. A ordem das ações “assimilar”, “fazer”, “ouvir” e “fazer” conduz o processo de aprendizado em que vai tomando a forma de um saber, colocado em prática, retomado na medida em que as ações decorrentes dele são tomadas e vão sendo, por fim, postas em prática.

Mas, não bastasse ao grupo oferecer um programa de recuperação e trocas de experiência, o sujeito membro do grupo conta, ainda, com um apadrinhamento: com a presença de uma pessoa que deve estar à sua disposição até nos momentos de maior conflito. Veja-se como o discurso passa a se imbricar na vida do familiar e nas suas necessidades, provocando, inclusive, vínculos de intimidade entre os seus membros, que se materializam na relação com o padrinho³¹.

De modo resumido, mas enfático, o pai relata como um comportamento

³¹³¹ Cada membro novo que chega ao grupo escolhe, dentre os membros, um sujeito em especial (que será seu padrinho/madrinha) a quem ele recorrerá de forma mais íntima para a troca de experiências, ou para buscar auxilia em momentos difíceis.

inaceitável (dele, enquanto vítima de filho) é revertido, pois ele afirma: “*Mudei totalmente o meu comportamento em relação ao meu filho*”. Entende-se que qualquer mudança seja algo difícil, que requer esforço do sujeito para se adaptar a uma nova realidade; em todo caso, por meio do Nar-Anon, ainda que frente a uma situação de complexidade como a de convivência com um adicto, a mudança é alardeada em tom entusiástico, o que é acentuado pelo emprego do advérbio de modo “*totalmente*”, possível indicativo, também, da expressão de uma denegação por parte do pai.

Desvencilhar-se do problema parece uma tarefa bem menos onerosa na perspectiva do grupo. O enunciado se fecha parafraseando as bases de fundamento dos *Doze Passos* (e da *Oração da Serenidade*): “*Aprendi que o Poder Superior está sempre presente e que eu não posso modificar ninguém*”. Não há argumento contrário que se sustente perante um “Poder Superior”, nem a respeito da lógica idealista de que a mudança está no interior do indivíduo como uma prática puramente subjetivista, que ignora o fato de que, nas entranhas do sujeito, há Outros Sujeitos. Afinal, os conflitos internos, as decisões tomadas ou não, as formas de pensar e resolver os problemas não estão na consciência do indivíduo à espera que um dia desperte, como por um *insight*.

Tudo se resume ao olhar *para fora de si*. E, se existe uma forma de ser pai, uma causa para o uso da droga e uma possibilidade de os sujeitos mudarem, as respostas estão em como a sociedade funciona. A sociedade seria o grande “Ovo de Colombo” da humanidade a ser *des-coberto* para, só então, se poder dizer que se chegou a uma compreensão sobre si mesmo.

Espera-se, ao final dessa análise, ter cumprido os objetivos de a) ter demonstrado como o discurso do pai do adicto, ainda que resultante do fato de estar imerso numa situação problema complexa, revela a ânsia pela manutenção de uma imagem de si que seja condizente com a imagem de pai construída e fortalecida pela moral vigente na sociedade: um pai não pode ter certos sentimentos em relação ao filho, por exemplo, ainda que o filho seja um viciado em droga e provoque uma série de sentimentos controversos; b) demonstrar como o discurso do Nar-Anon se coloca em funcionamento, como instituição autorizada: sobretudo para aqueles que dele fazem parte, ele constitui a instância que ajuda o sujeito pai a se restabelecer, desculpendo-o e propiciando, que, ainda que use o discurso da culpa, encontre no Nar-Anon o refúgio necessário para as suas angústias; c) esclarecer como os sentimentos revelados pelos sujeitos, assim como suas visões de mundos, a autoprojeção discursiva que fazem de si e dos outros tem seus fios entrelaçados com o modo de viver e pensar de uma

sociedade; e) demonstrar que o Nar-Anon, ao se constituir na força discursiva de que os pais necessitam, inconscientemente³² (ou nem tão inconscientemente), trabalha para a manutenção de sua autoimagem, portanto, de sua necessária existência.

Fecha-se, nesse momento, mais uma análise (ainda que incompleta), permitindo-se que um breve balanço possa ser feito: o que vem sendo apresentado demonstra que o Nar-Anon, enquanto instituição, pertence à formação discursiva da autoajuda. Prática, nesse sentido, valores que objetivam oferecer meios de as pessoas superarem uma situação problema. Contudo, ele se solidifica por meio do uso do discurso religioso. Reiteradamente (o qual procura apagar), busca construir uma imagem positiva de si, apresenta-se como facilitador e, com isso, ratifica um propósito do senso comum presente nas práticas da autoajuda: dizer ao sujeito o que ele precisa ouvir (na medida do suportável) e, uma delas é: o programa funciona, faça parte disso. O que se tem, entende-se, é que a simplicidade aparente envereda por outros rumos, questão essa a ser investigada mais demoradamente aqui.

³² Para a perspectiva teórica assumida nesse estudo, o conceito de inconsciente é fundamental, pois ele representa toda uma perspectiva de compreensão sobre o sujeito do discurso, que, no caso, mais é falado do que fala. Possenti, em “Concepções de sujeito na linguagem” (1993), traça um percurso polêmico entre distintas teorias a fim de demarcar o lugar social do sujeito enunciador da análise de discurso e, assim, faz vir à tona o conceito de polifonia presente na terceira fase da Análise de Discurso, muito presente em trabalhos de Foucault, Bakhtin e Lacan e Authier-Revuz. Segundo Possenti, “cada um a seu modo e de um certo ponto de vista” trabalham sobre o signo da heterogeneidade, ou seja, para os autores citados, “os enunciados de cada discurso têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos”, de modo que “A ideia básica, aqui, é que o discurso do Outro está sempre presente (o Outro é constitutivo), seja de forma mostrada (aspas, por exemplo) ou de forma constitutiva”. Segundo esse percurso, então, o termo inconsciente é empregado no sentido de mostrar que o sujeito é ideológico e assujeitado a sistemas de crenças e valores sobre os quais ele não tem poder de manipulação. E isso é crucial para as reflexões que se deseja provocar por meio das análises. É desse modo, portanto, que se deseja que se entenda o uso do termo nesse trabalho (que vai ao encontro do exposto na fundamentação teórica apresentada).

3.5 O DISCURSO DA ADICÇÃO

Não sabíamos naquela época
que ele tinha uma doença
física, mental e espiritual.
A teoria tradicional
de que o alcoolismo era apenas
uma debilidade moral
impedia-nos de pensar
claramente sobre o assunto.
(Livro I, p. 88)

Deve-se lembrar de que o discurso em análise e o espaço enunciativo em que ele ocorre, tomado como ponto de referência, é o Grupo Familiar Nar-Anon. Entretanto, é sabido que o Nar-Anon, assim como os grupos do N.A. (Narcóticos Anônimos) e do Al-Anon (Grupo de apoio a Familiares Dependentes do Álcool), apropriaram-se do discurso do A.A. Por essa razão, no decorrer da análise, serão feitas referências à base de fundação sócio-histórica do discurso (como ocorreu em outros momentos), ou seja, às suas condições de produção: ao discurso de fundação dos Alcoólicos Anônimos.

Dentre os temas tratados pela literatura do grupo Nar-Anon, selecionou-se o da adicção que diz respeito à compreensão, por parte dos membros do Nar-Anon, de que o uso abusivo de qualquer substância entorpecente (seja ela o álcool ou a droga) se caracteriza por uma forma de *obsessão*, uma doença sobre a qual o viciado da droga não tem possibilidade de controle, entendendo-se, assim, que aquele que faz uso da droga não o faz porque o deseja, mas é levado *forçosamente* a consumi-la em decorrência da sua doença. Dessa forma, para as agências de saúde, o comportamento do viciado que coloca em risco a própria vida ao fazer uso da droga caracteriza-se, reconhecidamente, como uma *doença* que requer tratamento³³.

Por se tratar de uma doença definida como uma forma de compulsão autodestrutiva, infere-se, pelo menos, duas justificativas para que, nos textos do grupo, faça-se a opção pelo uso do termo “adicto”, no lugar de outras denominações que

³³ De acordo com a *Organização Mundial da Saúde*, no *Relatório Sobre a Saúde no Mundo 2001, Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança*, a dependência de substâncias psicoativas é encarada como doença médica crônica (vista como um distúrbio mental complexo) e como problema social, sendo incorporada à *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Correlatos* (CID-10), assim como a Esquizofrenia, a doença de Alzheimer e Transtornos do Desenvolvimento Psicológico, entre outras. Este documento encontra-se disponível em meio eletrônico; sua tradução em português é produção do Escritório Central da Oficina Pan-Americana de Saúde e a revisão técnica da mesma é feita pela Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde do Brasil. Dados retirados da obra: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10 – Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

podem levar a associações entre o sujeito usuário (viciado, portanto, “doente”) e práticas ligadas à marginalidade. Se uma ação leva a outra, não cabe a este estudo julgar. O comentário é feito porque, no discurso da adicção, fatores de ordem social e moral são partes temáticas constitutivas do discurso. Outra justificativa para o uso de ‘adicto’, deve-se ao fato de que, ao termo, agrega-se um valor médico-científico, diferentemente do que ocorre com ‘viciado’ ou ‘drogado’, embora se tenha observado ocorrências dos termos nos textos do grupo, porém numa escala bem menor.

E a escolha (e talvez isso não seja uma escolha) do termo ‘adicção’ e, com isso, a aceitação do discurso que envolve seu sentido significam que há, por parte dos pais, aceitação de que eles estão envolvidos emocionalmente com um indivíduo doente. O que está coerente com a hipótese que vem conduzindo a construção da tese: a de que o discurso do Nar-Anon, o qual deseja proporcionar ajuda espiritual e emocional à família do drogado, concomitantemente, provoca, ainda que não o deseje, outras práticas, as quais se entendem como demagógicas.

A partir da temática em análise, chama-se a atenção para o fato de que o discurso sobre a autopreservação que se constitui em torno do familiar, verificado em argumentos que conduzem a ações de autojustificação, é consequência de uma forma de agir com o drogado que mascara atitudes egocêntricas, sobretudo, quando a família é levada a se apoiar no discurso da impotência, o que provoca, neste momento, um questionamento: “*Afinal, quem se beneficia do discurso sobre a adicção?*”. Uma das hipóteses a ser confirmada pela análise do discurso *Sobre Adicção* é de que ele serve, primeiramente, aos propósitos do próprio Nar-Anon, que o usaria a fim de provocar a adesão dos seus membros para justificar sua existência e, assim, preservar-se frente ao (possível) sucesso do programa de recuperação.

O discurso tomado para análise mostra que ele *falha* no sentido literal do termo. Ainda que ele busque comunicar o efeito de sentido de que está a serviço, como estando ao lado dos familiares e atuando como uma instância autorizada capaz de conduzir pais aflitos a um novo modo de viver, *sugere* ao membro um comportamento que se entende como problemático. O discurso leva os pais a uma postura de não enfrentamento do problema. Assim, expondo o seu apoio àquilo que talvez o Nar-Anon silencie (ainda que inconscientemente), tem-se um quadro de complexidade que supera ações generosas, bondosas, amorosas: a causa do filho drogado seria perdida, cabendo ao familiar cuidar da própria vida.

Contudo, este é um discurso impossível de ser proferido, seja em que

circunstância for, sob o risco da acusação de que se esteja propagando um discurso que fere os princípios da família (espaço incondicional de manifestação do amor ao outro). Porém, ainda que não seja dito, o discurso da causa perdida (no mínimo, de árdua solução) se faz presente: nas justificativas, nas afirmações, nas denegações, na voz do Outro a quem o discurso do Nar-Anon responde sem que o deseje.

As reflexões introdutórias apresentadas até o momento se constituem em ponto de partida para a análise que tem como fundamentação teórica a Análise de Discurso alicerçada nos estudos de Maingueneau (1997; 2005; 2008a; 2008b).

A primeira defesa a ser explicitada diz respeito ao modo como o discurso em estudo é compreendido: trata-se de um discurso polêmico, no sentido de que “a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se”, conforme afirma Maingueneau (2005, p. 118). O “Outro”, na perspectiva teórica da Análise de Discurso, diz respeito às vozes sócio-ideológicas constitutivas do discurso, que se situam “onde se pode captar que se fala do sujeito, que se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, 1997, p. 154), retomando uma das citações já expostas na fundamentação teórica.

Maingueneau explica que se trata de outros discursos, que são intrínsecos e imprescindíveis à organização do “novo” discurso. Pode-se, ainda, compreender o “Outro” a partir do viés psicanalítico lacaniano, que afirma se tratar de uma entidade cuja presença vem pelo inconsciente que se manifesta no discurso enunciado, como as vozes da família, da religião, das leis e da cultura a que o discurso pertence. (MUSSALIM, 2001).

Entende-se, assim, que a formulação de um discurso, seja ele qual for, implicará sempre numa resposta a uma instituição, a uma ideologia, a uma prática cultural que coexiste com o enunciado dito, sem que o locutor saiba disso, ou ainda, sem que ele tenha total consciência do processo constitutivo daquilo que diz. Esse entendimento da constitutividade do discurso está fundamentado no conceito de interdiscurso:

O interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (MAINGUENEAU, 1997, p 113).

Tendo o exposto como norte de reflexão, entende-se que a polêmica é constitutiva dos discursos, que ela faz parte da existência do enunciado; sem sua presença, o discurso perderia sua eficácia. A polêmica, como explicada, não deriva apenas da verificação sobre a existência, num mesmo discurso, de duas formações discursivas em oposição, mas “ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro” (MAINGUENEAU, 1997, p. 113); ou ainda: ela “é a convergência que prevalece sobre a divergência, já que o desacordo supõe um acordo sobre um ‘conjunto ideológico comum’, sobre as leis do campo discursivo partilhado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 115). É nesse sentido que o conceito de polêmica vem ao encontro do discurso em análise: o discurso *Sobre Adicção* é uma manifestação que responde às vozes socioideológicas que entram em controvérsia com a perspectiva assumida pelo Nar-Anon e os membros do grupo, a partir de estratégias que se referem ao

modo pelo qual o enunciador legitima o lugar de onde fala [o Grupo Familiar Nar-Anon é o porta voz dos familiares], ao modo pelo qual atinge seu adversário [no caso, a sociedade que culpa o pai pelo filho ser um viciado em droga], ao modo pela qual legitima a própria relação polêmica [ou seja, a prática discursiva do Nar-Anon abriga o discurso da não-culpabilidade vs. seu contrário]. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 380).

Ao discorrer sobre a adicção, o Nar-Anon o faz de um certo modo, em decorrência do espaço enunciativo que ocupa. A entidade torna o discurso sobre a adicção uma “interpretação” dos membros do grupo sobre o problema daquele que usa droga. A leitura interpretativa do vício oferecida pelo grupo como uma questão de saúde permite a ele, por meio do discurso assumido como seu, falar aos seus membros exatamente o que eles desejam ouvir (ou precisam ouvir). Ao pertencer ao campo discursivo da autoajuda, filiações de sentido se estabelecem em razão das formações discursivas que imprimem identidade ao Nar-Anon, produzindo efeitos de sentido que respondem às vozes do Outro. Nesse processo, tendo por base Maingueneau (2005), o Nar-Anon assume o papel de discurso-agente, enquanto que a temática ‘adicção’ funciona como um discurso-paciente (porque outros sentidos poderiam ser atribuídos ao discurso em questão, se situado em espaço enunciativo diferente) e ele está voltado para interlocutores que comungam de um mesmo modo de pensar. A adesão dos membros ao discurso da adicção - diga-se, necessária - “convence porque ia pela cabeça [do grupo] o

que já convencia”, passando o discurso a ser reconhecido “por um conjunto de sujeitos como o todo da verdade” (MAINGUENEAU, 2005, p. 117-118). O discurso do grupo simula um efeito de sentido para a temática, que, como se espera demonstrar, é importante para justificar a existência do grupo.

Ao se simular informativo, ocorre o apagamento do discurso do Outro no discurso do Nar-Anon, isto é, daquele discurso que não se encontra com o seu. No discurso em estudo, retoma-se uma voz autorizada (a Organização Mundial da Saúde) e se cria, assim, uma imagem de grupo como fonte de saber confiável, portanto, positiva. Ele constrói um *ethos* (AMOSSY, 2005) que, tomado na perspectiva discursiva e como processo interativo de influência sobre o outro, é concebido como “uma noção *híbrida* (sócio discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica” (MAINGUENEAU, 2008, p. 17).

Deve-se lembrar que a dinâmica do grupo colabora para que se construa uma estreita relação de confiabilidade entre o discurso do Nar-Anon e os seus membros, já que se trata de um pai de drogado falando a outro; alguém que, em tese, saberia entender o problema, portanto, no mínimo, bem intencionado, provocando a construção de uma imagem de grupo honesto e verdadeiro. Essa autoimagem se refere ao modo como o locutor se apresenta em relação ao discurso que enuncia, que não diz “*eu falo de algo bom e verdadeiro a vocês*”, mas o mostra no discurso. Por exemplo, quando o discurso sobre a adicção incorporado pelo Nar-Anon diz que “*não é por falta de amor*” que a pessoa faz uso da droga, ele cria uma empatia com os seus interlocutores e diz, ao mesmo tempo, “*familiar, não faltou amor*”, “*familiares, vocês não são culpados*”. Isto é, o grupo Nar-Anon não diz “sou um bom grupo de apoio”, mas o mostra, por meio dos enunciados que traz, por meio do discurso que apresenta e que, fundamentalmente, é construído a fim de levar certo conforto para aqueles que o procuram. A partir dessas reflexões é que a análise será feita.

O discurso *Sobre Adicção* (anexo 5) é parte do livreto intitulado *Nar-Anon* e faz parte de uma coletânea temática relacionada ao problema da droga e aos problemas que afetam o familiar, além de trazer informações sobre o funcionamento do próprio grupo. Cada tema listado no livreto é abordado a partir de um título-chave, sobre o qual é desenvolvida uma breve reflexão (a exemplo, *Sobre Adicção, A Família, Mudando a nós mesmos*). O discurso em estudo se encontra integralmente na página 4 do livreto, de medidas reduzidas (9cm x 14cm), o que permite, para iniciar a análise, que se levantem

duas hipóteses em torno da brevidade: o efeito de superficialidade ou falta de profundidade com que o discurso em estudo é abordado pelo grupo.

Primeiramente, aquela que poderia traduzir uma iniciativa interessante do grupo, ou seja, que a abordagem feita é fruto de um trabalho maior do Nar-Anon, que haveria pesquisado sobre a “adicção” e optaria por apresentar naquele espaço uma versão resumida do assunto, de forma a torná-lo mais acessível ao leitor leigo, considerando que as discussões em torno do tema droga comumente envolvem outras bastante complexas, como as de ordem social, médico-científica, econômica e política: neste sentido, a brevidade seria tida como positiva, pois se trataria de um serviço do grupo prestado aos membros que teriam acesso ao que se constituiria no foco da atenção, previamente analisado e selecionado pelo Nar-Anon. Tem-se, portanto, uma construção positiva da imagem do grupo, nas negativas do membro é a mesma coisa: falta de fé na conversão do outro.

Porém, num segundo momento, a mesma brevidade pode ser compreendida como superficialidade e vulgarização. Quer dizer, o grupo estaria sendo leviano, ao fazer a reflexão sobre o tema de modo simplificado e, por isso, excessivamente simplista. Duas justificativas para isso podem ser encontradas: a) sabendo que o grupo Nar-Anon tem sua origem na literatura dos Alcoólicos Anônimos (A.A.), o grupo teria *recortado* dos livros do A.A. (pressupõe-se) o veredicto final sobre assuntos tidos como mais importantes, como a *adicção*, ignorando, assim, o histórico de como chegou, por exemplo, à mudança, no caso, nominativa, sobre o modo de se dirigir ao sujeito que bebia. Passou-se do uso de termos pejorativos comumente associados àqueles que bebem, para outro, mais modalizado, “científico” e “coerente” com a situação. Entende-se que o termo ‘*adicção*’ devolve ao bêbado e ao drogado certa dignidade e integridade, pois eles haveriam de ser portadores de um doença – a *adicção* física e mental –, superando o discurso senso comum, que, durante muito tempo, atribuiu ao vício a característica de “distúrbio social”; b) a brevidade com que o tema é tratado poderia representar, também, falta de conhecimento sobre o assunto ou, ainda, falta de propriedade teórico-intelectual do grupo Nar-Anon para abordar o tema com maior aprofundamento e base científica.³⁴

Isto é, quando o grupo apresenta de modo sucinto uma temática complexa como

³⁴ É uma característica do discurso do Grupo Familiar Nar-Anon a manutenção de um texto simples e direto, independentemente do tema abordado ou não da complexidade do assunto, o que, afirma-se, é um elemento complicador.

a da adicção, ele revelaria, assim, um estado de *ignorância*, mas também poderia estar projetando a imagem que ele faz daquele que toma seu discurso como apoio, ter-se-ia a projeção da ignorância daquele que faz uso do discurso do Nar-Anon. Caberia ao membro, no caso, não se preocupar com maiores definições sobre a adicção, bastando que ele se aproprie daquilo que o Nar-Anon traz como resposta e assuma o discurso como verdadeiro. Estabelecido esse contrato entre as partes, o Nar-Anon cumpriria seu papel: informar aos familiares aquilo que, necessariamente, ele deve saber a partir de um repertório teórico prático, evitando revelar, com isso, imagens do Nar-Anon que deporiam contra o grupo.

Sabe-se que o livreto de onde foi retirado o corpus para esta análise não é o único material produzido pelo grupo sobre os temas ali presentes; é apenas no material de estudo dos Alcoólicos Anônimos que se encontra um histórico de como se chegou à compreensão de que o vício é uma doença, fato hoje reconhecido pelas agências de saúde mundiais. O que se deseja afirmar, contudo, é que o livreto de onde foi tirado o discurso pode ser a única fonte de consulta do familiar (e se acredita que os textos do grupo o sejam), o que torna as simplificações um problema, pois o discurso não provoca reflexões; ao contrário, é um indicador de resposta e forma de conduta, cabendo àquele que o lê crer no que está dito.

Verifica-se que a linguagem utilizada é, de forma geral, informal, o que reitera a intencionalidade do Nar-Anon de se mostrar simples e acessível, termos utilizados pelos cofundadores do A.A., que descrevem o programa dos *Doze Passos* como um *programa simples*. Feitas essas primeiras reflexões, parte-se para a análise do corpus, que, neste momento, tomará apenas o primeiro recorte. Contudo, acredita-se que ele permitirá alcançar os objetivos propostos:

SOBRE ADICÇÃO

Aprendemos que adicção é uma doença - não uma questão moral. É uma doença dupla: uma alergia física ligada a uma obsessão da mente. Pode ser controlada, mas nunca curada. Sob este aspecto ela é similar à diabetes. Somente com a completa abstinência do uso de drogas e/ou álcool em qualquer forma, incluindo a de medicamentos, é que se pode sustar a doença. Da mesma maneira que não podemos impedir a tosse do tuberculoso, também não podemos impedir o uso de drogas de uma adicto. Ninguém, nem mesmo o médico, o clérigo ou a família pode fazer isto por ele/ela.

O texto inicia com uma afirmação em primeira pessoa do plural, genérica:

“Aprendemos que adicção é uma doença”, o que, no mínimo, causa um efeito de sentido eufórico, porque faz com que os sujeitos da interação deixarem de compartilhar uma situação de ignorância anterior, em que havia a crença de que o adicto (o drogado ou o alcoólatra) sofresse de um mal “moral”; eis a razão da afirmação “é uma doença – não uma questão moral”. Entretanto, são apagadas do discurso quaisquer menções à fonte do conhecimento que colocou a questão do viciado noutra patamar; mais digno. Pode-se dizer, então, que ele haveria de ser um doente. Entende-se que essa afirmação inicial silencia qualquer indagação contrária: ela é uma verdade (uma verdade dada como necessária, como se verá).

Na segunda parte do enunciado, pode-se afirmar que há uma denegação (que traz à tona o discurso do Outro), cujo tom mantém-se coerente com a primeira afirmação. Sabe-se que ainda hoje um vício é tido como uma fraqueza, no caso, realmente como uma questão moral. Não é raro ouvir afirmações do tipo: “Não deixa a bebida/a droga porque não quer; poderia trabalhar, estudar, mas não, *prefere* ficar nessa vida”. Há, pois, a necessidade de responder a esse não-dito que se sustenta nas vozes sociais que atribuem à pessoa do viciado um valor negativo, como fraqueza, falta de hombridade, falta de comprometimento com o mundo do trabalho/estudo (o mundo do cidadão “normal”), falta de atitude e etc.. Esses exemplos de enunciados vêm de encontro aos objetivos do discurso do grupo: sustentar que o vício é uma doença.

A retomada pela denegação de que o vício não seria uma questão “moral” permite inferir a fragilidade do discurso do Nar-Anon. Que seja uma doença é algo dado como verdadeiro, conforme os estudos atuais demonstram, mas, ainda assim, o Nar-Anon precisa afirmar que “é questão de doença e não de moralidade”, respondendo aos discursos contrários que são evocados, quando respondidos sob a denegação. Mas, mais importante, sendo esse o ponto que se deseja tratar, é que a afirmação inicial é necessária, sobretudo, para o autoconvencimento do grupo e dos seus membros. É preciso, como membro do grupo, crer fervorosamente na adicção, sob a ameaça de que o programa não funcione, pois, se o familiar crer que o filho é um “mal social”, e não um doente, o discurso que acompanha a acusação anterior recai sobre o fracasso da família na criação do filho, para citar um exemplo, adquirindo força de verdade, então, um discurso que não se deseja ouvir, ainda que ele pertença a um coro de vozes sociais. Dessa forma é que o discurso de apoio do Nar-Anon vai se constituindo na teia necessária de salvação à qual o familiar deseja se prender para “sobreviver” à doença que domina o seu familiar; teia que o Nar-Anon precisa constituir para justificar sua

própria existência.

Na seqüência, o discurso retoma (ainda que sem as devidas referências) um fato histórico referente à década de 30, que consta nos registros de fundação do A.A.. Esse fato diz respeito a duas personagens destacadas na história de criação do A.A., que são os médicos Carl Jung e William Duncan Silkworth. O primeiro, pioneiro da psiquiatria e de renome mundial; o segundo, menos conhecido, mas que compartilhava com o primeiro algumas ideias, no caso, a que interessa aqui diz respeito ao modo como ambos os médicos prescreveram o mal do vício. Para eles, tratava-se de uma doença cuja cura superava os meios da medicina tradicional (no caso, a medicação, a internação, as sessões de análise)³⁵. Esta é a origem do enunciado que aparece na seqüência: “É uma doença dupla: uma alergia física ligada a uma obsessão da mente. Pode ser controlada, mas nunca curada”.

A análise do enunciado explicita duas lacunas que poderiam ficar incompreendidas se não fossem evidenciadas no segundo enunciado para que as relações de sentido se estabeleçam. Ao dizer que a adicção é uma “doença dupla”, o discurso cria uma expectativa no interlocutor, ou seja, a de que já não se trata de uma doença “comum”, mas de uma doença “dupla”, o que pressupõe complexidade. Essa abordagem sobre a adicção acarreta na valorização com que o problema do vício deve ser abordado, pois se insinua que seja uma doença complicada. Mas, seguindo a leitura, o dito não corresponde à superação da expectativa provocada no primeiro momento, pois o enunciado seguinte afirma tratar-se de “uma alergia física ligada a uma obsessão da mente”, o que propicia pouco esclarecimento, devido, sobretudo, às associações de sentido que são propostas.

Assim, por exemplo, o discurso fala que o vício é uma “alergia”, mas não explica o que entende por “alergia”; não obstante, imagina-se que o discurso conte com o conhecimento prévio do leitor, o qual, a partir do senso-comum, pode entender por “alergia” ser picado por um inseto ou comer um alimento não tolerado pelo organismo, por exemplo. Em ambos os casos, o sujeito acometido sentirá fisicamente algum sintoma. Como o discurso fala que se trata de “uma” das formas de alergia, pressupõe-se que ela será definida. Contudo, tem-se apenas a explicação de se tratar de uma “alergia física”, instaurando-se uma lacuna (uma ausência de detalhes que se considera importante) que causa incompreensão e que leva ao questionamento sobre se haveria

³⁵ A referência pertence à obra citada na nota 3 desse texto, podendo ser especificamente encontrada (dentre outros momentos), nas páginas 325 a 336 da ora citada na bibliografia.

outra forma de manifestação de alergia que não fosse física (ainda que desencadeada por fatores emocionais (o que não é o caso).

Por outro lado, tem-se que a adicção também se refere a uma “obsessão da mente”, o que também não é explicado, ficando por conta do leitor inferir de que se trata a “obsessão” e as relações podem retornar ao nível do senso comum: pode-se sofrer de obsessão por comida, por dinheiro, por *status* etc. Novamente, o grau de informatividade está abaixo do óbvio, já que a obsessão não poderia ser desencadeada, se não fosse por um fator ligado à mente/cérebro do indivíduo. Pode-se afirmar que o discurso simula informar, mas não o faz, seja por ignorância sobre o tema, seja porque o Nar-Anon entende que seu público necessite apenas aceitar que se trata de uma doença.

Portanto, só para um público predisposto ao discurso, cujos ouvidos estão desejosos de escutar algo que venha a apaziguar o sentimento de aflição frente a uma causa difícil como a de conviver com o vício do outro, é que o objetivo de “informar” se realiza. É dessa forma que o Nar-Anon abre a porta da persuasão para acolher a pessoa, pois, na sequência, o membro encontra o porto seguro que sustenta a ideia de que a adicção “pode ser controlada, mas nunca curada”. Verifica-se que o discurso é composto de enunciados curtos e simples, ao estilo de “manchete”, que marca os confrontos das vozes que, interdiscursivamente, atravessam o discurso do Nar-Anon e polemizam com ele: dizer que a adicção pode ser controlada é o reverso do discurso de que o vício é incontrolável.

A necessidade de negação da crença no controle do vício depõe contra o programa e precisa ser anulado. É preciso que haja perspectiva de que o viciado tenha controle sobre o mal que o acomete, sobretudo para justificar a existência de um programa que se propõe a “mudar atitudes dos pais a fim de ajudar ao filho”. Os efeitos de sentido de “mas nunca curada” podem ainda ser interpretados como: a) não existe a cura, portanto, *não se culpe, caso o seu familiar não deixar a droga*; b) não existe a cura, portanto, *o programa não pode ser culpado, caso o seu familiar não deixe de usar droga*. O discurso colabora convenientemente para ambos os casos, revelando uma preocupação com a *sua autoimagem de grupo*, principalmente; c) o programa pode ajudar o combate continuado.

Na sequência, o discurso faz uso de uma metáfora que reitera a projeção que o Nar-Anon faz do seu interlocutor e que pode projetar uma autoimagem pouco interessante para um grupo de apoio. Porém, crê-se que essa reflexão se sobrepõe à consciência daqueles que formularam (ou reformularam) o discurso sobre a adicção, em

razão dos efeitos de sentido que a passagem “Sob esse aspecto ela é similar a diabetes” provoca. Nesse momento, o leitor é conduzido ao mundo empírico e é dada a ele uma referência palpável sobre a doença de que se está falando – a adicção. O fantasma do vício passa a adquirir uma corporeidade que permite uma “visualização” do problema. Espera-se, novamente, que o leitor cumpra seu papel e estabeleça as associações necessárias; neste caso, com a ajuda do Nar-Anon, que pode lhe fornecer as pistas.

Ao relacionar a doença da adicção à diabetes, o Nar-Anon conta com o conhecimento partilhado do interlocutor e que deve saber que o sujeito acometido pela diabetes não pode ingerir alimentos que contenham açúcar, ou melhor, de que a pessoa com diabetes deve se privar totalmente dessa substância, sob pena de óbito. Porém, o doente da diabetes sabe, também, que sua longevidade pode estar garantida pelo autocontrole e consciência de evitar o açúcar sob qualquer forma. E é essa a associação que se espera do membro do Nar-Anon: que ele entenda que o vício é um problema que não tem cura (como a diabetes), mas que pode ser controlado (pelo doente!) por meio da abstinência, que, se não for seguida à risca, pode acarretar danos irreversíveis.

A relação entre diabetes e adicção, se, por um lado, é razoável para fins de exemplificação, pois, numa e noutra doença, o sujeito obrigatoriamente está proibido de ingerir uma substância, por outro, não se pode comparar, em termos de prescrição médica, o que significa socialmente ser diabético e ser adicto (relação que, forçosamente, é colocada pelo Nar-Anon). Contudo, o que fica marcado na passagem é uma inferência cara aos objetivos do Nar-Anon que dizem respeito ao seguinte: assim como não é possível a uma terceira pessoa impedir o consumo de açúcar pelo doente de diabetes (cabe apenas a ele não consumi-lo), também não se pode evitar o uso de drogas pelo viciado, ou seja, o consumo da substância proibida existe por conta e risco do adicto, o que é explicitado na sequência, quando o discurso enuncia: “Somente com a completa abstinência do uso de drogas e/ou álcool em qualquer forma, incluindo a de medicamentos, é que se pode sustar a doença”; assim, o controle não vem da abstinência do familiar, mas do viciado.

É necessário, porém, chamar a atenção para a passagem que veta o uso de álcool ou droga “em qualquer forma”, que compreende desde bebida alcoólica até o consumo de, por exemplo, um bombom recheado de licor, e o uso de medicamentos: os três são itens colocados na categoria da droga. Como o Nar-Anon se projeta como um programa espiritual, a negação da necessidade de outro componente que não seja a “Fé” é reiterada, quando se coloca em pé de igualdade com substâncias nocivas a droga, o

álcool e o medicamento. Esse discurso afeta a instância autorizada, a área médica; contudo, este é ponto estabelecido para o discurso do Nar-Anon, segundo já exposto anteriormente. De todo modo, o Nar-Anon deixa claro que a abstinência pode “sustar a doença”. Trata-se de prescrição séria que tira de cena a possibilidade de a culpa recair sobre a família, já que a cura depende do viciado.

Essa tese é reafirmada na passagem seguinte: “Da mesma maneira que não podemos impedir a tosse do tuberculoso, também não podemos impedir o uso de drogas de um adicto”. A simplicidade da comparação é inquestionável, porém, para qualquer leigo, entende-se, existe uma relação distante entre um caso e outro. Mas o Nar-Anon busca sustentação pela via da proximidade do problema do vício com outras doenças, que não trazem qualquer similitude como o vício da droga. A tosse é um ato fisiológico que, em absoluto, pode ser amenizado por terceiro. Já a adição, ainda que seja uma obsessão, pode contar com o terceiro: seja pelo apoio, seja como um ouvido atencioso, seja por gestos de amor e amizade (segundo o Nar-Anon). Mas isso não é dito em nenhum momento, permitindo que se afirme nesse discurso um desejo de *des-culpar* o familiar, de confortá-lo diante da situação e de livrá-lo do peso de qualquer responsabilidade. Não se quer afirmar o contrário, isto é, de que a responsabilidade seja da família, contudo, a comparação é problemática, seja por sua ingenuidade, seja por sua abordagem rasteira do problema com que está lidando.

Na última parte, o Nar-Anon expõe sobre aqueles a quem ela se propõe proteger, numa ordem hierárquica inquestionável, a ordem social estabelecida: “Ninguém, nem mesmo o médico, o clérigo ou a família pode fazer isso por ele/ela”. O enunciado inicia com a negação a partir do pronome indefinido: “ninguém” tem poderes de impedir que um adicto deixe definitivamente as drogas e pode impedir de, passado algum tempo de abstinência, ele voltar a fazer uso dela. “Ninguém” exclui definitivamente a presença do outro na relação “viciado e droga”. Porém, o Nar-Anon demarca as pessoas que, no seu julgamento, seriam aquelas com condições de intervir sobre o viciado e a droga, sendo elas o médico, o clérigo e a família. As condições da argumentação estão estabelecidas pelo operador “nem mesmo”, mas sua força de persuasão se encontra na representação do papel social que é incorporado por cada uma das instâncias de poder, sejam elas a ciência, a religião e a família.

O papel do discurso científico, nesse caso, é relevante para o Nar-Anon, no sentido de que ele vem para enaltecer o programa de recuperação baseado nos *Doze Passos* e nas *Doze Tradições*, pois, quando o discurso da medicina é trazido para o

discurso fundador do A.A. (não se pode nunca perder de vista que o discurso do Nar-Anon o incorpora), serve para ratificar a imagem positiva do grupo, já que a voz institucional autorizada e de sabedoria assegura que seus métodos científicos e justificados pela ciência médica não dão conta de “salvar” o viciado. E isso é demonstrado, quando o A.A., no caso, explora uma relação íntima com um psiquiatra de renome, Carl Jung, que reitera a condição de impotência da Medicina.

O segundo argumento de que se vale o grupo é fundamentado na figura do clérigo, da religião. No caso, o que o grupo deseja mostrar é que a religião *tradicional* representada pelo clérigo, pastor ou orientador espiritual (pode-se dizer) também não detém poderes para controlar o vício do drogado. Até o momento, então, o grupo deixa claro que essas duas entidades de valor reconhecido socialmente não dão conta de resolver o problema em questão.

Por fim, então, diante das duas instâncias que se podem afirmar superiores, o Nar-Anon cita a terceira entidade, que também goza de representatividade social, entretanto num nível hierárquico inferior à outras duas. Entende-se que o Nar-Anon acredita na hierarquia que estabelece, até porque ela é lógica do ponto de vista socioideológico e, assim, frente a essa *lógica*, ele cita a família muito mais no sentido de protegê-la e demonstrar que ela, efetivamente – e isso fica parecendo evidentemente lógico –, não tem poderes de fazer com o que o adicto se mantenha em abstinência, ou seja, a responsabilidade é dele e não da família.

Enfim, pode-se constatar que o discurso do Nar-Anon, aquele que serve de apoio a familiares de viciados em droga e cuja origem está no discurso dos Alcoólicos Anônimos, é, segundo se procura demonstrar nas análises, um discurso que mascara, sob a simplicidade peculiar própria de um texto informativo (pode-se afirmar, devido à brevidade com que aborda os eixos temáticos), um discurso cujo objetivo, mais do que provocar mudanças nas atitudes do familiar, mostra-se demagógico, isso porque ele está mais preocupado em *des-culpar* o familiar, dando-lhe, talvez, uma sensação de conforto que serve a objetivos bem menos dignos do que os de apoiar o familiar, já que se tem a revelação de um discurso que necessita, ao *des-culpar* o outro de um possível fracasso, *des-culpar* a si mesmo e garantir a própria existência.

Se a análise pode parecer ofensiva em algum aspecto, deve-se lembrar que se trata de um esforço para, justamente, trabalhar sobre os efeitos de sentido que são gerados a partir do pronunciamento de um discurso e que estes, em geral, não são intencionais, mas costumam emergir como respostas ao inconsciente e à ideologia. Este

estudo procura compreender e, assim, apontar a constituição de um discurso 'sério', que é repleto de tabus e preconceitos, e chamar atenção para o fato de que os sujeitos estão à mercê do impensado e de que, ao enunciarem o discurso, dizem, às vezes, o não desejado e o não pensado.

3.6 GRUPO DE APOIO A QUEM?

Somos gente que normalmente não se mistura.
 Mas existe em nós uma irmandade, uma amizade
 e uma compreensão que é indescritivelmente maravilhosa.
 Somos como os passageiros de um grande
 transatlântico um minuto após escapar ao naufrágio,
 quando a camaradagem, a alegria e a democracia
 permeiam o navio desde os porões até
 a mesa do capitão.
 (Livro I, p. 175).

Neste estudo, a análise toma como ponto de partida um texto retirado de um dos livretos do grupo, mais especificamente, um dos textos que tem por objetivo apresentar o Grupo Familiar Nar-Anon ao futuro membro (anexo 6). Como se verá, ele é apresentado num tom de depoimento que busca mostrar o que é o Nar-Anon e por que/como ele pode ajudar a um grupo específico de pessoas: os familiares de drogados.

É importante reiterar que o grupo é voltado ao familiar e não ao drogado, isto é: ele busca servir aos pais, visando levá-los à compreensão do problema e da que possibilidade de um *reolhar* sobre si próprio, na crença de que a mudança de si pode ajudar na recuperação do drogado.

O problema que as análises efetuadas e a que será apresentada, contudo, vêm mostrando é que, no fio do discurso, outros dizeres se desvelam, revelando, com isso, que há outros objetivos, para além do propósito oficial do grupo. É desses não-ditos que significam que a análise do corpus será feita.

Para a análise de discurso francesa, o texto é sempre entendido como um discurso ideologicamente marcado pelas suas condições de produção: trata-se de um acontecimento. Quem enuncia sempre o faz de um certo lugar social, determinado pela exterioridade sociopolítica e cultural do meio a que pertence. O produto empírico final é o resultado de relações complexas que tomam corpo enquanto texto e se realizam como produto “final” à revelia das intenções de seu(s) porta-voz(es), porque, na base da formação de um discurso, outros discursos se fazem presentes – eles vêm com a história e emergem da memória, tornando possível *novos* dizeres, *novos discursos*, os quais, na verdade, nunca são “novos”:

Só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetões: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente,

deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo. (PÊCHEUX, 1997, p. 56-57).

O objeto desse capítulo tem, como já foi dito, sua origem no discurso do A.A., a quem, em determinados momentos da literatura do grupo Nar-Anon, são feitas remissões. Porém, essas remissões não ocorrem de modo a anunciar que *alguém antes já disse o que se está dizendo*. Num “jogo velado de interesses” (o que não significa manipulador), a presença ausente da memória do A.A. está posta de modo periférico e tangenciando o discurso do Nar-Anon, permitindo inferir que a retomada dessa origem, em algumas passagens, assume mais uma perspectiva de afirmar que o Nar-Anon teve origem no A.A., mas hoje segue seu próprio caminho: o discurso anseia pela própria identidade. Sendo a memória do A.A. caracterizada como uma memória coletiva, tem-se que “sua capacidade de conservar o passado [é igual] a sua fragilidade devida ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os membros desse último.” (DAVALLON, 1999, p. 25). No caso, esse esquecimento é bem-visto, porque convém e é necessário para que nova memória se instale na consciência dos membros do Nar-Anon. Atrelar a análise do discurso em estudo à sua base de origem propicia a reconstrução necessária para uma leitura de *descobrimto* menos ingênua do objeto em pauta, o que se poderá perceber pela forma como os indícios de origem do A.A. marcam o discurso do Nar-Anon, às vezes, tornando-o contraditório, o que ocorre porque

A memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir, retrospectivamente uma outra série sobre a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série sob a primeira que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

O processo parafrástico que se encontra na ordem do discurso em estudo propicia ao enunciador a ilusão necessária para que o discurso seja entendido como propriedade identitária de um grupo, por exemplo. Pode-se, pois, parcialmente, identificar o movimento discursivo por meio do estudo das diferentes formações discursivas que se encontram no fio do discurso do Nar-Anon, revelado pelas marcas

linguísticas, mas também pelo não-dito, pelo silêncio e pelo discurso que se encontra sob o discurso dito; enfim, aquele que significa e que constitui sentido, pois

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’, o que representa na verdade, a condição para que cada elemento seja dotado de sentido. (PÊCHEUX, 1997b, p. 161).

Analisar, assim, os efeitos de sentido de uma prática discursiva significa, também, adentrar ao universo frágil daquele que enuncia, que, não sendo criatura platônica ou Adão mítico, é marcado pelo inconsciente e pela voz do Outro que se configura como pré-construído: aquilo que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 1997b, p. 99).

No caso do corpus selecionado para análise, existe um discurso marcado pela formação discursiva da autoajuda, que ora se assume, de acordo com as diferentes posições enunciativas, como sendo um discurso de reconhecimento de um problema comum que objetiva a unidade, ora tende para um discurso de comunhão e ora se mostra solícito e generoso. Como diz Pêcheux (1997b, p. 215), “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação”. No caso, o grupo visa a atender ao que se espera dele, reforçando o imaginário sobre como ele deve se conduzir enquanto grupo, de modo que aquilo que não é dito torna-se o sentido simbólico do que se deseja enunciar, muitas vezes.

Abaixo, segue a transcrição de um fragmento de análise e, na sequência, os seus possíveis desdobramentos.

O Grupo Familiar Nar-Anon é essencialmente para você que tem ou já teve um sentimento de desespero relacionado ao problema da adicção de alguém muito próximo a você. Nós também já trilhamos este caminho de infelicidade e encontramos a resposta na serenidade e na paz de espírito.

Quando você chega a um Grupo Familiar, você não está mais sozinho,

mas entre verdadeiros amigos que compreendem o seu problema, como poucas pessoas podem fazê-lo. Respeitaremos a sua confiança e o seu anonimato, pois sabemos que você respeitará o nosso. Esperamos poder lhe dar a certeza de que nenhuma situação é tão difícil e nenhuma infelicidade tão grande que não possam ser superadas.

Nosso programa, que não é religioso, mas sim uma forma espiritual de viver, é baseado nos Doze Passos sugeridos de Narcóticos Anônimos. Descobrimos que trabalhar estes Passos trará a solução para praticamente qualquer problema. Recomendamos que você assuma este programa e seus Doze Passos com seriedade. Os Doze Passos têm sido da maior ajuda para nós, do mesmo modo que o programa de Narcóticos Anônimos é para o adicto. Só pedimos a sabedoria e a coragem de nos conhecer como realmente somos e de conseguir fazer alguma coisa por nós mesmos com a ajuda de um Poder Superior, como nós O concebíamos, a graça de nos desligar do nosso adicto com amor e parar de tentar modificá-lo.

Mantenha a mente aberta e freqüente o maior número possível de reuniões. Sinta-se à vontade para fazer perguntas e de entrar nos debates. Logo você fará novos amigos e se sentirá parte do grupo.

Primeiramente, chama-se a atenção para o uso do pronome de tratamento “você”, que aparece citado sete vezes no decorrer do texto. Trata-se de uma estratégia para assegurar aproximação do interlocutor, que funciona, no caso, como prática de persuasão, já que coloca tanto locutor quanto interlocutor num mesmo nível de proximidade em relação ao problema da adicção do familiar. Conforme a base do programa de recuperação do grupo, trata-se de um familiar de adicto falando para outro familiar: são pessoas com problemas comuns que haveriam de ter condições - na medida exata - de se pronunciarem a respeito do problema que as afligem. Vê-se que, nesse sentido, o relator tem sua figura associada a uma voz de autoridade que emerge da situação problema compartilhada. Essa autoridade torna-se imprescindível no sentido de fortalecimento dos laços de confiança entre os interlocutores.

O primeiro recorte inicia com um tom de chamamento, como explicado acima, visando à manutenção de uma relação interpessoal entre um sujeito membro do Nar-Anon e aquele que talvez venha a se constituir num futuro membro. Destacam-se, nesse parágrafo, o uso do advérbio “essencialmente” e do adjetivo “desespero”. No primeiro caso, tem-se que não basta ao grupo enunciar como um grupo cujo objetivo é ir ao encontro de um problema comum; ele se coloca de forma a se mostrar imprescindível, pois se trata de um grupo “essencial”, voltado para um grupo de pessoas bem específico, não servindo a outros propósitos. Ao não servir a outros propósitos, ele se torna exclusivo de uma causa e, assim, tem-se uma qualificação como grupo, que faz do Nar-

Anon, além de essencial, exclusivamente voltado para pessoas com um mesmo problema, já que ele diz dirigir-se “para você que tem ou já teve um sentimento de desespero relacionado ao problema da adicção de alguém muito próximo a você”.

Quanto ao uso do adjetivo “desespero”, associado ao termo “sentimento”, tem-se o efeito de uma exposição do sujeito enunciator (que, como já foi dito, coloca-se compartilhando do problema, como aquele que fala de dentro da situação), havendo, portanto, também, a exposição do interlocutor pela sensibilização do sentimento em questão. Sentir desespero significa viver uma situação problema de grau elevado, em que a pessoa, ao vivenciar o sentimento de desespero, ver-se-ia em condição de aflição extrema. Sendo esse discurso voltado para pais que têm “alguém muito próximo” com o problema da adicção (subentende-se que seja um filho e o sentimento de desespero é perfeitamente compreendido como o sentimento a ser vivenciado), acentua-se o funcionamento de uma prática discursiva pautada na persuasão do locutor sobre o interlocutor, que, no caso, pode ou não estar vivendo naquele momento o problema. Acontece que, se houve a experiência, ela não pode ser negligenciada, pois há um grupo de apoio para ajudar esses familiares.

O enunciado final do parágrafo reforça a posição enunciativa do discurso que se deseja de “unidade”, pois ele diz “Nós também já trilhamos esse caminho de infelicidade”, o que reitera a condição de sentimento compartilhado, assim como o sentimento de ter traçado um percurso de melancolia: trata-se de um caminho infeliz, em razão de ter um filho envolvido com droga. Não há, portanto, escolha para aquele que se coloca sob a guarda do discurso do Nar-Anon, não interessando se o sujeito a quem o discurso se dirige “tem ou já teve” sentimentos de desespero; o que importa é que, tendo experimentado isso em algum momento, o Nar-Anon existe para ajudar. E a fórmula de saída é, por fim, apresentada, sendo que a chave de resposta está na “serenidade e na paz de espírito”. Sabe-se que as reuniões de grupo são abertas e fechadas com a *Oração da Serenidade*, a qual, como se vê, é citada em sua essência, já que aquele que goza de serenidade também é agraciado pela “paz de espírito”. Portanto, uma formação discursiva de fundo religioso se faz presente.

O segundo parágrafo é marcado por uma posição discursiva de comunhão e amizade, sentimentos necessários para a manutenção de um grupo que tem nas trocas de experiência sua base de funcionamento. O discurso é construído, nesse momento, por meio de uma série de inferências que se fazem presentes, como se verá na sequência.

1. “Quando você chega a um Grupo Familiar, você não está mais sozinho,” isto é, até

aquele momento, o sujeito que tem um adicto em sua família se encontra só e o Grupo se coloca como a possibilidade de reverter a situação de solidão, já que “apenas” os membros do Nar-Anon teriam condições de compreender o caminho de infelicidade do novo membro; portanto, estar num grupo Nar-Anon é não estar na condição de um sujeito sozinho. 2. “Mas entre verdadeiros amigos que compreendem o seu problema”: o grupo faz pressupor que aqueles que rodearam o outro até então não eram verdadeiros amigos nem compreendia o problema; mais uma vez, o grupo que já se disse ser essencial reitera essa condição, enrendando, a cada movimento discursivo, o futuro membro ao grupo. 3. “Como poucas pessoas podem fazer”: por fim, essa passagem evidencia que, se existem pessoas em condições de compreender o problema do adicto, são raras; porém, existe o grupo Nar-Anon, onde o membro não estará só e encontrará verdadeiros amigos com reais condições de confortá-lo e compreender o problema.

Entendendo o familiar como aquele que trilha um caminho de infelicidade, que está sofrendo com a sensação de desespero e de solidão e que está carente de amigos verdadeiros, pois e os que se dizem amigos não o compreendem, cabe, apenas, então, frequentar o grupo como alternativa. Deve-se lembrar que o familiar está numa condição de fragilidade e o discurso enunciado é propício aos chamados silenciosos de socorro emitidos pelos pais.

Na sequência desse recorte, o discurso, ainda que não explicita, parafraseia o 12º Passo das *Doze Tradições* do Nar-Anon, que diz respeito ao *anonimato*, o qual é uma forma de estabelecer uma relação de compromisso entre os sujeitos, pois há, na essência do que está dito, uma relação comprometedor entre os membros do grupo. Isso se dá pelo modo com que o discurso envolve o interlocutor por meio do que se pode afirmar ser esta uma das questões mais caras às pessoas: a preservação de si mesma. Ao dizer “Respeitaremos a sua confiança e o seu anonimato, pois sabemos que você respeitará o nosso”, um vínculo se estabelece e, então, não é mais possível entrar ou sair do grupo à revelia de qualquer obrigação, pois coisas são ditas, pessoas têm suas vidas expostas, o que requer do membro um compromisso: a aliança está estabelecida.

Tem-se um discurso de conforto e proteção propícios àqueles que, em tese, carregam o fardo de se responsabilizar por um filho adicto. Ao finalizar o parágrafo, reforça-se o discurso da esperança na desesperança, que, implica numa organização discursiva do senso comum: “Esperamos poder lhe dar a certeza de que nenhuma situação é tão difícil e nenhuma infelicidade é tão grande que não possam ser superadas”. O uso da primeira pessoa do plural marca a condição do desejo de unidade e

comunhão e revela um esforço para assegurar a confiança do interlocutor. O termo “certeza” rechaça, em absoluto, a dúvida que possa haver sobre as boas intenções do grupo, que visa levar à recuperação familiares desesperançados, infelizes e doentes pela condição do seu familiar adicto. O discurso impõe a bandeira da esperança a partir de uma nova forma de olhar para a situação problema: com a ajuda do Nar-Anon.

O terceiro recorte inicia com a afirmação “Nosso programa, que não é religioso, mas sim uma forma espiritual de viver, é baseado nos *Doze Passos* sugeridos de Narcóticos Anônimos”. O enunciado se marca por uma prática discursiva diplomática e democrática, no sentido de que se coloca em primeira pessoa: o programa pertence aos membros do grupo, que, ao afirmarem se tratar de o “Nosso programa”, marcam, com isso, sua identidade em relação ao Nar-Anon, de forma a demonstrar uma prática corporativa regendo a unidade do grupo. Outro indício dessa diplomacia está no uso do termo “sugeridos”, o que indica uma intencionalidade marcada por um modo não-impositivo de anunciar a presença de um discurso que antecede ao do Nar-Anon. Propício é observar o silenciamento gerado quanto ao discurso daquele que deu origem aos *Doze Passos* e às *Doze Tradições*, apropriadas tanto pelo grupo de Narcóticos Anônimos (N.A.) quanto pelo Al-Anon, Al-Teen e outras entidades semelhantes. Talvez a remissão feita ao N.A. deva-se ao fato de este grupo se aproximar do Nar-Anon, por ele se constituir no grupo de apoio ao usuário de droga.

Por outro lado, a percepção que fica é de o grupo fazer apropriações, por vezes, pouco fundamentadas e até de maneira bastante simplista, já que um mínimo de entendimento das origens do programa leva ao A.A. e a esses silêncios que acabam por comprometer a imagem do grupo.

Sobre a questão da religiosidade, em estudo anterior, já se falou sobre a necessidade do Nar-Anon de se mostrar não comprometido com entidades de cunho religioso a fim de se apresentar como democrático e aberto a pessoas que pertençam a diferentes religiões. Essa negação da sua religiosidade, contudo, é problematizada pela incorporação de uma oração nas reuniões de grupo.

Seguindo o texto, o discurso se compromete com o familiar, mostrando-se visionário e *poderoso*, ao preceituar que “Descobrimos que trabalhar estes Passos trará a solução para praticamente qualquer problema”. A presença do advérbio “praticamente” assegura o resguardo ao grupo, pois ele assume que não pode resolver todos os problemas. Porém, não se pode negar que ele está revestido de uma certa arrogância, deixando a polêmica aberta sobre o possa ser ou não da alçada de um grupo de apoio a

familiares de adictos resolver: o grupo passa a se autopromover com uma perspectiva de inatingível. Em todo caso, aqueles que se apoiam no Nar-Anon afirmam que fizeram uma “descoberta”, que, compartilhada publicamente (como é o caso, já que a literatura está disponível em meio eletrônico, por exemplo), colabora para que o grupo seja bem visto. Mas não se pode perder de vista que essa audácia soa ingênua pelo seu grau de abrangência e generalidade, questão confirmada pela afirmação de que os passos trarão a solução para “praticamente qualquer problema”. Quem, afinal, pode rejeitar tal proposta? Entende-se que esse discurso afeta justamente aqueles em condição emocional fragilizada e que necessitam ouvir alguma coisa que os console: e o Nar-Anon parece poder cumprir essa tarefa.

Na sequência, o Nar-Anon mantém o tom de diplomacia, afinal, ele não impõe, mas “sugere”, assim como “recomenda”. O ato de recomendar provoca desobrigação, estando revestido de simpatia e gentileza. Ao dizer “Recomendamos que você assuma este programa e seus *Doze Passos* com seriedade”, o grupo assume um ar cuidadoso, pois, em geral, recomenda-se algo àqueles por quem se tem consideração em especial; inclusive, demonstra-se, pela escolha do termo, respeito em caso de uma posição contrária à recomendada. Chamam atenção, porém, os efeitos de sentido que os termos “assuma” e “seriedade” adquirem no enunciado, pois eles anulam, de certo modo, o efeito de sentido de “recomendamos”. Assumir algo implica em aceitar, tomar para si, comprometer-se. Então, se, num primeiro momento, existe modalização por parte do discurso do Nar-Anon, por outro lado, ele está colocando o sujeito na condição da obrigatoriedade de solucionar seus problemas. O mesmo ocorre com o termo “seriedade”, cujo significante conduz ao efeito de sentido de ações feitas com compromisso, atenção e cuidado. Ambos os termos citados afetam o sentido de “recomendamos”, alternando o sentido desejado. Seguindo, o discurso se vale da relação argumentativa em torno da comparação entre os benefícios que os Doze Passos propiciaram aos membros do Nar-Anon os quais teriam, do mesmo modo, sido propiciados aos membros do N.A..

O trecho final desse recorte é mais extenso que os anteriores e ele será analisado seguindo a divisão das suas partes: 1. “Só pedimos a sabedoria e a coragem”: novamente, o discurso se ancora na discursividade e se marca polifonicamente em relação à *Oração da Serenidade*, o que revela, ainda que inconscientemente, a necessidade de o grupo buscar respaldo em uma fonte autorizada (no caso, numa oração), mesmo negando a presença dessa formação discursiva religiosa em outros

momentos. Outro fator é a circularidade: o discurso se desenrola em torno de um pequeno eixo espiral, quer dizer, ele não avança nas reflexões que propõe, estando seu conteúdo, a todo momento, já pré-anunciado a partir do discurso dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições*. Isto, se, por um lado, mostra a preocupação em manter a identidade do Nar-Anon, por outro, demonstra fragilidade: não existiria espaço para outra organização discursiva a partir de um novo problema de um familiar de adicto e, então, o grupo parece atuar mais em função de um receituário do que de efetivamente estar pensando nos problemas particulares de cada entidade que faz uso do programa do A.A. que são oriundos da década de 30 dos Estados Unidos, cujas condições de produção são acentuadamente diferentes das atuais. Porém, em todo caso, o Nar-Anon, assim como o A.A e o N.A., não ousam ou não devem ousar, qualquer modificação (com a exceção das publicações sobre as partilhas/depoimentos).

Em 2, tem-se a seqüência “de nos conhecer como realmente somos”. É possível inferir da passagem o discurso do 4º Passo, que diz “Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos”, pois, para o programa, uma das questões fundamentais é que ele existe para ajudar o membro – e não a outras pessoas. Subentende-se, assim, que a mudança de si provoca mudanças no outro (mas o outro não é o foco das atenções). Quer dizer, quem frequenta o A.A. está lá por si mesmo, para ajudar a si próprio a livrar-se do vício. Aquele que busca o N.A. não está lá pelo pai ou pela mãe, mas por causa de si, para livrar-se das drogas. Já, quem frequenta o Al-Anon ou Nar-Anon são familiares de drogados ou alcoólatras que buscam a entidade para ajudar a si próprios a se recuperarem dos danos emocionais que o convívio com o viciado pode causar (vale lembrar o discurso da co-dependência); discurso anuncia a necessidade de “nos conhecer como realmente somos”. Muitas vezes, o pai que busca uma sala de apoio e dá o seu depoimento tem sua relação com o filho(a) comprometida. Naquele espaço, o sujeito pai/mãe pode se permitir ser um homem e uma mulher que não desejam mais ser vítimas da situação e buscam olhar para si além do problema que enfrentam, questão polêmica, pois haveria, nesse sentido, uma voz anterior que culpa pais por pensarem em si antes de pensarem nos filhos; essa seria uma atitude negativa e mesquinha e, portanto, passível de punição social. Porém, com a entrada no Nar-Anon, isso é desculpável e até aceitável, pois, afinal, são pais de adictos falando para pais de adictos: pessoas com problemas comuns. O Nar-Anon surge como entidade autorizada a desculpar e justificar as atitudes autocentradas dos familiares.

Na continuidade, essa passagem diz: 3. “e de conseguir fazer alguma coisa por

nós mesmos com a ajuda de um Poder Superior”. Infere-se da passagem que o ingresso no Nar-Anon pode propiciar aos pais o desligamento do filho, de modo que ele possa, sem ser visto como mau pai, cuidar de si próprio, já que até aquele momento ele teria se dedicado ao filho. Porém, a atitude de fazer algo por si próprio não é algo que se realize por força e vontade do sujeito; esse olhar para si é intermediado por um Poder Superior que, como já se afirmou, pode ser o Deus cristão, assim como qualquer entidade pagã, haja vista o discurso do Nar-Anon ser politicamente correto quanto à preservação da crença religiosa de cada membro, como se verifica no desdobramento. 4. “como nós O concebíamos”. Em qualquer caso, deverá existir um Ser Superior a ser melhor compreendido quando da participação no Grupo Nar-Anon.

Em 5, encerra-se o recorte que retoma o que foi pré-anunciado sobre a necessidade de o familiar poder assumir a atitude de desligamento do filho, que, por necessidade da intervenção de um Poder Superior, revela a dificuldade que esse familiar sofreria sem essa ajuda divina. O discurso deseja levar o familiar a conseguir “a graça de desligar do nosso adicto com amor e parar de tentar modificá-lo”, ressaltando que haveria, para isso, a necessidade de uma graça, portanto, de intervenção divina novamente. Ao dizer “parar de tentar modificá-lo”, o discurso reitera a posição de que o pai deve olhar para si e cuidar de si, já que o filho drogado não pode ser modificado: discurso que, se pode soar pouco esperançoso para o pai, é tido como um modo de o grupo se resguardar de um fracasso em dobro, pois, se já é difícil à pessoa mudar a si mesma, mudar o adicto é colocar-se diante de um objetivo árduo.

O conteúdo do último recorte é o desdobramento necessário que reitera a necessidade de participação no grupo, que não apenas assegura ao membro uma melhor forma de viver, mas traz outro discurso, aquele que garante a existência do grupo: “Mantenha a mente aberta e freqüente o maior número possível de reuniões”. O efeito de sentido de “manter a mente aberta” corresponde a um alerta, como: “*Familiar, você que chegou até o Nar-Anon não se feche ao discurso; tome-o para si, aceite-o*”, reivindicando um estado aceitação em que a pessoa deve se deixar conduzir pela experiência que está vivenciando: adverte para que mantenha a mente aberta e siga frequentando e ouvindo, portanto, o que o Nar-Anon tem a dizer.

Buscando manter uma postura democrática e cordial, o Nar-Anon coloca-se aberto à participação do outro, fator imprescindível para que um grupo logre êxito. Tem-se, pois, o enunciado “sinta-se à vontade para fazer perguntas e de entrar nos debates”. Por fim, o grupo anuncia que participando das reuniões (no maior número

possível), debatendo e questionando, ele fará amigos e, então, será tido como um membro: “Logo você fará novos amigos e se sentirá parte do grupo”. O termo “logo” reforça a brevidade com que a participação no grupo poderá proporcionar não apenas mudança na própria vida, mas também a “aquisição” de amigos, o que é ressaltado como algo importante, já que, como foi dito, o familiar de adicto chega ao grupo sofrendo com os sentimentos de “solidão e incompreensão”.

Entende-se, por fim, que um grupo de apoio necessite afirmar-se por meio de um discurso que leve à participação de pessoas que sejam seus alvos. E se acredita que há, sem dúvida, boa vontade dos membros dessa entidade de prestar ajuda ao outro de forma voluntária, crendo na força positiva do discurso que deve motivar para nova forma de vida e adotar ou não uma crença e fazer parte de um grupo de apoio e buscar na literatura uma forma de autoajuda é um modo de vida que talvez surta resultados positivos. Porém não se pode negligenciar que, por trás dessas práticas discursivas, e isso vem sendo avaliado no decorrer do estudo, objetivos menos nobres transparecerem. Existe, ressoando por detrás da bandeira da boa vontade para com o próximo, algo que pode ser explicado como um ponto *maléfico*: o discurso estaria se construindo a partir de uma situação emocional negativa do outro: ele existe porque se “aproveita” desse outro que se vê às voltas com problemas que não sabe como resolver.

O discurso faz uso do sujeito num momento de dificuldade para se estruturar, constituir-se e conseguir adeptos. Sabe-se que, quando as pessoas estão imersas em problemas, às vezes, perdem seu discernimento e, então, discursos como esse, por vezes simplistas em essência, passam a ser guias, fontes de saber e o único modo alternativo possível para a condução da própria vida. As condições sócio-culturais fortalecem sobremaneira essas práticas discursivas, pois as sociedades apoiadas pelas instituições religiosas e midiáticas, para citar dois exemplos, não se cansam de culpar as pessoas por não terem, no caso, a família ideal. Não se pode esquecer que, na concepção de família ideal, entra em cena e de modo significativo o fato de que os sujeitos fazem parte de uma sociedade capitalista e o drogado é o filho “que não trabalha e, portanto, não produz”, o que abala fortemente as relações não apenas entre os familiares do adicto, mas também dele com os outros sujeitos sociais. Isto torna o drogado o desencadeador de mais uma situação vexatória: ele é o filho que pesa financeiramente e é o cidadão que não produz; portanto, não serve para nada (nem para a família, nem para a sociedade). Um filho que usa droga é um peso sobre os familiares e se torna alvo da vergonha, do fracasso e da infelicidade (como já se pode inferir do trecho anterior): como não desejar

ter por perto pessoas com quem se possa compartilhar esses sentimentos? O grupo não resolve o problema, mas se torna uma pequena sociedade organizada e sustentada por esses familiares. Se, ao final, pais, mães e irmãos saírem de lá melhores é impossível saber. O que se pode dizer, porém, é que, enquanto houver pessoas vítimas dessa condição, haverá um grupo a recitar a *Oração da Serenidade*, a se reunir semanalmente a fim de partilhar suas aflições e manter a crença em um poder superior, mesmo que nada mude na sociedade, nem que algo mude em relação às raízes do problema. O discurso se faz, portanto, como parte de uma sociedade que, na ‘ingenuidade’ ou não das suas ações, mais coopera com um *status quo* predominante do que com a modificação de uma realidade. Talvez, ouse-se por fim dizer, discursos de apoio não apenas existem porque existem problemas sociais, mas existem para, de certo modo, maquiagem a resolução de problemas individuais que nada têm de individuais, pois sua causa é o ambiente social, a cultura e a coletividade: enfim, a exterioridade com as farpas ideológicas que a afetam (e, porque não dizer, a ferem-na).

3.7 ARMADILHA DISCURSIVA

Naquela noite, eu não conseguia dormir.
De repente, disse em voz alta:
“Tudo bem, Deus, não posso fazer nada.
Talvez Você possa. Você pode tomar conta dele”.
Senti tanta paz que dormi de imediato.
(Fragmento da obra *Dr. Bob e os Bons Veteranos*, p. 125)

Este capítulo tem por objeto de análise uma carta redigida por um viciado em drogas dirigida aos seus familiares, que, no caso, imagina-se, sejam os seus pais. Essa carta faz parte do conjunto de panfletos temáticos utilizados nas reuniões de grupo, que funcionam do seguinte modo: semanalmente, os membros da entidade se reúnem, por duas horas, para o estudo da literatura do grupo, oriunda de panfletos, livros e livretos publicados em nome da entidade. Na primeira parte das reuniões, os membros se centram na reflexão das leituras selecionadas para o dia e, na segunda parte, partilham suas experiências em relação à convivência (seria sobrevivência?) com um drogado.

O presente estudo toma, então, um dos textos utilizados na primeira parte de uma reunião possível. Trata-se de um panfleto que suporta a carta já anunciada. A provocação que levou à escolha diz respeito ao modo como o discurso do adicto (cuja identidade é preservada, seguindo-se a lei do anonimato que sustenta os grupos) desafia o leitor que não esteja ainda submerso na movediça condição da co-dependência. Afinal, se ele (o discurso) faz parte do material usado pelo grupo, no mínimo, tem sua condição de verdade firmada por seus acolhedores. Mas o que se deseja colocar é que ele (o discurso) conduz a, pelo menos, duas formas de silêncio: seja por uma ou outra forma, o resultado é que o discurso é uma armadilha. Uma vez pronunciado, o retorno a um possível apagamento inexistente: ele ecoará na ação tomada ou naquela não tomada pelos interlocutores da carta. E também provocará reações sobre o universo dos sujeitos que estejam na condição de drogados, uma identidade construída também pela carta. Por isso, o discurso em análise é uma armadilha *discursiva*.

Faz-se necessário uma pausa para a compreensão da concepção de silêncio adotada, sendo que ele é constitutivo do sentido. Fazendo calar, ele deixa suspensas palavras e pensamentos outros, de outros *Outros* que negariam a voz que alicerça o dito; são os “silêncios múltiplos” explicados por Orlandi (2002).

A primeira armadilha conduz ao silêncio que amordaça: por sua causa, não se pode dizer nada, considerando que existe uma situação problema posta, cabendo apenas remediá-la de uma forma comedida. A segunda forma diz respeito ao silêncio da fúria

calada, que constrange e, também, incomoda. Mas, ainda assim, impede qualquer movimento. Em ambos os casos, o discurso se impõe, pois, ao lê-lo e aceitá-lo, sem ou com restrição, como o mais comedido telespectador de uma situação problema complexa, resta a possibilidade de um trabalho sob o fio do discurso, considerando sua formação discursiva e suas condições de produção. Espera-se que, no decorrer da análise, possa-se chegar a algumas possibilidades de compreensão frente à indagação de por que ele convence, de modo que se possa refletir, enfim, sobre por que ele se torna uma armadilha para ambos os sujeitos envolvidos no problema, tanto o drogado quanto o seu familiar.

Abaixo, reproduz-se a carta, procedendo-se, na sequência, à sua análise.

CARTA ABERTA A MINHA FAMÍLIA (anexo 7)

Sou um usuário de drogas. Preciso de ajuda.

Não resolvam meus problemas por mim. Isto somente me faz perder o respeito por vocês.

Não censurem, não façam sermões, não repreendam, não culpem ou discutam, esteja eu drogado ou sóbrio. Isto pode fazer vocês se sentirem melhor, mas só vai piorar a situação.

Não aceitem minhas promessas. A natureza da minha doença me impede de cumpri-las, mesmo que naquele momento tencione fazê-las. As promessas são meu único meio de adiar a dor. E não permitam mudanças de acordos. Se um acordo foi feito, mantenham-se firme nele.

Não percam a paciência comigo. Isto destruirá vocês e qualquer possibilidade de me ajudarem.

Não permitam que sua ansiedade por mim faça vocês fazerem o que eu deveria fazer por mim mesmo.

Não encubram ou tentem poupar-me das conseqüências do meu uso de drogas. Isto pode diminuir a crise, mas fará a minha doença piorar.

Sobretudo, não fujam da realidade como eu faço. A dependência das drogas, minha doença, torna-se pior enquanto eu persistir no uso.

Comecem agora a aprender, a compreender e a fazer planos para a sua recuperação. Procurem o Nar-Anon, grupos que existem para ajudar as famílias daqueles que usam drogas.

Preciso de ajuda – de um médico, de um psicólogo, de um conselheiro, e de um adicto em recuperação que encontrou a sobriedade em Narcóticos Anônimos, e principalmente de Deus. Eu não posso ajudar a mim mesmo.

Seu usuário

A carta é produzida em condições de produção muito específicas. Trata-se, primeiramente, do discurso de um dependente químico. Em razão dessa condição, o sujeito da carta é tido como alguém que socialmente carrega a imagem de uma pessoa com problemas de ordem pessoal, social e familiar, no mínimo. Sendo uma pessoa vista com ressalva social, é comumente banida do círculo de convivência das pessoas “normais”, por opção ou não e, dependendo da sua condição econômica, do tipo de droga que usa e de quanto uso faz dela, ainda pertence ao rol das pessoas tidas como foras-da-lei, devido, muitas vezes, ao fato de que, para manter o vício, passa a praticar dos menores aos mais graves delitos.

Assim, aquele que fala no discurso sabe – crê-se nisso – que sua imagem está comprometida e, portanto, por meio da carta, o sujeito também procura criar uma autoimagem positiva, a partir da prática discursiva persuasiva que sustenta o discurso, sobretudo, quando o seu autor cita, em pelo menos dois momentos, aquela que se pode referir como a voz autorizada, vinda de uma formação discursiva que diz respeito ao discurso médico-científico: no caso, o sujeito da carta se apresenta como portador de uma doença e ele diz isso explicitamente em dois momentos: “A natureza da minha doença” e “fará minha doença piorar”, o que leva à suposição de que ele, de algum modo, busca manipular os seus interlocutores com um discurso que silencia a contestação, pelo menos nas condições de produção dos envolvidos.

A imagem construída na carta, ainda, revela uma pessoa difícil de satisfazer (o que já não é mais fator positivo para o sujeito), que, ao mesmo tempo em que aponta suas fraquezas (lembrando que elas são frutos de uma doença), joga com elas, de modo que a sua causa e consequência recaiam sobre os pais, que, se não tomarem a atitude “correta”, serão os responsáveis por piorar uma situação já ruim. Isso pode ser verificado, por exemplo, no enunciado inicial: “Não resolvam os meus problemas por mim, isso só faz eu perder o meu respeito por vocês”.

Vê-se que o filho, ainda que seja um usuário de drogas, diz “respeitar” os pais, já que, para perder o respeito, é preciso tê-lo; valor moral de máxima conceituação que segue, inclusive, preceitos religiosos. Basta lembrar o mandamento bíblico “Honrar pai e mãe”. E, quando isso não acontece, ou seja, quando se dá a falta de respeito, não é por culpa dele (do usuário), mas dos próprios pais que buscaram ajudá-lo. Feito faca de dois gumes, a ajuda é compreendida pelo usuário como uma forma de intromissão, portanto,

os pais estariam interferindo onde não deviam. Nessa ação, fica pressuposto que o filho usuário não pode resolver os próprios conflitos, coisa que parece que ele deseja negar.

Ora, se os pais tem um filho drogado, existe um discurso que lhes cobra atitudes de pais: os pais, comumente, devem resolver os problemas dos filhos, dos mais aos menos graves. Busca-se ajudá-los, então, tomando, por vezes, atitudes por eles. No caso de o filho ser uma usuário de drogas, os problemas, comumente, advêm de crises graves e a pessoa envolvida nem sempre tem condições de tomar atitude. Porém, conforme o disposto na carta, mais precisamente no enunciado destacado, se os pais agirem buscando ajudá-los, eles desencadeiam uma reação oposta ao desejado: perdem o respeito que os filhos dizem existir na relação. O que resta, então, é que, frente ao problema, aos pais cabe apenas contemplá-los, desejando fervorosamente que o filho tome uma atitude para que não venham a perder o que, na concepção do usuário, seja o que ele chama “respeito”. Isto é paradoxal, pois, se o filho se droga e causa problemas aos pais, que não devem resolver os problemas por eles, o filho, por outro lado, deveria poder resolver seus conflitos, o que, no decorrer da carta, parece não ser possível e o resultado final é o filho tem problema e continuará a tê-lo até conseguir resolvê-lo sozinho, mas, sendo portador de uma doença, isso parece difícil de acontecer. Já, ao pai que tem um filho drogado, cabe apenas lugar privilegiado na platéia. Armadilha que impede qualquer avanço na situação.

Mas se imagina que o filho usuário de droga tome atitudes para resolver seus problemas. Porém, no decorrer da carta, ele diz: “Não aceitem minhas promessas. A natureza da minha doença me impede de cumpri-las” (4º parágrafo). O que existe, enfim, é uma promessa que, parece, já nasce “quebrada”.

Em todo caso, ele sabe que sua carta, ainda que seja uma “Carta aberta”, tem um público alvo. E, ainda que sua carta aberta seja dirigida à sua família, trata-se de uma “Carta aberta a minha Família”, ela será lida por pais de outros drogados, fazendo com que todos, de algum modo, busquem identificação com o papel posto em jogo na situação, independentemente de quem sejam os leitores (outros drogados, outros pais de drogados ou pessoas que não caibam em nenhuma dessas posições, mas se tornam interlocutores). Tem-se, pois, um discurso assumido de que se usa droga e que se precisa de ajuda, enunciado de abertura da carta, mas, de acordo com o que foi dito, esse enunciado é a teia da armadilha que encobre o problema.

Sobre o interlocutor marcado no texto (veja-se a ocorrência do uso do pronome de tratamento *você* (às vezes, retomado elípticamente)), que, no caso, são os pais, têm-

se sujeitos cuja determinação de papel é definida no discurso como aqueles que não sabem o que fazer, nem como agir. Isso é dito aos pais no decorrer da carta, que segue uma espécie de receituário, onde há regras do tipo “não façam isso, não façam aquilo” (“Não censurem, não façam sermões, não repreendam, não culpem ou discutam”), o que deixa pressuposta uma espécie de “ignorância paternal/maternal”. Essas ordens tornam-se um mecanismo de manipulação irracional dada a condição do sujeito: “esteja eu drogado ou sóbrio”: uma exclamação eco, mas, como já dito, isso é ouvido por um grupo de pais e a questão é “como isso é possível?”, isto é, como é possível o silêncio frente ao discurso que beira o *non sense*: ao filho, cabe o direito de tomar as atitudes que desejar (o que não o livrará do problema) e os pais devem compreendê-lo dentro da sua lógica. Nesse sentido, o círculo vicioso em que ambos estão envolvidos é tautológico.

A forma como a carta se desenvolve parece querer servir de princípio educativo e elucidativo do problema que aflige o usuário de droga, sendo que o problema e o modo de encará-lo é fruto, justamente, do portador do problema, porém isso não está dito; mas, no jogo discursivo assumido, isso parece não importar. Vê-se como a carta busca instruir os pais, invertendo-se, nesse ponto, os papéis sociais: já não são os pais que dizem como os filhos devem agir, mas é o filho e, no caso, o filho usuário de drogas, quem diz como os pais devem proceder. Isto conflita com as práticas normais de relação pais e filhos, ainda que se saiba dos problemas que permeiam a educação dos filhos. Em todo caso, a carta tem seus acolhedores que, ao tomá-la como momento para reflexão, aceitam suas condições, como se procede num contrato.

Frente aos “ensinamentos” do filho usuário de droga, outro fator merece atenção: ele vai ao encontro da prática de manipulação adotada pelo sujeito (ainda que ele não perceba isso): o texto é carregado de um tom de ameaça. A cada “faça isso, não faça aquilo”, os pais ainda sofrem uma espécie de assédio moral. O quadro apresentado na próxima página visa demonstrar isso. E objetiva, também, elucidar as conseqüências para ambos dos efeitos de sentido do discurso em estudo, reiterando o posicionamento que abre esse texto: o discurso é uma armadilha para ambos os sujeitos, porque se pauta numa prática de falta de atitude, a que se refere, aqui, como a ausência constitutiva de discurso que produz sentido. Entendendo-se que toda e qualquer “prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PECHEUX, 1997, p. 123), entende-se que a formação discursiva que suporta a carta cria a ilusão de espaço de autonomia individualista que inexistente (já que o usuário é

dependente de uma situação que anula qualquer investida em que se suponha um Eu), em razão de um real que sobredetermina a instância da enunciação e faz o discurso funcionar à revelia da vontade do sujeito enunciador, produzindo outros sentidos.

Discurso do filho	O que cabe aos pais	Conseqüências dessa atitude para os pais	Conseqüências dessa atitude para os filhos
“Não resolvam meus problemas”.	Não se posicionar.	Perda do respeito.	Ausência de ajuda.
“Não censurem, não façam sermões, não repreendam, não culpem ou discutam”.	Não se posicionar.	Piora da situação problema.	Ausência de diálogo na busca da resolução do problema
“Não aceitem minhas promessas”; “Não permitam mudanças de acordo”.	Manter uma posição, ainda que os filhos (que não desejam ajuda), busquem persuadi-lo.	Possível manutenção do problema, gerada pela falta e flexibilidade.	Descrédito e falta de espaço para negociação.
“Não percam a paciência”.	Manter a calma, ainda que tenham motivos para perdê-la.	Ameaça por parte do filho de destruição	Excesso de permissividade e possível manutenção do vício.
“Não sejam ansiosos”.	Manter o equilíbrio, ainda que a situação seja caótica e problemática.	Possível manutenção e frustração pela falta de espaço para exposição de sentimentos.	Falta de espaço para exposição de sentimentos.
“Não encubram ou tentem me poupar do meu uso de drogas”.	Mostrar-se lúcido quanto ao problema, buscando não defender o filho.	Possível piora do problema.	Ausência de compreensão frente a um possível problema.
“Não fujam da realidade”.	Manterem-se lúcidos, ainda que a situação seja problemática.	Manutenção do problema.	Ausência de espaço para compartilhar emoções
“Comecem a aprender e a compreender e a fazer planos para a sua recuperação”.	O filho usa drogas, mas o pai é quem deve procurar por recuperação.	Continuarem doentes.	Motivação do sentimento de individualidade.
“Preciso de ajuda – de um médico, de um psicólogo, de um conselheiro, de um adicto em recuperação”.	Já que não pode ajudar o filho, não atrapalhá-lo.	Continuar a ter um usuário de drogas em casa, em recuperação ou não.	Ausência de família

Uma última colocação: a carta é encerrada como “Seu usuário”, o que cria um efeito de sentido interessante: ele dá brechas para pensar, pelo menos neste momento

final, sobre a existência de uma réstia de aproximação sentimental e, por que não dizer, amorosa entre os sujeitos (o autor estaria demonstrando aí, talvez, sua fraqueza?). Afinal, a carta é do “Seu usuário”, não de um qualquer: mas do seu filho “usuário” de drogas, o que, por fim, talvez, é o que faz com que o discurso seja levado a um grupo de pais que busca por amparo espiritual e seja lido e tomado como uma possibilidade de posicionamento frente ao problema. Quando já não se pode fazer nada, nada mais é feito. Talvez seja, mesmo, essa a única atitude, pois, vício é vício. E pai é pai. E a consciência é algo que não pertence ao indivíduo: um discurso é lido e efetivamente compreendido até os limites da posição sócio ideológica momentânea. Entende-se, por fim, então, por que esse discurso é aceito, pois, como se sabe, o não dito prevalece sobre a asserção.

RUMOS ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS: justificativas sobre os próximos passos

O princípio (...) consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito.
(PÊCHEUX, 1997c, p. 44)

O estudo deste capítulo final de análise tem como objetivo apresentar uma *pré-conclusão* da tese, pois se estará refletindo o discurso de base que se faz presente, de modo mais ou menos marcado, nos textos do Nar-Anon (o que se procurou mostrar no decorrer das análises do capítulo anterior): são os Doze Passos e as Doze Tradições.

Pode-se afirmar que eles funcionam como a redoma (que nem sempre é vista, mas se faz sempre presente), que regula o que se diz no grupo, o modo como se diz, dá as razões para se dizer, além de antecipar para os que o tomam como prática, a forma como devem agir e reagir frente a seus problemas e, até mesmo, como deve pensá-los (seria demais dizer, “e senti-los?”).

Dessa forma, quando se proclama a simplicidade do programa, afirma-se aqui, justamente, o contrário: não há simplicidade em discursos com o poder de reger vidas (organizá-las, dar rumo, se constituir num orientador). Se esse é o propósito das entidades de autoajuda, “oferecer um novo modo de vida”, então, se se afirma simplicidade (como os cofundadores dos Doze Passos e das Doze Tradições anunciam), isso é algo a ser desmistificado. Porque não se pode confundir um discurso organizado de forma sucinta, acessível (que faz uso de uma terminologia informal) como sendo “simples”. Como já se procurou mostrar em análises anteriores, o complexo das formações discursivas postas em jogo que se fazem presentes na constituição dos textos do Nar-Anon conflita com a perspectiva da simplicidade.

Retomando os objetivos desse capítulo, busca-se, então, organizar uma reflexão sobre o discurso fundante de Alcoólicos Anônimos, portanto, da base do discurso do Nar-Anon: dos Doze Passos e das Doze Tradições, mas no caso, dos Doze Passos *do Nar-Anon* e das Doze Tradições *do Nar-Anon*.

Não se trata, portanto, da análise do discurso desses princípios particularizados pelas condições de produção que lhes deram “origem”, como já foi exposto no primeiro capítulo e, em outros momentos da tese. A memória do discurso dos Doze Passos e das

Doze Tradições não foi (nem poderia) ser esquecida. Ela acompanhou as análises, de modo a sustentar as reflexões e contribuir para a certificação do que estava sendo dito. Isso foi feito por meio de retomadas e citações dos Passos e das Tradições nos decorrer do estudo. Contudo, ainda que os Passos e as Tradições sejam literalmente os mesmos de A.A., que sofreu apropriações por grupos como os de N.A. e Al-Anon, por exemplo, aqui, eles são tomados na voz do Grupo Familiar Nar-Anon: e essa forma de ouvi-los é fundamental e imprescindível para o momento da análise, porque, considerando as particularidades dessa apropriação, do discurso emerge efeitos de sentido distintos: não é o alcoólatra, nem o drogado que proferem os Passos e os seguem, no caso, mas o *familiar de um viciado em drogas* (um *co-dependente* dos efeitos do uso das drogas por outro pessoa). E ainda que ao final possa-se fazer uma aproximação dos sentidos que emergem do discurso num e outro grupo, para o momento, está-se se particularizando a cena de enunciação, considerando que

Por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturção-reestruturção dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (PÊCHEUX, 1997c, p. 56).

4.1 OS DOZE PASSOS³⁶ DO GRUPO FAMILIAR NAR-ANON: apontamentos para reflexões de fechamento

Em última instância,
essas verdades passam a governar a vida da pessoa e
ela começa a viver de acordo com a força das mesmas,
a força mais poderosa que se conhece,
a força da sua plena concordância livremente concedida.
O indivíduo é agora governado
não por pessoas, mas sim por princípios, pelas verdades e,
como diria a maioria de nós,
por Deus.
(Livro III, p. 9 – grifos no original)

Para iniciar as reflexões sobre os *Doze Passos*, reitera-se a afirmação sobre esse objeto simbólico ser constituído por elementos que migram de espaços discursivos distintos, o que caracteriza a presença, em sua materialidade, de formações discursivas pertencentes a diferentes instituições socioideológicas. Entende-se, também, que o objeto cria efeitos de sentido relevantes, em razão das vozes que o anunciam, no caso, as dos familiares de drogados. Isso afeta a interpretação do discurso, marcado pela heterogeneidade e pela polifonia, sem que, contudo, sejam reconfiguradas as raízes dos princípios de os *Doze Passos*, tem-se sempre presente a memória de sua “inauguração”, como conta a história da fundação de Alcolólicos Anônimos.

Como já se disse no texto de apresentação, o discurso é marcado por uma pretensa simplicidade, o que o torna *pretensamente* facilitador. Ele está sendo entendido, ainda, como simulação de um discurso democrático, porém é atravessado por uma prática discursiva autoritária. Seu objetivo é explicitado desde a sua *aparição*: chegar ao maior número de pessoas com problemas relacionados ao abuso do álcool (e, no caso deste estudo, de pessoas que sofrem em razão do vício do outro).

Segundo Orlandi (2001a, p. 86), o discurso autoritário é “aquele em que a

³⁶ 1. Admitimos que éramos impotentes perante o adicto – que nossas vidas tinham se tornado incontroláveis. 2. Viemos acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia nos devolver a sanidade. 3. Tomamos a decisão de entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS. 4. Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos. 5. Admitimos para Deus, para nós mesmos, e para um outro ser humano, a natureza exata de nossos defeitos. 6. Ficamos inteiramente prontos para que DEUS removesse todos esses defeitos de caráter. 7. Humildemente, pedimos a Ele para remover nossas imperfeições. 8. Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas. 9. Fizemos reparações diretas a essas pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo viesse prejudica-las ou a outras pessoas. 10. Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente. 11. Procuramos, através da prece e meditação, melhorar nosso contato consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade. 12. Tendo tido um despertar espiritual, por meio destes Passos, procuramos levar essa mensagem a outras pessoas e praticar estes princípios em todas as nossas atividades. (anexo 8).

polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor”. Nesse estudo, entende-se que a polissemia é controlada pela superposição dos sentidos que engendram os princípios de os *Doze Passos*, que circulam reiterando um mesmo referente.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o discurso faz uso de construções enunciativas sucintas (o que não deixa de ser uma estratégia para a adesão). O discurso de os *Doze Passos* se mostra *completo*, apresentando-se como ensinamento para uma vida melhor. O Esquecimento nº 2 atua, então, de forma a deixar parecer que o que está sendo dito só poderia sê-lo da forma que está anunciado, causando efeito de exclusividade *adâmica*.

Fechando-se numa cadeia de sentidos que retorna sobre apenas três dos Passos, constituído por pelo menos três áreas de saber (a médica, a espiritualista e a jurídica), como se mostrará, os *Doze Passos* configuram um processo de deslize dos sentidos em que a “diferença é sustentada em um mesmo ponto que desliza de próximo em próximo, o que nos leva a dizer que há um mesmo nessa diferença” (ORLANDI, 2001a, p. 79).

Como todo o discurso do Nar-Anon, aqui, também, faz-se uso da primeira pessoa do plural. Sobre a mobilização dessa pessoa, pode-se afirmar que os *passos* funcionam no sentido de dar apoio ao membro que segue (seguirá) os princípios, representando desse modo, uma vontade de comunhão entre os sujeitos. Por outro lado, tem-se, também, presente as marcas linguísticas que levam a inferir que o discurso de autoajuda apresenta uma faceta individualista: há um olhar para si que marca uma forma egocêntrica de o sujeito enunciador dos *Doze Passos* se relacionar com outros sujeitos, com o eu-individualista em primeiro lugar (como já demonstrado em análise anterior). E, por fim, há o discurso não-dito, subentendido, silenciado, mas que permite a compreensão e o estabelecimento de outros *novos* sentidos. À guisa de conclusão, será sobre estes e outros aspectos que a análise se dará.

Inicia-se com a apresentação e análise dos passos a partir de sua divisão em três momentos (conforme dito acima), considerando-se o seguinte encaminhamento: análise do 1º Passo, reflexão sobre o 2º, 3º e 11º Passos e, por último, a análise do 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º Passos. Será possível verificar, desse modo, as cadeias parafrásticas que se desenvolvem em doze momentos, mas que, como se poderá perceber, discursivamente, constituem-se em três. O 12º passo sofrerá uma leitura de fechamento pelo tom de conclusão que assume. Segue a análise do **primeiro encadeamento**.

1º Passo: Admitimos que éramos impotentes perante o adicto – que nossas vidas tinham se tornado incontrolláveis.

Em análises anteriores, afirmou-se sobre a presença do discurso médico alinhavando a constituição do discurso do Nar-Anon. Essa presença se deve às condições de produção dos *Doze Passos*, conforme a história do A.A. conta (exposta no primeiro capítulo). As marcas dessa formação discursiva, que se dá por meio de uma presença ausente, porque não anunciada, mas incorporada, são evidenciadas pelos termos emprestados da área médica, que fortalecem o discurso como prática discursiva autoritária, devido às vozes autorizadas, leia-se, representativas da área médica, por exemplo, que limitam o grau de polissemia e simulam a precisão dos sentidos.

No caso da análise desse 1º passo, isso se comprova pela presença dos termos *impotentes* e *adicto*. Ainda que o primeiro tenha seu uso banalizado nos dias atuais (pela exposição de um problema de ordem sexual masculino (a disfunção erétil)), caindo, de certa forma, num uso mais comum pelas pessoas em geral, entende-se que sua incorporação pelos cofundadores do A.A. implica na construção de um discurso não corriqueiro, mas que se marca pela austeridade, ainda que *impotentes* seja paráfrase de limitado e incapaz, por exemplo.

Em todo caso, no momento de elaboração dos Doze Passos, prevaleceu o termo *impotentes* (e não outro) que provoca efeitos; vejam-se as diferenças de sentido na troca por outros termos equivalentes: “Admitimos que éramos”: a) *fracos*; b) *incapazes*; c) *limitados*; d) *desprovidos de uma ação individual de poder*.

Dizer que é *impotente* diante do *adicto* é diferente do uso de termos mais corriqueiros, para a descrição do mesmo sentimento, no caso. E isso é importante para os que seguem os *Doze Passos* (ainda que não percebam essas relações de sentido).

O mesmo ocorre no caso do uso do termo *adicto*. Sua análise mais prolongada feita em *Sobre a Adicção* mostra que, dentre outras leituras, *adicto* devolve ao bêbado e ao drogado a dignidade pela associação de seu vício à doença. Para o membro do Nar-Anon, o termo ‘adicção’ colabora para a preservação da imagem de pai, que deixa de ser pai de um drogado (viciado e, por consequência, vagabundo) para ser pai de um doente. Dessa forma, expressões oriundas da formação discursiva médica trabalham para a construção de sentidos apazíveis pelo que elas representam para um grupo de apoio a pais de drogados: ser *impotente* perante a *adicção* de um filho gera exclusividade de um sentimento, cuja admissão torna-se um ato de coragem, porém,

comportamento que se revela, também, como fraqueza *revestida*. Veja-se que não se está falando de incapacidade ou qualquer outra manifestação discursiva que poderia comprometer o porta-voz da expressão: está se falando de impotência frente a uma doença (como o pai frente ao câncer do filho, por exemplo). É assim que o discurso trata da questão³⁷.

Menos representativo, mas um elemento importante é o termo *perante*, cuja memória remete a outro espaço discursivo, comumente associado aos tempos religiosos, em que fiéis se colocam *perante* Deus. O mesmo vale para *Admitimos*: admitir é quase uma confissão; pelo menos, é esse o efeito de sentido com que a palavra se reveste mais comumente: “*admite-se perante* Deus os próprios pecados”. Tem-se a presença de outra formação discursiva, no caso, a espiritualista-religiosa.

Chama-se a atenção para mais dois pontos significativos: a brevidade do enunciado e o uso da primeira pessoa do plural (fatos referenciados anteriormente e que se repetem nos outros passos, como se verá). A primeira questão levantada permite inferir, sobre a característica da brevidade, que é uma forma de *diluição* da autoridade de que poderia ser acusado o discurso em análise, porque, sendo breve, ele se fecha de modo sucinto sobre um significado. Associado ao fato de que a brevidade é um meio propício à memorização, que desencadeia um processo reconhecido como saber mnemônico, aquilo que passa a ser apreendido (o que não significa compreendido), o discurso se repete sem exigência de reflexão, fixando-se na memória dos membros como um ritual de ensinamentos verdadeiros (como não poderia deixar de ser), pois, do contrário (se a ideia de não verdadeiro se fizesse presente), não haveria unidade, nem grupo.

Sobre o uso da primeira pessoa do plural (ainda) em *Admitimos* e *éramos*, mais o pronome possessivo *nossas*, tem-se a construção da imagem e dos sentimentos necessários a todo o conjunto de pessoas que se une por um mesmo propósito (ainda que seja um discurso de autoajuda e ainda que esse discurso tenha por princípio geral a troca, a *partilha*: talvez, por isso, não seja “eu admito, eu sou, minha vida”): comunhão e união e, por consequência, solidariedade, são, de fato, os alicerces das práticas de grupos de ajuda mútua (desde que o sujeito assim o deseje). Então, não é um *eu* nem uma *vida individual*, mas a vida do grupo, dos membros e dos pais que é exposta nas circunstâncias de conflito em reuniões, lugar em que os passos são refletidos.

³⁷ Nos textos do Nar-Anon a adicção é relacionada à doença do diabetes, ou seja, ela pode ser controlada, mas não curada (ver capítulo *Sobre Adicção*).

Quando o enunciado é fechado com *tenham se tornado incontroláveis*, referindo-se à vida dos pais, um ato falho (talvez) no momento de “pensar” a organização do discurso desestabiliza a prática discursiva comedida que se teve até o momento (quando se optou por termos como *impotente* e *adicto*). Dizer que algo é *incontrolável* remete às práticas discursivas próprias e comuns para a descrição de sintomas físicos ou psicológicos gravemente afetados. Para exemplificar, as suas situações de uso são diversas: o filho hiperativo pode sofrer diagnóstico de comportamento incontrolável pela professora, o filho drogado, do mesmo modo. Uma doença progressiva também. Mas também o mau administrador pode ter suas finanças incontroláveis; o sujeito obeso se alimenta de forma incontrolável. Nessas situações e tantas outras, o efeito de algo negativo é um elemento inegável. Ao se admitir que algo é *incontrolável*, antecipa-se o fracasso da situação; quando esse sentimento inconscientemente se faz presente, ele emperra a mudança de situação (cabendo a rendição).

O que fere profundamente qualquer possibilidade de uma mudança de vida é que o filho é um drogado: *ponto*. A vida dos pais se tornou incontrolável: *ponto*. Ele não pode mudar a vida do filho: *ponto*. Ele não pode mudar sua vida: *ponto*. Mas pode admitir sua *impotência*. Um grupo de apoio funciona para aliviar o estado de aflição das pessoas, porque, como um consultório terapêutico gratuito, os sujeitos que não pertencem ao rol dos cidadãos normais falam e são ouvidos. É isso: falam e são ouvidos. Mas o problema não é discutido, porque, no decorrer de uma partilha, por exemplo, ouve-se o outro, guarda-se o que servir e segue-se com a vida. Poder-se-ia deixar uma página em branco para a representação do silêncio que toma conta. Ele é a falta presente que nunca se apaga e significa, o que fica nas entrelinhas de *Admitimos que éramos impotentes perante o adicto – que nossas vidas tenham se tornado incontroláveis* é a rendição. Talvez isso seja necessário para o grupo de pais que não podem controlar a destrutiva relação do filho com as drogas, que desencadeia seus conflitos com a sociedade e com ele próprio.

Analise-se, a seguir o 2º, o 3º e o 11º passos. De acordo com o que Pêcheux anunciava em 1969, com a publicação de *Análise Automática do Discurso* (In: GADET e HAK, 1993, p. 104-105), sobre os deslizos sofridos pelas materialidades linguísticas e como isso deve ser apreendido no estudo dos discursos,

dado um estado dominante das condições de produção do discurso, a ele corresponde um processo de produção dominante que se pode colocar em evidência pela confrontação das diferentes superfícies

discursivas empíricas proveniente desse mesmo estado dominante: os pontos de recortes definidos pelos efeitos metafóricos permitirão assim extrair os *domínios semânticos* determinados pelo processo dominante (...).

[dessa forma] toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação da análise, constituem justamente os *sintomas pertinentes* do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise.

Objetiva-se com a análise das duas últimas sequências mostrar o funcionamento de deriva dos sentidos que comprovam a afirmação sobre os *Doze Passos* se constituir efetivamente em três e, por consequência sobre todo o discurso do Nar-Anon ser, em essência, um serviço à sua manutenção e circulação de ideais por meio do receituário dos *Doze Passos*. Seguem as análises.

2º Passo: Viemos acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia nos devolver a sanidade.

3º Passo: Tomamos a decisão de entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados a DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS.

11º Passo: Procuramos, através da prece e meditação, melhorar nosso contato consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBÍAMOS, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade.(grifos no original).

Primeiramente, retomam-se duas marcas já destacadas na análise anterior, as quais, conforme afirmado, são recorrentes nos *Doze Passos*. A pessoa do discurso, marcada em *Viemos*, *Tomamos*, *Procuramos* reflete o coro de vozes que insere o sujeito membro do Nar-Anon no grupo, não sendo ele um agente individual nas tomadas de posição, mas sim uma pessoa coletiva. Esse processo, que se explicita no uso da primeira pessoa do plural, fala por ele, tomando suas decisões. Essa força ilocutória é firmada pelo uso de verbos performativos.

Os passos em análise (2º, 3º e 11º), ainda que um pouco mais longos que o 1º, são breves e de fácil apreensão pelo sujeito, sobretudo porque eles circulam em torno de um mesmo saber a ser compreendido: crença e entrega para a operação de mudanças na sua vida por meio de um Ser Superior (o que não deixa de ser um ensinamento cristão, o da entrega da própria vida a Deus para que ele opere *milagres*).

Esse sentido é construído na tessitura de um programa cujas relações se procurarão descrever. Verifica-se como um dizer corrobora a construção de outro, como as leituras se imbricam num mesmo ponto, como os sentidos se amarram comungando

de um mesmo saber e como eles enredam o leitor numa trama que inspira uma autoajuda *camuflada*, porque o desejo da mudança de vida só será alcançado por intervenção de um outro, no caso, explicitamente, este outro é definido como Deus e Poder Superior. Observa-se que, no caso dos enunciados em análise, o termo *Ser Superior* é usado antes do termo *Deus*. Assim, ainda que posteriormente o sujeito seja levado a associar Ser Superior a Deus, dessa forma, tem-se menos uma imposição e mais uma escolha (mantendo-se o discurso de que o Nar-Anon não se sustenta em qualquer credo ou religião). Sobre a ressalva que segue após *Deus*, COMO O CONCEBÍAMOS (grafada em letras destacadas), resumidamente, pode-se dizer que seu propósito é a manutenção de uma imagem de grupo é democrático e aberto a qualquer pessoa, de qualquer credo (questão tratada na análise da *Oração da Serenidade*).

Tomando como ponto de partida o enunciado, *Vimos acreditar*, tem-se na primeira parte, composta por uma perífrase verbal, um efeito de sentido que implica numa tomada de atitude, que não deixa de significar que se tomou uma decisão, o que, imediatamente, remete ao passo seguinte *Tomamos a decisão*. Observa-se que no 11º passo, fala-se de *Procuramos, através da prece e meditação*, ou seja, quem fala é uma a formação discursiva espiritualista, que prega um conceito de crença (*Vimos acreditar*), o que significa que ter ou não ter fé é uma decisão a ser tomada só poderá se estabelecer por meio dos embates de sentidos que essa formação discursiva dispõe, quais sejam: *prece e meditação*, termos que transitam em espaços enunciativos tanto cristãos quanto laicos.

Os passos, contudo, não preveem que o sujeito se conduza por ele próprio, não é ele quem efetivamente estará à frente da mudança, porque ela se efetivará por meio da *fé* e da *meditação* (como já se disse), o que permite uma dupla orientação de sentido: que pode ser entendida como: se a pessoa for compelida a tomar uma atitude sem amparo de terceiro, a possibilidade de fracasso poderia ser maior do que se a pessoa tivesse um apoio (eis o discurso senso comum que atesta que “uma andorinha só não faz verão” e outras variantes). Então, conduzir a pessoa a *crer/decidir* por uma mudança, tendo por suporte *algo/alguém* que seja *superior a ela*, provoca pelo menos duas orientações de leitura: 1) sozinho, nada é possível e, em razão disso, a entrega; porém, se, 2) a crença não for efetivamente de *entrega* [a Deus/a um Ser Superior/algo-alguém do modo particular que venha a ser concebido], o sujeito pode não lograr êxito. Esse insucesso significa a não-mudança: a manutenção de uma vida “incontrolável”, muito próxima de uma vida *insana* (fazendo-se uso de termos que nos remetem à formação

discursiva da medicina).

Veja-se que um ponto de encontro com 1º passo se estabelece e um escudo protetor para os *Doze Passos* é construído, a partir do momento que o sujeito será o único responsável pela manutenção de uma situação negativa na ausência de crença e tomada de decisão e, assim, preserva-se o grupo, em primeiro lugar (questão já abordada), de falhas e insucessos dos seus membros.

No 11º Passo, a ressalva COMO O CONCEBÍAMOS é reiterada e a presença de elementos de uma formação discursiva espiritualista (religiosa/cristão) é reforçada pelo termo *rogando*. O que se pede, por ocasião da busca pela devolução da *sanidade* (perdida em função do vício do filho) e da entrega da própria vida a ninguém menos que Deus é apenas *o conhecimento*. O modalizador *apenas* assume caráter de operador argumentativo, reforçando aquele que se diz ser o bem mais valioso de uma pessoa, o conhecimento (invocando o discurso senso comum novamente). E nada de novo se apresenta: interdiscursivamente, esse passo é atravessado pela *Oração da Serenidade*³⁸, conforme a sua análise mostrou.

Opera-se com os elementos de um e de outro discurso, porém se percorre o eixo da paráfrase e da manutenção de sentido. Nesse momento, o sujeito é invocado a ser senhor de si, porque se fala em *contato consciente* (no sentido da essência das práticas de autoajuda em que o sujeito é levado a crer que tem controle sobre si), mas também ele está à mercê do outro (ainda que este outro seja uma entidade divina (o que confere *status* à condição de rendição ao outro, Deus/ ao outro, Poder Superior)).

A exemplo do que ocorre com os três passos anteriores, com os demais, a questão da circularidade de sentidos se mantém. No caso da sequência dos enunciados do segundo agrupamento, há uma recorrência na temática abordada que diz respeito a duas práticas: a) do reconhecimento dos próprios erros (para si, para Deus, para o outro) e b) reparação dos mesmos. Entende-se que, no caso dos pais, esses passos vêm ao encontro de uma necessidade emergencial: levá-los a não se sentirem culpados frente ao problema do filho, já que ele, o pai, é conduzido a buscar fazer reparação.

Abre-se um parêntese: se o outro a quem a prática da reparação se dirige irá ou não aceitar o pedido de reavaliação do erro cometido não vem ao caso. O importante, parece, é o sujeito buscar realizar o pedido feito, o que, de algum modo, trabalha no

³⁸ Deus, concedei-me serenidade para aceitar as coisas que não posso modificar, coragem para modificar aquelas que eu posso e sabedoria para perceber a diferença.

sentido de propiciar ao membro do grupo alívio para os pensamentos que o atormentam (“eu fiz isso, fiz aquilo, não procedi bem e estou arrependido”). Mas no sentido de que pouco importa se efetivamente as reparações farão bem a alguém, quem usufrui o bem maior da prática parecer ser é aquele que errou (do erro consumado não tem volta, mas o afeto e o perdão do outro com que se agiu mal tem). Essa forma de agir, talvez, provoque um círculo vicioso de atitudes e práticas de “reparações” constantes, como o drogado que é internado diversas vezes e “recai” e, a cada internação, inicia sua caminhada pelos princípios dos *Doze Passos*. Questiona-se, então, se a condição de *receituário* dos princípios pode “funcionar” sempre e em qualquer condição.

Retomando, entende-se que a culpa de que se fala está colada à imagem dos pais de drogados e significa; porque é comum o sentimento de que se errou com o filho expresso em raciocínios de autopunição que fazem o pai pensar que seu comportamento, enérgico ou complacente, tenha sido responsável pelo fato de o filho ter buscado nas drogas algum tipo de compensação (ver *Armadilha Discursiva*). Ele tanto é levado a crer nisso, que existe um Grupo de Apoio para a sua causa. Então, como não se sentir culpado, como não pensar que sua vida está *incontrolável*, que ele precisa resgatar sua *sanidade* e que, sozinho, ele não conseguirá, mas apenas e tão somente por *entrega, prece e meditação* para um *Ser Superior*, ele poderá ter uma vida “normal” (como os outros pais).

Deve-se considerar que o membro do grupo possa, como co-dependente, ter agido de forma rude, nervosa impaciente com os demais membros da família, o que culturalmente fere a imagem dos pais (que se espera sejam os eternos sujeitos sensatos e sábios em que circunstâncias forem). Não é raro que casamentos, por exemplo, desfaçam-se devido a atitude que leva um e outro a culpar o companheiro(a) pela situação problema do filho(a). Ou pais que passam a focar a atenção apenas no filho drogado e “esquecem” os demais membros da família. Em todo caso, o leque de autoacusações que um familiar pode se dirigir (ou que possam a ele dirigir) é vasto, porque se vive numa sociedade em que as famílias ainda devem ser o único e grande alicerce do ser humano (e não são poucos, nem raros os discursos que difundem esse quadro romântico).

É nesse sentido que o discurso funciona, provocando o sujeito a pensar sobre seu comportamento diante do filho (ou de qualquer outra pessoa próxima (infere-se)) e reconhecer que pode ter agido mal, buscando uma forma de reparação (por meio do perdão, por exemplo). O discurso não fala em “perdão” (que remete a uma formação

discursiva de resignação cristã), mas em reparação, cujo efeito de sentido é mais objetivo, palpável e material e, assim, mais comprometedor, porque não coloca o sujeito em situação de fracasso ou fraqueza, afinal, fazer um inventário de si não é para qualquer pessoa; muito menos a reparação.

Deve-se lembrar, de acordo com textos do Nar-Anon, que os pais passam a entender a situação problema que vivem, quando buscam frequentar uma sala Nar-Anon, adquirindo, por meio da frequência às reuniões, lucidez frente ao problema e sabedoria para se comportar diante dele: é isso que o grupo promete. Nesse sentido, esses passos conduzem o familiar a olhar para si, percebe-se como ser humano que errou e como portador de problemas que ele passa a assumir (e dos quais se redimir), a fim de retomar o controle da própria vida; isso parece simples e a solução está numa receita de fácil preparo. Contudo, não é desse modo que são compreendidos aqui.

4º Passo: Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.

5º Passo: Admitimos para Deus, para nós mesmos, e para um outro ser humano, a natureza exata de nossos defeitos.

6º Passo: Ficamos inteiramente prontos para que DEUS removesse todos esses defeitos de caráter.

7º Passo: Humildemente, pedimos a Ele para remover nossas imperfeições.

8º Passo: Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas.

9º Passo: Fizemos reparações diretas a essas pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo viesse prejudicá-las ou a outras pessoas.

10º Passo: Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente.

Para iniciar a análise do terceiro segmento, parte-se dos efeitos de sentido da flexão verbal *Fizemos*, que abre quatro dos passos. Verifica-se que ela provoca o efeito de causa concluída, de modo que se dirige aos que já estão praticando o programa (cabendo aos novos membros fazer o mesmo), pois implica numa espécie de depoimento de algo realizado (análise assumida nos passos anteriores), o que vai ao encontro do eixo fundador dos Alcoólicos Anônimos (o interdiscurso que permite a constituição de discursos variantes): um sujeito falando de seu problema a outro e, assim, por meio da troca de experiência, vencendo seu próprio vício.

A questão a ser analisada primeiramente no quarto passo (pois ela se constitui no termo chave do enunciado) são os termos ‘*inventário moral*’, “4. Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos”, que remete ao campo de

saber da formação discursiva jurídica, causando, como no uso de termos da formação discursiva médica, um efeito de sentido de autoridade, reiterando-se, assim, essa característica do discurso do Nar-Anon.

No caso de *inventário moral*, o efeito de sentido é estendido também para o campo ideológico representativo das posturas corretas e de inquestionável valor, como de algo preciso. Deve-se considerar que tomando a palavra dicionarizada, tem-se como seu significado “1. Relação dos bens deixados por alguém que morreu. 2. Relação ou rol de mercadorias, bens, etc.”.³⁹ Percebe-se que a apropriação dos termos não se encontra com o referente dado pelo dicionário (nada a estranhar). Assim, no enunciado em análise, o que há é uma superposição de valores, ou melhor, aquilo que numa formação discursiva capitalista é entendido como bem material, no discurso do Nar-Anon (no 4º passo), essa materialidade se traveste de valores subjetivos: os bens não são palpáveis, mas dizem respeito aos bens interiores do sujeito (o que é revelador de certa arrogância), como se se dissesse: está-se fazendo um levantamento das coisas boas e não boas que pertencem ao próprio *eu*, olhando para dentro de si e questionando-se: quem é essa pessoa, o que ela tem de bom e ruim, o que fez de bom ou ruim (e para quem) em sua vida? Ter-se-ia uma forma de balanço final das relações e empreendimentos realizados: os bens morais (com autonomia e autenticidade).

Retomando-se as condições de produção do discurso a partir da história do A.A., o termo ‘inventário’ significa, no momento da vida dos cofundadores, grandes perdas financeiras. Essas perdas (conforme conta a história) teriam levado muitas pessoas ao suicídio. Infere-se desses episódios que a presença do termo deslocado de uma situação material para outra, que se deseja espiritual, é provocado por um lapso do inconsciente, que faz vir da memória o que fica retido como um trauma, por exemplo.

Em todo caso, dentre as duas possibilidades de análise, o que se pode afirmar dos termos ‘*inventário moral*’ é que eles *brincam* (sem que se saiba disso) por meio da estrutura linguística com a situação do sujeito familiar, que em vida e não em morte (o que soa um tanto bizarro), faria um levantamento dos seus bens morais, já pressupondo que eles efetivamente são de valor (por isso, falou-se antes *certa arrogância*).

A autossujeitização alcançaria seu ponto máximo, pois o que o enunciado afirma é a possibilidade de a pessoa alcançar os meandros mais íntimos do seu ser e fazê-los vir à tona (tarefa complicada, já que ela está num programa de recuperação da

³⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini-Aurélio*: século XXI. 4 ed. 2 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 (p. 400).

própria sanidade), o que fragiliza o discurso pelas fendas de incoerência que se vai fazendo, quando se faz uma leitura menos afetada emocionalmente pela circunstância de uso do discurso e pela nobreza da sua boa vontade: ajudar familiares em aflição.

Para encerrar essa primeira parte e reafirmando as problemáticas em torno do enunciado e dos sentidos que emergem da análise, soma-se um item complicador: a forma de adjetivação “escolhida”: *minucioso* e *destemido*, cujo efeito de sentindo marca a pessoa do discurso, como, no mínimo, “corajosa”. Afinal, falar de si, reconhecer que é parte boa e parte má, não é uma atividade de fácil execução. Mapear o próprio interior, detalhadamente, sem “pestanejar”, eis, pois, a carrapuça “Barão de *Munchhausen*” com que o sujeito, sem que se perceba, utiliza: puxa-se pelos próprios cabelos do mar problemático em que seu interior se encontra.

O 5º passo, “Admitimos para Deus, para nós mesmos, e para um outro ser humano, a natureza exata de nossos defeitos”, é mais um eco da consequência de uma ação tomada do que o anúncio de um outro discurso (o que se esperaria, já que se trata de outro passo: o de “movimento avante”). Nesse sentido, afirma-se que, se foi feito um inventário de si (*minucioso* e *destemido*), ele deve ser ouvido: seja no isolamento de um consultório psiquiátrico, numa prática de confissão (frente ao amigo íntimo) ou diante do espelho.

Acontece que a ação provocada pelo 4º passo pede (exige) um interlocutor; isso é quase uma necessidade, sobretudo porque se está num grupo de apoio que funciona devido à troca de experiências. Então, o que se tem é o resultado da avaliação feita por si mesmo sobre a sua essência, que deverá ser compartilhada: e os interlocutores seguem as relações sociais hierarquizadas: primeiramente, partilha-se com Deus; depois, consigo, e por último, com o outro.

Reitera-se, nesse passo, o efeito de sentido do termo *minucioso* utilizado, que implica diretamente sobre os termos *natureza exata* (o que inspira minúcia e exatidão). Assim, entra em cena a presença de mais uma formação discursiva (da área das ciências exatas), que se choca com a subjetividade própria da espiritualidade.

Marca-se, nesse passo, ainda, a presença ausente do discurso que anuncia que os sujeitos têm problemas, mas não apenas problemas (o que é comum a qualquer pessoa), mas defeitos de caráter. Nesse sentido, o discurso é implacável porque não deixa margem para defesa.

Ao mesmo tempo, o discurso busca em outros campos de saberes termos para a construção daquilo que deseja anunciar. Ele retorna, pela casualidade dos efeitos de

sentido, ao tom mais informal. E o tom acusativo que se insere na autoridade discursiva dos passos vai-se explicitando, pois coloca a pessoa na situação de exposição áquilo que se está chamando de *defeito*.

Novamente, a atenção se volta para um termo cuja materialidade é fortemente presente: a porta não fecha, está com *defeito*; a máquina não funciona, está com *defeito*; o carro não anda, está com *defeito*. Percebe-se que é esse o uso mais comum, mas, no Nar-Anon, as pessoas são conduzidas a olharem para dentro de si e exporem seus *defeitos*. Se se buscar as condições atuais de produção e mobilização desse termo, mantêm-se em cena os exemplos citados, que, jamais seriam usados para descrever situações problemas como meu filho tem um *defeito*, ele não anda ou meu cunhado tem um *defeito*, ele é cego.

Se se pode afirmar que isso não deixa de ser um *defeito*, contudo, pode-se afirmar também que o emprego do termo está sendo posto de forma inusitada. Porém, se se pensar que não é de longa data que bêbados e drogados deixaram de ter sua pessoa descrita como um mal social para serem vistas como um doente (por uma parcela da população (ainda que mínima)), então, para as condições de produção do discurso, talvez, a exposição de *defeitos* pessoais seja efetivamente um bom modo para descrever a situação do membro do grupo: co-dependentes, co-defeituosos (apelando-se para um jogo de palavras um pouco estranho).

Por fim, deve-se reafirmar aqui o exposto acima: a transição do 4º para o 5º passo implica em uma tomada de posição pré-anunciada e se questiona, assim, essa subdivisão que mais parece carecer de uma necessidade de se mostrar claro, do que, efetivamente, trazer algum novo movimento de sentido ao discurso.

Seguindo essa orientação, o 6º passo “Ficamos inteiramente prontos para que DEUS removesse todos esses defeitos de caráter” e o 7º passo, “Humildemente, pedimos a Ele para remover nossas imperfeições”, têm seus sentidos um atravessando ao outro. Parece que o discurso não encontrou meios de avançar; preso a um estado de memória instituída, os passos retomam a presença divina, novamente por meio de letras de tamanho diferenciado e da inicial maiúscula, marcando, desse modo, respeito à entidade superior (ao Ser Superior). Reitera-se que, do inventário moral vieram à tona defeitos e, no caso, eles dizem respeito ao caráter do sujeito. A *incisão* para sua retirada se dá de modo quase cirúrgico, ou seja, eles devem ser *removidos*, assim como se remove um tumor, por exemplo. Interdiscursivamente, a formação discursiva da medicina se insinua no discurso; a memória da presença dos médicos que fizeram parte

da história do grupo se faz presente nessas “escolhas” lexicais.

Os usos de advérbios de modo provocam efeitos sobre o sentido do enunciado: os sujeitos não estão apenas “prontos para que DEUS removesse” seus defeitos, mas *inteiramente* prontos, colocando o membro num estado de entrega total e doação de si. Ainda nesse passo seis, afirma-se que são removidos *todos* os defeitos, deixando, a pessoa em estado de “pureza divina”. Se o grupo pudesse ser questionado se não estaria sendo arrogante em seus propósitos, a presença do segundo advérbio que abre o 7º passo corrige a leitura, pois cabe aos sujeitos *humildemente* se dirigirem a Deus a fim de buscarem a *remoção* dos seus *defeitos* (seria dos pecados?).

Campos semânticos se alinham e batem num mesma tecla: o *inventário moral* (do 4º passo) conduz à *compreensão da natureza exata dos defeitos* do sujeito (5º passo), descritos na sequência como *defeitos de caráter* (6º passo) e que, enfim, são revelados como as *imperfeições* das pessoas (7º passo). Eles constroem uma imagem bastante comprometedora do membro: ele é tido como um ser doentio, portador de falências como ser humano e uma pessoa cujo caráter está comprometido. A ordem inexorável do discurso de apoio se mostra implacável (novamente).

No 8º passo, o discurso dos *Doze Passos* se reveste de praticidade e coloca o membro na situação de elaborar uma listagem e, retomando as palavras do enunciado, proceder a “uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado”. Ele compromete a imagem do membro (sem que o discurso e o próprio familiar, talvez, se deem conta disso) que teria, no caso, *prejudicado* alguém, o que é um elemento complicador, pois há uma carga negativa no uso do termo do qual se infere que se tenha praticado algum *mal* a outra pessoa (já que não existe prejudicar para o bem).

E o discurso assertivo não abre margens para outra leitura, ainda que modalizado na segunda parte: “e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas”; feito servo arrependido, busca-se o perdão dos erros. Deve-se admitir que não foram poucas as pessoas afetadas pelos defeitos de caráter do sujeito que profere os *Doze Passos*, já que as reparações devem ser feitas a *todas elas*, o que abre o pressuposto de que seja um contingente representativo de pessoas. O efeito de imprecisão marcado por *todas* mais aponta para um número elevado de pessoas do que o seu contrário. Um questionamento se coloca: quem pratica os princípios percebe essa condição de ser humano falho, já que se guia por tais modos de olhar para o problema em que está imerso? Será que os pais de drogados que repetem “8. Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas” não se fragilizam ainda

mais? Afinal, não são eles mais vítimas de uma situação problema do que seus causadores? Então, ter-se-ia, aí, outro problema: o discurso dos *Doze Passos*, desejoso de atender a causas diversas, encontra barreiras, ainda que linguísticas. Porém, dar-se conta disso é outra história.

Como se verá no 9º passo, o discurso estabelece a vontade de constituir uma nova situação, mas ela é enganosa (o que não significa maldoso) devido aos efeitos de sentido da ressalva que pertence ao segundo e terceiro momentos do enunciado, conforme mostra a análise:

9. Fizemos reparações diretas a essas pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo viesse prejudicá-las ou a outras pessoas.

O enunciado inicia, novamente, conforme ocorre no 8º passo, reiterando a prática da reparação às pessoas prejudicadas, no caso, acrescentando o dado de que ela deva ser *direta*, do que se infere que essa seja feita pessoalmente, “olho no olho”. Ele dá a ação como tomada, pois afirma *Fizemos*. Mas, ao ressaltar por meio de “sempre que possível”, deixa pressuposto que haveria situações em que a reparação do erro cometido não alcançará seus interlocutores: sejam porque *todas* as pessoas sejam pessoas demais; seja porque desse modo os passos e, assim, o Nar-Anon, proteje-se de acusações de falhas em seus princípios: deseja-se bem ao membro e se trabalha para isso, mas se trabalha também para a manutenção da autoimagem positiva de grupo. O terceiro momento reitera essa conclusão: “exceto quando fazê-lo viesse prejudicá-las ou a outras pessoas”.

Entende-se que a atitude seja nobre, afinal, se já se agiu mal um vez com determinadas pessoas, incorrer no erro seria uma dupla afronta. Contudo, preserva-se ao outro o direito de negar o pedido de desculpa a ele dirigido. Em todo caso, isso dá ao membro um espaço de relaxamento, pois quem julgará se a aproximação para um pedido de reparação será bom ou não é o próprio sujeito que, ao fazer um *minucioso e destemido inventário moral de si e detectando assim seus defeitos de caráter e imperfeições*, decidirá se deve buscar a reparação. Desse modo, fazê-las pensando em *todas* as pessoas que se teria prejudicado já não parece um grande problema, já que o problema real é outro (o filho drogado), um tanto “esquecido”, já que o olhar está totalmente centrado no sujeito membro do grupo.

Quase se poderia questionar: porque se está, mesmo, aqui? No caso do familiar,

que busca conforto para as aflições decorridas dos problemas do filho, a dúvida soa um pouco mais forte. Será que se crê que procurando ser uma pessoa melhor tornará a vida junto do adicto menos sofrida? Afinal, o que desejam mesmo os *Doze Passos*? Retoma-se um momento presente nos textos (panfletos e livretos), em que os pais são convidados a refletir sobre o enunciado “Viva e deixe viver”. Talvez seja essa a resposta (mas para que mesmo os *Doze Passos*, então?).

No 10º passo “Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente”, o discurso brinda o interlocutor com a boniteza singela própria de peregrinos incansáveis que labutam em busca do seu milagre. Chama-se, ainda, a atenção para o último momento do percurso que fecha o terceiro momento referente às análises do 1º ao 11º passo: “Continuamos fazendo o inventário pessoal \rightarrow [moral; revelador da natureza exato de defeitos [de caráter]; das imperfeições], quando estávamos errado \rightarrow [tínhamos prejudicado outro ser humano], nós o admitimos prontamente [e nos dispusemos a fazer reparações] [por meio de Deus, como nós o concebíamos]”. Tem-se, aqui a revelação da manutenção e da reiteração de uma prática parafrástica que evidência o mesmo na vontade da produção do diferente, de modo que se simula dizer algo ainda não dito, mas cujo resultado aponta para outra evidência, como se pode observar. A humildade do sujeito é garantida pela prática da *admissão*.

Refletindo sobre as condições de produção do discurso a partir dos primórdios do A.A., talvez se encontre uma série de justificativas para os *Doze Passos*, que são, em princípio, uma prática de repetição de três momentos (como se procurou demonstrar).

Sobre isso, pode-se pensar, por exemplo, que, na época, os alcoólatras eram em sua maioria homens, pais de famílias, senhores de negócios ou sujeitos que não lograram êxito na vida, os quais, inseridos num sociedade machista, que, culturalmente, cola à imagem masculina características como a força, o trabalho e a responsabilidade pela manutenção (emocional/financeira) familiar, teriam, à luz dessa formação discursiva, sua imagem comprometida como homens. Talvez venha daí a importância do fato de pensar os problemas, explicitá-los às pessoas, buscar compensação dos erros cometidos como uma “grande ação”. Não que não seja; reconhecer os próprios limites e os próprios erros é sempre um ato *especial*. Contudo, essa é uma tecla batida incansavelmente, como se houvesse nas entrelinhas o desejo de gritar: somos bêbados, reconhecer isso não é fácil, assim como reconhecer que se errou e humildemente buscar o perdão pelos erros. Isso não é coisa para qualquer um, já que não é qualquer homem

que age assim (pressupõem-se).

Deslocando-se desse cenário que retoma as “origens” do discurso, como um familiar faz essa leitura? O que o marcaria mais fortemente: admitir sua impotência (haveria meios de negá-la)? Entender sua necessidade de ser conduzido por um Poder Superior (em quem mais caberia depositar fé em causa que parece perdida)? Compreender que é um sujeito falível que errou (com o filho, com a família, com o esposo(a)) e buscar reparar seus erros juntos daqueles que lhe são próximos e sofreram os “respingos” da sua dor e angústia por ter um filho drogado? Eis um desafio instaurado: buscar entender como os *Doze Passos* se torna discurso de amparo espiritual, quando ele se mostra no silêncio das palavras não ditas mais um tribunal acusatório, ainda que em tom fraternal.

Para fechar o capítulo, a análise do 12º passo, que será desmembrado em quatro partes. Sendo deslocado do conjunto dos onze primeiros, seu funcionamento discursivo é tipicamente representativo de discursos de entoação autopositiva, de apelo emocional, com o desejo de se mostrar eficiente e convencer a ser praticado: “[1]Tendo tido um despertar espiritual, [2] por meio destes Passos, [3] procuramos levar essa mensagem a outras pessoas e [4] praticar estes princípios [4.1] em todas as nossas atividades”. Em [1], inicia-se afirmando sobre a condição emocional do membro praticante (que deverá ser do sujeito que venha a fazer parte do grupo), que é ter experienciado um *despertar espiritual*. Em nenhum momento, pelo menos dos textos com que se teve contato durante a pesquisa para a coleta do corpus, há detalhamentos desse despertar espiritual, ou o que ele venha a significar efetivamente: poderia ser *acordar* para questões religiosas? Sim e não, já que DEUS, COMO O CONCEBÍAMOS, pode ser uma presença manifestada tão democraticamente quanto o discurso se oferece para o leitor, pois ele apenas diz: tenha-se um despertar espiritual.

Entre a compreensão ou incompreensão por parte do familiar do drogado e estando ele vivendo uma situação de desconforto emocional, ficam valendo vários efeitos de sentidos (como a história do A.A. conta sobre as distintas situações do despertar espiritual). Mas o que se encontra como referente, enfim, é o disposto no 2º, 3º e 11º passos: entregue-se a Deus e o mais ele fará (!). Ter esse *insight* (tomar a decisão de entregar a vida a Deus/Poder Superior), em todo caso, já bastaria para caracterizá-lo como um membro.

Em [2], o discurso faz um adendo, para o não esquecimento do interlocutor, de modo que se anuncia o responsável pelo despertar espiritual e pelo que venha de

positivo da experiência sobre-humana que por meio dele o sujeito vivenciasse (já que não é comum o alarde em razão de alguma coisa negativa). Desse modo, o discurso se coloca como uma promessa que se efetiva por meio dos passos. [3] confirma o princípio anunciado feito ritual propagandístico de um produto: experimentado e apreciado, fale bem dele (propaganda de boca em boca que, “barata”, sempre traz bons resultados. Enfim, [4]: a prática (que remete ao exercício diário) deve ser feita, mas não como uma atividade que ora se faz, ora não, mas como um ritual a ser vivenciado plenamente: “em *todas* as nossas atividades”, fecha-se. São esses os princípios que vêm a reger a (nova) vida daqueles que, por meio deles, encontrarem um modo de conduzir a (co)dependência.

Vale a ressalva feita na apresentação dessa tese: ainda que as análises feitas, neste momento, em relação a este capítulo, possam ter deixado lacunas que polemizem com os resultados obtidos, não se quer dizer que os *Doze Passos*, discurso que vem circulando há mais de um século entre grupos de ajuda mútua, não possa trazer benefícios, pois apesar das memórias, das histórias e das ideologias que, interdiscursivamente, fazem-se presentes na vida particular das pessoas (ainda que de *particular* a vida tenha efetivamente muito pouco), tornando-as frágeis, ele – o discurso –, ainda assim, provoca efeitos sobre a vida das pessoas que o seguem como uma opção.

Mas talvez esse discurso tenha o êxito que tem, porque ocorre um deslocamento da hierarquia: aquilo que primeiro une as pessoas num grupo, isto é, os ensinamentos, e os propósitos dos princípios entre outras coisas já não são o mais importante (as pessoas não continuam se encontrando semanalmente num mesmo grupo porque já internalizaram como agir): mais importantes são as *pessoas*, que, felizmente, após suas perdas, porque eram bêbados, drogados, pais de drogados, felizmente – reitera-se, encontram outras com os mesmos problemas, interessadas em ouvir os desabafos pois, naquele grupo, elas interessam, o seu problema é importante e não há uma sociedade armada para acusá-las (ainda que o próprio discurso o faça, mas isso é outro ponto).

É isso: há discurso de apoio, porque há pessoas que necessitam de apoio; porque fazem parte de uma sociedade que define o que é ser feliz e bem sucedido; e porque, fora dos padrões, só cabe mesmo aos drogados se unirem, aos seus familiares fazerem o mesmo, assim como devem fazer os gordinhos e as mulheres que amam demais e tantos outros cuja vida (em sociedade) “*deformou*” o modo “normal” de levar a vida. Desse modo, o discurso reitera sua posição como prática autoritária.

4.2 NOSSAS TRADIÇÕES: regras ou sugestões?

As Tradições gentilmente
nos chamam e alertam, através de Sugestões,
para uma constante atenção
para o exercício desses princípios espirituais
que nos proporcionam
relações mais sadias e felizes.
(Panfleto *Nossas Tradições: regras ou sugestões?*)

O título que inicia esse capítulo pertence a um dos panfletos temáticos utilizados pelo Nar-Anon. Ele chama a atenção pelo questionamento (perigoso ou corajoso) que faz: afinal, as Tradições seriam *regras* ou *sugestões*? Entende-se que os efeitos de sentido do uso de um e outro termo afetam, substancialmente, o discurso sobre as *Doze Tradições*, principalmente, no caso de haver necessidade por parte do grupo de explicar o porquê de as *Tradições* não serem *regras*, mas, sim, *sugestões*.

Quando o grupo se vê na necessidade de explicitar essa diferença, ele chama a atenção para algo que poderia passar como uma forma de dizer sem consequências. Contudo, o Nar-Anon não apenas traz o discurso da ‘sugestão’ nas *Doze Tradições*, como o discute em seus livretos e panfletos, o que exige um olhar mais atento para o fato que será problematizado na análise. Ele joga (ainda que de forma não consciente) discursivamente com o apagamento de um sentido que acaba sendo reforçado pelo não-dito e pela a sua não-presença.

Assim como os *Passos*, as *Tradições* também são organizadas em doze pontos temáticos, mas, como ocorre com os primeiros, ver-se-á que elas poderiam se constituir, também, em quatro momentos (coincidência?), quando são levados em consideração os seus efeitos de repetição. Diferentemente dos *Passos* que se apresentam de modo sucinto, em as *Tradições*, tem-se um efeito mais detalhado. Acredita-se que isso se deva às suas próprias características funcionais: as Tradições são o arame ao lado do caminho a ser percorrido pelo membro. Se os *Passos* conduzem a vida dos sujeitos, as *Tradições* têm o dever de manter a unidade do grupo rumo aos princípios determinados pelos *Passos*, produzindo um sistema de ordem para a funcionalidade do grupo: as *Tradições* dizem quem são os membros da entidade, os definem como tais, assumem a responsabilidade de apontar sobre quais assuntos os membros podem ou não se posicionar, determinando quais são as causas que dizem respeito ao Nar-Anon, e quando eles devem se apartar de temas que possam gerar possíveis controvérsias.

Enfim, as *Tradições comprometem* o membro, atribuindo-lhe tarefas e privando-

o de exercer outras, em nome de sua causa: manter a unidade do grupo por meio da *exaltação* da importância da sua presença junto aos familiares de adictos.

As análises seguem o mesmo encaminhamento do capítulo anterior: analisa-se a breve abertura do discurso e a 1ª tradição; na sequência, a 2ª tradição, seguida da análise da 3ª e da 5ª tradições; finaliza com a 4ª, a 6ª (esta última retoma particularmente a 10ª, que conduz à 11ª e à 12ª tradições), a 7ª, a 8ª e a 9ª tradições.

Primeiramente, apresentam-se, então, as *Doze Tradições do Nar-Anon* para posteriormente, realizar as análises (anexo 9):

A nossa experiência de grupo sugere que a unidade dos grupos familiares Nar-Anon depende da nossa adesão a estas tradições.

1. Nosso bem-estar comum deveria vir em primeiro lugar; o progresso pessoal do maior número de membros depende da unidade.
2. Para nosso propósito de grupo há somente uma autoridade – um DEUS amoroso que pode Se manifestar em nossa consciência de grupo. Nossos líderes são apenas servidores de confiança – eles não governam.
3. Os parentes de adictos, quando se reúnem para prestar ajuda uns aos outros, podem chamar-se Grupo Familiar Nar-Anon, desde que, como grupo, não tenha nenhuma outra filiação. O único requisito para ser membro é que exista um problema da adicção num parente ou amigo.
4. Cada grupo deveria ser autônomo, exceto em assuntos que afetem outro grupo Familiar Nar-Anon ou ao NA como um todo.
5. Cada Grupo Familiar Nar-Anon tem apenas um propósito: prestar ajuda a familiares de adictos. Fazemos isso, praticando os Doze Passos de NA, nós mesmos, encorajando e compreendendo nossos parentes adictos, bem como acolhendo e proporcionando alívio a familiares de adictos.
6. Nossos Grupos Familiares Nar-Anon nunca deveriam endossar, financiar ou emprestar nosso nome a qualquer empreendimento de fora, para que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial. Embora sendo uma entidade separada, deveríamos sempre colaborar com Narcóticos Anônimos.
7. Cada grupo deveria ser totalmente auto-suficiente, recusando contribuições de fora.
8. O trabalho do Décimo Segundo Passo Nar-Anon deveria sempre permanecer não profissional, mas nossos centros de serviço podem contratar funcionários especializados.
9. Nossos grupos, como tais, nunca deveriam ser organizados, mas podem criar juntas de serviço ou comitês diretamente responsáveis por aqueles a quem prestam serviço.
10. Os Grupos Familiares Nar-Anon não opinam sobre questões de fora; portanto nosso nome jamais deveria ser envolvido em controvérsias públicas.
11. Nossa política de relações públicas se baseia na atração, não na promoção; precisamos manter sempre o anonimato pessoal, a nível de imprensa, rádio, TV e filmes. Precisamos proteger, com o máximo cuidado, ao anonimato de todos os membros do NA.

12. O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições, lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades.

Como foi dito, inicia-se com a reflexão sobre o enunciado que antecede as tradições e que diz “A nossa experiência de grupo sugere que a unidade dos grupos familiares Nar-Anon depende da nossa adesão a estas tradições”. A análise feita aqui diz respeito ao tom de ameaça que acompanha a passagem, que pode ser lida ingenuamente e, então, ela não traria problema algum; ou, pelo contrário (e é essa a postura assumida), ela tem problemas, o que a análise buscará demonstrar.

Parte-se da afirmação de que há, pelo menos, duas forças enunciativas opostas em estado de enfrentamento: a primeira é marcada pelo termo *sugere* e a segunda pelos termos *depende* e *adesão* (os demais elementos sustentam seus sentidos num e noutro).

Inicia-se com a justificativa sobre o motivo de o primeiro ser interpretado como polêmico, já que ele é um dos pontos nodais da discussão. O termo *sugere* aciona efeitos de sentido politicamente corretos, já que *sugere* indica diplomacia, modalização, abertura e, inclusive, gentileza. Estes seriam alguns de seus atributos, quando efetivamente se busca mostrar um modo *menos incisivo* de conduzir (convidar, recomendar, indicar) uma pessoa para participar/aprovar uma ideia, por exemplo. Seria essa palavra uma daquelas que carrega valor positivo, agregando-o à imagem do sujeito que a usa (nada mais simpático que um chefe *sugerir* a seu grupo que execute a tarefa *x* pelo bem da empresa; ou o professor *sugerir* que os alunos desempenhem *y* atividade pelo bem da sua formação).

É difícil desvincular uma imagem positiva da pessoa que uso do termo, até porque é comum que o efeito engatilhado por *sugere* seja também positivo, de modo que o contrário, efeitos de valor negativo não procedem da presença da ‘sugere’, do que, pode-se afirmar, o efeito de lisura da palavra (por exemplo, inexistente a formação do enunciado, “Sugiro que você faça *isso*, senão vou te expulsar do grupo”).

Contudo, entende-se nesse trabalho que, como signo ideológico, o termo está marcando um posicionamento, que vai adquirindo forma e valor conforme seu interlocutor o usa, num jogo de imagens que implica na demonstração de poder da “situação [que] dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela” (BAKHTIN, 1999, p. 114).

Pode-se afirmar que ‘sugerir’ se situa numa formação discursiva política ou pedagógica não autoritária, mas não se pode esquecer que ela *silencia* o efeito de

convencimento do outro. Quem *sugere* deseja ter seu pedido atendido (isso é inegável). O risco, inclusive, de se obter uma resposta negativa a algo *sugerido* sofre menos chance, até porque, quando esse for o caso, frente à sugestão que não venha a interessar e a negação também é modalizada. E essa sendo modalizada, abre espaço para a argumentação e, quem sabe, aumente a chance de o locutor ter atendido o seu *pedido*.

Deixando de lado o universo virtual das situações e possíveis efeitos do uso de ‘sugerir’, consideram-se seus deslizes de sentido a partir do discurso em análise. Da leitura do seu avesso, infere-se outra ordem discursiva: quem não se apropria da arte de ‘sugerir’ opõe-se a ela. Trata-se do sentido de mandar, ordenar, impor, determinar, estabelecer, preceituar, decidir, prescrever.

Como se vê, o outro lado da moeda chama ao enfrentamento e ao embate. Para abrir o discurso, o Nar-Anon *sugere*. Se, em algum momento da história, os cofundadores refletiram sobre isso, não se pode afirmar. O que se pode dizer é que *sugere*, antes de se constituir em palavra solta, é parte de um acontecimento e revela uma vontade de imprimir identidade ao grupo que estava iniciando, que, sem sujeitos dispostos a assumi-lo, não existiria.

Desse modo, não há como apagar a voz que, inconscientemente, sussurra: “é preciso que as pessoas queiram participar disso. É preciso ser gentil, mas é preciso, também, de algum modo, manterem-se as rédeas da direção a ser tomada”.

O discurso apresenta, portanto, uma voz de autoridade instituída, o que se acrescenta às suas características de discurso autoritário: quem *sugere* é a voz da *experiência*. Essa é a voz autorizada e, não questionada; ela é provocadora de silêncio, conforme segue: “A nossa *experiência* de grupo *sugere*”. Frente a isso, obtém-se conforto para os membros. Afinal, desse modo, o grupo se mostra maduro e, com isso, confiante. O discurso se vale, pois, dessa memória sustentada pela “voz da sabedoria”. E isso fica ainda mais acentuado, quando são consideradas as condições de produção do discurso.

Os cofundadores do A.A. não eram novatos e inexperientes e se valeram da sua *experiência* para colocar no cenário mundial o discurso dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições*. Ainda que se trate de um grupo “jovem” (aberto a pouco tempo), ele trará na memória, se não a experiência do próprio grupo, a experiência daquele grupo fundado em 1935, oficialmente.

Dessa forma o discurso é categórico ao afirmar “A nossa *experiência* de grupo *sugere* que a unidade dos grupos familiares Nar-Anon...”: verifica-se que não há uma

imposição marcada na ordem linguística presente, mas ela é dada pela experiência e pela maturidade de um grupo explicitando algo, o que, na sequência, é afirmado, então, constitui-se na força enunciativa oposta ao efeito de diplomacia construído até então. Sua quebra se dá na sequência com “*depende* da nossa *adesão* a estas tradições”.

Face ao uso dos termos *depende* e *adesão*, a carga de modalização de *sugere* é fragilizada, porque o discurso coloca o membro numa situação de desconforto e apreensão, pois, se ele não aderir à causa (aceitar as tradições), ela pode sofrer consequências e perder sua unidade, podendo deixar de existir. Essa culpa ninguém gostaria de carregar. E esse o lugar ocupado pelo membro que, como as personagens de um filme de horror de décadas passadas, cujo título era “Pague para entrar, reze para sair”, coloca-o numa situação que impede de retroceder: ele entrou no grupo, deve seguir os passos, mas, sobretudo, as *Tradições*, pois, para que o grupo mantenha sua unidade, ele precisa aderir a elas.

Novamente, os sentidos deslizam e mostram outras práticas simbólicas: quem adere não apenas aceita, mas concorda e concede plenamente. Uma discussão sobre a prática de adesão já foi feita em análise anterior, o que permite essa afirmação.

Para encerrar a análise do enunciado de abertura, não se pode deixar de refletir sobre o efeito emocional que socioculturalmente está atrelado à palavra *tradição*: ela significa bem de valor e poder. Pertencer a uma tradição, fazer parte de uma tradição é ter um princípio de identidade. Seu funcionamento discursivo permite que o termo se autogoverne: a tradição manda, determina e seus valores não são questionáveis, porque, afinal, fazem parte de uma *tradição*. Ir contra essa perspectiva fere profundamente os valores das sociedades marcadas por práticas hierárquicas, cujos alicerces poderiam ser questionados; mas comumente não o são.

Assim como o *cerimonial*, “quando é adequado à situação histórica e às condições sociais existentes, ‘pode mobilizar mais homens do que uma teoria política logicamente encerrada em sua dedução e rigorosamente provada’” (PÊCHEUX, 1997a, p. 284), o discurso da *tradição*, por meio do uso do termo, movimenta sentidos.

Segue a análise da 1ª Tradição, que diz: “Nosso bem-estar comum deveria vir em primeiro lugar; o progresso pessoal do maior número de membros depende da unidade”. Inicia-se questionando o efeito discursivo do uso da flexão verbal no futuro do pretérito, que é recorrente nas *Doze Tradições*. A flexão *deveria* aparece em oito momentos e, em todos, permite que conteúdos pressupostos sejam inferidos do discurso.

Da primeira tradição, pode-se afirmar que *deveria vir* colabora para a construção

do efeito de *sugestão*, acompanhando o tom de não imposição que o discurso deseja ter. Se, em seu lugar, fosse usado o presente do indicativo, “Nosso bem estar deve vir em primeiro lugar”, a leitura seria conduzida para uma vertente autoritária, o que não acontece com *deveria*. Essa flexão modaliza o discurso e abre espaço para que a pessoa se posicione, como se dissesse: “Você deveria vir a fazer *x*, mas essa é uma escolha pessoal”. Mas isso não ocorre de modo perfeito (tirando-se de cena que as *Tradições* se constituem em prática de ordenança), porque a flexão não apaga sua autoridade latente, devido à necessidade de explicação que aparece após o ponto-e-vírgula, que representam o final inconcluso do enunciado: há mais coisas a serem ditas, as quais, no caso, são as linhas mestras do sentido.

Se a tradição afirma que o “bem-estar comum” deveria estar em primeiro plano (e não o bem-estar individual), ela se antecipa ao espírito egoísta, ficando em suspenso a condição de imposição sobre algo que é um tanto natural das pessoas (pensar em si antes de considerar o outro). O discurso simula uma condição de escolha irreal, devido à sequência do enunciado: “o progresso pessoal de um maior número de membros depende da unidade”. O sujeito é intimado a deixar de pensar em si em favor do bem do outro, de modo que muitos logram êxito quando todos trabalham para um bem comum. Nada novo aqui, afinal a formação discursiva espiritualista interdiscursivamente se faz presente, retomando a memória do grupo: seus *Doze Passos*.

O efeito de destino de “bem estar comum” para “maior número de membros” que “dependem da unidade” tem um único referente: a ajuda mútua, princípio do desprendimento de si a favor do outro. Eis a prática cristã que o discurso nega, mas em que está ancorado. Se a figura do anjo e do demônio acompanhasse a pessoa ao Nar-Anon, haveria a voz do primeiro sussurrando “faça o bem, pense nos outros, pense na unidade do grupo, veja quantas pessoas se beneficiarão do seu desprendimento pessoal”, siga as tradições, enfim, enquanto o outro diria...

Se não houver adesão às tradições, não há unidade e, na falta desta, o grupo pode não existir (ou deixar de alcançar seus objetivos). De todo modo, vale ressaltar o tom gentil da 1ª Tradição, que afasta posicionamentos contrários ao seu objetivo maior.

Cita-se, a seguir, a 2ª Tradição:

2ª Tradição: Para nosso propósito de grupo há somente uma autoridade – um DEUS amoroso que pode Se manifestar em nossa consciência de grupo. Nossos líderes são apenas servidores de confiança – eles não governam.

Pode-se afirmar que a segunda tradição fixa sua atenção no objetivo de esclarecer aos membros um ponto fundamental para qualquer organização: afinal, quem está à frente do grupo? Em linhas gerais, há, para cada sala Nar-Anon, pessoas que ficam responsáveis por assumir determinadas tarefas; elas são chamadas de “servidores”. Todo grupo tem um Coordenador e um Secretário (que também atua como Tesoureiro)⁴⁰. São elas as responsáveis pela condução das reuniões (ficando a cargo do coordenador a tarefa) e outros assuntos (a cargo do secretário), conforme já exposto.

Assim como na 1ª tradição, que busca afastar o discurso de qualquer prática autoritária, na 2ª tradição, o mesmo ocorre. O recorte se abre com “Para nosso propósito de grupo há somente uma autoridade”: tem-se, aqui, uma afirmação sobre a existência de um líder, contudo esse líder está representado na imagem Divina, “um DEUS amoroso que pode Se manifestar em nossa consciência de grupo”, que silencia qualquer movimento oposto à sua presença como líder. Ressalta-se que, até o momento, retomando inclusive os *Doze Passos*, não havia qualquer adjetivo associado à imagem de Deus; ele aparece pela primeira vez neste momento: o Deus de que se fala é um Deus “amoroso”. A figura onipotente e onipresente do Pai cuidador, carinhoso e afetuoso, interdiscursivamente, faz-se presente no enunciado, constituindo a prática democrática de que o discurso se vale, a fim de não se mostrar “religioso” (portanto, aberto a pessoas de qualquer credo (ou sem nenhum credo)), pois o que ele afirma é que Deus *pode* Se manifestar, o que permite a inferência que ele também não *pode*.

De qualquer modo, essa presença cristã ou laica se materializa na *consciência de grupo* que os membros adquirem enquanto membros do Nar-Anon. Essa autoridade

⁴⁰ “Atribuições dos Servidores do Grupo: O Coordenador: planeja as reuniões com antecedência com o Coordenador de Programação; Abre a reunião com a Oração da Serenidade feita pelo Grupo; Lê o preâmbulo; Apresenta oradores ou comunica o assunto da reunião; Convida os novos membros a participarem da reunião e cuida para que cada um deles tenha a oportunidade de se manifestar; Coordena reuniões de serviço e outras; Coordena o Comitê Consultivo do Grupo. O Secretário: Cuida e emite correspondências do Grupo; Notifica, ao Esnar, ao Distrito, ao Cômite de Área e ao Serviço de Informação (onde houver), sobre qualquer alteração do endereço para correspondência, local e horário das reuniões, para que possa haver uma divulgação precisa junto à comunidade; Mantém uma lista confidencial dos números de telefones dos membros que o desejarem; Faz os registros necessários. Tesoureiro: É o responsável pelas finanças do Grupo. Atua como recebedor, guardião e pagador; Pede a outro membro para ajudar a contar o dinheiro da sacola, apresenta o resultado ao Grupo e registra o valor arrecadado; Mantém um registro de todos os recebimentos e despesas; Submete, mensalmente, um demonstrativo financeiro ao Grupo; Lembra ao Grupo, da importância de contribuir para o Esnar, Cômite de Área, Distrito, Serviço de Informação, quando houver. Nos meses de março, julho e novembro passa a sacola quadrimestral destinada ao Esnar. Estas contribuições garantem a continuidade dos serviços; Quando o depósito for feito diretamente ao Esnar, informa a origem, finalidade, valor e data; Para os gastos do Grupo, tais como: aluguel, lanche (café, chá, suco, biscoito), literatura, viagens do RG e RGS para comparecerem às reuniões de Distrito e Assembleias, divulgação na comunidade, literatura a ser doada”. (Fonte: Livroto “Estrutura de Grupo” – Grupos Familiares Nar-Anon do Brasil. Rua 1º de Março, 125 – sala 801. Cep: 20010.000 – Rio de Janeiro – RJ).

divina é um ponto de resguardo quanto a possíveis polêmicas frente ao que segue (já que não é possível essa governança espiritual assumir tarefas práticas); há, enfim, os *servidores*. A continuidade do recorte que encerra a 2ª Tradição cria uma complexa teia de sentidos, conforme sua análise mostra: “Nossos líderes são apenas servidores de confiança – eles não governam”.

O grupo reluta em assumir o fato de que exista um sujeito à frente. Mas, como ato falho, algo brinca e foge ao controle do que é afirmado, pois a presença desse líder, se marca na passagem por, pelo menos, três termos: *líderes*, *servidores*, *governem*, que acionam a presença negada e mostram aquilo que o discurso busca silenciar: existe alguém que lidera (e quem lidera manda, determina, ordena).

A negação dessa explicitação que a língua na sua materialidade cria outro efeito, justamente aquele que se nega: se a entidade abstrata (*Deus* despertado na consciência do grupo) não pode tomar decisões práticas, alguém as toma: é o líder. Os recursos de modalização não dão conta de apagar esse fato. Sobretudo, porque assume a presença de líderes na passagem *Nossos líderes*. Isso está dito e não pode ser negado.

Na busca do apaziguamento dessa presença necessária, esses líderes são descritos como *apenas servidores de confiança*. Se o termo *apenas* aponta, numa escala de valores, para algo de menor prestígio e importância (ele é *apenas* um professor, ele é *apenas* um advogado), a denegação final se sobrepõe ao esforço desejado, no sentido de que o termo ‘servidor’ abre um leque de filiações problemáticas.

Entende-se que a palavra deriva do discurso da servidão, que remete à situação de serviçal: aquele que está presente para ‘servir’.

Quem serve está a serviço de, às ordens de. Na ansiedade, afirma-se que o grupo busca apartar de si o fato da presença de alguém que se coloca à sua frente (um líder que governa), o que gera a construção de uma imagem de sujeito à disposição, um empregado de todos que está ali para servir ao grupo: sem personalidade. Essa é a questão: o servidor de confiança não mandaria, não ordenaria, não emitiria opinião: ele estaria ali apenas para ‘servir’; ele não governa. O reforço da negação é a revelação de que efetivamente há líderes (para o bem ou para o mal) e, como ser humano e não entidade divina, ele pensa, emite opinião, dá tom aos encaminhamentos, errando e acertando, e, ainda que inconscientemente, impõe uma forma de conduzir o conjunto de pessoas, pois se trata de um sujeito sócio historicamente afetado pelas condições da sua vida como sujeito pai de viciado e imerso em emoções.

O desejo perseguido pelo Nar-Anon, como grupo, com seus passos, princípios e

tradições a serem seguidas, que, se seguidas, preservam a identidade (*singularidade, individualidade*) subjetiva – que se sabe inexistente – das bases de sua fundação, correm risco de ruir a cada movimento dos usuários do discurso, caso não o sigam corretamente. A ênfase inicial que reforça a necessidade de *adesão a estas tradições*. Mais uma vez, porque já se tratou de apontar isso no decorrer de análise anterior, há um esforço *hercúleo* do discurso de cuidar de si e buscar sua autopreservação. Não se julga aqui este posicionamento, pois se trata de sobrevivência: daqueles que o idealizaram e que lhe garantiram corporeidade própria; de um discurso que usufrui, desde sua fundação até os dias de hoje, do *status* de um discurso de poder (representante da verdade).

Na sequência, trata-se da 3ª e da 5ª tradições:

3ª Tradição: Os parentes de adictos, quando se reúnem para prestar ajuda uns aos outros, podem chamar-se Grupo Familiar Nar-Anon, desde que, como grupo, não tenham nenhuma outra filiação. O único requisito para ser membro é que exista um problema da adicção num parente ou amigo.

5ª Tradição: Cada Grupo Familiar Nar-Anon tem apenas um propósito: prestar ajuda a familiares de adictos. Fazemos isso, praticando os Doze Passos de NA, nós mesmos, encorajando e compreendendo nossos parentes adictos, bem como acolhendo e proporcionando alívio a familiares de adictos.

O primeiro objetivo é mostrar o ponto de paráfrase entre as duas tradições. Apesar de provocar a impressão de que há, entre uma e outra, um avanço de sentido, como ocorre nos *Doze Passos*, a forma de organização do discurso, cujas características se assemelham a um receituário, leva, de um ponto a outro, à repetição de conhecimentos e não a uma complementaridade do efeito. Em partes isso ocorre, mas o que fica demarcado parece ser a necessidade de repetir um “ensinamento” (seja ele regra ou sugestão).

Observa-se que as tradições desse recorte não são sequências diretas, não se está passando da 3ª tradição para a 4ª, mas para a 5ª. O intervalo, talvez, seja um empecilho para o membro reconhecer as similitudes e assim ser convencido (ou se convencer) de que se trata de doze momentos. Porém, ainda que não se possa afirmar nada sobre o que efetivamente um seguidor das tradições pensa, pode-se mostrar o funcionamento da rede de sentidos que está sobre ele.

Para este fim, apresentam-se duas questões que emergem de ambas as tradições. Elas estão implícitas, constituindo as regras (ou sugestões), reiterando o sentido e,

‘avançam’ em outros temas que se desdobram das respostas que emergem delas, conforme segue abaixo. Ressalta-se que seriam questões guias: aquilo que deve efetivamente fazer parte do saber de um membro e não ser esquecido.

1ª questão: *Como é formado o grupo familiar Nar-Anon?* Embora primária, infere-se que, de algum modo, haja a necessidade de a resposta ser dita e redita. Verifica-se que a 3ª tradição afirma que pessoas reunidas para ajudar familiares de adictos podem se chamar Grupo Familiar Nar-Anon; assim, ela responde à questão com “Parentes de adictos”. Na 5ª tradição, *Parentes de adictos* é explicitado a partir do seguinte momento: “nós mesmos, encorajando *nossos parentes de adictos*”, ou seja, tem-se a mesma resposta: são os “parentes de adictos” os membros do grupo.

Não constituindo nenhuma novidade, compreender que, para ser membro do grupo, é preciso ser parente de um adicto, talvez, remonta ao acontecimento de quando o A.A. deixava claro que o grupo de Alcoólicos Anônimos era destinado ao bêbado e não aos drogados, por exemplo. Nesse sentido, a reiteração sobre quem são membros serve para deixar explícito que ali estão pais de viciados em drogas, pois o Nar-Anon não é espaço para pais de bêbados ou sujeitos afetados por outro tipo de problema (afinal, existem grupos destinados a tais causas, como citado em nota, no início desse trabalho).

2ª questão: *O que fazem os membros do Nar-Anon?* A 3ª tradição, logo de início, explicita qual deve ser a atividade de um membro do grupo, no caso, “prestar ajuda uns aos outros”, mas, também a si próprios como familiares de adictos e membros do Nar-Anon, mantendo-se, assim, o princípio da troca de experiência entre as pessoas como a possibilidade de cura para o mal que as aflige. Na 5ª tradição, o efeito retorna, com um adicional, que reforça a postura dos membros, pois ele deve ter “*apenas* um propósito: prestar ajuda a familiares de adictos”. O termo *apenas*, novamente, aparece, mas, agora, assumindo uma perspectiva argumentativa, no sentido de que os esforços são dirigidos a uma única causa. Como na primeira questão, na segunda, o membro é convidado a reiterar o saber que o levou a procurar o grupo: pode-se afirmar que ninguém chega a uma sala com total desconhecimento de causa, sem saber em que terreno está pisando. Compreender a necessidade da afirmação do que se é e para que se serve significa a necessidade de buscar a manutenção da própria identidade.

Na sequência da 3ª tradição, o Nar-Anon faz a primeira apresentação de uma questão que voltará a ser discutida. No momento, para ser membro do grupo, deixa-se claro que a única exigência aos familiares que desejam participar das reuniões como membros é que “não tenham nenhuma outra filiação”. Ainda que o discurso não assuma

essa regra como exigência, seu desejo de buscar reunir pessoas que tomem o Nar-Anon como causa exclusiva fica subentendido. O membro, ou se assume membro do Nar-Anon, ou de outra entidade: parece que ambas as coisas não são possíveis.

Se, dessa forma, o grupo evita choques de condutas, também impede ao membro compará-lo com outras entidades, como, por exemplo, os grupos de “Amor Exigente”. E isso pode ou não ser bom para o sujeito, embora pareça ser interessante para um grupo que deseja se manter fiel ao estabelecido: às suas tradições.

Na continuidade da 5ª tradição, para encerrar essa etapa, a presença do *Doze Passos* é invocada, mas a partir do grupo de Narcóticos Anônimos (N.A.), o que remete à discussão realizada sobre o apagamento do grupo Nar-Anon em relação à história de fundação do discurso. São poucos os momentos em que o Nar-Anon fala em Alcoólicos Anônimos; menções a esse grupo são breves e pouco representativas, como já foi dito.

Retomando-se a passagem em análise, tem-se: “Fazemos isso, praticando os Doze Passos de NA, nós mesmos, encorajando e compreendendo nossos parentes de adictos”. E, afinal, se uma pessoa chega ao grupo, efetivamente sem conhecimento sobre ele, a história será contada ou basta que sejam memorizadas as respostas à primeira e segunda questões acima?

Se isso pouco contribui para o familiar, conta (e muito) para o discurso, sobre como ele se estrutura e sobre as razões de ele ser organizado e pensado da forma como se apresenta. Mas essa discussão não encontra respaldo, porque, em termos práticos, ela efetivamente não traz contribuições para os pais em aflição, embora, afete a compreensão crítica da sua literatura.

Mas isso parece não fazer diferença, pois, se a conclusão a que se chegou ao final da análise dos *Doze Passos* tem fundamento, o dito perde seu valor frente à necessidade imediata das pessoas: encontrarem um espaço onde se sintam um pouco melhores por poderem dividir seus problemas com alguém.

O enunciado diz, também, como o membro deve proceder: “encorajando e ajudando”. Nada de mal nisso; pelo contrário. Mas, se a pessoa está sofrendo, como encorajar e ajudar outra? De forma impositiva, isso é dito e “sugerido”, de modo que se trata de uma “regra” das tradições. E se abre um parêntese importante: nesse momento, dilui-se a dúvida sobre se as *Tradições* seriam regras ou sugestões. Nem regras, nem sugestões: mas *tradições*, porque são *regras* e *sugestões* contínuas e demoradas sobre um modo de ser. Fecha-se o parêntese.

Retomando, apresenta-se a prática de movimento das entidades de ajuda mútua:

elas buscam levar os sujeitos se tornar num ser humano melhor (essa máxima está interdiscursivamente atravessando o discurso), o que torna a vida melhor de ser vivida (considerando a formação discursiva espiritualista). Assim, ratifica-se o que foi explicitado em capítulos anteriores: entidades de ajuda mútua funcionam, porque, antes de o bem que se faz fazer bem ou outro, faz bem ao próprio sujeito praticante da ação. O familiar acusado pelo filho de ser uma ‘droga’ de pai encontra, dessa forma, um outro discurso: ele está se superando, apesar do filho drogado.

Quando o pai teria passado por alguma situação trágica (como o filho sendo preso ou sofrendo uma *overdose*) e, ainda assim, vê-se na condição de *encorajar e ajudar* a outro familiar, entende-se, isto desencadeia um efeito sobre o seu estado psicológico que lhe devolve, de algum modo, uma réstia de tranquilidade em meio à turbulência. É muito comum as pessoas se consolarem dos próprios problemas a partir do momento que vivenciam o problema do outro, com algo como “minha situação não é tão ruim, poderia ser pior” ou “veja a desgraça dessa mãe, pelo menos o meu drogado não está ocupando as páginas policiais”.

O quarto e último momento da análise das *Doze Tradições* busca reunir um conjunto maior de enunciados, porque, entende-se, a cada avanço, tem-se a complementação da complementação da tradição anterior, formando um encadeamento de proposições sobre a seguinte base enunciativa: “Todo grupo Nar-Anon deve ser autossuficiente, manter-se focado apenas nos problemas que lhe diz respeito, não se envolvendo com questões de fora, sobretudo no que diz respeito a valores e autopromoção, mantendo seu anonimato, assim como de seus membros”. Os pontos de deriva dessa base, suas minúcias e problemas serão discutidos na sequência.

Inicia-se pela 4ª Tradição, chamando a atenção para a flexão verbal *deveria*: “Cada grupo deveria ser autônomo, exceto em assuntos que afetem outro grupo Familiar Nar-Anon ou ao NA como um todo”. Como já foi exposto, a flexão no futuro do pretérito permite que se detecte um conteúdo pressuposto no enunciado, que abre para o questionamento se, efetivamente, todos os grupos são autônomos.

Em todo caso, há outra questão mais pertinente que se coloca em análise: usando *deveria* o grupo se resguarda da imagem de discurso autoritário, de modo que simula abrir uma escolha. Se ele fosse encerrado em *autônomo*, “Cada grupo deveria ser autônomo”, um efeito estaria estabelecido e a manutenção do discurso que se propõe modalizado estaria organizado.

Porém, na sequência, e isso é recorrente (quando as tradições se estendem a fim

de se justificar ou deixar evidente o que deseja enunciar), o tom autoritário se explicita por meio do termo *exceto*, pois o que era uma possibilidade deixa de ser. Tendo-se o sentido de que para tal caso não há exceção, o tom modalizador de *deveria* fica em segundo plano e o que se mantém, em tese, é a ordem que segue a *exceto*: “em assuntos que afetam outro grupo Familiar Nar-Anon ou ao NA como um todo”.

Novamente, o que está em primeiro plano são os cuidados do grupo consigo mesmo e, no caso, ainda, com o grupo de sua referência imediata, o N.A.. Reitera-se o apagamento da memória, a partir da história de fundação dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições*, e o propósito de demarcação de uma identidade passa a se fixar: cuida-se de si mesmo, como grupo familiar e também dos drogados, representados pelo N.A.. Desse modo, pelo menos em discurso, os grupos se colocam a serviço um do outro, o que contribui para a construção de uma atmosfera de solidariedade entre os familiares e os adictos, o que não deixa de ser positivo aos olhos dos antigos e novos membros.

Deve-se lembrar que, em ambos os grupos, existem o que eles chamam de “Reuniões Abertas”. Nessas reuniões, não membros de qualquer um dos grupos podem participar, quer dizer, uma pessoa não usuária de drogas pode estar (inclusive fazendo uso da palavra) em reuniões abertas do N.A., assim como uma pessoa que não tenha qualquer convívio com drogado, ou seja, um adicto em recuperação pode participar de uma reunião aberta do Nar-Anon. Mas isso também é pano de fundo, pois a questão de um grupo ser autônomo será, então, o discurso de manutenção da ordem discursiva que segue os próximos passos.

A 6ª tradição, a mais longa das analisadas, representa uma paráfrase da 4ª tradição. Alguns dos efeitos de sentido possíveis de serem desdobrados do fato de que os grupos Nar-Anon devem ser autônomos são detalhados nessa tradição, sem que, com isso, aconteça qualquer alteração de sentido. Segue a passagem:

6ª Tradição: Nossos Grupos Familiares Nar-Anon nunca deveriam endossar, financiar ou emprestar nosso nome a qualquer empreendimento de fora, para que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial. Embora sendo uma entidade separada, deveríamos sempre colaborar com Narcóticos Anônimos.

Quando se tem, na 4ª tradição, o dizer “Cada grupo deveria ser autônomo”, pode-se inferir dá palavra (em contextos múltiplos) um efeito de independência, de

liberdade, da condição de não necessitar de nada, nem de ninguém: autonomia, enfim, é o desprendimento de qualquer forma de compromisso que coloque o sujeito na condição de obrigatoriedade ou dependência com o outro. Do mesmo modo, quem busca a autonomia e a vivência plena dessa condição não se sujeita a favores; ou porque não precisa deles, ou por opção *ideológica*, ainda que necessite de favores (mas a autonomia também tem seu preço, sobretudo, quando pelo caminho há pedras (e sempre há)).

Retomando a análise, ser autônomo encontra seu(s) referente(s) na 6ª tradição, quando o grupo, ainda que não intencionalmente, apresenta sua compreensão para a condição de autonomia, conforme é possível observar: [“Cada grupo deveria ser autônomo” (de acordo com o exposto na 4ª tradição)], isto é, segundo a 6ª tradição: 1. “nunca deveriam endossar, financiar ou emprestar nosso nome a qualquer empreendimento de fora” [sob o risco de que] 2. “problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial” [fazendo com que percam a sua autonomia como grupo destinado a apoiar familiares de drogados].

Entende-se que as relações de sentido não são diretas, nem imediatas: nem poderiam ser, afinal, busca-se o desdobramento do discurso em doze momentos (e o interlocutor precisa ser levado a crer nisso). Mas a prática impeditiva que se instaura silencia uma perspectiva contrária, que, justamente, vai de encontro ao exposto na 4ª tradição. Se, num primeiro momento, parece haver confusão, pois a condição de autônomo permitiria ao sujeito (no caso, ao grupo) gozar da liberdade de escolher as filiações que lhe trouxessem algum benefício, isso é inviabilizado pelo Nar-Anon (como afirmado), porque ele, o discurso, é determinista: nunca é a expressão que marca a máxima da negação.

Então, o que existe, na verdade, é uma concepção fechada (e conveniente) para o que significa “Ser autônomo” no Nar-Anon. As condições de produção do discurso, indo novamente ao seu momento de fundação, explica essa intervenção no fechamento dos sentidos: a negação de negociações oriundas de outros centros para financiar os projetos do grupo pode estar relacionada com a dificuldade que os cofundadores tiveram para a publicação e divulgação do “Livro Azul”, ou seja, o livro de conteúdo dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições de Alcoólicos Anônimos*, e, posteriormente, aos problemas que eles enfrentaram em relação, inclusive, aos direitos autorais da obra. Essas são questões tratadas nas referências que conduziram a organização do primeiro capítulo. E, ainda que omissões tenham sido feitas, o leitor pode ter uma ideia dos atravessamentos interdiscursivos que o discurso sofre.

A cada breve exposição das tradições, há uma história de memória se fazendo presente, respondendo aos problemas enfrentados no passado. Se isso não interessa ao “produto final” para quem faz uso dos “ensinamentos” para se libertar do álcool, das drogas ou da co-dependência, pode-se, pelo menos, com as reflexões feitas aqui, afirmar que a leitura do que se diz ser “simples ensinamentos” são revelações daquilo que sofreram os idealizadores do programa em sua época, memórias apagadas pela materialidade da língua, que, pelas suas próprias limitações, ainda que não possa revelar as entrelinhas do que está sendo dito, permite a sua exploração.

Pode-se afirmar ainda que a busca pela autonomia e pela força discursiva que prega a necessidade de o grupo se manter sem qualquer ajuda exterior seria uma resposta daqueles que perderam seus bens e compreenderam (aprenderam?) que as bases econômicas das sociedades são determinantes para manter uma instituição. E para uma instituição lograr êxito ela deve ser autossuficiente. Pode-se afirmar que essa é uma das crenças que movimenta o grupo, como será confirmado nas análises à frente.

A parte 2, da 6ª tradição, tem continuidade com “problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial”. Os termos *dinheiro*, *propriedade* e *prestígio* são explicitados e tocam diretamente no problema já levantado e que diz respeito às perdas sofridas pelos sujeitos na época de fundação do discurso. Eles perderam justamente dinheiro, propriedades e prestígio e, ainda que não o desejem, parece que a necessidade de fazer vir à tona essa questão é negando sua importância. Isso é feito na contramão dos valores capitalistas descritos: ao fechar o enunciado com a retomada do objetivo primordial do programa que é de base “espiritual”, tem-se uma inversão de valores que conduz a atenção para o fato de que, ao desvincular a compreensão das tradições das suas condições de produção, levanta-se o questionamento de que resultados, enfim, como prática de apoio espiritual, elas trazem para um pai de drogado imerso nos problemas causados pelo vício do filho.

E uma resposta é a presença da formação discursiva espiritualista que, de base cristã, nesse momento, faz-se presente: o reino dos céus é dos pobres. Haveria, aí, uma possibilidade de estabelecer essa relação: não interessaria ao pai do viciado todo o dinheiro do mundo, já que isso não salva o filho do vício. Então, seu desprendimento dos valores financeiros junto do grupo não permitiria que perdesse o foco da “entrega a Deus ou a um Ser Superior”. Desse modo, também, eliminam-se (aparentemente) as diferenças sociais entre os próprios membros: ali, todos seriam *iguais* (falácia divina). E o fato de o grupo se manter apartado de “qualquer empreendimento de fora” é a

bandeira do programa que se deseja simples e aberto a todos.

Por fim, o Nar-Anon volta a lançar o olhar para a entidade com a qual mantém laços de proximidade muito fortes. E uma relação de afetuosidade de faz presente: o N.A. seria aquele a quem se poderia creditar ajuda, porque, de modo silencioso, feito pai, o Nar-Anon (formado por pais de adictos) não poderia se negar a estar à disposição para prestar ajuda ao N.A., que, no caso, representaria seus próprios filhos (“deveríamos sempre colaborar com Narcóticos Anônimos”).

Fecha-se, assim, essa cadeia de sentidos, que, como foi dito, faz o discurso circular, seja por meio da paráfrase, seja por uma prática de complementaridade ou de justificativas que trabalham para o funcionamento de sua manutenção.

A 7ª tradição é a confirmação conclusiva do exposto nesse quarto momento. Ela é breve e não traz nenhuma informação nova ao discurso. Cabe buscar compreender a necessidade de justaposição de um mesmo, que resume aquilo que já teria sido dito na 4ª e na 6ª tradições: “Cada grupo deveria ser autossuficiente, recusando contribuições de fora”. Esse trecho final parafraseia a discussão proposta acima, a de que o grupo não deva aceitar qualquer tipo de ajuda, o que vai ao encontro de uma possível resposta dos cofundadores à sua situação social na época, prejudicada pelo *crash* de 1929.

Mas, ao contrário do efeito de sentido do uso da flexão verbal no futuro do pretérito, aqui, ela permite a leitura subentendida pela presença silenciosa do operador argumentativo ‘mas’, que propicia a revelação de que *deveria* não significa determinativo; assim, outros sentidos podem se estabelecer, ainda que não se deseje.

No fio do discurso, a 8ª tradição remete ao 12º passo do Nar-Anon e confirma o discurso já estabelecido sobre a autossuficiência, o que implica em assumi-lo na concepção do Nar-Anon. A tradição em análise diz:

8ª Tradição: O trabalho do Décimo Segundo Passo deveria sempre permanecer não profissional, mas nossos centros de serviço podem contratar funcionários especializados.

Inicia-se citando o 12º passo, a fim de buscar estabelecer as relações de sentido com a 8ª tradição. Ele diz: “Tendo tido um despertar espiritual, por meio destes Passos, procuramos levar esta mensagem a outras pessoas e praticar estes princípios em todas as nossas atividades”. Sua análise não será retomada, já que o trecho foi explorado no capítulo anterior a esse. Para esse momento, busca-se refletir sobre como o discurso faz com que a 8ª tradição se organize de modo problemático, porque não há, exatamente, um ponto de contato entre o que o 12º passo diz e a autocorreção proposta na 8ª tradição

(de que o 12º Passo “deveria sempre permanecer não profissional”), o que leva à pressuposição de que, entre um fato e outro, há dizeres, discussões e polêmicas não resolvidas pelo grupo, ainda no seu processo de fundação.

Como é possível verificar, não há qualquer indício no 12º Passo de que haveria manifestação por parte do grupo de buscar ajuda profissional, a partir do que a materialidade discursiva permite que se diga, como se verifica “levar esta mensagem a outras pessoas” ou “praticar estes princípios em todas as nossas atividades”, que, em momento algum, há a menção à necessidade de profissionais à frente dos membros.

Não há indícios linguísticos que poderiam levar o interlocutor a entender que uma ajuda profissional fosse necessária, pelo menos, não pelo que está anunciado, do que se infere que, na prática, a questão repetidamente retomada desde a 4ª tradição – de que os grupos *deveriam* ser autossuficientes e o que decorre disso – não está bem resolvida, nem apartada de questionamentos.

Afinal, não estaria, assim, o grupo negando a ajuda das práticas médicas estabelecidas ou outros serviços ideologicamente amparados por instituições (e que por meio delas sustentam uma voz autorizada) que poderiam se opor a um programa de recuperação para alcoólatras organizado por dois ex-bebedores compulsivos? E que, assim, poderiam sofrer facilmente críticas e questionamentos a respeito dos princípios dos *Doze Passos*?

Desse modo, a negação veemente ao auxílio profissional não passaria de uma prática egoísta, voltada à preservação do grupo em primeiro lugar, como mostra a afirmação categórica, ainda que modalizada por ‘deveria’, que diz: “deveria sempre permanecer não profissional”. Entende-se, aqui, que esse discurso, que busca manter não profissionais os grupos de apoio que seguem os *Doze Passos* e as *Doze Tradições*, evita, por essa prática discursiva, a formação de questionamentos que podem ser levantados (ainda que isso não seja regra), quando há líderes. E líderes se fazem por meio de uma voz autorizada: seja ela a de um profissional, seja ela a de um ‘doente’ em recuperação. Aquele que deixou a bebida, a droga ou co-dependência há um tempo significativo tem delegado sobre si (ainda que isso não seja dito e seja parte de uma tradição) poder e *status*, naquele espaço e frente ao recém-chegado ao grupo.

Em todo caso, num grupo de apoio que prega a ajuda mútua, a troca de experiência (de algo que apenas é efetivamente experienciado por quem o vivencia), como meio e fim para a cura (daquilo que não tem cura, mas ‘controle’), conseguiria, pela manutenção do discurso de que o grupo deve se manter não profissional, lograr seu

êxito, pelo menos, sem a barreira de vozes questionadoras, que fatalmente se formariam por consequência das hierarquias estabelecidas que fazem com que o discurso profissional seja o primeiro a ser respeitado, antes de qualquer outro (foi o médico, o psicólogo, o psiquiatra quem disse), embora não se possa deixar de lembrar que o Nar-Anon se vale de uma voz autorizada: a de Deus ou de um Ser Superior, que se manifesta na consciência do grupo.

Nesse sentido, a 8ª Tradição se vale dos *Doze Passos*, interagindo com um dizer não dito, pautando-se no silenciamento e organizando o seu dizer sobre as polêmicas ausentes. Contudo, o que vem na sequência, como se verá, permite afirmar que o esforço do grupo por construir uma imagem de distanciamento das práticas comuns a qualquer organização (quem tem seus líderes, suas regras, seus ‘privilégios’) falha na exceção que abre para si próprio: “mas nossos centros de serviço podem contratar funcionários especializados”. Quem seriam os “centros de serviço”? Seriam sujeitos co-dependentes? E o que os coloca na posição de decisão?

Em algum momento, *eles* podem medir a necessidade da ajuda advinda de fora, escolhê-la como necessária, devendo aos grupos, em geral, manterem-se fiéis às tradições, já que a “unidade dos grupos familiares Nar-Anon depende” da “adesão a estas tradições”. E uma pergunta fica em suspenso: “há questionamentos sobre isso?”. Será que alguém se incomoda com o que o discurso ‘grita’ nas entrelinhas?

Perguntas sem respostas, mas perguntas que incomodam, porque, mais uma vez, parece que a ponta do *iceberg Nar-Anon* vai se tornando mais evidente: o que está sendo discursivizado são palavras. E seus sentidos só são efetivamente problematizados, quando há distanciamento para isso, o que, ousa-se afirmar, bêbados, drogados e pais de drogados, em estado emocionalmente afetado, não têm. A eles, não interessa a polêmica, pois isso se constituiria num problema a mais: o que não se deseja: sigam-se as regras e viva o ‘rei’: o discurso.

9ª Tradição: Nossos grupos, como tais, nunca deveriam ser organizados, mas podem criar juntas de serviço ou comitês diretamente responsáveis por aqueles a quem prestam serviço.

O primeiro movimento de análise objetiva mostrar como o termo-temático sofre deslizes, que, parafrasticamente, sustentam a continuidade discursiva desejada e, assim, a manutenção dos sentidos. No caso, parte-se de *autônomo* (4ª tradição), que é retomado por *autossuficiente* (6ª e 7ª tradições), *não profissional* (8ª tradição), e, por fim, *não*

organizados (9ª tradição), os quais apontam para um mesmo princípio: a manutenção do grupo às suas tradições e passos, sem intervenções de fatores exteriores. O discurso das tradições insiste em marcar negativamente qualquer movimento organizacional que não o permitido pelo discurso, porém esquecem que o discurso não é um ser com habilidade para se autoconduzir: há homens e história lhes dando forma e constituindo dizeres representativos de um tempo e memórias. Mas isso parece vir na contramão do modo de pensar dos grupos que, ao contrário, entendem que se deva seguir o disposto na literatura, justamente a permitida e convalidada pelas “juntas de serviço”.

Novamente, é o operador argumentativo *mas* que efetua o corte incisivo entre o que pode ser feito (e por quem) e o que não pode ser feito, com uma diferença substancial nesse trecho: abre-se a possibilidade de que os membros, como grupo, criem as juntas, o que significaria, então, *autonomia*, sem que seja esquecido o princípio gerador das formulações feitas: são “nossos grupos”, do que se infere uma ordem de comunhão entre irmandades, que podem criar as *juntas*, espaços organizacionais que, como já foi discutido, estão a serviço do grupo (eles são “servidores de confiança”), ou nos termos do enunciado, “são diretamente responsáveis por aqueles a quem prestam serviço”. E volta à cena a constatação de que há, entre as tradições desse quarto momento, uma prática de parafraseamento e complementaridade com um mesmo objetivo: buscar a “evidência”, por meio do discurso que se enuncia, da necessidade (verdadeira ou construída) de os grupos Nar-Anon (e outros que seguem as Tradições e os Passos do A.A.) serem autossuficientes e, partindo dessa postura, evitar polêmicas.

Na sequência, a análise se dará sobre a 10ª tradição que é, interdiscursivamente, atravessada pela 6ª tradição, conforme se apresenta abaixo:

10ª Tradição: Os grupos familiares Nar-Anon não opinam sobre questões de fora; portanto nosso nome jamais deveria ser envolvido em controvérsias públicas.

Novamente, o grupo orienta o membro a não tomar posicionamento a respeito de temas que circulam fora da entidade, colocando-o, desse modo, apartado da mesma (conforme vem sendo discutido). Esse resguardo de si, que aparece na voz do grupo, explica a postura dos cofundadores do A.A., que, como homens que sofreram toda espécie de constrangimentos causados pelo vício do álcool, sofrendo uma exposição social negativa provocada pelo abuso da bebida, mais o fato de pertencerem a uma sociedade que os tinha como “mal social”, colocam-nos, ainda que inconscientemente, na defensiva. E essa memória sócio-histórica não se apaga; ela está latente nas

entrelinhas do discurso, fazendo circular pensamentos que talvez não pudessem ser expostos, mas cuja história das condições de produção do discurso faz aparecer (ainda que não-dita).

Retomando, a 10ª tradição é enfática na afirmação, os grupos “não opinam sobre questões de fora”. Sua justificativa soa plausível, pois, desse modo, evita-se qualquer tipo de constrangimento; por isso, o membro não deve ser “envolvido em controvérsias públicas”. Um exemplo poderia ser o discurso de que os bêbados da época de fundação do A.A. começaram a ter os primeiros diagnósticos de que o alcoolismo se tratava de uma “doença da alma”, conforme já discutido em análise anterior. Expor esse ponto de vista, contudo, poderia ser um grande problema. E ainda que as sociedades sofram mudanças, o discurso da adicção, hoje, pode sofrer das mesmas represálias do século passado (o que atualiza essa tradição), já que a afirmação categórica de que a drogadicção é uma doença não alcança a todo ouvido de forma *tranquila*. Por meio dessa breve reflexão, pode-se encontrar elementos justificadores para as posturas dos cofundadores e para a resistência do discurso ao tempo e às mudanças todas que as sociedades sofrem, o que não significa que as justificativas apaguem sua polêmica.

A partir da 6ª tradição, que, interdiscursivamente, atravessa esse momento, não opinar encontra seu referente nos pontos temáticos que definem uma exterioridade social e que implicam, de forma mais ou menos direta, ações que envolvem posicionamento, do que se infere a exposição de uma opinião. Buscando essa autopreservação, da não opinião e, por consequência, da não exposição, os grupos, então, não devem, conforme a 6ª tradição, “endossar, financiar ou emprestar” seu nome. Veja-se que os pontos de deriva dos sentidos não estão evidentes, inclusive, há um distanciamento material devido às outras três tradições que se está relacionando, ainda que a 7ª, a 8ª e a 9ª se façam ouvir, seja pela orientação da autossuficiência ou manutenção de se preservar distanciados de servidores especializados (que poderiam provocar controvérsias, por exemplo, o que não é desejado). Não há, portanto, como não ‘ouvir’, emergindo do discurso, o termo ‘preservar’, que se refere à não exposição do “nosso nome [que] jamais deveria ser envolvido em controvérsias”, que implica, diretamente, sobre a preservação do grupo.

Entende-se, pela reflexão, que o prestígio do grupo está acima dos sujeitos, que, são todos, de algum modo, “servidores”: do grupo, do outro pai, do companheiro sentado a seu lado numa reunião. Por meio das tradições, tida como um “legado” pelos cofundadores, evita-se que o discurso disperse quando seus “mensageiros” não devem

opinar, se envolver e etc., pelo menos, enquanto ele aderir ao que as tradições determinam. Os membros acabam constituindo uma espécie de sociedade fechada nela mesma. E isso pode ser o caminho para que grupos de apoio sobrevivam.

Como esse capítulo já se apresenta também como desfecho para a tese, ousa-se uma explicação para a organização dada aos discursos das tradições a partir do que se veio discutindo, ainda que as análises não tenham sido finalizadas: não opinar e não se envolver pode ser uma estratégia eficiente e necessária, já que as atitudes de ir de encontro à sociedade não são tomadas por não valer apenas se posicionar; e por uma razão que pode ser tão simples quanto complexa: de que vale a exposição a uma sociedade cega e surda aos problemas que afligem familiares de drogados que, salvo quando se tornam tema de campanha política, assiste-se a algum movimento, mas fora isso, são explorados pelas mídias, a imagem de viciados em grotescos programas policiais que, bandidos ou não, vitimados pelas circunstâncias ou indivíduos já desumanizados pela vida levada “fora da lei”, seres maléficos em essência ou coitados que perderam sua *alma*, são usados e abusados de todas as formas pelas máfias do tráfico: de que vale “ser envolvido em controvérsias públicas”?

Por fim, a análise da 11ª e da 12ª tradições que estão, como as demais, sendo atravessadas pelo discurso desse quarto movimento. Aqui, o tema evidenciado é o do anonimato, mas este continua cercado pelo discurso da autossuficiência, sobretudo na 11ª Tradição, como se mostrará. A 12ª tradição complementa a 11ª numa referência a todo o discurso das *Tradições*. O leitor terá percebido a ausência do conceito de formação discursiva evidenciado no decorrer da análise dos *Doze Passos*. Isso se deve ao caráter de praticidade de que se revestem as *Doze Tradições*: ela é o “guia do usuário”, situando-se como discurso de práticas de *orientação*, condução ou definição de modos de agir a partir de uma formação discursiva geral de caráter organizacional. Por essa razão, não se mostrou possível pensá-lo enquanto encadeamento de FDs, o que poderia conduzir a equívocos, o que não significa despreendimento das suas bases de origem, que são os *Doze Passos*. Feita essa ressalva, seguem as análises.

11ª Tradição: Nossa política de relações públicas se baseia na atração, não na promoção; precisamos manter sempre o anonimato pessoal, a nível de imprensa, rádio, TV e filmes. Precisamos proteger, com o máximo cuidado, ao anonimato de todos os membros do NA.

Como foi antecipado, num primeiro momento, a 11ª tradição reitera a condição de que o grupo não deve se expor publicamente, de modo a “alardear” os objetivos a

que se destina: ajudar familiares de drogados. Fazendo uso de um jogo de palavras, assume que sua propaganda, ou como o discurso enuncia, “sua política de relações públicas” (o que nos remete ao discurso característico dos centros de negócios empresariais que buscam desenvolver uma “política de relações públicas” que deverá definir como ela, empresa, deverá se posicionar/relacionar com o cliente) deve estar baseada na “atração, não na promoção”, remetendo, ainda, a uma memória discursiva própria da área da publicidade. Embora afirmar que existe uma preocupação com a organização de uma política de relações públicas deixa subentendido que há preocupação com isso, parece que o termo oscila mais para uma carga negativa do que positiva, pelo menos neste momento.

Pode-se afirmar que, inconscientemente, o Nar-Anon, por meio do discurso que enuncia, coloca-se à venda, como produto a ser consumido, o que gera efeitos de sentido que ferem a imagem de um grupo de base espiritual, cujos membros se dizem conduzidos por Deus ou por um Ser Superior. Entende-se que a formação discursiva espiritualista tem força para calar qualquer prática de promoção, de modo que sua voz autorizada já a sustenta num lugar social privilegiado.

Por isso que se afirma que, nesse momento, o discurso se fragiliza, pois é como se, de repente, ele se desse conta de que sem membros ansiosos por dele participar não haveria razão de existir. Então, é preciso trabalhar para se tornar conhecido, pois, do contrário, ficaria difícil de as pessoas buscarem pelo apoio que ele oferece (já que não é possível a ninguém adivinhar se existe tal grupo e como encontrá-lo). Mas isso não fica claro e, por ato falho, essa 11ª tradição deixa intervir naquilo que diz um outro dizer, que, se ouvido atentamente, macula a imagem do grupo.

Mostrar-se ‘atrativo’ em relação à cena de enunciação que constitui o discurso, torna-se mais um empecilho, como foi dito, devido à carga semântica que atua sobre o termo, a qual colabora para o esvaziamento de seu sentido: o que esperar de algo ‘atrativo’? Entende-se que, operando junto ao termo *atração*, há uma memória que remete a outra, no caso, à *ilusão*, a qual, por sua vez, remete a uma rede de significações de valores questionáveis, como a de *falseamento da realidade*, sobretudo.

Não se está afirmando que o Nar-Anon seja uma ilusão; o que se está analisando é como o discurso foge ao controle do sujeito e pode – ou não – fazer vir à tona o impensado (não desejado). Quer dizer, quando existe a preocupação com se mostrar atrativo, pode-se estar buscando esconder uma falha, uma deficiência, uma carência. Assim, se o discurso alardeia ingenuamente que deve ser movido pela “atração” e não

pela promoção, isto é, pelo que venham a dizer dele e não pelo que ele venha a dizer de si (o que é possível inferir), o exposto pode, sustentado pelas análises realizadas e que trabalham, justamente, sobre os limites do fio discursivo, provocar rupturas, pois se sabe que o limite não é, jamais, a materialidade, que apenas dá forma e sugere contornos, os quais não dão conta de encerrar o sentido.

Na sequência, ele não apenas elenca os meios de difusão que uma prática propagandista qualquer utiliza (“imprensa, rádio, TV e filmes.”), mas coloca em cena o tema central, o do “anonimato pessoal”. E, nesse sentido, o discurso assume um tom de exacerbada preocupação, não com o próprio anonimato (que deve ser mantido), mas com o dos membros do grupo do N.A.. Mais uma vez, o que fica subentendido é a relação pai e filho; não se pode esquecer que os pais que frequentam o Nar-Anon têm no N.A. uma esperança de apoio para o filho drogado. Estender, nas suas reuniões de grupo, a preocupação para com os Narcóticos Anônimos, ainda que o próprio filho não o frequente, é um modo de compensação à relação fragilizada que ambos vivem. É como se dissesse: ‘não esquecemos nossos filhos, ainda que estejamos buscando a própria recuperação’. Há passagens na literatura do grupo que são enfáticas em pregar o ‘desprendimento’ dos pais do filho drogado e o que poderia representar o desapego ao problema pode ser confundido com o desapego ao filho.

Se essa leitura não for corrigida, por exemplo, por meio de passagens como a analisada, a imagem do pai é arranhada, o que geraria mais culpa sobre si. Como veio sendo demonstrado, um grupo que se quer autossuficiente e não deseja intervenções de fora traz, no tema do anonimato, uma prática que pode ir de encontro ao princípio da unidade: do mesmo modo que o grupo existe, se buscar raízes, elas não existem, no sentido de que o livre acesso, se ora é festejado, por meio da “invisibilidade” pública (todo grupo deve permanecer autônomo, anônimo, não se envolve, não aparecer e etc.) gera o efeito de que o grupo existe, mas não existe, quer dizer, o que ficam são os *Doze Passos*, as *Doze Tradições*: o demais é transitoriedade; eis o poder do discurso.

A manutenção de um grupo dependerá das pessoas que ali se reúnem e a ele se dedicam, mas nada pode ser garantido. O que fica valendo é a carga emocional afetada que une os sujeitos (que pode ser passageira ou não).

A 12ª tradição retoma o tema, colocando-o, enfim, em primeiro plano, o que vai ao encontro das reflexões: ele diz, como se lê abaixo, que ser anônimo é a “base”, o alicerce, a fundação das tradições que são (se pretendem, pelo menos), as linhas mestras de condução para o grupo: “O anonimato é a base espiritual de todas as nossas

tradições”. Como já dito, entende-se que há um ponto cego que impede que se veja o terreno perigoso que o discurso está construindo para si, porque, ao mesmo tempo que ser anônimo pode acarretar num atitude de não expor os pais (afinal ele é pai de um drogado e isso é um problema social), por outro, constrói, também, o efeito de não-compromisso. Quer dizer, do mesmo modo que os grupos buscam se mostrar democráticos acolhendo qualquer pessoa que tenha convívio com o problema drogadicção de um parente ou amigo, o anonimato implica, em partes, em relações cujos laços são frágeis.

12ª Tradição: O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições, lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades.

E, para finalizar, a última parte: a 12ª Tradição encerra com “lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades”. Afinal, quais são os princípios? Seriam a ética e a moral que devem conduzir as relações de forma que o que se diga num grupo fique nele, sem que as partilhas sejam julgadas, ou seja, sem que as atitudes que um pai aflito tenha tomado sejam analisadas como certas ou erradas. Então, tem-se um entendimento: colocam-se os princípios acima das personalidades, a fim de que ninguém seja julgado. E uma condição se instaura: seriam os princípios, os *Doze Passos* e as *Doze Tradições*, que estariam acima das personalidades, isto é, dos sujeitos? E assim outra compreensão se faz presente. Menos humana, mais funcional: autonomia, autossuficiência, não exposição, não comprometimento com assuntos externos, prática a ser seguida, manutenção, adesão. Não importa mais quem seja um e outro, afinal se está ali pelo “bem estar comum” conduzido por uma “consciência de grupo”. O que pode ser definido como submissão a um discurso que se quer e se deseja ser mais do que apoiar, mas ser um modo de vida, um salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível que o poder se exerça sem saber,
 não é possível que o saber não engendre poder.
 “Libertemos a pesquisa científica das
 exigências do capitalismo monopolista”
 é talvez um excelente *slogan*,
 mas não será jamais
 nada além de um *slogan*.
 (FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 1999, p. 142)

Encerrar com um trabalho de pesquisa é uma tarefa difícil. Primeiro, porque é preciso tomar essa decisão, que envolve uma série de fatores. O mais nobre e acadêmico é aquele que permite ao sujeito colocar um ponto final na discussão, não porque chegou a todas as repostas ou possibilidades de análise, esgotando uma temática, mas porque entendeu que os objetivos foram cumpridos, bem ou mal (mas, de modo que, se foi mal, não foi tão mal, a ponto de que o texto venha a ser recusado pela academia). Mas outros fatores, de ordem prática (e humana), afetam essa decisão, especialmente duas limitações, sobre as quais não se têm controle (*essa ilusão*): o tempo, que foge literalmente, e as limitações pessoais (porque a vida não *para* enquanto se escreve uma tese). De algum modo, esse trabalho é encerrado sofrendo as limitações do tempo e as limitações de caráter pessoal.

Mas, ainda assim, pode-se afirmar que, se não foi possível recobrir o todo pretendido sobre a discussão em torno do discurso de apoio a familiares de viciados em droga, foi possível apresentar algumas respostas a questionamentos levantados sobre uma prática discursiva estabelecida, que, ao final, revela-se *falha e lacunar* em relação ao que promete realizar. O discurso dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições* e outros mais que circulam nos grupos de apoio a familiares de viciados em droga (e também em grupos do A.A., do Al-Anon, do N.A, entre outros) são projetos constituídos por sujeitos sócio historicamente determinados pelas teias socioculturais do grupo a que pertencem, que, ao elaborarem o discurso, não percebem que ele é uma resposta às suas próprias memórias, como se procurou demonstrar por meio das análises feitas nos capítulos três e quatro.

Apropriados por sujeitos da contemporaneidade, o discurso dos *passos* e das *tradições* continua se valendo do *status* de uma prática discursiva de autoajuda, sem sofrer questionamentos, o que se comprova pelo fato de não ocorrerem mudanças na forma como ele foi e é retomado. Pelo contrário, há cuidados, justamente, para a sua manutenção, de acordo com a sua elaboração na época de sua fundação. Contudo, este

estudo propiciou que se reavaliassem os percursos do discurso analisado, que se nutre, busca forças e se renova por meio da exploração da emoção do outro.

Considerando que os sujeitos que vivenciam os princípios e os ensinamentos propostos no discurso analisado, encontram, nessa prática discursiva, a esperança de retomar e reconquistar a condição de *normalidade* para a própria vida, não se pode esquecer que essa busca é imposta por valores socioculturais instituídos. Afinal, deseja-se a família *perfeita*, ainda que essa perfeição signifique apenas que *o filho não use droga* e aja como os jovens *normais*: estude, trabalhe, namore.

Como acontece em outras práticas ritualísticas, a exemplo da religião (seja ela qual for), o sujeito, quando está imerso em problemas e se vê sem saída (feito rato de laboratório, (mas preso em *sociedade*)), pode sofrer uma espécie de *cegueira*. E, em face deste estado de coisas, pode vir a não perceber o que se buscou traças neste trabalho: como, nas entrelinhas do discurso do Nar-Anon, *há (outros) discursos* que colocam em xeque os pressupostos de base que sustentam os *Doze Passos* e as *Doze Tradições*, os quais prometem, dentre outras coisas, a salvação, e como há outros dizeres, quando o discurso aborda outros temas, como a adicção ou o uso de uma oração nas reuniões de grupo: mas isto também não é ouvido. O mesmo se estende aos demais temas tratados nas análises do terceiro capítulo, que problematizam o discurso da autoajuda sustentado pelos *passos* e pelas *tradições*.

Em consequência do estudo, admite-se que essa *cegueira* é uma necessidade para as pessoas que enfrentam problemas emocionais, como a convivência difícil com um familiar viciado, e não têm a quem recorrer. Problemas como ser pai ou mãe de um viciado não interessa ou pouco interessam: há presídios, hospitais e centros de recuperação, que, diga-se, lucram com o vício desses sujeitos que desordenam o *bem estar da civilização*. Inclua-se a autoflagelação do viciado que, por si só, acaba por colocar fim a sua vida. É por meio dessas práticas que as instituições costumam responder ao que lhes foge à competência, pois o problema das drogas continua não sendo verdadeiramente analisado pela sociedade, com seus tabus, preconceitos e falsas verdades (veja-se os últimos episódios que envolveram as ações do governo de São Paulo em relação aos drogados da *'crackolândia'* (temo bizarro para definir espaços públicos em que grupos de viciados se reúnem)).

É frente a isso que logram êxitos discursos como o analisado neste trabalho. Como sociedade de discurso, cabe aos homens viverem a *ilusão* das práticas discursivas, ficando à mercê de interpretações que os levam a ouvirem, na maioria das

vezes, o que desejam. E, então, receituários que pregam um ‘simples modo de vida’ (são apenas doze passos!), porque são breves e se colocam de modo acessível (ainda que se valham interdiscursivamente de vozes de autoridade), sustentam-se e se tornam representativos nas sociedades, sem dificuldades e maiores questionamentos.

Para finalizar, serão apresentados trechos de três depoimentos de pais de adictos⁴¹. Eles são, em parte, representativos das discussões realizadas e servem como amostra dos efeitos de sentido a que os pais se submetem (*inconscientemente*) e são submetidos, sem que percebam a rede de relações a que estão se prendendo.

O momento tem mais a finalidade de comprovação e verificação dos pontos já elencados. A escolha de fechar com os depoimentos visa a percepção de como o discurso dos pais reflete os ensinamentos do grupo, que, provavelmente foi aprendido e será seguido à risca. Vale lembrar que o grupo não se furta de se assegurar disso, sob pena de vir a ser prejudicado; questão levantada em face do tom de ameaça que se insinua em certos momentos, como foi explorado anteriormente.

Pelos depoimentos, vê-se que não há nada *diferente* sendo dito pelos pais, isto é, nada além do que se encontra nas literaturas do grupo. Chama-se a atenção para o fato que se teve, na primeira parte do trabalho, um corpus que remetia aos *Doze Passos* e às *Doze Tradições*, recorrentemente; e o mesmo se deu com a análise destas duas materialidades, que, sua vez, remetiam às análises do terceiro capítulo, o que só vem a comprovar a prática de circularidade e parafraseamento do discurso, que carrega a memória de suas condições de produção e interdiscursivamente, marca toda a produção de bibliográfica do Nar-Anon.

Segue o encaminhamento proposto. *Busca-se mostrar como o discurso dos pais é afetado pelos princípios do grupo*, como já foi dito, e também como o que se diz nos depoimentos *fecha, encerra e rarefaz* os sentidos dos ensinamentos, ignorando que eles se constituem a partir de efeitos de sentido. Verifica-se, também, como os pais acreditam que, efetivamente, “aprenderam” alguma coisa, no caso, a ser melhores sujeitos, a entender suas limitações frente à adicção do filho e a perceber às suas próprias limitações: e, de repente, a vida se renova. Mas sabe-se que as coisas não são

⁴¹ Os depoimentos pertencem ao livro “Compartilhando Experiência, Força e Esperança: Reflexões diárias dos Grupos Familiares Nar-Anon”, publicado por Grupos Familiares Nar-Anon do Brasil. Rua Primeiro de Março, 125/801 – Centro. Cep: 20010-000. Rio de Janeiro, Brasil. (Impresso em 28/05/2008; tiragem de 3.000 cópias). A obra traz 365 partilhas, isto é, uma leitura para cada dia do ano. As selecionadas são: 1) “Cuidando de Mim” (p. 151, 30 de Maio), 2) “Fazendo Julgamentos” (p. 93, 2 de abril) e 3) “Uma nova maneira de pensar” (p. 109, 18 de abril). Elas aparecem no texto seguindo a ordem de apresentação feita nessa nota.

simples. Os problemas não desaparecem, nem as pessoas mudam da noite para o dia, mas alguma coisa, quando parte do grupo, leva-as a pensarem que sim, quando anunciam as mudanças ocorridas em suas vidas após a entrada num grupo do Nar-Anon: mas veja-se que são exatamente as mudanças previstas pelo discurso.

Se o discurso do Nar-Anon efetivamente provoca uma guinada positiva na vida das pessoas, aclame-se a sua existência. E vida longa ao 'rei', o discurso. Mas, se ele for transitório e as mudanças não se efetuarem de forma duradoura, o que sobra é o sentimento da resignação: paciência, a vida é isso. E entende-se, assim, porque continua havendo no mundo famílias sofrendo com os filhos usuários de droga, porque, se houvesse um real do discurso que por passe de mágica transformasse a pessoa, ter-se-ia outra sociedade e, pelos menos desse mal, os sujeitos se veriam livres. Mas não é isso: onde ficam nesse momento os feitos dos discursos de apoio? *Efeitos* diz-se; e parece que a palavra vira a coisa. Mas não há uma resposta para essas reflexões; há, apenas, reflexões, questionamentos e dúvidas sendo levantadas. Isso é possível e está ao alcance fazê-lo, como se procurou proceder no decorrer de cada corpus tomado para análise.

Como se propôs, então, seguem abaixo os depoimentos. Alguns momentos serão negritados, porque eles respondem às discussões feita no decorrer da tese; como se lerá, não há movimentos nos sentidos; os sujeitos são postos no caminho dos *passos* e guiados pelos arames das *tradições* e outros princípios que eles passam a conhecer no grupo. O que se lerá é apenas a confirmação do reconhecimento do discurso pelos sujeitos que indiciam crer que ele 'funciona', nem que seja (já se disse isso) *só por hoje*.

Estou descobrindo que o Nar-Ano pode ajudar-me em todos os setores de minha vida, e não só com a adicção. (...) **Estou aprendendo** que não posso esperar que as outras pessoas tenham as mesmas prioridades que eu. **Posso cuidar de mim, planejar o que farei e me desligar, quando for desapontado.** (Depoimento 1)

Uma vez escutei alguém dizer, "seres humanos cometem erros, mas eles não são o erro". **Isto me fez pensar a respeito de todas as vezes em que julguei o adicto com quem vivo.** (...) Seres humanos cometem erros. Eu cometo erros, e é por isso que sei que sou humana. **Isto me lembra quão rápida sou para jogar as pessoas. Através do programa Nar-Anon, aprendi a fazer meu próprio inventário, e a evitar fazer o de outras pessoas.** (...) **Estou aprendendo**, a cada dia, **a me perdoar** (...). **Também estou aprendendo** como fazer **reparações**, rapidamente, **quando cometo um erro.** (...). **Diariamente, peço ao meu Poder Superior que me ajude e esteja comigo.** Estou aprendendo a colocar **o meu poder superior em primeiro lugar, eu em segundo e então os outros.** (...) Agora, compreendo o alívio de **não ser responsável pelas atitudes do**

adicto. (Depoimento 2).

(...) Por que penso que posso curar a adicção de alguém, conversando? **Aprendi no Nar-Anon que não posso. Costumava pensar que se eu fosse uma perfeita mãe, esposa, amiga, filha ou irmã, o adicto ficaria limpo.** A verdade é que nunca ouvi um adicto dizer: “Eu me recuperei, porque meus pais, mulher e filhos eram muito bons para mim”. (...) Levou muito tempo para que eu aprendesse e aceitasse que não havia “uma coisa a mais” para eu fazer. **Não era minha responsabilidade.** Não havia essa coisa a mais que fizesse o adicto parar de usar. **O Nar-Anon me mostrou como mudar o meu foco e pensar no adicto de outra forma.** (...) Estava obcecada com o comportamento do adicto, e meus pensamentos estavam distorcidos. **Aprendi no Nar-Anon que a dependência química é uma doença da família como um todo.** (Depoimento 3).

Ainda que o tom de não acabamento deixe em aberto aquilo que é impossível concluir, porque, acredita-se, não há fim, só começos, mobiliza-se a citação abaixo para explicar como se pensou e se buscou proceder neste trabalho, guiando-se pela compreensão de que

As pesquisas em análise de discurso não são fruto de alguns espíritos originais, elas derivam de uma transformação profunda da relação que nossa sociedade estabelece com seus enunciados, presentes ou passados. Uma tal empreitada está ainda em seu início, mas, pela primeira vez na história, é a totalidade das produções verbais, em sua multiplicidade, que pode se transformar em objeto de estudo: das trocas mais cotidianas aos enunciados mais institucionais, passando pelas produções dos meios de comunicação de massa. Que o homem é um ser de linguagem, eis algo que não cansamos de repetir há muito tempo; que ele seja um homem de discurso, eis uma inflexão cuja dimensão ainda é impossível mensurar, **mas que toca em algo especial.** (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 17 – sem grifos).

Toca na essência da vida dos sujeitos, que permite estabelecer diferenças entre o humano e o objeto, entre o homem e o animal, entre a capacidade ímpar que permite às pessoas carregarem as palavras de emoção; as mesmas palavras, mas que se revestem sempre de possíveis ‘*novos*’ (efeitos de) sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira; colaboração de Lúcia T. Wisnik e Carlos Henrique D. chagas Cruz. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do Discurso*. Coord. da Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- ACHARD, Pierre (et. al.). *Papel da Memória*. Trad. e introd. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.
- ADAM, Jean-Michel. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Colaboração André Barbault... [et.al.]; coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva... [et.al] 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- CORTINA, Arnaldo. Recursos persuasivos nos textos de auto-ajuda. IN: FIGUEIREDO, M. F.; MENDONÇA, M. C.; ABRIATA, V. L. R. (orgs.). *Sentidos em Movimento: Identidade e Argumentação*. Franca: Unifran, 2008.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Trad. de Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1987.
- DURAND, Jean-Louis. A imagem: uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre [et. al]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Raposo. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Ethos, Cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no*

- discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Novas Tendências em Análise do discurso*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1997.
- _____. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Pontes, 2003.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*, v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- NAR-ANON. Grupo Familiares Nar-Anon do Brasil. Rio de Janeiro, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 2001a.
- _____. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001b.
- _____. *Discurso e Leitura*. 5 ed. São Paulo: Cortez; São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002. (Coleção Repertórios).
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). IN: GADET, Françoise e HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani (et. al.). São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993.
- _____. Papel da Memória. IN: ACHAR, Pierre (et. al.). *Papel da Memória*; trad. e introdução. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et. al.]. 3 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997a.
- _____. Ler o arquivo hoje. IN: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.) [et al]. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. Bethânia Mariani [et al]. 2 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 2 ed. São Paulo: Pontes, 1997c.
- _____. e FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). IN: GADET, Françoise e HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani (et. al.). São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et. al]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. IN: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Concepções de sujeito na linguagem. In: Boletim da Abralín, 13, São Paulo: USP, pp. 13-30, 1993.

VIALA, Alain. A eloquência galante: uma problemática da adesão. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1

Oração da Serenidade

DEUS

concedei-me

serenidade

para aceitar as coisas

que não posso modificar,

coragem

para modificar

aquelas que posso

e sabedoria

para perceber a diferença.

**Grupos Familiares
Nar-Anon do Brasil**

Rua Primeiro de Março, 125 / 801
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Cep.: 20010-000
Tel./Fax: (21) 2283-6595
(21) 2283-0896

Site: <http://www.naranon.org.br>
e-mail: naranon@naranon.org.br

Escritório de Serviços Mundial
22527 - Crenshaw Blvd Suite 200B
Torrance, CA 90505 - USA
Tel.: (310) 547-5800

Caso você precise e queira,
o grupo Nar-Anon mais
próximo fica em:

Grupo Familiar **NAR-ANON** Cascavel
REUNIÕES AOS SÁBADOS DAS
17:00 ÀS 19:00 HORA.
SALA Nº 02
SALÃO PAROQUIAL DA CATEDRAL

SEGUNDAS-FEIRAS
20:00 ÀS 22:00 Hs



Se você sofre pelo uso
de **DROGAS** de um familiar
ou amigo compartilhe conosco

**OS GRUPOS FAMILIARES
NAR-ANON**
talvez possam ajudá-lo a:

- Aprender que a dependência química é uma doença,
- Compartilhar nossos problemas,
- Substituir o desespero pela esperança,
- Melhorar o relacionamento familiar,
- Readquirir a auto-confiança.

ANEXO 2

TRÊS INIMIGOS MORTAIS

Para garantir o sucesso das nossas reuniões, na solução dos nossos problemas comuns, precisamos reconhecer e controlar três inimigos mortais, que podem destruir o Grupo.

1. O primeiro é o debate de qualquer denominação religiosa.

A adicção não diz respeito a qualquer religião, portanto o propósito do nosso programa é nos ajudar, sem distinção de qualquer credo. Não podemos deixar nossos propositos serem destruídos com debates de qualquer crença em particular.

2. O segundo inimigo mortal é a maledicência (fofoca).

Estamos aqui para nos ajudar e a outros através de uma troca de experiências. Maledicência (fofoca) sobre os outros, incluindo o adicto, destruirá nosso propósito. Sabemos que ninguém quer deliberadamente destruir o grupo ou os seus princípios. Qualquer um que se permitir à maledicência é certamente alguém que está muito doente e precisa desesperadamente de nossa ajuda.

3. A terceira força destrutiva é a da ditadura.

Nossos líderes são tão somente servidores de confiança – eles não governam. Não damos conselhos, nós sugerimos, contando como resolvemos problemas semelhantes, através das nossas experiências pessoais. A verdadeira essência de Nar-Anon é que todo o seu programa é meramente sugerido.

Não temos nenhum credo, cobranças, obrigações ou qualquer coisa que possa impedir o nosso crescimento; o seu progresso virá a seu tempo e à sua maneira. Nós simplesmente convidamos a todos que abracem uma causa comum.

ANEXO 3

SÓ POR HOJE

Só por hoje tentarei viver somente este dia e não tentarei solucionar todos os problemas da minha vida de uma só vez. Sou capaz de fazer algo durante as 12 horas do dia, que me apavoraria, se tivesse que continuar a fazê-lo pelo resto da minha vida.

Só por hoje serei feliz. Isso confirma o que Abraham Lincoln dizia: "A maioria das pessoas é tão feliz quanto se propõe a ser".

Só por hoje me ajustarei à realidade e não tentarei ajustá-la a mim. Aceitarei a vida da forma que ela se apresenta e me ajustarei a ela.

Só por hoje tentarei fortalecer minha mente. Eu estudarei. Aprenderei alguma coisa útil. Não deixarei minha mente vazia. Farei alguma coisa que requeira esforço, meditação e concentração.

Só por hoje exercitarei minha alma de três maneiras: farei bem a alguém, sem me identificar, se alguém souber, não terá valor. Farei ao menos duas coisas que não tenho vontade - apenas como exercício. Não demonstrarei a ninguém que estou magoado, posso até estar, mas só por hoje não o demonstrarei.

Só por hoje serei agradável. Minha aparência será a melhor possível, me vestirei bem, falarei baixo, serei cortês, não criticarei nada, não ficarei em falta com coisa alguma e não tentarei modificar a vida de alguém, mas só a minha.

Só por hoje eu terei um programa. Posso não segui-lo exatamente, mas eu o terei. Preservar-me-ei de duas coisas nocivas: pressa e indecisão.

Só por hoje terei meia hora de tranquilidade para mim e relaxarei. Durante essa meia hora, tentarei ter uma perspectiva melhor da minha vida.

Só por hoje não terei medo. Especialmente não terei medo de apreciar o belo e de acreditar que à medida em que eu der ao mundo, o mundo me retribuirá.

Nar-Anon Family Groups
World Service Office
22527 - Crenshaw Blvd Suite 200B
Torrance, Ca 90505 - USA
(310) 547-5800

Grupos Familiares Nar-Anon do Brasil
Rua 1º de Março, 125 - sala 801
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20010-000
Tel/Fax: (21) 2263-6595
<http://www.naranon.org.br>
e-mail: naranon@naranon.org.br

ANEXO 4

COMPORTAMENTO INACEITÁVEL

Não entendia o que se passava com meu filho. Chegava tarde da noite, dormia por longos períodos e trocava o dia pela noite. Não estudava mais, nem permanecia no emprego. Culpava os outros por tudo.

Aquele comportamento não combinava com o do menino que criamos com tanta dedicação.

Uma noite esperei para conversar com ele. Ficou surpreso, tentou escapar dando desculpas. Fiquei muito alterado, nervoso, falei muitos palavrões e o tratei com desprezo e ironia. No início ele me enfrentou, mas depois se sentiu acuado e com medo.

No dia seguinte, a minha culpa era grande. Passei a aceitar tudo o que ele me falava, pois achava que satisfazendo os seus pedidos ele deixaria as drogas. Cobria seus cheques e pagava os traficantes. Recebia telefonemas de madrugada que me deixavam sobressaltado. Não entendia a situação, ficava com raiva do dependente químico mas ao mesmo tempo isso me trazia mais culpa.

Uma amiga que tinha um filho dependente químico levou a mim e minha esposa a uma reunião de Nar-Anon. Tudo começou a mudar. Entendi que a dependência química é uma doença que pode ser detida, porém é incurável. Fui assimilando a programação, fazendo os Passos, ouvindo e fazendo depoimentos. Após a reunião conversava por telefone com meus padrinhos. Mudei totalmente o meu comportamento em relação ao dependente químico. Aprendi que o Poder Superior está sempre presente e que eu não posso modificar ninguém.

Reflexão de Hoje:

Nunca somos desamparados pelo Poder Superior mesmo nos momentos que pensamos ser sem solução.

“Segure a mão do filho para que ele possa andar, solte-a para que ele possa correr e o aplauda para que possa voar”.

Anônimo

ANEXO 5

SOBRE ADICÇÃO

Aprendemos que adicção é uma doença – não uma questão de moral. É uma doença dupla: uma alergia física ligada a uma obsessão da mente. Pode ser controlada, mas nunca curada. Sob este aspecto ela é similar à diabetes. Somente com a completa abstinência do uso de drogas e/ou álcool em qualquer forma, incluindo a de medicamentos, é que se pode sustar a doença. Da mesma maneira que não podemos impedir a tosse do tuberculoso, também não podemos impedir o uso de drogas de um adicto. Ninguém, nem mesmo o médico, o clérigo ou a família pode fazer isto por ele/ela.

Descobrimos que o uso compulsivo de drogas não indica falta de afeto pela família. Não é uma questão de amor, mas de doença. O adicto perdeu a capacidade de opção em matéria de drogas. Mesmo quando sabe o que acontece, quando toma o primeiro gole, pílula ou téco, ele o fará. Esta é a “insanidade” da qual falamos em relação a esta doença.

Quando compreendemos e aceitamos integralmente que a adicção é uma doença, tanto mental quanto física, e que somos impotentes perante ela, estamos prontos para aprender uma maneira melhor de viver.

ANEXO 6

GRUPO FAMILIAR NAR-ANON

O Grupo Familiar Nar-Anon é essencialmente para você que tem ou já teve um sentimento de desespero relacionado ao problema da adicção de alguém muito próximo a você. Nós também já trilhamos este caminho de infelicidade e encontramos a resposta na serenidade e na paz de espírito.

Quando você chega a um Grupo Familiar, você não está mais sozinho, mas entre verdadeiros amigos que compreendem o seu problema, como poucas pessoas podem fazê-lo. Respeitaremos a sua confiança e o seu anonimato, pois sabemos que você respeitará o nosso. Esperamos poder lhe dar a certeza de que nenhuma situação é tão difícil e nenhuma infelicidade tão grande que não possam ser superadas.

Nosso programa, que não é religioso, mas sim uma forma espiritual de viver, é baseado nos Doze Passos sugeridos de Narcóticos Anônimos. Descobrimos que trabalhar estes Passos trará a solução para praticamente qualquer problema. Recomendamos que você assuma este programa e seus Doze Passos com seriedade. Os Doze Passos têm sido da maior ajuda para nós, do mesmo modo que o programa de Narcóticos Anônimos é para o adicto. Só pedimos a sabedoria e a coragem de nos conhecer como realmente somos e de conseguir fazer alguma coisa por nós mesmos com a ajuda de um Poder Superior, como nós O concebíamos, a graça de nos desligar do nosso adicto com amor e parar de tentar modificá-lo.

Mantenha a mente aberta e freqüente o maior número possível de reuniões. Sinta-se à vontade para fazer perguntas e de entrar nos debates. Logo você fará novos amigos e se sentirá parte do grupo.

Com o conhecimento de que a adicção é uma doença, e admitindo que somos impotentes diante dela, bem como sobre a vida de outras pessoas, estaremos prontos para fazer alguma coisa de útil e construtiva com a nossa própria vida. Seremos então, e só então, de alguma utilidade para os outros.

ANEXO 7

**CARTA ABERTA A
MINHA FAMÍLIA**

Sou um usuário de drogas. Preciso de ajuda.

Não resolvam meus problemas por mim. Isto somente me faz perder o respeito por vocês.

Não censurem, não façam sermões, não repreendam, não culpem ou discutam, esteja eu drogado ou sóbrio. Isto pode fazer vocês se sentirem melhor, mas só vai piorar a situação.

Não aceitem minhas promessas. A natureza da minha doença me impede de cumprí-las, mesmo que naquele momento tencione fazê-las. As promessas são meu único meio de adiar a dor. E não permitam mudanças de acordos. Se um acordo foi feito, mantenham-se firme nele.

Não percam a paciência comigo. Isto destruirá vocês e qualquer possibilidade de me ajudarem.

Não permitam que sua ansiedade por mim faça vocês fazerem o que eu deveria fazer por mim mesmo.



Não encubram ou tentem poupar-me das consequências do meu uso de drogas. Isto pode diminuir a crise, mas fará a minha doença piorar.

Sobretudo, não fujam da realidade como eu faço. A dependência de drogas, minha doença, torna-se pior enquanto eu persistir no uso.

Comecem agora a aprender, a compreender e a fazer planos para a sua recuperação. Procurem o Nar-Anon, grupos que existem para ajudar as famílias daqueles que abusam das drogas.

Preciso da ajuda - de um médico, de um psicólogo, de um conselheiro, e de um adicto em recuperação que encontrou a sobriedade em Narcóticos Anônimos, e principalmente de Deus. Eu não posso ajudar a mim mesmo.

Seu usuário

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

NAR-ANON FAMILY GROUPS
GRUPO DE AUTO-AJUDA PARA
FAMILIARES E AMIGOS DE
PESSOAS
QUE ABUSAM DE DROGAS

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

ANEXO 8

OS DOZE PASSOS DO GRUPO FAMILIAR NAR-ANON

1. Admitimos que éramos impotentes perante o adicto – que nossas vidas tinham se tornado incontroláveis.
2. Vimos a acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia nos devolver a sanidade.
3. Tomamos a decisão de entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de DEUS, COMO NÓS O CONCEBIAMOS.
4. Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.
5. Admitimos para Deus, para nós mesmos e para um outro ser humano, a natureza exata de nossos defeitos.
6. Ficamos inteiramente prontos para que DEUS removesse todos esses defeitos de caráter.
7. Humildemente, pedimos a Ele para remover nossas imperfeições.
8. Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e nos dispusemos a fazer reparações a todas elas.
9. Fizemos reparações diretas a essas pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo viesse prejudicá-las ou a outras pessoas.
10. Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.
11. Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com DEUS, COMO NÓS O CONCEBIAMOS, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e a força para realizar essa vontade.
12. Tendo tido um despertar espiritual, por meio destes Passos, procuramos levar esta mensagem a outras pessoas e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.

ANEXO 9

AS DOZE TRADIÇÕES DO NAR-ANON

A nossa experiência de grupo sugere que a unidade dos grupos familiares Nar-Anon depende da nossa adesão à estas tradições.

1. Nosso bem-estar comum deveria vir em primeiro lugar; o progresso pessoal do maior número de membros depende da unidade.
2. Para nosso propósito de grupo há somente uma autoridade – um DEUS amoroso que pode Se manifestar em nossa consciência de grupo. Nossos líderes são apenas servidores de confiança – eles não governam.
3. Os parentes de adictos, quando se reúnem para prestar ajuda uns aos outros, podem chamar-se Grupo Familiar Nar-Anon, desde que, como grupo, não tenham nenhuma outra afiliação. O único requisito para ser membro é que exista um problema de adicção num parente ou amigo.
4. Cada grupo deveria ser autônomo, exceto em assuntos que afetem outro grupo Familiar Nar-Anon, ou ao NA como um todo.
5. Cada Grupo Familiar Nar-Anon tem apenas um propósito: prestar ajuda a familiares de adictos. Fazemos isso, praticando os Doze Passos de NA, nós mesmos, encorajando e compreendendo nossos parentes adictos, bem como acolhendo e proporcionando alívio a familiares de adictos.
6. Nossos Grupos Familiares Nar-Anon nunca deveriam endossar, financiar ou emprestar nosso nome a qualquer empreendimento de fora, para que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial. Embora sendo uma entidade separada, deveríamos sempre colaborar com Narcóticos Anônimos.
7. Cada grupo deveria ser totalmente auto-suficiente, recusando contribuições de fora.
8. O trabalho do Décimo Segundo Passo Nar-Anon deveria sempre permanecer não profissional, mas nossos centros de serviço podem contratar funcionários especializados.
9. Nossos grupos, como tais, nunca deveriam ser organizados, mas podem criar juntas de serviço ou comitês diretamente responsáveis por aqueles a quem prestam serviço.
10. Os Grupos Familiares Nar-Anon não opinam sobre questões de fora; portanto nosso nome jamais deveria ser envolvido em controvérsia pública.
11. Nossa política de relações públicas se baseia na atração, não na promoção; precisamos manter sempre o anonimato pessoal, a nível de imprensa, rádio, TV e filmes. Precisamos proteger, com o máximo cuidado, o anonimato de todos os membros de NA.
12. O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições, lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades.